

---

---

LPH: REVISTA DE HISTÓRIA

---

---

Nº 5. 1995. DEP. DE HISTÓRIA/UFOP

---

---

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**

**REITOR**

Renato Godinho Navarro

**VICE-REITOR**

Dirceu do Nascimento

**DIRETOR DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - ICHS**

Luiz Tyller Pirola

**VICE-DIRETORA DO ICHS**

Hebe Maria Rola Santos

**CHEFE DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA -DEHIS**

José Arnaldo Coêlho de Aguiar Lima

**COORDENAÇÃO DO LABORATÓRIO DE PESQUISA HISTÓRICA - LPH**

Marco Aurélio Santana (Coordenador) – João Pinto Furtado – Rodrigo Patto Sá Motta

**EXPEDIENTE** Correspondência e contribuições devem ser encaminhadas para LPH-ICHS, rua do Seminário, s/nº, 35 420 000, Mariana, MG, tel: (031) 557 13 22.

**DISTRIBUIÇÃO** Editora da UFOP. Campus Universitário, Morro do Cruzeiro, 35.400-000, Ouro Preto, MG., tel: (031) 559 14 91.

**CONSELHO EDITORIAL**

Carlos Guilherme Mota/USP - Ciro Flamarion Cardoso/UFF – Adriano S. L. da Gama Cerqueira/DEHIS-UFOP - Fábio Faversani/UFOP – Alberto Nobre Mendes/DEHIS-UFOP – Olímpio J. Pimenta Neto ?IFAC-UFOP - José Antônio Dabdab Trabulsi/UFMG - João Pinto Furtado/DHIS-UFOP – Renato Pinto Venâncio/DEHIS-UFOP - Rodrigo Patto Sá Motta/UFOP

Charles Pessanha/IUPERJ (*ad hoc*) - João Pinto Furtado/UFOP (*ad hoc*) - José Carlos Reis/UFOP (*ad hoc*)

**REVISÃO** Oficina de Produção de textos / DELET-UFOP: Janice H. S. C. de Resende Marinho, Heliana M. Brina Brandão, Mônica Santos de Souza, Geralda F. de Souza Rodrigues e Ângela de Fátima Rocha

**EQUIPE DE EDITORAÇÃO** Adriano S. Lopes da Gama Cerqueira, Agnaldo Elias, Lucília Souza Maciel e Rodrigo P. Sá Motta

**CAPA** Elias Layon

## SUMÁRIO

### ENTREVISTA

UM HISTORIADOR E SUAS AVENTURAS: PIERRE LÉVÊQUE.....5

### ARTIGOS

*O PAPEL DA RELIGIÃO NA GÊNESE DAS CIDADES*

Pierre Lévêque.....14

CULTURA POPULAR E CLASSICISMO

Fábio Faversani .....26

IMAGINÁRIO POLÍTICO E REALEZA SAGRADA: REFLEXÕES SOBRE ALGUNS TÓPICOS DE HISTÓRIA  
POLÍTICA

MARCOS ANTONIO LOPES .....36

OS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO

E DE SUBDESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA (1804-1989)

Angelo Alves Carrara.....52

O OUTRO LADO DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA: Pacto Colonial e Elites Locais

Júnia Ferreira Furtado .....70

DISCUSSÃO SOBRE FONTES DE PESQUISA HISTÓRICA:  
OS TESTAMENTOS COLONIAIS.

Eduardo França Paiva.....92

|   |     |
|---|-----|
| MINERAÇÃO, AGRICULTURA E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL EM MINAS GERAIS NOS SÉCULOS XVIII E XIX<br>Marcos Lobato Martins.....   | 107 |
| TRABALHISMO NO BRASIL: DOCTRINA E PRAXIS POLITICA (1945-1954)<br>Luiz Vitor T. Azevedo.....   | 120 |
| O MDB E OS "NOVOS" MOVIMENTOS SOCIAIS (1974-1979).<br>Rodrigo P. Sá Motta.....  | 131 |
| WHAT'S FORD GOT TO DO WITH IT? REGULATION THEORY AND JAPANESE CAPITALISM<br>J.A.Peck & Y.Miyamachi.....   | 143 |
| LES ANNALES / 1988 - "UN TOURNANT CRITIQUE"<br>José Carlos Reis.....  | 174 |
| O LUGAR DA CIÊNCIA SEGUNDO MARX<br>José Luiz Furtado.....   | 193 |
| <br><b>COMUNICAÇÃO</b>  |     |
| BRASIL, UTOPIA DO DIÁLOGO. Questões de História da Cultura à luz de uma<br>Cosmologia Setecentista<br>Plínio Freire Gomes.....  | 208 |
| EL ESTUDIO DE LAS SOCIEDADES INDIGENAS EN LAS ESCUELAS ARGENTINAS<br>Irina Podgorny & Cecilia Pérez de Micou.....   | 218 |
| <br><b>RESENHA</b>  |     |
| GUREVICH, Aron. <i>Medieval Popular Culture: problems of belief and perception</i> . Cambridge: Cambridge<br>Universtiy Press,1992 - (Coleção "Cambridge Studies in Oral and Literate Culture", vol.14). XX + 271 pp.<br>Pedro Paulo A. Funari..... | 225 |
| <br><b>POESIA</b>   |     |
| Anônimo<br>Armando Freitas Filho.....   | 228 |

**UM HISTORIADOR E SUAS AVENTURAS:  
PIERRE LÉVÊQUE<sup>1</sup>**

Realizada e traduzida por José Antonio Dabdab Trabulsi

1. *Falemos, para começar, de sua formação como historiador da Antiguidade, de seus primeiros trabalhos, e de sua preocupação com o "grande público".*

É preciso, para isso, remontar a 1964, ano de publicação da *Aventure grecque*. Até este livro eu tinha feito essencialmente minhas duas teses, no sentido francês do termo, ou seja, coisas enormes. A "pequena tese" foi dedicada a Agathon, um poeta trágico muito importante, mas do qual só resta uma centena de versos; e a outra, a "grande tese", dedicada ao rei Pirro. Eu fui muito influenciado por este assunto, tendo em vista que uma grande tese era objeto de pesquisas durante dez anos, se o pesquisador fosse ágil, frequentemente quinze anos. Permanecer estudando um assunto, um período, tanto tempo, fazia do pesquisador um verdadeiro especialista. Para isto, eu continuei a me interessar pelas relações entre a Grécia e as colônias da Magna Grécia e da Sicília, depois com a Itália e particularmente com a Roma Republicana.

De tal maneira que, como uma espécie de fio que corre ao longo de minha obra, eu desenvolvi pesquisas, das quais algumas são recentes, sobre a colonização no Ocidente e participei de Congressos em Nápoles, Palermo, Siracusa. É neste panorama que se inserem minhas pesquisas sobre as origens da moeda romana, na sua relação com a moedagem da Magna Grécia e, particularmente, com a moedagem da Campânia, já que as primeiras moedas de Roma seguem este padrão.

Este interesse que eu sempre tive pela Itália do Sul foi aumentando pela amizade que me ligou ao professor de História grega da Universidade de Nápoles, Ettore Lepore, por quem tive grande admiração. As inúmeras conversas que tivemos sobre os problemas mais fundamentais das sociedades antigas muito representaram para mim. Este interesse comum pela Itália do Sul e Sicília, no

---

<sup>1</sup> Pierre Lévêque, francês, nascido em 1921, cursou a Escola Normal Superior (rue d'Ulm) de Paris e foi membro da Escola Francesa de Atenas. Depois de ter ensinado nas universidades de Lyon, Montpellier, Fribourg, ele lecionou por várias décadas na Universidade de Besançon, onde dirigiu também dois laboratórios do CNRS. Publicou centenas de trabalhos: os mais conhecidos encontram-se numa curta bibliografia, ao final da entrevista.

prosseguimento do trabalho da tese, serviu-me de ponto de referência sobre Nápoles. Eu participei, várias vezes, no famoso colóquio de Tarento, incomparável centro de encontros e debates.

Ao mesmo tempo, eu não deixei de fazer trabalhos de difusão da pesquisa. Eu sempre tive um interesse enorme na possibilidade de interessar os estudantes, professores, quem sabe, um público ainda mais amplo, pela pesquisa sobre a Antiguidade. E, se hoje isto é coisa comum, se o que se chama comumente o interesse pelas nossas raízes apaixona os leitores, o mesmo não acontecia há vinte anos. Eu investi muito na *Aventure grecque* e também em dois pequenos livros, que são também convites à viagem: *Nous partons pour la Grèce* e *Nous partons pour la Sicile*, várias vezes reeditados, o que me permitiu atualizar a documentação, e onde eu tentei interessar os estudantes em suas mesas de trabalho, tanto quanto os viajantes à Grécia.

Mais ou menos na mesma época da *Aventure grecque*, eu fiz, com o meu velho mestre Louis Séchan, professor de Poesia grega na Sorbonne, um livro que se chamou *Les grandes divinités de la Grèce*. Foi uma colaboração de muitos anos, domingo após domingo, muito enriquecedora para mim, apesar das dificuldades, em especial, a grande diferença de idade. Este livro foi verdadeiramente o resultado de uma colaboração (mesmo se fui eu a fazer a revisão final).

Foi isto o mais importante da minha atividade, até o momento em que tive a ocasião de fazer outros dois livros, um que é próximo da *Aventure grecque* e que se chama *Empires et barbaries* (em 1966). Era um livro da coleção Larousse, de enorme difusão e preço módico, que era vendido até nas tabacarias, portanto, correspondeu a uma necessidade. Tinham me pedido que escrevesse a história do século III a.C. ao século III d.C. Eu tentei, pela primeira vez, de forma mais aprofundada que na *Aventure grecque*, interessar-me por tudo o que não era greco-romano, sírio, egípcio ou mesopotâmico, ou seja, tudo o que saía da História Antiga tradicional, concebida como a soma Oriente-Próximo, Grécia, Roma. Eu tentei levar em conta a totalidade da Terra, toda a Ásia, a Oceania, a África, só deixando de lado as Américas que, nestes séculos, estavam praticamente cortadas do resto do mundo. O que me interessou neste livro, foi a possibilidade de me documentar sobre o que se passou entre os Eslavos, na Austrália ou na Indochina, no momento em que havia, na Grécia, a época helenística e, em Roma, os imperadores. É um livro que, penso eu, foi na época útil a muita gente.

Em seguida, houve um período em que eu não fiz mais livros para o grande público, até que a Gallimard me pediu um livro sobre a Grécia. Eu escrevi, então, *La naissance de la Grèce*, pequeno livro, muito ágil, escrito em uns dez dias

de intensa concentração, com belíssimas ilustrações, escolhidas por especialistas em documentação, e um texto que eu tentei fazer curto, mas preciso. Isto é então, o que eu chamaria a segunda parte da minha atividade científica, voltada para a difusão.

2. *Outro aspecto de seu trabalho é o interesse pela história das religiões, domínio onde o seu método difere sensivelmente, por exemplo, do de Jean-Pierre Vernant. Como poderíamos explicar este aspecto de sua obra?*

Houve uma mutação fundamental em mim, quando passei a me interessar menos pelos problemas da época helenística e quando me interessei menos pelos livros de difusão. Houve todo um período em que apenas pesquisei, e foi para mim o meio de mudar de orientação intelectual. Por que? Nem eu sei. Eu sempre tinha sido muito atraído pelos problemas religiosos. Um de meus primeiros artigos, de jovem autor, estudava o urso no pensamento grego, na mitologia e no culto. Tema que retomei recentemente, 35 anos depois, num artigo da *Revue des Etudes Anciennes* que se intitula *Les Ourseries de Brauron*, para o qual criei o neologismo "ourserie" (n.d.t. "relativo ao urso", "coisas do urso").

Portanto, eu já havia me interessado pela história das religiões. No fundo, o que me interessava na história de Pirro era, de um lado, a história política, no sentido moderno do termo, ou seja, não apenas as batalhas, mas também a situação econômica do reino de Pirro. Eu também trabalhava sobre estes problemas políticos com toda a sua base sócio-econômica, mas também sobre os problemas de cultura que isto implica, cultura de contatos, em suma o que se chama, em matéria de história religiosa, o sincretismo.

O primeiro fator que foi determinante para mim foram os dois colóquios que fizemos, com colegas de Estrasburgo, sobre os sincretismos na Antiguidade: o primeiro, em Estrasburgo, publicado pela Presses Universitaires de France, o segundo em Besançon, publicado em Leyde (Holanda). Eu fui levado a refletir sobre este fenômeno tão importante na história das religiões que é o sincretismo, ou seja, o encontro de duas religiões que se "explodem" mutuamente, gerando outras formas religiosas. Um fenômeno religioso nunca desaparece totalmente e se enriquece continuamente. Eu dou como exemplo esta grande deusa ou esta Santa Virgem chamada Nossa Senhora de Guadalupe, espanhola na origem, transportada para as Américas com a conquista, e que comporta traços antigos ibéricos, celtas, cristãos, árabes. Esta personagem, extraordinariamente sintética, impô-se como A virgem da América Latina.

Paralelamente aos problemas dos sincretismos, a idéia de escrever uma história da religião grega que tive então, está ligada aos encontros que fiz na Itália. Fui levado, em particular, por meu velho amigo Franco Sartori, em uma série de seminários publicados em Pádua (nas *Praelectiones Patavinae*), a estudar formas primitivas de religião. Trabalhei, também, bastante em Milão, com Mario Attilio Levi, o grande professor que dominava, na época, todos os problemas de história antiga na "Alta Italia". Aqui, tratava-se de voltar no tempo e eu o fiz como um animal que andasse para trás: eu estudei, primeiro a época dos palácios micênicos, depois cretenses. Daí, voltei mais atrás ainda, até às religiões neolíticas e enfim paleolíticas.

Procedendo assim, voltando no tempo, eu cheguei a uma visão *genética* que faz com que todo o passado guarde seu valor, quando as religiões evoluem pelas grandes invasões, migrações e conquistas ou, ao contrário, por estas pequenas modificações internas que Lévi-Strauss chamou de "bricolages". Foi um esforço considerável que me tomou praticamente dez anos. Dele saíram seminários em muitas universidades (e em Besançon durante uns 20 anos) que reuni num livro, *Bêtes, dieux et hommes*, que tenta colocar os problemas religiosos do homem, desde as primeiras sociedades até a Grécia das cidades.

Era, de fato, um assunto que me interessava, mas um assunto tão vasto, tão enorme, que eu trabalhei sem parar, sem nunca esgotar a matéria. O que me apaixonou é uma história genética. Não que eu seja, de maneira nenhuma, contra o estruturalismo no estudo das religiões, o que, com frequência, se chama a Escola de Paris que se desenvolveu com brilho em torno de J-P. Vernant. Eu acho que eles fizeram e fazem ainda coisas admiráveis, mas não é o que eu faço. Eu também me interesso por estruturas - toda pesquisa histórica é uma busca de estruturas - mas, sobretudo, pela evolução das estruturas; por conseguinte, podemos dizer que o que eu tenho em mente é uma concepção genética da história das religiões.

3. *A obra de Vernant, da Escola de Paris, faz muito sucesso no Brasil. Poderia falar mais sobre esta obra, situá-la num contexto mais amplo?*

A leitura estruturalista foi e é fundamental no desenvolvimento atual da história antiga. Sem falar da obra de Cl. Lévi-Strauss sobre as sociedades ameríndias, ela renovou a história das ideologias indo-europeias (com Georges Dumézil) como a mitologia grega, com J.-P. Vernant, sobre a qual nunca poderemos exagerar a contribuição enquanto paradigma, iniciador e formador.

4. *E em relação à história das religiões, a preocupação didática não se manifestou?*

Ao contrário. Também aqui eu quis fazer algo, já que não havia na França uma história das religiões primitivas destinada aos alunos do Liceu, aos professores dos Colégios e Liceus, portanto um meio não-universitário, mas muito importante. Eu acabei de escrever um livro que se chamará *La création des dieux: de Lascaux à Rome*. É nisto que tenho trabalhado ultimamente e, por momentos, há inflexões que podem ocorrer; minha incursão japonesa é uma delas.

Eu fui convidado pela Sociedade Japonesa para o avanço das Ciências, que é análogo ao CNRS francês, para passar dois meses em Tóquio, quando de um colóquio do GIREA (Grupo Internacional de Pesquisa sobre a Escravidão Antiga) sobre a escravidão, portanto sobre problemas não ligados às minhas pesquisas sobre religião. Eu fiquei mais tempo e tive a ocasião de encontrar muitos colegas, que traduziram para mim os textos indispensáveis (já que infelizmente não sei japonês). Eu estudei um mito fundamental do imaginário japonês, muito próximo do tema da Santa cólera de Deméter, na Grécia. No mito japonês da cólera da Grande Mãe, ela sacode o mundo, vai destruir tudo e em um determinado momento explodi-lo, quando chega uma pequena deusa que mostra o seu ventre e seus órgãos sexuais e dança uma dança de primavera. Isto faz gargalharem os deuses e a Grande Mãe, e com isto o equilíbrio do mundo é salvo. O que é apaixonante é que não foi a Grécia que influenciou o Japão, tampouco o Japão a Grécia, mas que se trata, aqui, de criações paralelas do espírito humano diante das mesmas circunstâncias. Por outro lado, isto inspira reflexões imensas, na medida em que nós compreendemos qual é o papel da feminilidade, dos órgãos sexuais, pelos quais se opera a sobrevivência biológica da humanidade, pela copulação e, em seguida, pelo parto. Tudo isto poderia ser resumido pelo termo "feminidade" ou, talvez, pelo de "maternidade". Uma maternidade que não tem os escrúpulos de uma civilização abastardada pelo cristianismo e seu desprezo pelo sexo. Ao mesmo tempo, eu tentava resolver um enigma que eu tinha colocado quando tinha 20 anos, quando seguia as aulas do grande Charles Picard, que tinha assinalado esta semelhança entre Grécia e Japão, e que ninguém tinha explicado. Eu tinha a intenção de fazer um pequeno artigo depois um grande artigo, e acabou saindo um livro, *Colère, sexe et rire* que estuda não apenas este problema, mas também as relações entre as diferentes religiões, as migrações que carregam as influências religiosas, etc.

5. *Podemos constatar, pela lista de seus trabalhos, que o Sr. viajou muito, nos livros como na vida. A especialização excessiva parece não interessá-lo.*

Este é o caminho em que trabalho há mais de 20 anos. Agora, estou publicando dois livros, na grande coleção "Les premières civilisations"; o primeiro é o chamado *Des despotismes orientaux à la cité grecque*, é um manual para

estudantes e público letrado. Este é o ponto em que cheguei na minha pesquisa e isto de fato implica que eu circulo muito, nos livros e nos quilômetros. Minha viagem ao Japão foi, é claro, determinante, mas também fui ao Canadá e ao Brasil para estudar os aspectos religiosos das sociedades indígenas pré-colombianas, e a Madagacar, para pesquisas do mesmo tipo.

6. *Este itinerário atípico nem sempre foi bem entendido pelos colegas. Sem querer voltar às relações com o grupo de Paris, o Sr. esteve envolvido em algumas polêmicas...*

Estes debates já são muito antigos e não têm muito interesse. Só um exemplo: eu sempre defendi que a destruição dos palácios na Grécia e em Creta, por volta de 1.200 a.C., foi o resultado de vários fatores, onde as migrações dórias desempenharam um papel importante. De fato, eu não sei como se poderia explicar, se nós observamos um mapa dos dialetos gregos, esta longa faixa de dialetos ditos do Noroeste (que são muito próximos do dório) (e também os dialetos do Peloponeso), a não ser por uma massa migratória importante, que foi destruidora, ao mesmo tempo em que trouxe seu dialeto. Fui acusado, por isso, de racista (!), o que é curioso, tendo em vista as opiniões políticas que sempre manifestei, mas é desolador, como amostra da incompreensão e como exemplo dessas querelas universitárias que são humilhantes para o espírito.

7. *O Sr. fundou, há mais de 20 anos, o Centro de Pesquisas de História Antiga, de Besançon. O trabalho individual não lhe pareceu suficiente? Fale-nos desta experiência.*

É com prazer que falo do *Centre de Recherches de Besançon*. Este centro é uma obra muito importante para mim porque eu consegui encontrar um certo número de temas de intervenção, como a escravidão, em ligação com vários pesquisadores de outros centros que também trabalham sobre a escravidão. As pesquisas são grupadas nos colóquios do GIREA (*Groupe International sur l'esclavage dans l'Antiquité*), que é uma invenção franco-italiana, conduzida no início por M.A. Levi, de Milão, E. Lepore, de Nápoles, e eu próprio. O ato institucional de criação do GIREA foi assinado por nós três em Roma, na Embaixada da França, o que é divertido já que depois disso, nunca houve mais nada de institucional, mas que sempre houve o trabalho em comum. Nós já publicamos 18 colóquios, o 19º está no prelo e o 20º foi organizado, em Besançon, em 1993. Nós acabamos de publicar, com os amigos de Nápoles, um volume reagrupando a totalidade destes colóquios, indexados tematicamente, o que representa um grande instrumento de história social antiga.

Ao lado da escravidão e do GIREA, há todo um setor que se interessa pelas religiões e cujos resultados começam a aparecer, já que trabalhamos também com os colegas de letras clássicas. Nós funcionamos em inter-disciplinaridade. Nós já publicamos uma tradução da *Biblioteca* de Apolodoro, que vai ser seguida de um index de Apolodoro, e de um livro de comentários. Ao mesmo tempo, nós "atacamos" Higino e os famosos mitógrafos gregos do Vaticano. Isso quer dizer que quando nós tivermos publicado traduções, index e comentários de todo este conjunto (em cinco anos aproximadamente), nós teremos, à disposição de um largo público, traduções que permitirão trabalhar depressa, ao mesmo tempo que os volumes de index gerais sobre o grego e o latim, pois o nosso primeiro esforço foi o de colocar os textos em computador. Esta operação foi feita graças à ajuda do CNRS, na Bélgica, em Liège.

Além disso, nós temos em nosso Centro pesquisas diversas sobre as Gálias: problemas das paisagens, problemas políticos, corpus de inscrições. Nós concluímos o corpus das inscrições latinas do Franco-Condado, que nós vamos publicar, e que substituirá o CIL 13, que já tem 100 anos. Uma pesquisadora publicou um corpus das representações dos Bárbaros no Ocidente. Outra colega trabalha sobre as ânforas gaulesas e romanas, estudando os centros de produção e difusão, as rotas de comércio...Enfim, nós temos um grande setor que é dirigido por minha esposa que, depois da minha aposentadoria, dirige o Centro e, neste setor, vários pesquisadores trabalham sobre os cadastros na Antiguidade. Estes estudos, que eram feitos no início com meios artesanais, são feitos, agora, a partir de imagens laser, e é surpreendente ver todos os traços que os cadastros antigos deixaram na paisagem até hoje.

Este Centro de Pesquisas é, para mim, algo de muito importante. Eu o dirigi durante uns 20 anos. Ele permitiu a muitos pesquisadores que não são necessariamente de Besançon (que são professores ou pesquisadores em outras universidades), trabalhar conosco e é isto o mais importante (um certo nível de pesquisa, não pode mais haver pesquisa solitária). Este Centro é acompanhado da nossa revista, *Dialogues d'Histoire Ancienne*, que se tornou tão importante que fomos obrigados, há 4 anos, a fazer dois volumes por ano.

8. *Um problema específico da história antiga é o caráter da sua documentação. Como se situar diante disto?*

É um problema difícil, inverso ao da história contemporânea, cuja documentação é abundante demais e se é obrigado a proceder por amostragem. Mas eu acho que para a história antiga é preciso não considerar apenas um tipo de documento. Há uma história global que deve ser levada em conta. Vou dar um

exemplo: fiz recentemente um estudo sobre a topografia de Esparta. Tomei uma rua de Esparta, tal como ela é descrita por Pausânias, e estudei todos os santuários, os deuses e os heróis honrados nesta rua. Eu tiro conclusões estatísticas sobre a importância de tal ou qual deus, mas o que é mais importante, sobre tal categoria divina, como por exemplo as deusas-mãe ou então os jovens deuses da vegetação, ou ainda os deuses ligados a uma atividade política. Isto me permitiu abordar a vivência religiosa dos Espartanos. Eu tinha partido com a idéia de que em Esparta, que entretanto não era um sítio micênico, haveria restos desta época, porque o micênico forma um peso que nunca deixou de agir sobre a consciência religiosa dos gregos. Meu estudo mostrava que 3/4, 4/5 do total tinham referência às grandes construções ideológicas do Bronze recente, portanto ao micênico. Como era a primeira vez que eu utilizava este método, fiz um estudo igual para outra rua, que dava a mesma proporção. Temos aqui um tipo de trabalho que exige minúcia na análise. Por outro lado, não devemos recusar métodos de análise que possam vir de outras ciências; a informática pode ser útil, não apenas porque serve de elemento de estocagem, permite fazer index seguros, o que já é muito. Com a informática, uma série de raciocínios se tornam possíveis, em especial a análise fatorial de correspondências. Não é mais o computador enquanto estocagem; aqui, a máquina é utilizada para revelar realidades que demoraríamos muito mais tempo para perceber.

Portanto, digo que é preciso ser do seu tempo, e isto sempre foi fundamental para mim; não tentar brincar de fazer história antiga de maneira arcaica, a história de 1910, puramente erudita, quando um pesquisador tinha a impressão de criar algo novo quando conseguia mostrar que faltava um iota subscrito em determinado texto. Distingo, também, problema e problemática: eu me coloquei o problema de saber quais eram os cultos de Esparta, fiz uma experiência, ela deu certo. Por conseguinte, tenho aqui um pequeno resultado e eu posso me interessar, de maneira mais profunda, em definir o imaginário espartano e então, após outros estudos de problemas particulares, poderei finalmente estabelecer uma problemática geral.

#### *9. Qual elemento poderia ser definido como o fio condutor de sua obra?*

Há um fio comum que é a paixão pela Antiguidade, o que não quer dizer admiração automática. A Antiguidade era também a época dos escravos e outros horrores, ainda que nós tenhamos inventado outros tão terríveis como os da Antiguidade. Outro elemento que sempre esteve presente é um certo fervor, um certo engajamento, que me leva a reconstituir uma civilização unindo textos literários, os resultados da Arqueologia, das moedas, das inscrições...Eu sou por uma história globalizante e isto pode ser visto ao longo de minha obra.

10. *Após ter desempenhado um papel hegemônico no século XIX, a história antiga se tornou, no século XX, segundo a fórmula de Arnaldo Momigliano, "um ramo provinciano da história". O Sr. está de acordo com esta avaliação?*

A história antiga não é "um ramo provinciano da história" e, aliás, a obra de Momigliano basta para provar isso. Ela é tanto menos "provinciana" que o problema geral das transições está na ordem do dia. Ora, há duas transições fundamentais, sem as quais o desenvolvimento das sociedades não pode ser compreendido: a transição da Idade do Bronze à Idade do Ferro, quando aparecem as cidades; a transição da Antiguidade à Idade Média. Por outro lado, o diálogo está aberto com os antropólogos, o que vivificou consideravelmente a nossa disciplina.

**BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA DE PIERRE LÉVÊQUE**

*Agathon*. Paris, Les Belles Lettres, 1955.

*Pyrrhos*. Paris, De Broccard, 1957.

*Nous partons pour la Grèce*. Paris, PUF, 1961.

*Nous partons pour la Sicile*. Paris, PUF, 1966.

*Clisthène l'Athénien* (com Pierre Vidal-Naquet). Paris, Les Belles Letres, 1964.

*L'Aventure grecque*. Paris, Armand Colin, 1964.

*Les grandes divinités de la Grèce* (com Louis Séchan). Paris, De Broccard, 1966.

*Empires et barbaries*. Paris, Larousse, 1968.

*Bêtes, dieux et hommes. L'Imaginaire des premières religions*. Paris, Messidor/Temps Actuels, 1985.

*Colère, sexe, rire. Le Japon des mythes anciens*. Paris, Les Belles Letres, 1988.

*La naissance de la Grèce*. Paris, Gallimard, 1990.

---

**ARTIGO**

---

**O PAPEL DA RELIGIÃO NA GÊNESE DAS CIDADES.<sup>1</sup>**

**Pierre Lévêque**  
Besançon / França

Antes de iniciar a análise dos fatores religiosos que intervieram na gênese e desenvolvimentos iniciais da *pólis* (cidade - Estado), gostaria de permitir-me fazer uma observação mais geral. Para o historiador das religiões, a sobrevivência das ideologias coloca um problema formidável. É evidente que as estruturas que compõem o elenco fantasmático de uma sociedade tendem por natureza a perdurar em uma formação sócio-econômica posterior totalmente distinta - sem dúvida porque, desde a Antigüidade, tais estruturas são vistas como naturais e eternas. Não nos interrogamos o suficiente sobre as transformações que sofrem, sobre as manipulações a que são submetidas a fim de que se mantenha seu caráter operativo. Este é um problema que gostaria de abordar a partir de um caso concreto hoje relativamente aclarado, o da Grécia arcaica.

Na primeira metade do primeiro milênio, após a ruptura que trouxeram as invasões dórias, surgem novas formas de Estado: o reino homérico, e mais tarde a cidade. Esta última se constitui, aproximadamente, a partir do ano 800, sob a pressão que exerce o desenvolvimento das forças produtivas que se produz como consequência da definitiva implantação da metalurgia do ferro, do crescimento demográfico, da retomada das relações transmarítimas, que traz consigo um considerável aumento do comércio. A integração dos "cidadãos" é vista então como uma necessidade absoluta: em meio ao vazio de poder causado pelo desaparecimento das formas despóticas dos reinos aqueus, essa integração se produz através de uma reativação das estruturas tribais caracterizadas por três instâncias: um rei (que é um *primus inter pares*), um conselho de comandantes, uma assembléia popular. Estas já são instituições dos reinos homéricos, que se perpetuam, com uma nova formulação, na *pólis*, transformando-se o rei em um ou vários colegiados de magistrados anuais que representam a classe dirigente dos *aristói*, daqui por diante em condição de apropriar-se de todos os órgãos de direção permanente. Estas instituições se completam com a recuperação de uma estrutura em pirâmide também de origem tribal (*gêne*, *fratrias* e *tribos*), estrutura também de

---

<sup>1</sup> Tradução de Fábio Favarsani sobre o original publicado em *Revista de Occidente*, n.143, abril de 1993, pp.43-60.

origem indo-européia, da qual não nos dão qualquer notícia as tabuinhas micênicas e que está quase ausente das epopéias, mas que, tendo permanecido viva no inconsciente coletivo, é reativada para integrar o povo e os nobres no seio do Estado em gestação dentro de uma situação de hegemonia dos nobres (hegemonia no sentido gramsciano do termo) que supõe uma mínima ascensão das camadas exploradas em relação à aristocracia dominante. Tal revalorização não se produz, por outro lado, sem que a mediem certas adaptações: assim, a palavra indo-européia que designa irmão (*\*brather*) denota, em todas as línguas do grupo, o irmão biológico. Na Grécia, acabou por especificar um sentido social: "membro de uma fratria", ou seja, de uma comunidade. Esta pseudo-fraternidade é um elemento fundamental do consenso.

Em semelhantes condições históricas, a ideologia religiosa herdada do passado creto-micênico demonstra ser o marco fundamentalmente operativo para servir de base à estrutura, ainda que em fase de cristalização, da *pólis*. A continuidade ideológica é evidente inclusive em Esparta, edificada em solo virgem pelos dórios e onde reina, contudo, uma Grande Deusa aquéia, à qual se dá a denominação de Artemis Ortia. As divindades dos palácios micênicos continuam servindo de patronos às cidades que, na maioria das vezes, passam a ocupar o lugar daqueles; acontece assim com Atena, em Atenas, ou Poseidon, em Pilos. Uma continuidade não menos notável se dá nas formas culturais: procissões, coros, iniciações de jovens, concursos, oráculos, mistérios, culto aos heróis e aos mortos, tudo isso no espírito das religiões ctônicas primitivas que existiam muito antes dos reinos aqueus.

Mas esta continuidade não é passiva, como prova um bom número de adaptações que dão a estes elementos antigos um lugar novo, operativo, nas cidades que estão se formando. Podemos distinguir processos distintos:

1. As estruturas indo-européias têm um peso após se produzirem as migrações dos dórios e dos "povos do noroeste" que haviam vivido à margem do mundo micênico sem alcançar o mesmo grau de desenvolvimento. Isto é algo que se aprecia sobretudo no novo equilíbrio que se estabelece entre os poderes divinos: um deus masculino como Zeus se converte no senhor incontestado do panteão. O que talvez também se possa observar com a mesma claridade em uma certa manutenção (cuja importância evidentemente não deve ser exagerada) do material trifuncional "nos países 'gregos do noroeste', saídos das montanhas do Épiro e Etólia, especialmente os dórios, os fóceos (Delfos) e talvez outros" (B. Sergent).

2. Figuras divinas de origem estrangeira (e mais concretamente asiática) passam a integrar-se no panteão, com facilidade tanto maior quanto se inscrevem nos imemoriais marcos teológicos do Oriente Médio e do Mediterrâneo oriental: Grande Mãe, hierogamia, deus criança, sagrada família neolítica...
3. Determinados sincretismos reforçam estas integrações; assim ocorre com o que se dá entre certos heróis jovens (procedente do tipo filho-amante da Grande Mãe creto-micênica) e Apolo: Jacinto, em Amiclas, ou Maleatas, em Epidauro.
4. Aparece uma estruturação mais apurada na religião dominada pela aristocracia e na qual os sacerdotes são eleitos entre a mesma camada dirigente à qual pertencem os magistrados.
5. Dá-se um impulso novo a todas as expressões ideológicas que têm lugar nos santuários, sobre os quais se discute se existem em continuidade direta com os da época micênica ou se sua gênese constitui um *primus movens* das atividades religiosas. De acordo com os dados que proporciona o estudo minucioso dos materiais, especialmente dos metálicos, está claro que operam, a julgar pelos que posteriormente terão uma importância maior, a partir dos séculos X-IX (começos do X no caso de Olímpia, finais do IX nos de Delfos e Delos). Este é o marco no qual se pode ver "aparecer" (na realidade reaparecer) variedades culturais como os jogos olímpicos ("criados", segundo a tradição em 776), assim como as formas mais primitivas de templo.
6. A partir do atomismo mítico, perceptível já em Homero, se instaura uma síntese mitológica da qual a *Teogonia*, e inclusive *O Trabalho e os Dias*, de Hesíodo proporcionam um exemplo extraordinariamente típico ao atuar sobre os registros:
  - a.) Dita síntese organiza um panteão totalizador de acordo com as leis da genealogia, ou seja do amor, e das ocorrências da traição e do casamento, e determina gerações sucessivas cujo antagonismo desempenha um papel gerador manifesto, como ocorre no caso de Urano, Crono e Zeus. Falando em termos matemáticos, o panteão é concebido como um conjunto formado por elementos que mantêm entre si dois tipos de relações, cuja formulação verbal é também de dois tipos:
    - $a$  gera  $b$  e  $c$ ;
    - $x$  é inimigo de  $y$ , a quem derrota.
  - b.) Além disso concede um lugar às origens nas quais se organizou o *Cosmos*, recorrendo a um tempo primordial e matricial cujas criações explicam a

seqüência da evolução e agregando potências não estritamente míticas, como o Caos, a Noite...

Em ambos os casos, não cabe nenhuma dúvida da influência das cosmogonias e das teogonias do Oriente na nova estruturação do pensamento helênico, ainda que sempre se possa discutir sobre o momento em que se exerceu a influência: a época micênica, ou a época da retomada dos intercâmbios com as costas da Síria e Fenícia.

7. Abre-se lugar a uma aspiração à moralização da religião, necessária para a moralização da sociedade da *pólis*, e, conseqüentemente, fator de integração dos cidadãos no seio de algumas relações sociais novas que supõem, no mínimo, uma convivência dos explorados com os exploradores: a importância da Dike (Justiça)<sup>2</sup> conceito jurídico e ético, mas também deusa - e filha bem-amada de Zeus - em Hesíodo merece ser comparada com a situação homérica; pois Dike, inclusive se de fato é constantemente violada por "sentenças viciosas", representa em teoria um marco ideológico comum aos aristocratas e ao *demos*, um bem comum a todos os cidadãos, e por conseqüência um fator decisivo de ocultamento das diferenças sociais no seio de uma formação da sociedade essencialmente não igualitária.

Estes processos intervêm sucessiva ou simultaneamente em um jogo extremamente complexo do qual gostaria de oferecer ao menos um exemplo. A rápida implantação do culto de Apolo nas ilhas e na própria Grécia parece, à primeira vista, favorecer o fortalecimento do poder dos deuses em relação ao das deusas, algo do que dá testemunho a nova importância de Zeus em Olímpia e em Donona, um Zeus no qual está clara a herança indo-européia (ainda mais sendo o personagem muito mais rico e mais complexo por causa de suas façanhas de jovem *kouros* cretense); Apolo é na realidade um deus do tipo "criança divina" que, em Delfos e em outros lugares, concentra os poderes oraculares da Terra e se revela como o senhor de todas as inspirações fundamentalmente ctônicas - poéticas e proféticas, musicais, orquestrais, terapêuticas - , fazendo aumentar outro tanto a força operativa das estruturas nas quais se fundava o sincretismo creto-micênico.

Começa a ver-se claramente o conjunto do processo colocado em marcha pelos diversos processos que acabamos de analisar, de modo que é possível isolar alguns dos fatores que o explicam:

---

<sup>2</sup> A palavra é interessante, pois ao designar a justiça humana, entra em concorrência com *themis*, a justiça divina, outra palavra de origem indo-européia.

- Os deslocamentos étnicos das grandes migrações, ainda que não tenham tido o alcance geográfico que antes se lhes atribuía, lançam, sobre o sul da península, gregos que permanecem em um nível de desenvolvimento econômico muito inferior ao dos aqueus, em uma fase de organização tribal, e cujo patrimônio cultural é mais claramente indo-europeu;
- Os contatos com o Oriente, e em especial com a Anatólia, com os reinos neo-hititas herdeiros de uma tradição sincrética complexa (daí a importância da fundação do *emporion* de Al Mina na desembocadura do Orontes, que sem dúvida teve lugar no último decênio do século IX), com Chipre;
- As mudanças na formação social, que dão aos *aristói* um domínio muito maior sobre a comunidade, de onde surge para estes a necessidade, para melhor fundamentar sua hegemonia, de dispor de uma ideologia mais estruturada, que recupere todos os elementos disponíveis, antigos e novos, pré-gregos, gregos e não-gregos, para interligá-los em um conjunto único, carente sem dúvida de uma autêntica coerência, mas operante;
- As mudanças no campo da ideologia que se seguem à desaparecimento dos despotismos aqueus desembocam na constituição de uma nova racionalidade que já não se contenta com narrações-mitos e exige uma explicação globalizadora do mundo sobrenatural e uma exêgese genética da evolução do *cosmos* que preluam, em parte, as questões e as soluções dos fisiólogos (aqueles que estudam a natureza das coisas) jônios.

Mas, voltemos à importância da mudança na formação social das cidades, onde o antagonismo principal, em sua manifestação primeira, é o que se dá entre aristocratas e camponeses do *demos*. A sociedade micênica era já uma sociedade de classes, mas em um sentido totalmente distinto: a massa de trabalhadores (sobretudo rurais, mas também os artesãos) estava dominada por um Estado que organizava ele mesmo a apropriação dos excedentes e que, no fundo - como resultante da soma do déspota ou *wanax* a toda hierarquia de agentes designados para dirigir e controlar o confisco da sobreprodução -, desempenhava o papel de classe em relação à massa, o que dava lugar a uma religião teocrática, totalitária, homogênea no que respeita ao político e ao econômico. Nas cidades em gestação, herdeiras do legado micênico e dos séculos obscuros de onde pouco a pouco vai tomando importância como elemento motor a contradição entre nobres e camponeses, duas formas religiosas se depreendem do seio desta herança comum, em relação direta com o desenvolvimento da contradição:

1. De um lado, uma religião oficial da *pólis*, a dos *aristói*, que descarregam sobre a cidade inteira o peso de sua supremacia econômica e de seu incomparável prestígio. Está dominada por eles e se impõe a todos como marco estruturante obrigatório, especialmente por ocasião das festas nas quais os cidadãos comungam na unanimidade, correndo os gastos por conta da cidade e, em parte, por conta dos aristocratas forçados a manuficiência. A religião oficial adota três formas complementares:

- A religião da *pólis stricto sensu*, que adora, na Acrópole, aos velhos deuses creto-micênicos tópicos, convertidos agora em deuses da cidade e encarregados de garantir sua prosperidade e de assegurar a sua defesa;
- A religião heróica, que honra, por um lado, a grandes antepassados das famílias dominantes - incrementando portanto o seu prestígio e poder sobre o Estado e cidadãos -, talvez inclusive a certos aristocratas, como o "patriarca" da necrópole de um clã aristocrático da Eritréia (C. Berard), e, por outro, a grandes heróis aventureiros, "supermen" dos tempos micênicos como Hércules ou Jasão, que desempenham um papel cultural da maior importância;
- A religião dos santuários pan-helênicos que, por sua natureza, supera o âmbito da cidade, mas cujas liturgias imemoriais são recuperadas pelos *aristói* das cidades como instrumento e aparato de hegemonia. Assim acontece com os jovens nobres que triunfam na palestra de Olímpia e "saboreiam toda sua vida no mel da felicidade" (Píndaro - *Olímpicas*. I, 9.), aumentando ainda mais a distância que os separa dos homens da massa. Assim também o oráculo pítico proporciona às aristocracias os meios para dominar um instrumento de propaganda e de ação que tem um poder considerável.

2. De outra parte, uma religião popular à qual não satisfazem as liturgias obrigatórias da cidade, por causa de sua orientação aristocrática e, sem dúvida, por seu caráter urbano também, e que venera as velhas deuses ctônicas que tão desvalido papel desempenharam em Homero: Deméter-Core e Dionísio.

No tocante ao culto das duas deusas, há um contínuo desenvolvimento, cujo rastro podemos seguir da época micênica ao período geométrico, e para o qual os textos, talvez, até mesmo permitam perceber um aprofundamento doutrinal.

A análise do santuário de Elêusis é consideravelmente significativa: segundo parece, uma parte dos *telestarion* micênicos (três habitações de HR III que

se abrem para uma plataforma) foi utilizada já no período geométrico, quando se ampliou a plataforma, ao mesmo tempo em que se edificava a "casa sagrada" que se levantava ao sul.

No que concerne aos documentos literários, podemos através deles estudar, por exemplo, as transformações semânticas das palavras *olbos/olbios*: mudanças que em Homero denotam um estado de felicidade que procede da posse de bens materiais, de uma mulher, de filhos, de poder; em Hesíodo - com o qual começa o processo de transformação - *olbos* é uma espécie de graça divina que parece habitar o poeta, os heróis das ilhas dos Bem-aventurados ou Hércules...; em fins do século VII, nos últimos versos do Hino Homérico a Deméter (480 e ss.), se aplica claramente à felicidade eterna:

"Feliz aquele dentre os homens da Terra que possui a visão destes mistérios. Pelo contrário, aqueles que não estão iniciados nos sagrados ritos e aqueles que não participam neles têm o mesmo destino, inclusive quando estão mortos em meio às úmidas trevas".

O exemplo de Elêusis não é um caso isolado, podendo sem dúvida ser corroborado por outros santuários em que as continuidades começam a se fazer evidentes, mostrando o impacto indubitável dos cultos da fecundidade/fertilidade: assim acontece em Acrocorinto, Cnossos e também em Tebas.

A importância destes cultos que não aparentam ter, no momento de cristalização das cidades, uma forma adaptada à *pólis*, lhes permite estar na origem de um importante processo de transformação da cidade, pelo qual o religioso se consolida como um dos espaços privilegiados da luta de classes. Quando a crise acentua as contradições, as divindades cultuadas pela plebe são integradas à religião da *pólis*<sup>3</sup> por iniciativa, quer de tiranos, quer de legisladores, que - uns e outros - devem ter em conta a força crescente do *dêmos*. Clístenes de Sición despoja de suas liturgias o velho herói nacional da aristocracia, Adrasto, repartindo-as a seguir entre um herói antagonista e Dionísio (Heródoto. 5, 67). Periandro fomenta a celebração de ditirambos (Heródoto. 1, 23., que se pode cotejar com Píndaro - *Olímpicas*. 13, 25 e ss.). Sólon levanta um *telesterion* em Elêusis e Pisístrato dobra sua superfície, ao mesmo tempo em que dá um novo impulso ao culto de Dionísio; Clístenes, o ateniense, constrói seu *bouletérion*, lugar de reunião da nova *boulé*

---

<sup>3</sup> Em condições muito concretas (guerra, fome), os deuses populares da vegetação (Ceres, Líber, Líbera) são integrados em Roma, no Aventino, em 496 segundo a datação tradicional (Dionísio. 6, 17, 2-4). Insisto sobre as condições em que se produz esta integração: a plebe, a qual se fez esta importantíssima concessão, é sempre uma plebe essencialmente urbana e as divindades da tríade aventina são gregas (Deméter, Dionísio, Perséfone), por mais que recebam uma *interpretatio romana*, mas o problema do aviltamento da cidade faz com que a plebe preste grande atenção aos deuses propiciadores da prosperidade agrícola.

democrática, à sombra de um templo de Deméter. É bem verdade que estas medidas coincidem às vezes com outras que reforçam a religião da *pólis*; se sabe, por exemplo, o cuidado com que Pisístrato e seu filho se empenharam em assegurar a Atena e a Zeus alojamentos mais decentes. Mas nem por isso deixam de pôr em relevo que, entre as vitórias que o *dêmos* obtém ao tomar consciência de sua exploração e sublevar-se contra o poder dos nobres, o reconhecimento de seus deuses figura junto à integração dos camponeses alienados, à fixação de leis escritas, à supressão da escravidão por dívidas e ao acesso de seus membros a determinadas instâncias de decisão política ou aos tribunais. Até mesmo quando não se possa falar de uma homogeneidade entre o religioso e o político tão clara como a que existia nos reinos micênicos, a luta pelo poder continua passando pelo controle das estruturas religiosas. Ter seus próprios cultos gentilícios, triunfar em Olímpia tal qual antes o fizeram heróis como Pélope e Hércules, exercer um sacerdócio em algum culto da *pólis* e, portanto, presidir os sacrifícios ou as festas da cidade, tudo isto contribui para rodear os nobres da *aura* indispensável à hegemonia. Por outro lado, os tiranos, forçados a apoiar-se no *dêmos*, e os legisladores, obrigados a rebaixar o caráter absoluto da dominação dos *aristói*, fazem com que a cidade adote os cultos do povo.

Que não se trata unicamente de uma satisfação moral o prova, sem lugar a dúvidas, o caso da tragédia. Composta por elementos contraditórios - lamentações funerárias aristocráticas incluídas nas liturgias em honra de heróis mortos, similares aos "coros trágicos" que o tirano Clístenes arrebatara a Adrasto, e ditirambos, danças populares em honra a Dionísio -, a tragédia, instituída canonicamente em Atenas em certames oficiais por Pisístrato, refrata os velhos mitos através do prisma do contemporâneo; se converte em incomparável instrumento de cultura para o povo graças ao discurso antitético que instaura entre os personagens (que são os nobres de antanho) e o coro (que representa o povo); se revela como um dos espaços privilegiados do debate político em que se consolida a maturidade do *dêmos*: prática, por outro lado, contraditória, na qual se afirma o lugar conquistado na cidade pelo povo, ao mesmo tempo em que, mediante um jogo sutil de recuperações, contribui para organizar o consentimento e a alienação da massa trabalhadora em benefício da classe dirigente. Deveríamos também considerar a farsa que se desenrola em Mégara, grosseira perfiguração da comédia ática, e que Aristóteles (*Poética*, 1448 a 31) relaciona com o desenvolvimento da democracia na cidade. Se a isto somamos que a comédia deriva muito diretamente do *cosmos* rústico e o drama satírico dos desenfreados bailes dos sátiros, fica claro, em poucas palavras, que os gêneros dramáticos descendem fundamentalmente de elementos tomados de empréstimo aos cultos ctônicos de Dionísio ou (parcialmente no que se refere à tragédia) de elementos heróicos desviados de sua finalidade primeira em benefício do deus. Sua gênese no seio da cidade - especialmente

paródica, posto que em seguida se reveste de uma forma literária muito elaborada - há que atribuí-la à elevação do nível das lutas. Depois, desempenha muito cedo um papel impulsionador que permite que o *dêmos* aprofunde sua consciência política, ainda que tampouco se deva esquecer que sua prática é alienante, enquanto oculta as contradições sociais. Em linhas gerais, poderíamos dizer que seu desenvolvimento, fruto de uma luta de classes e estímulo para alcançar novos progressos, supõe claramente um aporte positivo para o povo, sem contar com que as adaptações incessantes de que são objeto lhes conferem um poder operatório cada vez maior.

Até mesmo nos mistérios, herdeiros bastante distantes das iniciações chamânicas, existe uma forte tendência à *pólis*, a ajustá-la às novas necessidades no âmbito da cidade, de uma cidade que estes dominam. Daí o sentido de uma evolução que privilegia aos velhos deuses tópicos como deuses de uma comunidade nova em gestação, únicos capazes de assegurar proteção e prosperidade, e que faz aumentar o prestígio dos nobres no seio da cidade, porque estes são os únicos ministros dos cultos da *pólis* e porque o auge das liturgias heróicas os favorece. Este processo se torna eminentemente operante, e se vê claramente que, em finais do século VIII, Hesíodo - pequeno camponês ou médio camponês, mas de todo modo membro do *dêmos* - não ataca a hegemonia dos nobres, ainda que questione sua prática injusta, e busca refúgio em uma realidade, a um só tempo, conceitual e religiosa da Dike, conquista inquestionável das lutas anteriores, mas que funciona também como uma máscara que oculta as relações sociais de dependência.

No entanto, em um segundo momento, a tomada de consciência do *dêmos*, e antes de tudo dos hólitas, a crise do mundo rural, e, em geral, o crescimento do nível das reivindicações e de lutas convulsionam uma religião da *pólis* que, de forma bem evidente, constitui um instrumento privilegiado da reprodução social. As reivindicações se referem à redistribuição de terras e à abolição das dívidas, mas também à integração dos deuses ctônicos nos cultos da *pólis*. O fantasmático atua a partir deste momento como um elemento motor, na medida em que oferece ao *dêmos* novos meios para afirmar sua força, para refinar sua consciência, para impor aos aristocratas uma participação menos irrisória nos assuntos públicos. Ninguém proclamou com maior autoridade a relação entre as forças da terra e a sorte daqueles que a trabalham e vêem que se lhes arrebatam o melhor do fruto de seus esforços do que Sólon (em Aristóteles, *Constituição de Atenas*, 4) quando apresenta a *seisachtheia* como libertação da Terra, da Terra deusa primordial no sentido hesiódico: "A venerável Mãe dos Olímpicos, a terra negra da qual arranquei os marcos de divisão colocados por toda parte: escrava então, agora é livre."

As comoções na religião da *pólis*, marco ideológico da hegemonia dos nobres, têm sempre causas à margem das reivindicações populares - o desenvolvimento do orfismo, seita de origem creto-micênica que busca a salvação na ascese e em uma doutrina metafísica da alma, e que não pode satisfazer-se com as liturgias oficiais que só tratam de assegurar o concurso benévolo dos deuses: o desenvolvimento de um pensamento filosófico preocupado em descobrir a *physis*, o elemento primeiro, em algum lugar que não seja os velhos mitos -, mas são fundamentalmente consequência da luta dos explorados.

A continuidade evidente entre a ideologia micênica e a do arcaísmo não é assim - ou não o é somente - efeito da inércia de algumas estruturas religiosas cuja evolução seria mais lenta que a das infra-estruturas - e aqui nos enfrentamos com todo o problema da autonomia relativa das ideologias, que não posso abordar neste artigo. Esta continuidade se explica melhor pelo fato da terra continuar representando o meio de produção essencial, e que tem como consequência que os cultos das potências da terra, deusas da fecundidade / fertilidade / vida eterna, seguem sendo eficazes nas respostas que oferecem às massas trabalhadoras, compostas fundamentalmente de camponeses - respostas globalizadoras, posto que estas potências atendem ao mesmo tempo à sobrevivência biológica sobre esta terra e à sobrevivência fantasmática de depois da morte, constituindo assim um bloqueio ideológico no qual cada elemento remete ao conjunto, o que tende a reforçar sua estabilidade e permanência. Por outro lado, está perfeitamente claro que dito bloqueio é muito anterior à época micênica, que esta religião naturalista é o fruto da experiência milenar dos camponeses / pastores desde as primeiras comunidades neolíticas.

Mas, nestas cidades em vias de cristalização, onde as crenças seguem sendo tão operativas, já se está longe da formação econômica dos Estados micênicos, despotismos "orientais" de pouca monta e *a fortiori* da das comunidades neolíticas. O conjunto de representações fantasmáticas evolui, por um lado, durante e depois das migrações dórias, sob o efeito de fatores novos que devem ser tidos em conta e abrem caminho, bem ou mal, graças a uma série de deslizamentos, de adaptações, de sincretismos que modificam o equilíbrio anterior; e, por outro, sofre uma mutação global, cuja causa primeira há que buscá-la na evolução das relações sociais de produção. Após ter passado de palaciana a cidadã, a religião sofre as consequências da acentuação das contradições e das soluções parciais que gera; ao mesmo tempo, e de um modo dialético, é um fator plenamente integrado nas lutas e contribui para a satisfação parcial de novas reivindicações do *dêmos*. O fantasmático aparece assim como motor na mudança da formação social: herança cultural transmitida de uma geração a outra, não é um peso morto veiculado pela educação no seio da família e da comunidade, mas uma estrutura dinâmica em

constante evolução, uma combinatória cujos elementos vão mudando em conformidade com a globalidade da sociedade, da qual não se pode isolar a não ser de um modo arbitrário. Nas primeiras cidades, se mostra claramente como um aparato ideológico de Estado cujas transformações são originadas pela contradição entre a camada dirigente, que objetiva assegurar sua própria reprodução, e as camadas trabalhadoras, contrapostas, dentro da *pólis* aristocrática, à diversidade das formas de exploração. A elevação no nível das lutas e a tomada de consciência que se produz ao menos em uma parte do *dêmos* forçam os *aristói* - cuja hegemonia deve ser ao menos objeto de um consenso mínimo em uma *pólis* que se define como uma comunidade de homens livres, como um "conjunto de cidadãos" (Aristóteles, *Política*, III, 1, 1274 b 41) - a abrir a religião da *pólis*: assim dão às massas a satisfação de ver que se toma em conta seu próprio passado/presente religioso e de dispor de um meio de ação eficaz para novas lutas, mas recuperando também parcialmente as concessões que foi necessário fazer organizando, em novas condições, o consentimento e a alienação do *dêmos*.

Gostaria de terminar com um exemplo que me parece significativo. Nas cidades arcaicas se constata o reviver de um sistema de educação dos jovens por classes de idades baseado em provas iniciáticas, que está especialmente bem documentado em Esparta, mas também, de modo menos claro, em outras *póles*, sobretudo em Atenas. Disse reviver, pois tais iniciações não são mencionadas em Homero, apesar de que vários mitos pareçam mostrar que existiam na época micênica, reservadas a príncipes e heróis. Outrossim, as sociedades agrário-pastoris neolíticas ou muito próximas ao Neolítico (por exemplo na África negra) as utilizam muito para assegurar uma integração horizontal do grupo humano, perpendicular à integração vertical das linhagens.

Os arqueólogos têm estudado intensamente estas cerimônias que incluem provas de resistência, às vezes muito duras, que são provas de capacitação para os jovens, que alimentam a tensão entre as linhagens e fratrias do grupo e mesmo entre grupos vizinhos vinculados por relações intermatrimoniais, e cuja finalidade é muito complexa, posto que constituem não só um adestramento que forma o jovem nas dificuldades da existência, mas também uma sobrenaturalização do indivíduo, que chega, como disse Durkheim, a ser "mais forte que a natureza, já que a faz calar."

A Comunidade da *pólis* em formação reabilita esta tradição que tinha permanecido viva no inconsciente coletivo e, no caso de Esparta, lhe dá um rigor extraordinário. E isto é assim porque, em que pese a integração em um corpo social novo ser um problema que se coloca em toda parte, em Esparta se reveste de uma importância excepcional: se trata de formar um todo de Iguais, recentemente

dotados de *kleroi* idênticos, a fim de proteger os homens livres os quais dependem de outros, os hilotas. À medida que a cidade se constitui como realidade orgânica, o sistema vai se tornando obsoleto, e talvez apenas em Atenas perdure algum rastro dele na instituição efébrica. Mesmo em Esparta, a *agogé*, cujas etapas estão marcadas por ritos de passagem, não sobrevive à desintegração dos Iguais, a não ser como elemento folclórico e práticas até turísticas na época romana. É a morte definitiva de uma estrutura milenar, revivida nos inícios do arcaísmo e que não deixa mais que impalpáveis sobrevivências quando já não responde a nenhuma necessidade real no terreno das lutas e dos enfrentamentos.

---

ARTIGO

---

CULTURA POPULAR E CLASSICISMO

Fábio Faversoni

Departamento de História - UFOP

Este trabalho insere-se em um quadro polêmico nos Estudos Clássicos que tem tido por centro, em nosso país, o livro *Cultura Popular na Antigüidade Clássica*<sup>1</sup>. O nosso eixo de reflexão refere-se a um aspecto fundamental do debate que vem sendo travado: a questão do caráter classista das intervenções parietais pompeianas.

O Prof. Funari, em seu livro, chamou a atenção para o problema da cultura popular na Antigüidade Clássica, vista, em geral, como reflexo mal acabado e inescrutável da cultura erudita (FUNARI, 1989: 13-14). O autor destaca a sua importância, comprovando, através do estudo das intervenções parietais, que estas manifestações eram peculiares desde sua forma de realização, muitas vezes sem o pretensão "original" erudito (FUNARI, 1989: 14), e, além, mesmo por ser uma manifestação específica da cultura popular, com características genéricas diversas da erudita (FUNARI, 1989: 17), mostra-se ainda particular e diferenciada das daquelas manifestações, quer por utilizar letras cursivas (FUNARI, 1989: 31-32), quer por ter a potencialidade de reunir em uma única manifestação os níveis icônico, fônico e verbal (FUNARI, 1989: 35), este último expresso pelo latim vulgar, com estrutura, léxico e polissemias diversos do latim erudito (FUNARI, 1989: 46-52). Todas estas diferenciações em relação a qualquer outro gênero de manifestação artística cultivado pelas elites de forma predominante ou exclusiva, garantem uma qualidade diversa de percepção e análise pelo historiador, pois estas diferenças devem-se não ao acaso, ou a exigências meramente técnicas de realização desta manifestação cultural, mas à particularidade dos agentes que a produzem e que a consomem, a saber, elementos que se diferenciam, segundo o autor, por pertencerem todos a *uma classe distinta* daquela que produzia a cultura erudita (FUNARI, 1989: 77).

---

<sup>1</sup> A edição espanhola é mais completa e traz ligeiras modificações em relação à edição brasileira. Ainda assim, quando não há diferenças entre as duas optamos por citar preferencialmente esta última. Esta eleição deve-se tanto ao fato de ela ser bastante mais acessível ao público brasileiro, quanto por ter sido objeto das resenhas que citamos aqui.

O autor não só toma a cultura popular como tema, mas a coloca no seu lugar de fundamental importância nos Estudos Clássicos. É desta perspectiva que surgem análises extremamente cuidadosas e que alcançam conclusões interessantíssimas, como é o caso daquelas advindas das análises das representações de gladiadores (FUNARI, 1989: 40-42), para ficar em um exemplo.

É a soma da decisão de abordar um tema abandonado<sup>2</sup> e a notável competência acadêmica ao abordá-lo, que garantiu ao autor seu objetivo maior - a nosso ver - de trazer ao debate a cultura popular, posto que seu livro coleciona resenhas críticas como poucos no Brasil<sup>3</sup>.

Deste debate é que surge este trabalho, como uma reflexão sobre a cultura popular, em especial sobre o papel de classe envolvido na realização das intervenções parietais pompeianas. Para tal, pretendemos discutir a autonomia desta forma de manifestação cultural frente às formas eruditas e a exclusiva produção destas por elementos dos grupos subalternos, além do seu caráter classista.

O autor assume, em seu livro e artigo pertinentes ao tema, uma posição idêntica quanto à relação entre a cultura erudita e a cultura popular. Deixa claro que nem uma nem outra é "superior" e que ambas se inter-relacionam permanentemente (FUNARI 1989: 16)<sup>4</sup>, daí mesmo a possibilidade de manifestações, a um só tempo com caracteres de elite e popular (FUNARI 1989: 15) e a utilização de elementos comuns às suas manifestações (FUNARI 1989: 42), ainda que as diferenças de classe as filtrem de formas diversas (FUNARI 1992, quanto às características fisionômicas serem associadas à personalidade dos indivíduos).

---

<sup>2</sup> Em boa parte por uma perspectiva de pesquisa da Antigüidade que privilegia o "rememorar" as elites, com um óbvio viés político, como alertou o autor (p. 98). O termo abandonado não é empregado aqui como uma retomada de uma análise sistemática do problema - posto que esta não houve -, mas para destacar que a possibilidade de realizá-la não é fruto do surgir de uma nova documentação e sim da decisão de estudar a já existente.

<sup>3</sup> Ainda que o livro tenha sido editado com o caráter de divulgação científica, o que faz essa tarefa hercúlea ainda mais difícil, conforme destacado por GUARINELLO, N.L. - "Resenha" *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica* (8) 1993, pp. 75 - 76.

<sup>4</sup> Em que pese esta atribuição de valor ter sido lida no texto, como em TRABULSI, J. A. Dabdab - "Sobre a 'autonomia' da 'cultura popular' no mundo antigo". *LPH: Revista de História* 1990 (1): 108-110., onde se lê: "Uma outra tendência perceptível ao longo do livro manifesta-se na forma de contrapor as maneiras eruditas e popular de expressão. A acentuação da autonomia da cultura popular leva ao elogio das formas populares, em detrimento das eruditas [...]" (p. 109). Não nos parece que tal leitura seja a mais adequada por dois motivos. Primeiro: ela é explicitamente negada pelo autor (FUNARI 1989: 16); segundo: tal leitura se faz do esforço de valorizar a cultura popular no que ela tem de mais rico, mas tal não significa desprezar a erudita, cuja valorização tem sido realizada ao longo de séculos, com toda a justeza.

No entanto, as possibilidades de interação de traços culturais eruditos e populares não nega a autonomia da cultura popular. Esta, acredita FUNARI, possui uma unidade de concepções (FUNARI 1989: 19 e FUNARI: 1991.: 24), sem que esta unidade represente uma confrontação com a cultura erudita, a partir de uma luta cultural (FUNARI 1989: 24)<sup>5</sup>, mas uma autonomia dos padrões estéticos utilizados pela classe que a fruía, posto que a cultura popular é tida como classista (FUNARI 1989: 76 e 77 e FUNARI 1992: 118 e 118-119) e possui, destarte, um *ethos* próprio e unitário (FUNARI 1992: 119). Tudo quanto se resume neste parágrafo não quer apontar que o autor ignore as heterogeneidades que caracterizam os setores sociais subalternos (FUNARI 1989: 17), sendo que este *opta*, por considerar possível a unidade destes pelos caracteres de classe comum (cf. supra-citado), por uma divisão binária (erudito-popular) (FUNARI 1992: 118).

Esta proposição é fundamental à compreensão do debate que vem sendo travado. Pretendemos dividi-la em dois momentos para que ela fique mais clara. As intervenções parietais pompeianas eram, *exclusivamente*, produzidas (física e intelectualmente) por elementos dos grupos subalternos? E o que eles pensavam, era gerado a partir de seu próprio meio social, como uma manifestação autônoma de grupos populares, refletindo seus anseios, apreensões e interesses, através de mecanismos próprios e diferenciados de representação, ou era apenas uma sub-cultura erudita, assemelhada a das elites e "cooptada" por aquela, diferenciando-se para se adaptar às mentes populares que a geravam, resultando em simulacros das legítimas manifestações eruditas?<sup>6</sup>

Quanto às intervenções parietais, cremos podê-las classificar como de três tipos básicos: os *tituli picti* (feitos com pincéis e tinta, boa parte deles produzidos para difundir as candidaturas de elementos de elites aos pleitos eleitorais), as

---

<sup>5</sup> Ainda que pudesse ser esta em alguma medida pensada a partir do gosto cultivado, ao menos por alguma parcela das massas, pelas práticas mágicas e adivinhatórias, atestado pelos grafites e pelas fontes literárias (PETR. *Sat.* 41-43 - com a história de Niceros sobre a luta do soldado capadócio com as bruxas - e a busca de cura, empreendida pelo protagonista, junto a feiticeiras, cujos métodos são descritos vivamente no c. 138, entre outros; e contra tais se coloca explicitamente COLUMELLA em seu *De Res Agrícola*. I, VII. onde se lê que: "Adivinhos e feiticeiras, dois tipos que incitam gente ignorante, através de falsas superstições, a gastos inúteis e à prática de coisas vergonhosas, devem ser proibidos no local [na fazenda].", em uma clara condenação persecutória destas práticas culturais populares, revelada nas intervenções parietais, em especial, por aquela em cujo texto se lê "*Amentius*" (FUNARI 1989: 38). No entanto tal hipótese teria que ser melhor pesquisada para tê-la como consistente.

<sup>6</sup> Tomamos aqui como referência os comentários de TRABULSI, J. A. Dabdab - "Sobre a 'autonomia' da 'cultura popular' no mundo antigo". *LPH: Revista de História* 1990 (1): 108-110. em especial onde se lê: "Em relação à Antigüidade, acho que podemos falar, não de cultura popular, mas de versões (ou interpretações ou usos) populares de uma ideologia nobre e elitista, hegemônica senão única [...]" p. 110., ainda que tal compreensão não se faça acompanhar de um maior esforço de convencimento do leitor pelo uso do recurso da demonstração empírica ou citação de outros autores que a tenham feito adequadamente na opinião deste.

pinturas decorativas externas (que utilizavam, em geral, de um repertório técnico menos sofisticado do que aquele das pinturas internas) e as "pichações" (feitas com *graphia* - instrumentos cortantes que produziam incisões na parede).

As duas primeiras criam na sua produção uma disjunção entre o produtor da intervenção no seu aspecto físico e o idealizador de sua realização, afastando-se assim, daquelas manifestações que poderíamos ter por populares, pois reproduz por esse meio a divisão, ao menos se pensarmos qualitativamente, que ocorria para o restante da produção plástica controlada pela elite, como as pinturas internas dos *domi*, os relevos, etc., não podendo ser, assim, caracterizadas como manifestações populares no sentido proposto por FUNARI (cf. 1992: 39). Estes dois tipos de intervenções parietais concentram uma parte significativa dos registros preservados, possibilitando-nos pensar que as paredes não eram *exclusivamente* de uso das camadas populares. Apenas uma parcela das ações plásticas pompeianas - as "pichações" - são, assim, apropriadamente caracterizáveis como populares.

Mesmo estas contêm elementos afastados de uma ótica presumivelmente popular<sup>7</sup>, como, por exemplo, a crítica a Nero (FUNARI 1989: 30), na qual se lê "*Cucuta a rationibus Neronis Augusti*", pois dificilmente alguém do povo - com pouco ou nenhum recurso - seria vítima da espécie de "política tributária" *sui generis* levada a cabo por alguns imperadores; ou, ainda, uma "pichação" citada por WHITAKER: "Odeio os pobres. Se alguém quer alguma coisa de graça, é louco. Tem de pagar por ela." (*CIL* 4,9839b)<sup>8</sup>, em uma desaprovação moral mais apropriada a Sêneca ou, fosse ainda mais raivosa, a Cícero do que a um popular que odeia aos seus pares, se diferenciando deles, sem declarar por que forma o faz. Tais "pichações" poderiam ser explicadas pela absorção de impulsos sociais das elites entre a "classe popular" que demonstraria a eficiência relativa dos mecanismos ideológicos de dominação e não um produtor erudito por trás destas manifestações.

Lembremos ainda uma "pichação", na qual se lê "*M.Epidius Sabinus duumvir*." (FUNARI;1989:32), intervenção típica dos *tituli picti*, encomendadas e pagas a seus produtores físicos, mas não intelectuais. Perguntar se esta seria uma manifestação política espontânea de um popular em relação a uma candidatura específica, ou se era uma criação erudita com "máscara" popular com fins eleitorais

---

<sup>7</sup> O que não significa que pretendamos, por isso, que elas não o sejam, por crermos que isso acabaria por empobrecer a análise da documentação impondo, artificiosa e injustificadamente, uma lógica de análise externa a ela.

<sup>8</sup> WHITAKER, C.R. - "O pobre." in: GIARDINA - *O Homem Romano*. Lisboa: Presença, 1992. pp. 223-246., citado na p. 226.

não nos parece absurdo. A resposta por certo não obteremos, mas a dúvida entre as hipóteses não deixa de nos parecer sugestiva.

Outro dado que nos parece importante refere-se às associações entre os agentes que produzem as intervenções parietais e suas categorias profissionais, propiciando um quadro, batizado pelo autor como "sociologia dos muros de Pompéia" (FUNARI;1989:28-29). Esta reúne 46 "categorias sociais" diversas que vão do agricultor (I.1) aos escravos fugitivos (VI.3), que têm ao seu lado os feitores (VI.6). Estas categorias, que preferimos vê-las, no limite, "profissionais", visto que um lavador (II.16), por exemplo, pode referir-se tanto ao dono da lavanderia quanto a um trabalhador desta, o que estabelece uma diferença social significativa, mas, profissional, limitada. Semelhante exemplo ocorre com o agricultor (I.1), posto que este termo reúne agentes bastante diversos, desde o grande senhor proprietário de muitas terras e escravos<sup>9</sup> até o arrendatário, sendo que aqui a reunião de todos, mesmo sob uma única categoria profissional, seria inadequada. Mas, ainda querendo apreender estas categorias profissionais como bastante uniformes e simples - o que não me parece que sejam - é flagrante alguma dificuldade em impor aos agentes envolvidos uma unidade de classe, quer pensemos, para defini-la, o "lugar" dos agentes nas relações de produção (ignorando a influência significativa de outros fatores no mundo antigo), quer na sua posição social (visivelmente pouco clara e, ainda assim, aparentemente bastante heterogênea), quer no nível de consciência destes agentes (que, parece-nos, não seria possível precisar, mas que, pelos poucos indícios, parece profundamente desigual<sup>10</sup>), formas correntes de delimitar uma classe.

Ao pensarmos estes exemplos procurando levantar dúvidas sobre sua tipicidade popular, não acompanhamos aquela perspectiva que nega a existência da possibilidade de uma cultura popular no mundo antigo<sup>11</sup>, mas pretendemos destacar a riqueza da sua multiplicidade, verificável, porque também existe, outrossim, no campo da cultura erudita, para o que tomamos como exemplo as passagens do *Satyricon*, de Petrônio, relativas à pintura<sup>12</sup>.

---

<sup>9</sup> Não queremos avançar com isto que a *nobilitas* romana estava a pichar os muros de Pompéia o que seria, no mínimo, difícil comprovar ou mesmo apontar indícios. Pretendemos tão somente destacar o amplo espectro de possibilidade de inserção que estas categorias abrigam.

<sup>10</sup> Pensamos aqui em três exemplos: os citados nas páginas 30 ("*Rufus est*" e "*Cucuta a rationibus Neroni Augusti*") e 52 (*CIL IV*, 8873).

<sup>11</sup> Como pretende o Prof. J. A. Dabdab TRABULSI em sua resenha já citada (notas 5 e 8).

<sup>12</sup> Com este exemplo, não pretendemos ser exaustivos como é óbvio, mas demonstrar tão somente o que afirmamos: a multiplicidade.

Neste romance temos, em dois momentos diversos, referências às pinturas. Em um primeiro, temos a apreciação por Encólpio das pinturas externas e internas da *domus* de Trimálchio (cc. 29-30); no segundo encontramos o mesmo Encólpio e Eumolpo externando opiniões sobre os quadros que apreciam em uma Pinacoteca<sup>13</sup>.

Nota-se, claramente, que as pinturas da casa de Trimálchio contam com todos os recursos técnicos próprios da decoração erudita, mesmo nas pinturas externas<sup>14</sup>, no entanto, esta possibilidade de comprar uma pintura tecnicamente impecável esbarra no limite social das potencialidades de afirmação do agente que as fez pintar: falta-lhe uma tradição familiar para fazer retratar *Lares* que possam remontar a heróis, senão a deuses, com um "empobrecimento"<sup>15</sup> relativo, inevitável e socialmente determinado do tema da narrativa (c. 29). Mas é dentro da casa que este limite fica mais gritante. No átrio via-se em posição central pinturas belíssimas, as quais Encólpio - um homem letrado - não pode identificar e que se referiam - segundo explicação dada pelo escravo encarregado do átrio (!) - a passagens da *Ilíada* e da *Odisséia*, além de um combate de gladiadores organizado por Lenates (*Patronus* de Trimálchio?).

Afora a "inovação" de reunir temas homéricos, com lutas de heróis, e combate de gladiadores ("heróis" de Trimálchio?), as representações certamente não refletiam uma compreensão razoavelmente nítida do autor intelectual das pinturas (Trimálchio) acerca dos poemas homéricos, de tal modo que Encólpio, apresentado por Petrônio como letrado, não os pode reconhecer, por certo não porque faltava-lhe aparato de erudição, mas porque elas não foram representadas devidamente.

Esta análise se confirma pelas freqüentes e gritantes confusões que Trimálchio revela ao falar de temas eruditos durante seu banquete. Trimálchio carecia da educação (no sentido de formação), que correntemente deveriam possuir os membros da elite, dela se afastando, por mais que procurasse se aproximar<sup>16</sup>.

Já na Pinacoteca (c. 83-84), temos empregado nos quadros ("*uario genere tabularum*") a mesma perícia técnica que dá realismo às representações ("*ut*

---

<sup>13</sup> Não nos importará aqui aqueles elementos do discurso de ambos que buscam demonstrar uma flagrante decadência da pintura, que não é única e tem seu paralelo, por exemplo, para a Retórica nos cc. 1-5, mas - por ser tal que nos interessa aqui - estabelecer uma comparação qualitativa entre as pinturas de Trimálchio e as da Pinacoteca.

<sup>14</sup> O que é verificável pelo alcance de um realismo, assemelhado ao que obteve Zêuxis com seu quadro na Pinacoteca, posto que Encolpio se assusta com a pintura de um cão que trazia a legenda "*Caue canem*"

<sup>15</sup> Ao menos na perspectiva das elites.

<sup>16</sup> Ainda que fosse por "falsificações", como as *fasces* desenhadas oferecidas pelo tesoureiro Cinamo ao seu senhor que jamais as utilizou em verdade, já que não tinha este direito por ser liberto.

*crederes animorum esse*"). Porém, os temas são retratados com precisão e estruturam-se a partir deles manifestações de verdades eternas e imutáveis sobre os homens. Com estas pinturas há o que aprender, com elas se emociona profundamente por ser impossível nelas não ver a si mesmo de alguma forma. O apuro técnico é empregado de forma qualitativamente diversa, não em si, mas para uma finalidade dada: construir uma verdade indiscutível frente aos olhos, na sua aparência e na sua essência. O cão de Trimálchio parecia verdadeiro, mas não continha nenhuma verdade.

Assim, temos no *Satyricon*, de Petrônio, duas pinturas eruditas qualitativamente diversas, facilmente explicáveis por ser possível compreender sua diversa origem social, posto que não nos parece possível associar Trimálchio e aqueles que possibilitaram aos pintores da Pinacoteca fazer seus quadros em uma única classe social.

A diferença entre a tranquilidade em delimitar os caracteres de diferença entre a pintura de Trimálchio e as da Pinacoteca não deriva delas próprias somente ou da informação que a documentação propicia, mas da quantidade (e qualidade advinda desta) de reflexão acerca das elites. Como FUNARI aponta, a historiografia tem se preocupado fundamentalmente com as elites<sup>17</sup>, de tal modo que as pesquisas que se centram neste setor social têm uma facilidade para se parametrar infinitamente superior do que aquelas que se preocupam com a "outra parte"<sup>18</sup> da sociedade, esta que encerra "um outro estranho, desconhecido, oculto." (FUNARI 1991.: 101).

Mas, o que é popular?<sup>19</sup> Havia um *ethos* popular que reunia setores sociais tão diversos como escravos, livres pobres, libertos, elementos do campo e da cidade, irmanados em uma perspectiva minimamente unitária dada pela condição aglutinadora de pertença a uma única classe social?<sup>20</sup> E, afinal, é possível dar por certa a utilidade do conceito de classe na Antigüidade?<sup>21</sup>

<sup>17</sup> Mesmo que seja só um verniz de elite, como demonstra a impressionante atenção que se dispensou a Trimálchio comparada com aquela que receberam os protagonistas do romance - a nosso ver não menos ricos para a análise histórica -, ainda que o famoso liberto não pertencesse à elite romana.

<sup>18</sup> Entre aspas, pois parte é impreciso, visto que numericamente representa quase a totalidade.

<sup>19</sup> Esta pergunta não se refere unicamente a uma estética ou estilo artístico popular, mas um agir social popular no seu sentido mais amplo.

<sup>20</sup> O exemplo dado no livro publicado na Espanha não nos parece demonstrar isto por ser incomprovado o consenso entre os setores populares de ser aquele registro a síntese do que é belo (FUNARI s/d.: 24). O mesmo ocorre com o exemplo citado na edição brasileira (FUNARI 1989: 19).

<sup>21</sup> Para tal, veja-se que esta discussão tem reunido elementos de diversas tendências historiográficas em um consenso negativo - relativo ou absoluto - a esta pergunta, como, por exemplo, ANNEQUIN, J., CLAVEL-LÉVÊQUE, M. & FAVORY, F. - "Formas de explotación del trabajo y relaciones sociales en la antigüedad clásica." in: AAVV. - *Formas de Explotación del Trabajo y Relaciones Sociales en la Antigüedad Clásica*. Madrid: Akal, 1979. pp. 5-54, que questionam sua aplicação em forma tradicional ao mundo antigo (em especial, p. 14); FINLEY, M.I. - "Entre a escravidão e a liberdade". in: *Economia e Sociedade na Grécia Antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1989., coloca em dúvida sua aplicabilidade em sentido absoluto, a menos para um emprego vulgar e não conceitual. (Cf. também "Ordens e status". in: *A Economia Antiga*. Porto: Afrontamento, 1980. pp. 43-80.); VIDAL-NAQUET, P. - "Os escravos gregos constituíam uma classe?" in: VERNANT, J.-P. & VIDAL-NAQUET, P. - *Trabalho e Escravidão na Grécia Antiga*. Campinas: Papyrus, 1989. pp. 86-97., dúvida também de sua aplicabilidade de forma absoluta, enquanto seu colega, apesar de discordar de sua não aplicabilidade, não reduz em sua análise escravos e livres pobres a uma mesma classe (Cf. VERNANT, J.-P. - "A luta de classes". in: *Mito e Sociedade na Grécia Antiga*. UnB/José Olympio: Brasília/Rio de Janeiro, 1992); ainda GARNSEY, P. & SALLER, R. - *The Roman Empire. Economy, Society and Culture*. London: Duckworth, 1987. pp. 148-159., preferem buscar compreender a sociedade romana imperial, não a partir das lutas de classes, mas das relações diretas de poder.

Parece-nos que a posição defendida por FINLEY e por GARNSEY & SALLER são bastante pertinentes na medida em que possibilitam uma explicação satisfatória para a ação fragmentária dos setores populares, em especial em momentos bastante propícios a uma ação unitária destes setores<sup>22</sup>. Assim, mesmo que se conclua possível uma análise que utilize o conceito de classe, difícil nos parece agregar todos os agentes subalternos passíveis de serem vistos como pertencentes à "classe popular" em uma única classe, conceitualmente falando<sup>23</sup>.

Com nossas críticas à obra de FUNARI não pretendemos afirmar que sua produção acerca das intervenções parietais tenha sua validade e propriedade - também já destacadas<sup>24</sup> - questionadas, mas tão somente defender que tais pesquisas devem continuar assumindo diferentes caminhos que enriqueçam o debate e propiciem um conhecimento mais abrangente sobre a Antigüidade Clássica, através de um viés político diferenciado do hoje hegemônico. Tal perspectiva crítica se assenta em uma linha de pesquisa que nos parece profícua: aquela que busca compreender os setores populares a partir da sua inserção nas relações diretas de poder e não através das categorias construídas a partir do

---

<sup>22</sup> Como o da "criação" da idéia de liberdade e da democracia em Atenas, momento no qual as "massas" se colocaram dentro dos limites impostos pelas elites, fragmentando sua ação, elevando à condição de liderança elementos, invariavelmente (ao menos durante os séculos V e IV), advindos da elite urbana proprietária de terras, e se dividindo em grupos de apoio a estes líderes (Cf. FINLEY, M.I. - *Democracia Antiga e Ideologia Moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988., em especial, pp. 55-90.) fenômeno semelhante, mas qualitativamente diferenciado, se dá no momento das Guerras Civis no caso romano, cf. a excelente análise de BRUNT, P. A. - "La plebe urbana." in: AAVV. - *Estudios sobre Historia Antigua*. Madrid: Akal, 1981.

<sup>23</sup> Parece-nos exemplar desta dificuldade o já citado artigo de Jean-Pierre VERNANT (nota 22), para o caso grego, e ALFÖLDY, Géza - *Historia Social de Roma*. Madrid: Alianza, 1987., em especial, pp. 182-198., nas quais o autor destaca a grande heterogeneidade dos agentes dos "estratos inferiores en época del Principado", em uma análise fundada na aparente pressuposição da impossibilidade de utilização do conceito de classe.

<sup>24</sup> Se dispensamos mais palavras àquela parte em que polemizamos com o autor, não é porque a consideramos a parcela mais substancial das nossas reflexões sobre as obras, *pelo contrário*. No entanto, a polêmica é, para nós, mais envolvente que o consenso e, por isso, dispensa mais atenção, já que ela concentra a possibilidade de avanços da pesquisa. Daí se explica o paradoxo na ênfase.

conceito de classe, cujo emprego para a Antigüidade pode ser discutido, mas que, mesmo se aceito, ainda que pareça útil, não deixa de ser simplificador de uma realidade extremamente complexa. Se isto por um lado apresenta vantagens, não devemos por tal esquecer que impõe limites.

Concluo lembrando as palavras de FINLEY: "Isso me parece ser um julgamento *histórico* correto. Se, também, é ou não um correto julgamento *político*, cada um decidirá por si mesmo."<sup>25</sup>

## BIBLIOGRAFIA CITADA

AAVV. - *Estudios sobre Historia Antigua*. Madrid: Akal, 1981.

AAVV. - *Formas de Explotación del Trabajo y Relaciones Sociales en la Antigüedad Clásica*. Madrid: Akal, 1979.

ALFÖLDY, Géza - *Historia Social de Roma*. Madrid: Alianza, 1987.

FINLEY, Moses.I. - *Democracia Antiga e Ideologia Moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_ - *A Economia Antiga*. Porto: Afrontamento, 1980.

\_\_\_\_\_ - *Economia e Sociedade na Grécia Antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu - *Cultura Popular na Antigüidade Clássica*. São Paulo: Contexto, 1989.

\_\_\_\_\_ - *Cultura Popular en la Antigüedad Clásica*. Madrid: Sol, 1991.

\_\_\_\_\_ - "A caricatura gráfica e o *ethos* popular em Pompéia." *Classica* (suplemento 1) 1992: 117-138.

GARNSEY, Peter & SALLER, Richard - *The Roman Empire. Economy, Society and Culture*. London: Duckworth, 1987.

GIARDINA, - *O Homem Romano*. Lisboa: Presença, 1992.

---

<sup>25</sup> FINLEY, M.I. - *Democracia Antiga e Moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 48. Os grifos seguem o original.

GUARINELLO, Norberto Luiz - "Resenha" *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica* (8) 1993, pp. 75 - 76.

PÉTRONE - *Satyricon*. 3<sup>e</sup> éd. Paris: Les Belles Lettres, 1950. (Texte établi et traduit par Alfred ERNOUT).

TRABULSI, José Antônio Dabdab - "Sobre a 'autonomia' da 'cultura popular' no mundo antigo". *LPH: Revista de História* 1990 (1): 108-110.

VERNANT, Jean-Pierre - *Mito e Sociedade na Grécia Antiga*. UnB/José Olympio: Brasília/Rio de Janeiro, 1992.

\_\_\_\_\_ & VIDAL-NAQUET, Pierre - *Trabalho e Escravidão na Grécia Antiga*. Campinas: Papyrus, 1989.

---

ARTIGO

---

**IMAGINÁRIO POLÍTICO E REALEZA SAGRADA: REFLEXÕES SOBRE ALGUNS  
TÓPICOS DE HISTÓRIA POLÍTICA**

**MARCOS ANTONIO LOPES**

Mestrando em História pela USP.

"Em todos os países os reis passaram, naquele  
tempo, por personagens sagrados."<sup>1</sup>

Partindo do referencial teórico de imaginário político, este artigo pretende discutir um conjunto de elementos que deram forma ao pensamento político na Europa pré-industrial. Ao longo de um amplo quadro histórico, que se estende da Baixa Idade Média à Época Moderna, são revisitados de passagem capítulos menos tradicionais de História Política do Ocidente Medieval e Moderno. Entre os temas enfocados, destacam-se a metáfora francesa do "esposo místico" da República, a idéia de transferência do "corpus mysticum" de Cristo, da Igreja medieval para as monarquias modernas, além do paradoxo do "corpo duplo" do rei.

**RAÍZES MEDIEVAIS DO ABSOLUTISMO**

O direito divino dos reis<sup>2</sup>, teoria política da Época Moderna, foi uma ideologia formada por várias teses interligadas e referidas a um princípio geral: o poder e autoridade reais derivados de Deus. Tais teses políticas acabaram resultando em um consistente corpo de idéias ao longo do processo de reestruturação política européia compreendido entre os séculos XIV a XVI. Foram idéias políticas interligadas e coordenadas em relação ao princípio referido possuindo um horizonte teórico bem definido e um espaço geográfico de atuação. De fato, as idéias que informam o direito divino dos reis, dando-lhe um contorno bem configurado, estiveram vinculadas ao universo político e cultural das nações cristãs no Ocidente, ocupando um papel notável do ponto de vista do avanço das estruturas políticas européias. O seu desenvolvimento em corpo doutrinal foi lento e esparso, uma vez que diversos escritores políticos, medievais e modernos, tentaram teorizar acerca da natureza do poder secular nas mais diversas áreas. A título de

---

<sup>1</sup> Marc BLOCH, *Le rois thaumaturges*. Strasbourg, Librairie ISTR, 1927, p.17. "En tous pays, les rois passèrent alors pour des personnages sacrés."

<sup>2</sup> Uma visão detalhada sobre esse tema desenvolvi em "O direito divino dos reis: para uma história da linguagem política no Antigo Regime". Revista *Síntese*, São Paulo, 57, Abril-Junho, 1992.

ilustração podemos lembrar nomes medievais como Dante Alighieri, *De Monarchia*, John Fortescue, *The Governance of England*, e Jean de Paris, *Du pouvoir royal et du pouvoir papal*, bem como defensores modernos do poder temporal: Claude Seyssel e Cardin Le Bret, *La grand monarchie de France* e *De la souveraineté du roi*, respectivamente; o inglês Robert Filmer, *Patriarcha* e o próprio Jaime I, *The true law of free monarchies*.

Com efeito, as raízes do direito divino dos reis devem ser procuradas na Baixa Idade Média, em meio à disputa pela hegemonia política entre o Império e a Igreja e, um pouco mais tarde, entre as monarquias emergentes e Roma. Dessa forma, a teologia política do direito divino pode ser apreendida como uma espécie de resultante tardia do cruzamento de princípios e idéias políticas das esferas espiritual e secular perpetrado desde a Alta Idade Média ocidental. A defesa do poder real por direito delegado diretamente por Deus tornou-se o efeito mais palpável das complexas relações entre as pretensões pontifícias e os interesses seculares no terreno da política, a partir dos séculos XIII e XIV na Europa Ocidental.

É a partir do confronto direto com a Igreja<sup>3</sup> e a tendência a estender sua atuação à esfera temporal do poder, que a jurisdição e o misticismo da monarquia desenvolveram seus elementos teóricos mais consistentes. Assim é que, no século XVI, o Estado Nacional emergente poderá ser caracterizado como uma monarquia absoluta e mística, apoiada sobre uma base racional, a legislação. De fato, os mistérios da monarquia absoluta estiveram inseparáveis do domínio de uma nascente legislação de Estado e de um crescente aparato burocrático-administrativo.

### **A LEGISLAÇÃO COMO COEFICIENTE DE FORÇA**

No plano teórico, as doutrinas do direito divino dos reis representam um dos mais significativos contributos para o aparecimento e consolidação de uma nova ordem a ser fundada pela atuação de atores que ganharam expressão a partir do interior do sistema feudal. Notemos de passagem que as monarquias cristãs, essas novas entidades políticas aut centradas da Época Moderna, não existiam na Baixa Idade Média, enquanto representantes de um Estado soberano territorialmente delimitado e de uma cultura relativamente homogênea, agregando núcleos dotados de tradições e língua comuns. Vieram suceder à fragmentação feudal e, para tanto, forjaram uma nova ordem política, que lentamente vai se configurando através de ações práticas e de uma sólida fundamentação ideológica e

---

<sup>3</sup> Uma breve mas objetiva visão desse confronto encontra-se em Roland MOUSNIER. La papauté. In: *La monarchie absolue en Europe du V<sup>e</sup> siècle à nos jours*. Paris, PUF, 1982.

jurídica. Esse período corresponde à fase inicial da burocratização do Estado Moderno, que a partir do século XIII passou a encontrar em uma legislação amplamente baseada no direito romano uma base firme sobre a qual se apoiar. Neste sentido, as monarquias emergentes atuaram como um dos mais contundentes elementos dissolventes da ordenação medieval do mundo, tendo em vista tratar-se o processo de crise e desestruturação da ordem feudal de um fenômeno complexo e de causação múltipla.

Na estruturação do novo cosmos político, ou seja, no processo de constituição de realidades nacionais por oposição à universalidade imperial-cristã, cabe indagar por quais vias foram transferidos ao novo Estado secular os mistérios espirituais da monarquia pontifícia medieval. Ernst Kantorowicz<sup>4</sup> não tem receio de afirmar que esta transferência se processou principalmente através de uma legislação altamente instruída pelos métodos do pensamento escolástico. Sem desconsiderar o papel desempenhado por fatores de ordem diversa como, por exemplo, o cerimonial que passa a circundar a realeza, este autor coloca em destaque a função desempenhada nesse processo pela ação vigorosa da nova legislação. Acerca das especificidades do mundo da política e do terreno das leis na fase de declínio do mundo feudal, é preciso notar que nessas esferas contíguas era comum e natural o intercâmbio entre as coisas do mundo e os valores estabelecidos pela religião e a teologia.

Na Baixa Idade Média, no plano da política, verifica-se uma contaminação recíproca entre as questões relativas ao mundo e os temas referentes à religião. Dessa forma, não é estranhável que juristas das mais diversas áreas aplicassem livremente metáforas teológicas e exemplos bíblicos, mediante os quais expunham suas convicções e a visão de mundo dos segmentos que representavam. Com efeito, as várias instâncias do direito conheceram uma espécie de influência recíproca. Os advogados canonistas faziam uso prático do direito romano em seu ofício. De igual modo, os juristas civis, ideólogos de uma nova ordem e agentes de um novo mundo político, aplicaram irrestritamente alusões às Sagradas Escrituras em suas pendências. Da mesma forma, elementos e métodos de ambas as instâncias foram incorporados por juristas do direito consuetudinário, intérpretes das leis estabelecidas pelo costume, base de todo o edifício jurídico medieval.

Até certo ponto, as monarquias modernas constituíram-se num produto derivado do esforço intelectual dos codificadores medievais do Direito Romano, posteriormente intensificado por uma camada de juristas especializados nas

---

<sup>4</sup> Cf. Ernst KANTOROWICZ, *Secretos de Estado (Un Concepto Absolutista y sus Tardios Origenes Medievales)*. *Revista de Estudios Politicos*, Madrid, 104, 1959.

questões administrativas do Estado absolutista como os "maîtres de requêtes" franceses e os "letrados" na Espanha de Carlos V e Felipe II. Isto se deve principalmente ao fato de que, para o conjunto da Europa Ocidental, um dos princípios norteadores da adoção da jurisprudência romana reside na crescente tendência à centralização do poder real via integração territorial de condados, ducados e feudos diversos ao reino, alguns deles autárquicos ainda no século XVI francês. Na ilustrativa expressão de Perry Anderson<sup>5</sup>, "o direito romano era a mais poderosa arma intelectual disponível para o programa característico de integração territorial e centralismo político". De fato, a jurisprudência romana, ao contribuir para acelerar o processo de centralização do moderno Estado Nacional, representou um dispositivo ágil e incisivo nas mãos dos defensores das monarquias européias no ponto de viragem do sistema feudal à era dos reis. Discutindo o papel do Direito Romano, Roland Mousnier nos ensina que "o progresso da monarquia absoluta não se deve apenas ao desejo, natural dos reis, de aumentarem o seu poder. O Direito Romano já contribuía, no século XIII, com a idéia do príncipe absoluto, que concentra em sua pessoa todos os poderes e cuja vontade faz lei (...) acrescentando-lhe a idéia antiga do 'herói', do semideus dominador e benfazejo. Contudo - continua o autor - não são apenas as representações mentais que se impõem ao indivíduo e lhe determinam doravante os seus atos. O Direito Romano deveu seu êxito ao fato de ter apresentado fórmulas cômodas para exprimir as tendências profundas dos contemporâneos. O herói é o modelo do ser a quem os povos têm necessidade de se entregar. A doutrina do absolutismo corresponde às necessidades dominantes desta sociedade e como a um desejo do corpo social".<sup>6</sup>

## IDADE MÉDIA E IMAGINÁRIO POLÍTICO

Já faz algum tempo que medievalistas e estudiosos do pensamento político vêm tentando apreender as sociedades feudais como núcleos de civilização iluminados por complexos simbolismos detentores de diferentes graus de compactação ao longo do tempo e das diversas áreas geográficas da Europa Ocidental. Com razão, é somente a partir do entendimento da simbologia política de fins da Idade Média Ocidental que podemos nos aproximar de uma compreensão em maior profundidade do real significado do fermento ideológico que fez crescer o grande bolo do absolutismo na Europa Moderna.

Como observou Eric Voegelin<sup>7</sup>, ao longo dos processos de desenvolvimento das sociedades humanas, todo grupo encontra uma forma

---

<sup>5</sup> Perry ANDERSON, *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo, Brasiliense, 1985, p.27.

<sup>6</sup> Roland MOUSNIER, As Novas Estruturas do Estado. In: *Os séculos XVI e XVII*. São Paulo, DIFEL, 1967 (História Geral das Civilizações, Tomo IV, v.9) Dir. Maurice CROUZET.

<sup>7</sup> Eric VOEGELIN, *Nueva Ciencia de la Política*. Madrid, RIALP, 1970.

particular de auto-explicação da própria natureza política e razão última de sua existência. Nas sociedades pré-capitalistas, tal forma expressa-se, invariavelmente, através de uma participação simbólica do mundo restrito - representado pela sociedade humana -no grande cosmos político organizado e administrado por uma vontade sobrenatural. Nesse sentido, cada sociedade compreende a si mesma por meio de uma variedade de símbolos; e a Cristandade Ocidental, em fins da Idade Média, constitui-se num caso "sui generis" de auto-interpretação da ordem política.

Com efeito, as sociedades da Europa feudal, explicitadas no plano político pelo esforço teórico-doutrinário da Igreja, representavam um universo político limitado, pleno de simbologia. Tais símbolos de representação da existência da Cristandade são formulados enquanto verdades inquestionáveis em dois níveis hierárquicos bem definidos: um, de natureza existencial (terrena), e um segundo, mais elevado, de caráter transcendente. A "cidade terrena" e a "cidade celeste" de Santo Agostinho, em que a primeira não é senão um reflexo muito imperfeito desta última. Em outros termos, a ordenação política medieval representava a sociedade política como a imagem refletida de algo que está situado acima do mundo terreno: o espelho de uma força sobrenatural, da qual tudo que existe no mundo é derivado. Em síntese, a ordenação da sociedade política advém da vontade de Deus e se revela compreensível e justa à comunidade dos homens, se encarada com os olhos da fé em Cristo e na Igreja.

No decurso de toda a Idade Média, projetando-se com traços bastante nítidos na época do absolutismo, o ato de governar se reveste de um caráter sacramental. Isto talvez se explique, em parte, pelo fato de que, sobre a figura da autoridade política, recai a responsabilidade de assegurar a harmonia entre a sociedade dos homens e a ordem cósmica desejada por Deus; com efeito, todo depositário do poder e autoridade políticas, independentemente de seu valor pessoal e da natureza de sua administração, é uma figura sagrada. Muito mais tarde, um dos mais representativos ideólogos do absolutismo de direito divino dirá que "rebelar-se contra ele é cometer um sacrilégio".<sup>8</sup>

Em meio a tal universo político imaginário da sociedade, a figura do Rei encontrou material histórico acumulado para passar de uma posição de pouca expressividade à cabeça da sociedade política. Como referimos, muitos postulados explicativos da origem divina do poder real podem ser procurados na Baixa Idade Média. Na viragem da época feudal aos tempos de transição ao capitalismo, a

---

<sup>8</sup> BOSSUET. A referência completa é: "Il paraît de tout cela que la personne des rois est sacrée, et qu'attenter sur eux c'est un sacrilège". *La politique tirée des propres paroles de l'Écriture Sainte*. Genève, DROZ, 1967, p.65.

realeza, por uma série de fatores, granjeou o status de representante direta de Deus na Terra. Sobre a figura mística do rei passou a repousar a manutenção da ordem do mundo. No início dos Tempos Modernos, a figura real havia se transformado, no Reino da França, no mais alto estado temporal da sociedade, mais honroso que o imperador -representante de uma unidade política antes imaginária que real - e numa posição infinitamente mais privilegiada que qualquer membro da alta aristocracia do reino. Analisando uma série de Histórias da França do século XVII, e passando em revista a obra de autores contemporâneos, como De Marolles, Mézeray e Bossuet, Michel Tyvaert<sup>9</sup> faz notar que, neste período, "toda realidade histórica converge em direção ao monarca; (...) A história de um reino ou de uma nação tem por objeto o príncipe e o Estado; estes são como o centro para onde tudo deve tender e se encaixar".

### **PRIMAZIA DA REALEZA**

Nos séculos XIV e XV, por meio de uma crença comum em certos atributos "mágicos" dos reis da França e da Inglaterra, o que Marc Bloch chamou de "Royauté merveilleuse", bem como através de uma intensa propaganda ideológica empreendida por escritores políticos, a monarquia torna-se um conceito místico. A qualidade do monarca cristão conserva a marca do sobrenatural, os que se sentam ao trono são objeto de reverência mística, sobretudo no reino da França. Os reis ingleses são apresentados como a cabeça em função do corpo, vale dizer, o órgão de comando da nova sociedade política, por onde necessariamente devem passar todas as grandes questões do reino.

Nesse período, inicia-se uma fase crucial na história das sociedades ocidentais, com a progressiva afirmação das monarquias frente às já muito abaladas pretensões universalistas da Igreja e do Sacro Império. No século XIV, e, de forma mais expressiva, nos séculos XV e XVI na França e Inglaterra, tentou-se teorizar o problema da representação política secular no Ocidente, através do emprego de elementos que afirmassem a primazia dos reis em relação às forças universais referidas. Pela utilização de uma linguagem política amplamente informada por pressupostos teológicos, em que se aplicam um sem número de postulados da fé cristã, os registros fundamentais do período são a transferência do símbolo cristão do "corpus mysticum" para o reino, na Inglaterra, e a idéia de casamento místico entre o Rei e a República. Estes dois princípios acentuariam ainda mais os mistérios de Estado e a mística em torno da realeza, fazendo com que a nação se inclinasse até aos pés pontificais do Rei.

---

<sup>9</sup> Michel TYVAERT, L'Image du Roi: Legitimité et Moralité Royales dans les Histoires de France au XVII<sup>e</sup> siècle. In: *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*. Paris, 21, Oct.-Nov., 1974.

Por esta nova concepção política, na ordem da cristandade, as monarquias cristãs passavam a representar o mais alto "ministério" sobre a terra. Se, de um lado, a personificação da monarquia, simbolizada pela figura real, ganhou a posição de órgão diretivo único da sociedade, diante do qual não se pode oferecer qualquer resistência, sob pena de sacrilégio, por outro, deveria exercer uma justiça incorruptível que só a Deus se submete. Em sentido complementar, trazia a seu cargo as funções de mantenedora perpétua da paz e provedora da defesa do reino frente aos agentes da instabilidade política e aos inimigos externos.

Diante do clima de insegurança e incertezas derivado da crise geral do feudalismo, com todos os nefastos acontecimentos que lhe são aderentes - peste, fome, recuo demográfico -, o desejo de unir-se a um corpo chamado reino, com uma cabeça para governá-lo, fez com que a cristandade, em fins da Idade Média, se inclinasse a constituir-se em uma nova ordem social, vale dizer, se reestruturasse em realidades políticas particulares e autônomas.

### **O CORPO MÍSTICO DO REI**

Nesse sentido, a elaboração de uma simbologia organicista irá fortalecer, sobremaneira, poder e autoridade da monarquia inglesa em seus esforços por desembaraçar-se do entraves impostos pelo mundo senhorial, cujo impacto mais sensível ao poder central, são as revoltas baronais de fins da Idade Média. Dessa forma é que, envolta no simbolismo do corpo místico do rei, podemos encontrar a fase inicial de uma efetiva articulação dos segmentos da sociedade feudal a caminho de se constituir em sociedade política coesa no reino da Inglaterra.

A simbologia do corpo místico do rei expressa-se de forma compreensível, através do seguinte arrazoado: o rei possui dois corpos, um dos quais não é senão um corpo físico, natural; neste, o rei fica sujeito às paixões humanas, estando submetido ainda à morte como o comum dos homens. Entretanto, seu segundo corpo é um corpo político, cujos membros estão representados pelos súditos. Unidos, um e outros compõem a sociedade política, da qual o rei simboliza a cabeça. Neste corpo, o rei não se encontra nem à mercê dos apetites humanos, nem sob o influxo da morte. Em seu corpo político, o rei nunca morre.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Cf. Ernst KANTOROWICZ, *Los dos Cuerpos del Rey*. Un estudio en Teología Política Medieval, Madrid, Alianza Editorial, 1985. Esta analogia orgânica encontra sua matriz em plena Idade Média, mais precisamente no século XII, "... cuando la Iglesia apareció por primera vez como un 'corpus mysticum' (...) para encontrar algunas formulaciones teológicas, repetidas después con frecuencia, del tipo siguiente: hay dos cuerpos de Cristo: el cuerpo material humano que recibió de la Virgen y el cuerpo espiritual, constituido como colegio de la Iglesia. Un cuerpo de Cristo, que es él mismo, y otro cuerpo del cual es la cabeza". E. Kantorowicz, *Secretos de Estado*, op. cit. Esta discussão pode ser também acompanhada em Ralph GIESSEY, *Cérémonial et Puissance Souveraine*. Paris, Armand Colin, 1987.

Em fins da Idade Média, a transferência do corpo místico para o reino é o marco mais expressivo do declínio da ordem política cristã sedimentada pelas forças universais do Império e da Igreja. Entretanto, esta simbologia não se constitui, como à primeira vista possa transparecer, numa rígida e mecanicista analogia orgânica do tipo corpo-cabeça, como a conhecerão certos regimes corporativistas de tendência fascista no século XX. Na concepção de alguns ideólogos contemporâneos, era preciso que estes elementos estivessem unidos por um princípio vital, uma substância que fizesse girar as articulações desse entroncamento, um fator que alimentasse a perfeita sincronia de movimento entre os membros e o órgão de comando; era necessário existir um elemento interno que desse força vinculatória à sociedade política. Assim, se o rei representa a cabeça do reino e os súditos os membros, na seqüência dessa analogia orgânica, a vontade geral do reino ("intentio populi") será o centro animador desse encontro, o coração do reino que transmite ao órgão de comando e insufla nos membros os elementos nutrientes, para que a articulação se processe. Dessa forma, o centro vital da sociedade política é como uma alma intangível, que não se encontra de forma definida em nenhuma de suas partes em particular. Isto não significa, no entanto, que esta forma típica de representação política diminua a importância da cabeça para o conjunto do reino. Para efeitos práticos, a cabeça sempre predominou como órgão diretivo e de soberania absoluta, sem a qual o reino é um corpo social acéfalo, uma figura tão desprovida de propósito como um tronco humano sem cabeça.

Por esta transferência, o rei cristão apropriou-se de certas funções pontificais dos mais altos representantes da Igreja. O "pontificalismo" dos monarcas absolutos apoiar-se-á na crença, comum à Baixa Idade Média e início dos Tempos Modernos, de que o poder político é um mistério exercido pelo rei e todas as ações realizadas em nome desse mistério - os segredos de Estado - são válidas, prescindindo inclusive do valor pessoal do soberano. Segundo a fórmula de Jaime I da Inglaterra, "os reis são chamados deuses com razão, pois realizam uma espécie de poder divino sobre a terra (...); não é legal discutir aquilo que concerne ao segredo do poder do rei (...); é ateu e constitui blasfêmia discutir o que Deus pode fazer. Do mesmo modo é presunção e grande desdém, em um súdito, discutir o que pode fazer um rei".<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Ernst KANTOROWICZ, *Secretos de Estado...* op. cit.

## A MONARQUIA COMO CONCEITO MÍSTICO

Em torno da figura real, passou a circular, no início da Época Moderna, de forma cada vez mais nítida, uma constelação afetiva de atributos. A imagem do rei, personificação do reino, é frequentemente associada à justiça, à virtude e à própria natureza da nação. Como demonstra Robert Mandrou<sup>12</sup>, no ponto de viragem da Idade Média à Europa Moderna, o rei não é, como nos sentimos tentados a imaginar, segundo os monarcas de hoje, um chefe de Estado submetido a uma constituição. É o soberano e, mais profundamente, o mantenedor da prosperidade, paladino da nação. É a virtude do sangue que corre por suas veias que faz com que vivam seus súditos, que assegura aos seus a vitória nas guerras, os êxitos culturais. Em uma palavra, a realeza é um conceito místico. Assim como os homens estão unidos no corpo espiritual da cristandade, cuja cabeça é Cristo, também estão atados moral e politicamente à República, porque, da mesma forma, a República é um corpo, cujo centro vital é o príncipe cristão. Ainda em 1789, o espírito da nação francesa permanece profundamente monárquico. Os cadernos paroquiais de diversas circunscrições rurais bem o demonstram. Se, por um lado, insistem veementemente pela abolição do imposto da gabela, distribuição mais justa das taxas fiscais e a abolição definitiva de direitos feudais persistentes, de outro, tais registros são um claro testemunho da devoção e fidelidade do povo francês ao rei. Toda a cólera do campesinato é dirigida aos cobradores de impostos. Mas tudo se transformará em pouco tempo. Panfletos revolucionários veiculados posteriormente mostram a figura do rei se opondo, perante a mentalidade popular, ao conjunto do povo francês, vale dizer, a um novo código de princípios ético-institucionais, cujo centro é a "vontade geral". Um processo análogo havia ocorrido com a representação real na Inglaterra revolucionária do século anterior. A rede de oposição revolucionária situará a figura real no centro de um horizonte negativo de atributos.<sup>13</sup>

Na França de fins do século XVIII, o rei, com todos os seus atributos do passado - absolutismo, inviolabilidade -, e seu papel presente simbolizado pela palavra "traição", passará a ser identificado à figura de um judas. Tudo o que se opõe ao rei, passa a ser identificado com os grandes princípios políticos e morais republicanos, fundadores de uma nova representação política. Com efeito, no imaginário político, a revolução de 1789 romperá com a antiga ordenação medieval. Ao contrário da Revolução Inglesa, que conservou um caráter religioso - tratava-se de recuperar uma ordem original desejada pelos homens e por Deus -, a

---

<sup>12</sup> Robert MANDROU, *Introduction à la France Moderne. Essai de Psychologie Collective. 1500-1640*. Paris, Albin Michel, 1961.

<sup>13</sup> Sobre este aspecto confronte com a opinião de Regine ROBIN, *Histoire et linguistique*. Paris, Armand Colin, 1973.

Revolução Francesa romperá a um só tempo com a Igreja e com a monarquia, com a religião e com uma longa tradição política; nesse sentido, a revolução representa uma ruptura dramática com a própria história, ao dar as costas a valores que a civilização francesa cultuara durante séculos.<sup>14</sup>

Mas ao longo da Idade Moderna, os reis franceses, ao invés de serem repelidos do corpo social, eram reconhecidos como fonte de onde emana a honra e a glória da nação. O soberano é a exaltação da imagem divina sobre a terra. Nas palavras de Bossuet, clérigo ideólogo do absolutismo de Luís XIV, do rei "provêm as ordens que põem em movimento magistrados e capitães, cidadãos e soldados, províncias e exércitos, na terra e no mar. (O rei) é a imagem de Deus que, sentado no seu trono no mais alto dos céus, põe em movimento toda a natureza".<sup>15</sup> Tudo quanto exista no território sob sua jurisdição, existe em função de sua bondade e justiça. No regime absolutista, os reis franceses conheceriam uma tal concentração de poder, capaz de colocá-los na posição de julgar a todos, sem se submeterem a juízo de qualquer instância. De resto, não dependem de nenhum outro homem para fazer valer sua vontade, senão de Deus e de sua própria dignidade: "um rei é de categoria superior a todos os outros homens, ocupando, por assim dizer, o lugar de Deus". Nesta passagem das *Instruções ao Delfim*, Luís XIV nos oferece uma clara visão acerca da posição e magnificência reais, na época de maior esplendor do absolutismo.

Em relação ao tema do simbolismo em torno da realeza e seus desdobramentos no processo de afirmação da monarquia absoluta no Ocidente, Roland Mousnier nos oferece uma das passagens mais vivas a este respeito. Refletindo sobre o reinado da figura maior do absolutismo francês, e lançando mão de relatos de contemporâneos, este autor faz notar que "todos os olhos fixam-se nele; só a ele é que se dirigem todas as vozes; só ele recebe todos os respeitos; só ele é objeto de todas as esperanças; não se procura, não se pretende, não se faz nada que não seja por ele só (...) Todos os laços de sentimento e interesse convergem para o rei que, assim, encarna os votos e as esperanças de todos os seus súditos, e, desta forma, tanto quanto pelo exercício pessoal do poder, concentra o Estado em si mesmo, arremata em sua própria pessoa a unidade do Estado (...) através de sobrevivências medievais, Luís XIV preparava o Estado Moderno".<sup>16</sup>

Com efeito, durante o século XVII a constituição de um imaginário político, no qual se acentua cada vez mais o misticismo da monarquia, fez da história da França a história da nação guardiã de uma ordem religiosa, na qual a

---

<sup>14</sup> Cf. François FURET, La Revolución en lo Imaginario Político Francés. *Revista de Occidente*. Barcelona, 1984, nº 41.

<sup>15</sup> BOSSUET, op. cit.

<sup>16</sup> Roland MOUSNIER, op. cit.

figura do monarca é o alvo mais sagrado. As diversas concepções políticas deste século fizeram do rei, ora sucessor legítimo de figuras lendárias detentoras de altas virtudes como Pharamond - suposto fundador da monarquia franca - ora o plenipotenciário de Deus sobre a terra.<sup>17</sup>

### O "ESPOSO MÍSTICO" DA REPÚBLICA

O absolutismo da Europa Moderna, com todos os seus marcantes pressupostos político-teológicos e seu forte colorido religioso, pode ser apresentado como um herdeiro tardio do cruzamento de idéias políticas resultante de uma complexa série de relações entre a Igreja e o Estado na Idade Média. Contudo, é preciso fazer notar ainda uma vez que os mistérios da monarquia absoluta não estiveram destacados das tradições do reino - em que se mesclam antigas crenças em torno da figura real - nem tampouco dissociados de uma legislação que cada vez mais adquire consistência e complexidade através do resgate do Direito Romano.

Tanto foi assim que escritores políticos realistas do período, especialmente na França, fizeram notar que o rei era "l'époux mystique de la Respublica". A antiga metáfora medieval do esposo e da esposa - o amor de Cristo pela Igreja - foi transferida do espiritual ao secular, para definir as relações entre o príncipe e o Estado. De fato, é na França do século XVI que esta expressão se difunde e ganha força. Na coroação de Henrique II em 1547, durante o cerimonial de passagem do anel, fixou-se um parágrafo referindo-se que, por aquele ato simbólico, o rei esposava solenemente o seu reino. Um matrimônio de natureza moral e política decerto, celebrado entre a realeza e a República.<sup>18</sup> Façamos referência ao fato de que o termo "República", por esta época, conserva o sentido moderno da expressão "Estado" e é com esta acepção que aparecerá em obras políticas de autores coetâneos de alta representatividade para a filosofia política, como Maquiavel e Jean Bodin.

O desenvolvimento do Estado absolutista como a forma institucional que lentamente passa a corresponder às exigências colocadas pelo sistema capitalista, constitui-se, segundo a tipologia de Fernand Braudel, na transformação de uma

---

<sup>17</sup> "Sujet du discours, le roi apparaît donc comme l'axe autour duquel se construit l'histoire. Son absence est synonyme de chaos et de néant, sa présence fonde l'ordre dans tous les domaines de la réalité. Il est en somme le centre sacré d'un univers religieux." (Michel TYVAERT, op. cit.). Acerca da realeza sagrada como palavra-chave do imaginário do Ocidente cristão, queira ver o meu *A imagem da realeza: simbolismo monárquico no Antigo Regime*, São Paulo, Ática, 1994 (especialmente cap. 2).

<sup>18</sup> Um belo e erudito estudo a esse respeito é o artigo de Robert DESCIMON, "Les fonctions de la métaphore du mariage politique du roi et de la République. France, XV<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècles". *Annales ESC*, Paris, 06, Nov.-Dec., 1992.

estrutura de "longue durée", cujo processo histórico se apresenta bastante rico em variações. Em *Linhagens do Estado Absolutista*, Perry Anderson destaca as formas puras - os modelos francês e inglês -, em que aparecem de maneira mais acentuada as estruturas fundamentais do absolutismo da Época Moderna. Por se tratar de uma variante paradigmática na história política da Europa Moderna, tomemos, em linhas gerais, o desenvolvimento do Estado absolutista na França.

Para uma compreensão da dinâmica de desenvolvimento do Estado absolutista e da natureza de sua expressão teórica mais importante -o direito divino dos reis - forçoso é remontar novamente a seus esteios históricos medievais, já que, nas páginas precedentes, ocupamo-nos em rastrear os fundamentos do poder absoluto, ao nível da simbologia e do pensamento político.

### **A MONARQUIA FEUDAL FRANCESA**

Na França Medieval, no período em que vigia a dinastia capetíngia, fundada em 987 por Hugo Capeto, os reis eram em relação aos seus pares tão somente o primeiro nobre em dignidade. Podiam exigir tributos a seus vassalos, mas sempre esbarrando em limites claros fixados pelo direito consuetudinário e por sua própria fragilidade. O exemplo da prestação de serviços militares por um certo número de dias a cada ano é o mais ilustrativo de uma complexa série de restrições às prerrogativas senhoriais. Com efeito, os monarcas franceses deviam reconhecimento às várias assembleias representativas locais, onde se reuniam os Estados, e à assembleia geral. Esta última era convocada pelo rei com maior ou menor frequência, dependendo das necessidades do reino. Até o século XVI, os monarcas franceses não se consideravam ainda como fonte de onde emana toda a legislação. Eram somente os guardiães da lei e os aplicadores da justiça.

Apesar de distinções dentro da ordem política feudal, como o reconhecimento de protetor da Igreja, o poder real era de natureza local e direta. Isto significa estar desprovido de um aparato administrativo e circunscrito a uma pequena região. Entretanto, a despeito de todas as limitações impostas pelas estruturas medievais de poder, desde os primeiros Capetos que a monarquia francesa tornou-se hereditária e com o assentimento da Igreja, considerada sagrada. O rei francês era o ungido de Deus e sua autoridade era-lhe conferida pelo fator divino. Alguns selos do período medieval representam Hugo Capeto e seu filho Roberto, o Piedoso como "reis dos francos por misericórdia de Deus". Em iluminuras da época carolíngia, os reis francos já apareciam sendo coroados por uma mão que desce das nuvens. Nesta alegoria, expressa-se, desde o século IX, o caráter sagrado da monarquia franca. De mais a mais, os reis aparecem freqüentemente ladeados por clérigos. O próprio Carlos Magno fôra ungido pelo

papa Estêvão II. E, mais tarde, coroado por Leão III; via de regra, a monarquia francesa teve na Igreja uma aliada quase permanente, assumindo o compromisso de protegê-la contra comportamentos heréticos.<sup>19</sup>

Revestidos de atributos místicos, foi a partir de um limitado território, sobre o qual exerciam um poder direto, que os reis franceses acabaram por ampliar significativamente seus domínios, em detrimento dos vários interesses centrífugos impostos pelo feudalismo. No início dos Tempos Modernos a monarquia francesa já controla inúmeras áreas mais afastadas de sua base original, a Île-de-France (região de Paris).

O processo de centralização, iniciado desde os primeiros tempos da monarquia através de mecanismos como a incorporação territorial pela força das armas ou a integração de províncias via casamentos políticos, parece se completar no século XVI. Durante esta centúria, a coroa reúne sob seu domínio regiões importantes como a Bretanha, o reino de Navarra e o Trois-Evêchés, em terras do Sacro Império. A partir daí passa a contar com o apoio de uma burocracia e de um sistema administrativo relativamente desenvolvidos.

Podemos afirmar que, a partir do século XVI, a monarquia francesa começa a ser percebida como uma entidade global em relação aos persistentes particularismos regionais e com poderes para se impor a eles sempre que requisitarem as circunstâncias. Por esta época, as regiões do reino passam a se identificar com a figura real e sua corte itinerante. A fidelidade do aldeão não se expressará mais em relação às elites locais, mas em relação ao rei. Como ação político-econômica mais significativa, a monarquia francesa impôs limites precisos à autonomia senhorial nas províncias através da presença de representantes diretos da coroa, os "intendants". Como escreveu Ernest Lavisse<sup>20</sup>, o "intendant" é "o rei presente na província". Nesse sentido, implantou-se um sistema único de captação de impostos, aumentando substantivamente as receitas com que poderia contar nas guerras e outros empreendimentos.

## **O ESTADO E A RELIGIÃO**

De maneira lenta, porém eficaz, a monarquia subordinou a nobreza das províncias. Enfrentou com energia diversas revoltas nobiliárquicas, sobrepondo-se a elas, na maioria das vezes, com bastante êxito. A par e passo com a dinâmica de

---

<sup>19</sup> q.v. Michel SOT, Hérité Royale et Pouvoir Sacré avant 987. In: *Annales ESC*. Paris, Mai-Juin, 1988, nº 3.

<sup>20</sup> Ernest LAVISSE, *Histoire de France (illustrée)*. Depuis les origines jusqu'à la Révolution. Paris, HACHETTE, 1909. v.7.

seu fortalecimento nas regiões mais afastadas de sua base original, os monarcas franceses conseguiram um efetivo domínio sobre a Igreja, tornando-a nacional. A monarquia fez da religião, como ocorrerá na Inglaterra de Henrique VIII, uma questão de Estado. A realeza esforçou-se em fundir a identidade religiosa da sociedade com a identidade nacional personificada pelo "roi très chrétien". Apesar de as monarquias nacionais serem politicamente autônomas - no sentido pragmático de que eram independentes e superiores em relação à Igreja - não puderam subtrair-se aos imperativos definidos por questões de natureza religiosa. O espírito cívico nascente dos séculos XVI e XVII, fato compreensível, não havia alcançado nível suficiente para permitir ao Estado absolutista implementar um código civil liberto da religião. Nem tampouco os próprios reis absolutos estavam mais emancipados que seus súditos da mentalidade religiosa predominante na política. Toda a celebração na época da coroação dos reis franceses ficava a cargo da Igreja, o que nos permite entrever lances da permanente intermediação entre as esferas secular e espiritual durante o regime absolutista. A coroação de um rei da França envolvia um vasto cerimonial na Catedral de Reims, ocasião em que milhares de súditos faziam-se notar nas concorridas procissões.

Na França Moderna os reis exerceram amplos poderes sobre a Igreja gálica, poderes já exercidos na prática e com manifestações de violência, desde Felipe, o Belo, no século XIV. As ingerências da monarquia sobre os assuntos eclesiásticos no reino da França foram legalmente estabelecidas pela Concordata de Bolonha, firmada em 1516, entre Francisco I e o papa Leão X. A partir de então, a monarquia passou a nomear os mais altos dignitários eclesiásticos do reino (arcebispos, bispos, abades). Estes, constituíram-se nos mais sérios e capazes assessores de soberanos na França Moderna. Homens de Estado, como Richelieu e Mazarino, e das letras, como Bossuet -contrafortes do absolutismo monárquico - foram recrutados junto aos altos quadros da Igreja, desempenhando destacados papéis, principalmente nos regimes ministeriais durante os reinados de Luís XIII e Luís XIV.

## CONCLUSÕES

A partir do século XVI, o processo de desenvolvimento das estruturas políticas na Europa levou à existência de uma forma típica de organização política: as monarquias nacionais. Trata-se de uma forma de governo em que o poder político se transmite hereditariamente e em que, fato marcante, o soberano recebe seu poder diretamente de Deus. Como nos faz recordar C.A. Behrens<sup>21</sup>, "a ideologia absolutista satisfazia necessidades de comunidades politicamente não

---

<sup>21</sup> C. A. BEHRENS, *O Ancien Régime*. Lisboa, Verbo, s/d.

sofisticadas que encontram conforto na idéia de que seus destinos estavam confiados a um ser todo-poderoso e caridoso. O monarca absolutista, tal como Deus, a quem representa na terra, era considerado pai do povo, a quem deveria justiça e misericórdia, em troca de obediência cega... A submissão ao pior dos monarcas era preferível à anarquia ou governo de pequenos tiranos". Nos primeiros tempos da Europa Moderna, a ausência de um poder eminente situado acima da sociedade apontava em direção à desagregação social, como no quadro da França no período das guerras de religião entre as grandes casas nobiliárquicas, quando um quadro histórico específico e a sucessão de reis "faibles" quase fazem a nação soçobrar no caos. O medo da anarquia, da desintegração do corpo político, e a paz e prosperidade identificadas com a monarquia absoluta são categorias reflexivas, articulam-se de forma necessária no imaginário político de uma sociedade freqüentemente marcada por desastres como a fome generalizada, a doença endêmica e a guerra quase permanente.

No processo de consolidação monárquica na França, deve-se destacar a enorme importância representada pela Guerra dos Cem Anos (1337-1453). O conflito com a Inglaterra exigiu uma pesada tributação para financiá-lo e a monarquia enriqueceu através da criação de novos impostos para fazer frente ao invasor. Além disso, a guerra estimulou o sentimento de fidelidade ao rei, que se apresentou como o símbolo mais visível e legítimo da nação francesa.

No que se refere aos aspectos funcionais do aparelho de Estado da monarquia absoluta, muitos são os componentes que, de forma progressiva, passam a integrar a nova estrutura política. Entre eles, vale ressaltar o papel marcante representado por um exército forte e regular. Utilizando-se de milícia permanente, ainda que nos primeiros tempos um bom contingente fosse recrutado no estrangeiro (forças mercenárias), a monarquia francesa se opôs aos vários coeficientes centrífugos de força do reino. A constituição de um exército nacional representa um fator vital para o estabelecimento e consolidação do Estado absolutista no Ocidente, tendo em vista ser a guerra uma prática econômica comum. As monarquias absolutas refletiam a racionalidade da guerra na sua mais íntima estrutura. Nesse sentido, "eram máquinas construídas predominantemente para o campo de batalha".<sup>22</sup>

A burguesia mercantil, classe social em ascensão, cedo compreendeu que, da política econômica formulada pela burocracia estatal dependia o sucesso de seus interesses comerciais. Favorecida em seus empreendimentos pela monarquia, não apenas passou a apoiar o novo aparato burocrático-administrativo mediante

---

<sup>22</sup> Perry ANDERSON, op. cit.

empréstimos e financiamentos, mas procurou integrar-se ao Estado absolutista na busca de prestígio e proteção, principalmente através da compra de funções públicas. Por seu lado, a nobreza conseguiu manter muitos dos antigos privilégios por longo tempo - isenção de impostos, recebimento de pensões, concessão de altos cargos no exército -, mas suas intervenções na vida política declinaram de maneira cada vez mais sensível. O "doce exílio" dos nobres em Versalhes parece ser a própria evidência desse fato. A nobreza é já um astro sem brilho gravitando em torno do monarca. Criada em função do rito ao rei, a corte representava uma nova cena no espaço da vida privada. Representou a um só tempo "uma hierarquia, uma carreira e uma sedução". Em seu "retiro de prazeres" e vida perdulária, o movimento da nobreza ao redor de seu sol é repleto de simbolismo. De fato, "o rei procura dar a esta nobreza um alibi psicológico. Numa série de festas maravilhosas, mágicas, surge fantasiado de Deus do Olimpo, os cortesãos de divindades secundárias (...) Assim, pode transferir seus sonhos frustrados de poderio e grandeza para esta cópia da vida dos imortais (...) e já que precisam obedecer, obedecem ao menos ao 'Senhor Júpiter', ao rei deus. A etiqueta habitua-os a considerar o rei um ser sobre-humano. Os homens descobrem-se diante do leito do rei, as mulheres efetuam uma genuflexão, como na igreja, perante o altar-mor. Os príncipes de sangue disputam a honra de segurar, quando ele acorda, a manga de sua camisa. Todo um cerimonial, em que abundam as reverências, preside o seu despertar, o seu deitar, suas refeições, sua vida inteira. Tudo foi expresso por um cortesão que, quando do falecimento de Luís XIV, exclamou: 'se o rei morreu, pode-se crer em tudo'"(Roland Mousnier, op. cit.). No século XVIII, sobretudo no reinado de Luís XIV, a monarquia francesa se encontra consolidada em bases firmes. A corte do Rei-Sol tornou-se o centro da vida social francesa. É o período de esplendor do absolutismo.

Em seu próprio tempo, o absolutismo foi recebido como uma forma superior de governo, pela sua capacidade em assegurar a paz interna e mobilizar homens e recursos para a defesa e engrandecimento da nação. Foi tal o entusiasmo pelos reis absolutos legitimados pelo direito divino que os franceses, ainda no século XVIII, nos primeiros ventos do Iluminismo, consideravam-nos responsáveis diretos pelo renascimento da civilização retirada da barbárie medieval. Por um longo tempo foram as doutrinas do direito divino dos reis o elemento teórico mais eficaz para a aceitação e reconhecimento da monarquia.

---

ARTIGO

---

OS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO  
E DE SUBDESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA (1804-1989)

Angelo Alves Carrara  
Departamento de História - UFOP

APRESENTAÇÃO

O primeiro a escrever sobre uma invenção, não da América propriamente dita, mas do homem americano, foi Afonso Arinos, que descreveu o processo de transferência das imagens que constituíam a invenção da Índia para a América. Aliás, como já havia sido notado por Braudel, a conquista e colonização da América foi um processo de ocidentalização em resposta à saturação de Oriente experimentada pela Europa:

Pacientemente, a Europa criou, à sua imagem e semelhança, uma América que correspondia aos seus desejos.<sup>1\*</sup>

A visão geral acerca do homem americano e das Américas de que trata Arinos se iniciou com a famosa carta que Américo Vespúcio [1451-1512] escreveu em março ou abril de 1503 a Lorenzo Piero Francesco Medici, conhecida como *Mundus Novus*, ou *Epistola Albericii de Novo Mundo*<sup>2</sup>. Esta carta influenciou Erasmo de Roterdam [1466-1536] na fixação da Loucura nas "Ilhas Afortunadas", localizadas para ele na América Central ou Meridional, e Thomas Morus [1478-1535], para quem a Utopia era "um país deste novo mundo". Não foi, contudo, esta visão benigna de Morus a que permaneceu entre os anglo-saxões. Shakespeare, por exemplo, considerou n'A Tempestade o homem americano Caliban cheio de taras e vícios, indigno mesmo de ser considerado como humano.<sup>3</sup>

Os franceses, no entanto, continuaram a se alimentar das fontes originais que tratavam os *selvagens* americanos como naturalmente bons.<sup>4</sup>

Contudo, esta invenção deve ser melhor definida. A América foi, primeiro, destruída, e, depois, sobre seus escombros, levantou-se um edifício ocidental. Na prática, contudo, os 'escombros', representados pela cultura material e intelectual daquelas pessoas que conseguiram sobreviver ao primeiro embate da

---

\* Optamos aqui por colocar as notas de referência no final do texto, em razão da grande extensão de algumas delas (os editores).

conquista, perturbaram a aparente perfeição da obra, não obstante a matriz cultural quintessente, pura. Nesse sentido, a obra da conquista parece permanecer inacabada. Nestes quinhentos anos de presença europeia no continente, tem-se assistido à continuação dos feitos de Cortez e Pizarro sobre as bases renováveis do processo original. Toda a história da América Latina nos últimos cinco séculos tem sido uma história **de conquistas** e igualmente uma história das **re-conquistas**, ou como usualmente se diz, das resistências.

Há em Cusco um edifício que ilustra com perfeição esse processo: o palácio cujos alicerces são as pedras angulares características da arquitetura incaica e cuja estrutura superior é uma casa colonial espanhola: o Palácio do 'Inka Roq'a.

Duas imagens mantêm-se vivas: a da *aprazível* América, terra da natureza pura confundida com o paraíso, em oposição à *desprezível* América, o lugar privilegiado da indolência nativa, das revoluções e dos golpes militares constantes. A primeira encantou os viajantes ao longo do século XIX, e a segunda os desiludiu igualmente.

O presente trabalho - muito mais um roteiro bibliográfico anotado - pretende estabelecer de modo sistemático a filiação bibliográfica das diversas opiniões emitidas por autores europeus, desde Humboldt, sobre o desenvolvimento/subdesenvolvimento do continente latino-americano, e que tanto têm pesado sobre nossas consciências ao longo destes últimos dois séculos.

## INTRODUÇÃO

A primeira sistematização dos conceitos de desenvolvimento/ subdesenvolvimento da América Latina foi feita por Darcy Ribeiro em 1967.<sup>5</sup> Este autor assinalava dois esquemas conceituais básicos que inspiraram a maioria dos estudos sobre o desenvolvimento desigual das sociedades americanas: o dualismo estrutural, de um lado, e o marxismo dogmático, de outro. O primeiro deles fundamentava-se na idéia de um "processo natural" de transição entre formas arcaicas e modernas, cuja expressco mais elaborada eram os estudos da "modernização reflexão", da "mobilidade social" ou da passagem do modo tradicional ao modo industrial, além da própria dualidade estrutural.<sup>6</sup> Darcy diferenciava dois campos de trabalho: o daqueles que se inspiravam no esquema conceitual da Antropologia (sociedades de folk tradicionais, rurais em oposição às sociedades modernas)<sup>7</sup>; e dos outros, de orientação sociológica, que viam na ação progressista do setor médio-classista o mote pelo qual suas sociedades seriam induzidas a um desenvolvimento espontâneo.<sup>8</sup> Dentro desta última orientação, o

subdesenvolvimento seria devido a fatores múltiplos, como a falta dos valores das sociedades avançadas, em especial o espírito empresarial capitalista.<sup>9</sup>

Darcy criticava o vezo europeu que confundia as imagens medievalistas com as sociedades americanas do passado e do presente. Argumentava que as populações das Américas foram primeiro maciçamente degradadas pelo escravismo e compulsoriamente deculturadas e, em seguida, marginalizadas do sistema produtivo e imersas numa cultura da pobreza. Tais condições jamais permitiram o livre cultivo popular de crenças originais ou do tradicionalismo, a não ser através de cultos secretos ou de redefinições de crenças religiosas para servirem de base a rebeliões messiânicas. A tese da via espontânea do desenvolvimento que progrediria "por adições de traços modernizadores, até atingir a situações presentes nas sociedades capitalistas industriais convertidas em modelos ideais de ordenação social", revelaria seu caráter conformista, a crença na superação espontânea do atraso, ao mesmo tempo que dissuadiria a tentativa de diagnosticar causas reais do atraso e a formulação de projetos intencionais de mobilização popular para o desenvolvimento generalizado de toda a população.<sup>10</sup> A "mera descrição de contrastes" implica, segundo Darcy, a formulação normativa de doutrinas desenvolvimentistas que denotam uma intervenção limitada no sistema econômico, destinado antes a preservá-lo que a transformá-lo.

Para o autor, o principal fruto desta orientação é o desenvolvimentismo, que em sua forma oficial mais cautelosa pode ser exemplificado pela produção dos peritos cepalinos e de outros órgãos governamentais, e em sua versão reformista mais ousada por Hélio Jaguaribe, Celso Furtado e outros.<sup>11</sup>

No caso da antropologia, a definição do atraso pelo caráter e cultura dos latino-americanos ajuda a enquadrar os antropólogos como conselheiros de programas assistenciais.<sup>12</sup>

Quanto ao marxismo dogmático, Darcy dirigia a crítica não aos europeus ou norte-americanos, mas aos marxistas latino-americanos. Para estes, o atraso no continente corresponderia a uma etapa no processo de evolução irreversível das sociedades humanas. A busca dos resíduos feudais no passado ou no presente corresponderia a um desses esforços interpretativos. Essa modalidade de marxismo não desenvolve contudo um esforço autêntico para indicar fatores causais e condicionantes da dinâmica social. Estas formulações serviriam para demonstrar a universalidade da obra de Marx. Pregavam o esforço modernizador de erradicação dos restos feudais e a própria consolidação do capitalismo como estágio necessário para a América Latina.<sup>13</sup>

Darcy Ribeiro propunha-se a explicar o desenvolvimento desigual a partir do caráter sócio-econômico, do caráter histórico-cultural e do caráter conjuntural das sociedades humanas. A avaliação dos fatores dinâmicos da evolução das sociedades humanas e os condicionamentos sob os quais estes atuam permite demonstrar, segundo ele, que as sociedades contemporâneas são componentes ricos e pobres de um sistema econômico de âmbito mundial.

O elemento fundamental desta visão é a própria concepção do subdesenvolvimento como produto do desenvolvimento de outros povos, alcançado mediante a explicação dos demais, e como efeito da apropriação dos resultados do progresso tecnológico por minorias privilegiadas dentro da própria sociedade subdesenvolvida.

As páginas que se seguem propõem-se igualmente a sistematizar os conceitos de desenvolvimento aplicados à América Latina. Pretende-se, além disso, rastrear e revisitar as formulações sobre o desenvolvimento do continente pelos geógrafos, historiadores, economistas, sociólogos e antropólogos europeus. A opção pelo conceito de desenvolvimento deve-se exatamente ao fato de que é esta a questão mais central de quantos estudos se têm produzido sobre a economia do continente.<sup>14</sup>

#### **A ATMOSFERA INTELECTUAL DO SÉCULO XIX**

Ao desembarcar, em 1799, em Cumaná, na Venezuela, com o botânico Aimé Bonpland, Alexander von Humboldt dava início à obra de descrição científica moderna do continente. O interesse do explorador centrava-se na explicação de uma parte da bacia do Orinoco, o descobrimento da bifurcação do Casiquiare e o estudo dos vulcões do Equador e da América Central. Humboldt, no entanto, foi o primeiro a registrar uma opinião sobre a distribuição geográfica do desenvolvimento na América, subsistente por mais de cento e cinquenta anos. No texto publicado como resultado das suas pesquisas, que duraram até 1804, Humboldt afirmava a propósito dos países do continente quecomarcas desertas ou habitadas por povos selvagens cercam hoje os países conquistados pela civilização européia.<sup>15</sup>

Em outra obra, Humboldt assinalava que ao observador, a natureza pura não encerrava outro interesse a não ser aquele que em si mesmo tem a Natureza. E a América oferecia plenamente este espetáculo, posto que *não abrigava antigos povoadores, não dispunha de registros em pedra lavrada nem dispunha de uma raça extinta. Apresentava-se como teatro selvagem onde se exhibia livremente a*

*vida dos animais e das plantas*<sup>16</sup>. Afora a desconsideração de Humboldt quanto à existência de todos esses elementos no México e no Peru, havia uma classificação mais detalhada da distribuição do desenvolvimento: as planícies da América Meridional representavam um *limite à semi-civilização importada da Europa. De um lado [ao norte, entre a cadeia da Venezuela e o mar das Antilhas], encontravam-se cidades industriosas e campos cultivados com esmero, o sentimento da arte, o estudo da ciência, e o nobre amor da liberdade política. Ao sul, ao contrario, uma espantosa solidão: bosques impenetráveis, crocodilos, jibóias*. E em meio dessa natureza grande e selvagem estavam as raças humanas, muito diversas: os stomakos e jaruros comedores de formigas, goma e terra, e outros, que, aliás, segundo Humboldt, seriam as fezes da espécie humana, já que, como os animais, os índios nas lutas entre si bebiam sangue dos inimigos com avidez horrível.<sup>17</sup>

Humboldt distinguia na América duas regiões cujo grau de desenvolvimento era ditado pelo critério da maior ou menor inserção na civilização européia. Sua classificação era mais cultural que econômica. Por outro lado, aquelas regiões da América que importaram hábitos europeus eram por ele consideradas semi-civilizações, pois não participavam de modo pleno da produção espiritual européia

Esse caráter cultural das considerações de Humboldt, por seu turno, adequava-se ao ambiente mental do final do século XVIII, no qual o autor se formou. A Alemanha que Humboldt conheceu no último quartel do século XVIII é a do **Sturm und Drang**, a Alemanha de Goethe, Hölderlin, Schiller, dos românticos.

Esse mesmo ponto de vista fora empregado por Hegel, para quem as principais características dos nativos americanos eram uma disposição gentil e desapaixonada, falta de espírito e uma humilhante subserviência em relação ao crioulo, e ainda mais em relação a um europeu. E acrescentava: a inferioridade destes indivíduos sob todos os aspectos, mesmo com respeito ao tamanho, é muito manifesta. Hegel destacava ainda que os negros eram mais suscetíveis para com a cultura européia do que os índios. Aquilo que de fato seria objeto de interesse na América não passava para ele de uma emanção da Europa.<sup>18</sup>

Hegel destacou as diferenças entre a América do Norte e a América do Sul [ibérica]. Na primeira havia, segundo ele, um próspero estado de coisas, um crescimento da indústria e da população, ordem civil e firme liberdade; na segunda, existiam repúblicas sob o mando militar, revoluções constantes toda a história delas [das repúblicas] tem sido uma revolução contínua. Hegel notou algumas

disparidades especialmente na religião (católica x protestante), e quanto às etnias dos colonizadores: a América do Sul foi conquistada; a América do Norte, ao contrário, foi colonizada inteiramente por europeus. A afirmação de Hegel segundo a qual a América é, portanto, a terra do futuro, refere-se aos Estados Unidos, e não às Américas de modo geral.<sup>19</sup>

Destas perspectivas comunga ainda Darwin. Ao passar por Lima em 1835, Charles Darwin relatou o estado de anarquia que encontrou na capital peruana. Referia-se ele à disputa pela supremacia do poder entre quatro chefes militares, o que, em meio a descrições sobre formação geológica, correntes marítimas, fauna e flora, consolidava as observações de Hegel feitas dez anos antes. Darwin narrou que os habitantes, *tanto aí [em Callao], como em Lima, apresentam todas as gradações imagináveis de mistura entre europeus, negros e índios. Parecem um punhado de gente depravada e embriagada.* Estas observações falam por si.<sup>20</sup>

Tributários dessa mesma atmosfera intelectual das primeiras décadas do século XIX, encontramos Marx e Engels.

Em 1848, Engels declarava sua satisfação pela conquista do México, já que, para ele,

Também constitui um progresso que um país ocupado até o presente, exclusivamente, de si mesmo, devastado por constantes guerras civis e onde qualquer desenvolvimento era impossível, um país que, na melhor das hipóteses, estava para se tornar vassalo industrial da Inglaterra, que um país nessas condições seja lançado, pela violência, no movimento histórico. É no interesse de seu próprio desenvolvimento que o México estará, de agora em diante, sob a tutela dos Estados Unidos. É no interesse do desenvolvimento de toda a América que os Estados Unidos, mediante a ocupação da Califórnia, obtém o domínio sobre o oceano Pacífico<sup>21</sup>

E numa carta de 2 de dezembro de 1854, Marx escrevia a Engels que

Os espanhóis estão completamente degenerados. Mas, ainda, assim, diante de um espanhol degenerado, um mexicano constitui um ideal. Todos os vícios, a fanfarronice, a bravata e o dom-quixotismo dos espanhóis elevados à terceira potência, mas, de nenhuma maneira, com a solidez que esses possuem.<sup>22</sup>

Os dois textos falam por si. Revelam o débito destes autores para com Hegel. Apesar das diversas defesas dos textos, à guisa de desculpas - "isso não é o melhor de Marx - o fato é que eles pensaram a América à maneira hegeliana, incapazes de ver as especificidades continentais. Afinal de contas, foi o próprio Hegel quem previu um conflito entre a América do Norte e do Sul. Além disso, não apenas a América, mas também o Oriente foi pensado dessa maneira por Marx.<sup>23</sup>

Contudo, estes textos, considerados marginais às grandes obras, não tiveram qualquer repercussão, e não se tornaram referência para ninguém. Não fizeram escola. São antes a manifestação epocal dos autores, demonstrando as dificuldades de alhear-se do espírito de seu tempo, que via com largas reservas os povos periféricos à Europa. Certamente, isto não é o melhor de Marx. O que ficou de sua obra é exatamente o inverso: o ativismo político exercitado e pregado por ele e Engels foi na verdade o que sobreviveu até nós: sua alma libertária, nas palavras de José Aricó.<sup>24</sup> E foi mesmo com estes instrumentos que se lutou contra toda a forma de opressão na América Latina.

## DA GEOGRAFIA À HISTÓRIA

A partir de meados do século XIX, com o avango imperialista das potências européias, ocorreu um extraordinário afã de exploração. Toda essa produção, contudo, encontraria campo fértil para se desenvolver na França e na Alemanha. Apoiando-se nos trabalhos de Darwin, Comte e de Marx, Friedrich Ratzel [1844-1904] e Vidal de la Blache [1845-1918] construíram os alicerces da moderna geografia servindo-se dos estudos anteriores dos exploradores. Historiador de formação, La Blache atribuiu à geografia a missão especial de pesquisar como as leis físicas e biológicas que regem o mundo se combinam e se modificam ao se aplicarem às diversas partes da superfície do globo. Ainda em vida, sua cátedra na Sorbonne foi dividida em uma cadeira de geografia física, ocupada a partir de 1909 por Emanuel de Martone [1873-1955], e outra de geografia humana, ocupada a partir de 1912 por Albert Demangeon [1872-1940]. Esses dois discípulos foram responsáveis pela direção da obra monumental 23 volumes *Géographie Universelle*, publicada entre 1927 e 1946, ponto máximo dessa corrente.<sup>25</sup>

Nessa obra, começaram a ser apresentados os novos postulados acerca do desenvolvimento do continente americano. Pierre Denis e Max Sorre, ao lado de nomes da própria América, descreveram o cenário.

Quanto aos países andinos, Pierre Denis fez uma descrição munuciosa deles por regiões. Apresentava aqui e ali as vantagens da presença das firmas e instituições estrangeiras. Ao lado de considerações econômicas importantes como a da orientação da vida econômica da América do Sul para os mercados do ultramar, Denis concluía que *la división del continente en diez estados soberanos es una consecuencia de la dispersión de los centros de actividad económica. (...) A Sudamérica le ha faltado el poderoso factor de colonización que ha actuado en las llanuras centrales de los Estados Unidos.*<sup>26</sup> Citava ainda Humboldt, concordando com a irregularidade da distribuição do progresso. De qualquer modo, a idéia de

conquista dos espaços vazios, selvagens ou atrasados, pela cultura europeia ou pelo desenvolvimento econômico subjaz a todos os seus comentários.

Max Sorre não faz senão repetir sobre o México o que já foi dito:

(...) con la estructura geográfica que hace difíciles las comunicaciones interiores, con el caracter semidesértico de gran parte del territorio, con la fusión incompleta de razas ... la repartición de la propiedad contribuye a explicar lo que hay al mismo tiempo de desigual y incompleto en el México contemporaneo.<sup>27</sup>

Mas ao final do texto, o autor fala em nacionalização dos esforços e sua convergência para fins propriamente mexicanos, sem defini-los.

No Brasil, um eminente representante dessa escola foi Pierre Monbeig, professor de Geografia Humana da USP, que em 1940 assim se expressava, acerca das plantações de cacau do sul da Bahia:

As condições geográficas, isto é, os obstáculos opostos ao povoamento pela vegetação e pelo clima, unidos às influências históricas [a escravidão], ... permitiram a coexistência de duas economias completamente diferentes, de duas sociedades que se ignoram: nas cidades grandes uma minoria na qual predomina o elemento branco, vivendo no ritmo do mundo, europeu ou norte-americano; ... de outro, nas cidades pequenas, vivendo em compartimentos estanques, possuindo pouco necessário, nada comprando nem vendendo diretamente ao mundo exterior, conservando-se no estágio da economia fechada e do artesanato...O desequilíbrio entre os dois elementos da população é particularmente sentido nos estados do Norte do Brasil, muito menos no Sul. É tentador fazer o contraste entre o norte e o sul.<sup>28</sup>

As opiniões mais rigorosas acerca da dualização apareceram após a Segunda Grande Guerra.

Apontando os esforços do nacionalismo emergente para formar uma verdadeira unidade uma nação, uma geógrafa desenvolveu uma crítica ao modelo de exploração colonial de um único produto, ao latifúndio, em contraste [leia-se oposição] com a massa da população subalimentada vivendo sob condições miseráveis. Outro problema lucidamente levantado é o fato de os governos preferirem criar pequenas propriedades com as terras disponíveis dadas a colonos a dividir as antigas.<sup>29</sup>

No entanto, o ponto culminante da corrente sócio-econômica da geografia no pós-guerra apareceu nos textos de Pierre George e Yves Lacoste, que, ao lado da tradição de toda a geografia humana francesa, incorporaram as reflexões de sociólogos e economistas que também viram o continente de forma dualista. Conceitos novos como Terceiro Mundo e Subdesenvolvimento surgiram então e tornaram-se correntes.

O ponto de vista de Pierre George é o de que a aparição do subdesenvolvimento foi simultânea ao crescimento demográfico cujo ritmo não foi compensado com o crescimento econômico, primeiro em razão da queda da mortalidade e depois com a manutenção da natalidade. O subdesenvolvimento procederia assim da introdução do sistema capitalista no seio de sociedades ancilosas em estruturas sociais menos evoluídas.<sup>30</sup>

Yves Lacoste é mais rigoroso, e participou de modo mais ativo do debate. Para ele, a causa primeira do subdesenvolvimento que são os exorbitantes poderes dos privilegiados é ao mesmo tempo o principal freio que impede a realização de um verdadeiro esforço de desenvolvimento, e o entrave que pode ser mais rapidamente quebrado.<sup>31</sup> Lacoste destacava os caracteres consitutivos do subdesenvolvimento: insuficiência alimentar, a fraqueza da agricultura e dos recursos naturais médios e dos níveis de vida, uma industrialização reduzida, um fraco consumo de energia mecânica, uma situação de subordinação [dependência] econômica, setor comercial hipertrofiado, estruturas sociais atrasadas [vassalagem, clientelas "semi-feudais", servidão por dívida], fraco desenvolvimento da classe média, fraca integração nacional, isto é, diversos graus de heterogeneidade internas, economia moderna x economia tradicional. Esta última resistiu com todas as suas forças de inércia às penetrações exteriores que tentassem romper seu equilíbrio. É ainda sub-emprego, baixo índice de alfabetização, alta taxa de natalidade e estado sanitário precário.<sup>32</sup>

Terceiro Mundo, "nações proletárias", "proletariado externo do Ocidente"; expressões diferentes para o mesmo fenômeno: o subdesenvolvimento.<sup>33</sup>

Os historiadores franceses ligados ao grupo dos Annales beneficiaram-se dos resultados das pesquisas geográficas do século XIX e início do XX. Aliás, os primeiros números dessa revista traziam contíguos artigos de Lucien Febvre e Albert Demangeon, para citar dois titãs de campos diferentes. E foi certamente dessa frutífera convivência que as reflexões sobre o continente caminharam para a convergência. A própria **Géographie Universelle** tornou-se fonte obrigatória para esse primeiro momento da escola historiográfica francesa, e os autores citam-se uns aos outros:

Deux Amériques du Sud. L'une, celle de la flèche empoisonnée, du hamac, de la hutte quadrangulaire: on l'étude au Trocadéro. L'autre, celle des buildings, des banques, des puissantes journaux: elle s'inscrit dans les statistiques et les guides de tourisme".<sup>34</sup>

Todos esses trabalhos, além disso, serviram de fonte para os sociólogos como Lambert, que será visto em seguida.

## A CONTRIBUIÇÃO DA SOCIOLOGIA E DA HISTORIOGRAFIA FRANCESAS DO PÓS-GUERRA

Em 1968 apareceu na França a segunda edição do livro **Amérique Latine; structures sociales et institutions politiques**, de Jacques Lambert. O autor propunha-se a proceder a uma análise das causas profundas dos problemas do continente. Tornou-se obra de referência não apenas para os sociólogos, como também para historiadores e economistas. As primeiras páginas não apenas traçam o plano geral da obra como lançam as premissas das quais serviu-se o autor.

No que respeita à frustração da formação de uma federação latino-americana, Lambert apontou como causa os *intransponíveis obstáculos geográficos*: o relevo e a dispersão do povoamento *tornaram impossível qualquer outra comunicação permanente*. O Brasil fugia à regra porque *as condições geográficas e as circunstâncias da independência ofereciam possibilidades de unico analogas às da América anglo-saxônica*.<sup>35</sup>

Como Hegel, Lambert destacava a diferenciação da evolução econômica, social e política entre a América do Norte e a América Latina nas colonizações diferentes (exploração x povoamento) os norte-americanos eram europeus: não havia população indígena numerosa passível de escravização e os estados do Sul que empregavam mão-de-obra africana eram cada vez mais minoritários. Então, responsabilizando pelo atraso econômico e social da América Latina independente a colonização de exploração, o autor produziu um trecho lapidar, que assentou de modo definitivo o conceito de dualismo estrutural:

Saída destas colonizações, a América qualificada de Latina é antes uma América latinizada; suas populações de origem diferente se tornaram por quase cinco séculos de vida comum e mestigagem e se uniram pelo desenvolvimento de um sentimento nacional cada vez mais geral, mas tinham sido divididas em duas facies sociais que nco se encontravam ainda completamente: uma, sobretudo rural, cujas estruturas arcaicas instauradas pelos dominadores coloniais quase não haviam começado a se modernizar [leia-se industrializar] antes dos anos 1930 em muitos países; outra, muito particularmente urbana, cujos membros, que não foram primeiramente senão os crioulos, nunca deixaram de acompanhar a evolução do mundo norte-atlântico. Esta facies social evoluída não cessou de alastrar-se desde os anos 1930, e é geralmente hoje com grande desproporção a mais importante, mas quase todos os países latino-americanos possuem ainda uma estrutura social dualista, em que coexistem estruturas pré-nacionais arcaicas, análogas às dos países subdesenvolvidos da Ásia ou África, e estruturas evoluídas análogas às dos países desenvolvidos do mundo norte-atlântico.<sup>36</sup>

Se de um lado Lambert observava um sucesso da convivência das culturas, entre os elementos religiosos das culturas européias, indígenas ou africanas, inclusive com a preservação e difusão da língua dos Guaranis no Paraguai pelos jesuítas e franciscanos, e na Guatemala uma parte da população maia mantendo

traços característicos da sua alta cultura pré-colombiana ao assimilar as técnicas agrícolas européias, de outro a integração das populações africanas e ameríndias ao desenvolvimento econômico e social da sociedade de origem européia implicava, para o autor, o abandono da sua própria cultura. E isto se apresentava como um dilema para os governos latino-americanos: preservar as culturas indígenas, implicando a manutenção do seu nível de vida miserável, ou integrar a nação, o que acarretaria um genocídio cultural.

Além disso, essa mesma estrutura de terceiro-mundo vale dizer, desigualmente desenvolvido, seria a responsável pela instabilidade política do continente.

Para Jacques Lambert, a solução repousaria na integração nacional, para fazer funcionar de modo regular as instituições democraticamente representativas com respeito de modo permanente da sua legalidade constitucional.<sup>37</sup>

O sociólogo francês nutriu-se de fontes que tornaram-se recorrentes: BOECKE, SCHATZ, MYRDALL, HIRSCHMAN, PERROUX, CEPAL, para o dualismo social. Quanto às obras de caráter geral, as fontes eram comuns aos historiadores: FRIEDMANN, ROUMA, NIEDERGANG, RIEMENS, RUDEL, HANKE, FITZGIBON, além da mesma CEPAL.<sup>38</sup>

Entre os historiadores do período mais recente, o casal Beyhaut resumiu bem a posição dos franceses:

Viajar en América Latina es, entre otras cosas, un modo de rescatar el pasado: se poderan encontrar restos de pueblos primitivos;... en otros lados se evocará al siglo 19 y finalmente, en las grandes urbes modernas, se poderán apreciar múltiples manifestaciones que corresponden a los mas recientes cambios de las sociedades industriales<sup>39</sup>

De Lucien Febvre ao casal Beyhaut, há uma imagem que teima em permanecer, que atrai bastante e seduz muitos, exatamente porque nela ha algo de verdadeiro e inescapável.

A visão do dualismo, contudo, alterou-se, e a oposição entre os dois pólos foi substituída pela sua complementaridade. Assim é que, Alain Rouquié, ao estudar o militarismo no continente, assinalou a *articulação de duas faces complementares de uma mesma dominação. A permanência do pólo tradicional, arcaico, explica-se justamente pelo desempenho do pólo moderno.*<sup>40</sup>

Do mesmo modo, Alain Birou, ao analisar a agricultura latino-americana, constatou que o mundo rural que aparece ao olhar imediato como mais ou menos

mal integrado à sociedade nacional, constitui senão uma face, *morcelée en multiples facettes, de la réalité socio-économique et socio-politique d'ensemble. Et la marginalité de la grande masse des paysans, dont on parle tant, n'est pas un phénomène marginal mais la répercussion sur les couches sociales les plus basses des modes de structuration d'ensemble de la société.*<sup>41</sup>

Vinte anos depois do surgimento do texto de Lambert, Alain Touraine publicou outra obra, igualmente monumental, sobre o continente. Traz ela a visão modificada, mas para ele ainda válida da dualização, que significa a capacidade limitada de integração econômica e social do país moderno.<sup>42</sup>

Ao passar em revista os aspectos gerais do continente, este autor levantou seus elementos negativos e positivos. Aos primeiros, ele relacionou a dependência econômica em relação ao exterior dívida externa, capitais externos investidos em indústrias que produzem bens duráveis para uma limitada população, isto é, a elite e a dependência cultural, ambas responsáveis pela criação de um capitalismo limitado e dependente, caracterizado por um importante setor informal, por crescimento econômico sem integração social nem diminuição de desigualdades. Aos segundos, alinha as taxas de crescimento superior ao conjunto dos países da Organização da Comunidade de Desenvolvimento Européia, a extraordinária capacidade de adaptação e de recuperação da maioria dos países do continente, apesar do preço elevado pago por tal esforço, o aumento do emprego urbano moderno [leia-se não *tradicional*] no emprego total, o desenvolvimento da produção industrial, a diminuição da taxa bruta de natalidade e de mortalidade infantil. Assim, para Touraine, através da dependência e da desigualdade, a América Latina entrou num movimento acelerado de industrialização e de urbanização.

Touraine concluiu por detectar no continente um modo de desenvolvimento latino-americano, caracterizado, no nível social, pela segmentação das categorias sociais a heterogeneidade estrutural da sociedade, na expressão de Aníbal Pinto e sua dualização, isto é, sua oposição entre um setor moderno e um setor tradicional, e mais largamente, a oposição entre os que participam da produção e do consumo modernos, e os que deles são excluídos. Ademais, a grande capacidade de investimento corresponde a uma muito grande mobilização, manifestada seja pela intensidade das migrações internas, seja por uma urbanização acelerada pelas intervenções do Estado. A contrapartida a tudo isso são as vastas zonas de exclusão, e ainda uma forte participação político-cultural envolvendo grande parte da população urbana. Touraine acrescenta ainda que a cada uma das dimensões principais desse modo de desenvolvimento dependente corresponde uma característica da ação social e política. Tem-se, assim, como decorrência da

segmentação das categorias, os sindicatos das grandes empresas, mais fortes que as próprias federações e confederações sindicais. A fragilidade das classes sociais representaria a ausência de correspondência entre situação objetiva e capacidade de ação.

A América Latina, para o autor, vive com isso uma simultaneidade de etapas de evolução: sociedade rural, mercantil, industrial ou até pós-industrial coexistindo nos países histórica e geograficamente.

Afirme-se categórica e sonoramente: o dualismo é um fato irretorquível. Não a pretensa dualidade do tradicional em oposição ao moderno. Dual é a realidade da distribuição da riqueza no continente. Há uma América opulenta, cujos proprietários são classes ou grupos específicos em cada país. E há uma América miserável, muitas vezes marginalizada, mantida nesta condição por e a serviço daquela. Na América chamada Latina é permitida a paráfrase bíblica: a quem muito tem, tudo é dado; a quem pouco tem, até este pouco lhe é tirado (Mc, 4, 25). Este tem sido há cinco séculos nosso processo inacabado de conquista.

## NOTAS

<sup>1</sup> BRAUDEL, Fernand. *Civilización material, económica y capitalismo*. Madrid, Alianza Editorial, 1984. Cf. FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *O índio brasileiro e a revolução francesa*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1937. Sobre a invenção da América cf. O'GORMAN, Edmundo. *La invención de la América*. México, Fondo de Cultura Económica, 1957. COCCHIARA, Giuseppe. *Il mito del buon selvaggio*. Messina, 1948. As fontes mais gerais da crença nos seres fabulosos eram, entre os gregos e romanos, a própria mitologia, que povoava rios, lagos, bosques, mares e montanhas com ninfas, faunos, sereias, sagitários, para citar os mais conhecidos. Homero e Hesíodo arrolaram os mitos. Heródoto, Estrabão, Plínio, Plutarco inseriram alguma fabula nas suas histórias, e durante a Idade Média, Isidoro de Sevilha e Roger Bacon mantiveram estas idéias. Marco Polo e Mandeville ajudaram a sustentar a existência de lugares e pessoas exóticas ao publicarem suas narrativas de viagem. À medida em que as regiões mais próximas à Europa tornavam-se conhecidas e desmistificadas os europeus afastavam para lugares cada vez mais longínquos esses seres fabulosos, habitantes de seus sonhos.

Pierre d'Ailly [1350-1420], reitor da Universidade de Paris e bispo de Cambrai sistematizou o conjunto de seres fantásticos na sua obra *Ymago mundi* [Paris, Maisonneuve, 1930]. Ailly descreve a Índia como pátria dos macróbios, dos homens gigantes, dos cenofevros, homens de um só pé, mas mais rápidos que a brisa, dos carismaspi, com um olho só, além dos homens com rabo, que Colombo diz existirem nas terras que descobrira. Esse relato é de Navarrete nas *Colección de los viajes*, v.1, p. 337. Estes mesmos relatos são ainda encontrados em PINTO, Fernão Mendes [1509-1580]. *Peregrinações*, de Fernão Mendes Pinto em que dá conta de muitas e mui estranhas coisas que viu e ouviu no reino da China, no da Tartária, no de Sornau, que vulgarmente se chama Sião, no de Calaminhã, no de Pegu, no de Mortavão e em muitos outros reinos e senhorios das partes orientais, de que nestes nossos do ocidente há muito pouca ou nenhuma notícia. E também da conta de muitos casos particulares que aconteceram assim a ele como a outras muitas pessoas. E no fim dela trata brevemente de algumas coisas e da morte do Santo Padre Mestre Francisco Xavier, única luz e resplendor daquelas partes do oriente, e Reitor nelas, universal da Companhia de Jesus. Escrita pelo mesmo Fernão Mendes Pinto. Dirigida à católica real majestade del rei D. Filipe, o terceiro deste nome, nosso senhor. [a primeira edição é de 1614; houve edições ainda em 1687, 1711, 1725 e 1762; em 1829 foi feita nova edição revista pelo arcebispo de Lacedemônia; esta obra

foi traduzida para o francês, inglês, alemão e espanhol]. A tradição de descrever seres fabulosos foi seguida ainda por VASCONCELOS, Simão de [1597-1671]. *Crônica da Companhia de Jesus no Brasil, e do que obraram seus filhos nesta parte do mundo*. [primeira edição de 1663, e segunda de 1865 (Lisboa, Fernandes Lopes)]. Simão de Vasconcelos relaciona os macróbios, identificando-os com os curinqueans, com dezesseis palmos de altura, no Brasil. LÉRY, Jean de [1534-1611]. *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil* [1578]. Léry situa os índios gigantes na Patagônia, idéia que encontraria eco em Hegel, nas suas Preleções sobre a Filosofia da História. Ainda sobre índios gigantes, canibais e as amazonas, cf. NÓBREGA, Manuel da. *Cartas do Brasil*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1931. p. 98 ["os Gainamés são como gigantes"]; ACUÑA, Cristóval de [1597-1676]. *Nuevo descubrimiento del gran río de las Amazonas*. Madrid, 1641. [Acuña situava os índios gigantes, de 16 palmos de altura, às margens do Purus; esta obra teve traduções em francês (1682) e em inglês (1698)]; RICHSHOFFER, Ambrosio. Diário de um soldado da Cia das Índias Ocidentais. Recife, Laemmert, 1897. [o autor declara que viu morto num campo de batalha um índio gigante "tendo uma fortíssima dentadura, com duas ordens de dentes em cima e em baixo"]. MOCQUET, Jean. *Voyage en Afrique, Asie, Indes Orientales e Occidentales*. 1616; LA CONDAMINE, Charles M. de [1701-1774]. *Voyage dans l'Amérique Méridionale*. Paris, 1745-78. Cf. ainda, sobre os canibais, DIDEROT, no verbete da Encyclopédie. Sobre os upupiaras, os homens peixe, ha as descrições de SANTA CRUZ, Alonso de. [piloto da expedição de Cabot] apud CASTRO, Eugênio de. *Diário de navegação de Pero Lopes de Souza*. Rio de Janeiro, 1927. Sobre os homens acéfalos, que tinham os olhos nos ombros e dois buracos no peito em lugar das bocas e narizes, ver MONTAIGNE, Essais, livro I; SHAKESPEARE, Othello, I-III, 144-5; CAMÕES, Os Lusíadas, VII, 21; THEVET, André. *Singularités de la France Antactique*. [Paris, Maisonneuve, 1878 e *Cosmographie Universelle*. SCHMIDEL, Ulrich. *Voyage curieux dans l'Amérique ou le Nouveau Monde*. [Paris, 1837].

<sup>2</sup> Houve três edições francesas em 1505, duas em Paris e outra em Strassbourg [*De Ora Antarctica*, ed. E. Ringman]. A segunda edição em latim deu-se em 1504 e não determina o lugar em que foi impressa, e a terceira edição latina apareceu imediatamente depois em Augsburg. Foi inserida ainda na coleção *Paesi nuovamente ritrovati* de Montalbodo, em 1507, o mesmo ano em que Martin Waldseemüller publicou sua *Cosmographiae Introductio*. Afonso Arinos estabelece a relação entre esta carta e a bula de Paulo III, *Veritas ipsa*, de 9 de junho de 1537, segundo a qual os índios foram considerados humanos.

<sup>3</sup> A Utopia foi publicada em 1516, em latim, em Lausanne. O pai de Morus inclusive fora o tradutor para o inglês da relação escrita por Damião de Góes (*Crônica de D. Manuel*, cap. 58-63.) da visita de uma embaixada do Preste João a D. Manuel. A tradução inglesa da Utopia saiu em 1551.

<sup>4</sup> Erasmo e Morus foram as fontes básicas de Rabelais para compor a filiação de Pantagruel (livro II, cap. II). Segundo Rabelais, a mãe de Pantagruel, casada com Gargântua, era uma princesa Badabec, filha do rei dos amaurotenses, habitantes da cidade de Amaurote, capital da Utopia..

Mais variadas foram as fontes de Montaigne, que se aproveitou dos relatos dos viajantes franceses Thevet e Léry. Montaigne [1532-1592] foi o autor que serviu de base não apenas para Raynal e Rousseau, mas também para Shakespeare. Raynal [Guillaume Thomas François, 1713-1796] tornou-se o autor francês mais lido e de maior sucesso entre 1770 e 1780. Raynal empreendeu muitos ataques à política européia, ao clero e à Inquisição. Em 1781 o Parlamento francês ordenou que sua obra fosse queimada, que se prendesse o autor, e que seus bens fossem confiscados. Raynal fugiu para junto de Frederico II e depois acolheu-se à proteção de Catarina II. Em 1787 foi-lhe consentido voltar à França. Em Rousseau encontramos o termo que tornou-se clássico: o bom selvagem. Fechava-se, assim, a trajetória de uma vertente de pensamento, de ilusões e esperanças sobre uma parte da América.

Sobre as fontes bibliográficas do Ensaio referente aos canibais ver CHINARD, Gilbert. *L'exotisme Américain dans la littérature française au XVIème siècle*. Paris, 1911.p. 193 e ss. O texto de Montaigne é o "Des Cannibales" (*Les Essais*, liv. I, cap. 30). Cf. também LAFITAU, Joseph François. *Histoire des découvertes et conquêtes des Portugais dans le Nouveau Monde*. Paris, 1773. De Raynal é a obra *Histoire philosophique e politique des établissements e des conquêtes européennes dans le deux Indes*.

<sup>5</sup> RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a civilização*; estudos de antropologia da civilização. Petrópolis, Vozes, 1977; a primeira edição é de 1970 [Rio de Janeiro, Civilização Brasileira], mas o texto foi escrito em 1967, revisto e ampliado em março de 1968.

<sup>6</sup> LIPSET, S. M. *El hombre político*. Buenos Aires, 1964; BOECKE, J. A. *Economics and economic policy of dual societies*. Nova York, 1953; SILVERT, K. H. *La sociedad problema*. Buenos Aires, 1962; GERMANI, Gino.

*Política y sociedad en una época de transición*. Buenos Aires, Paidéa, 1962; LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis*. MORAZI, Charles. *Les trois âges du Brésil*. Paris, 1954; HIRSCHMAN, Albert D. *Controversia sobre América Latina*. Buenos Aires, 1963; EISENSTADT, S. N. Modernización: crecimiento y diversidad. in: *Desarrollo económico*, Buenos Aires, 3(3); HEINTZ, P. *Sociología*. Buenos Aires, 1965; BOURRICAUD, François. *Poder y sociedad en el Peru contemporaneo*. Buenos Aires, 1967.

<sup>7</sup> REDFIELD, Robert. *The folk culture of Yucatan*. Chicago, Chicago University Press, 1940; id. *Peasant society and culture*. *ibidem*, 1956; id. *El modo primitivo y sus transformaciones*. México, 1963; GILLIN, John. Ethos components in modern Latin America. in: *American Anthropologist*, 57, 1955; STEWARD, J. *Teoría y práctica del estudio de areas*. Washington, 1955.

<sup>8</sup> JOHNSON, E. *Political change in Latin America*. 1958.

<sup>9</sup> GERMANI, Gino. op. cit.; deve ser notada a influência, nesses estudos de orientação sociológica de livros como o de Talcott PARSONS. *The social system*. Glencoe, The Free Press, 1951; MERTON, Robert K. *Social theory and social structure*. Glencoe, The Free Press, 1949; HOSELITZ, *Sociological factors in economic development*. Glencoe, The Free Press, 1960. Especificamente sobre a América Latina: Economic growth in Latin America. in: *Contributions to the first international conference on economic history*. The Hayne Monton & Co., 1960; sobre os aspectos psicossociais da passagem do tradicional ao moderno, ver Everett Hagen. *On the theory of social change*. Housewood, Dorsey Press, 1962; McClelland, David. *The achieving society*. Princeton, Van Nostrand, 1961. Para uma apreciação sobre estas influências na sociologia Cf. Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, p. 17.

<sup>10</sup> RIBEIRO, Darcy. op. cit., p. 17.

<sup>11</sup> JAGUARIBE, Hélio. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro, 1962; FURTADO, Celso. *Desarrollo y sub-desarrollo*. Buenos Aires, 1961; ECHEVARRÍA, J. Medina. *Consideraciones sociológicas sobre el desarrollo de América Latina*. Buenos Aires, 1964; PINTO, Aníbal. *Chile, una economía difícil*. Santiago, 1965; LEBRET, Joseph. *Manifiesto por una civilización solidaria*. Lima, 1961; SILVERT, K. H. op. cit.

<sup>12</sup> GILLIN, John. op. cit. Exceções apontadas por Darcy Ribeiro: CHILDE, Gordon. *Qué sucedió en la historia*. 1956, e *Evolución social de México*, 1964; WHITE, Leslie. *The evolution of culture*. Nova York, 1959; STEWARD, J. op. cit.; REDFIELD, R. op. cit.; FOSTER, George N. *Cultura y conquista*; la herencia española en la América. Xalapa, 1962; HEALTH, D. B. & ADAMS, R. N. (eds.) *Contemporary cultures and society of Latin American*. Nova York, 1965; e ainda o trabalho sobre descolonização de George BALANDIER. *Le Tiers Monde*; sous-développement et développement. Paris, P.U.F., 1956; sobre a cultura da pobreza de LEWIS, Oscar. *Los hijos de Sanchez*. México, 1964; id. *La Vida, a Puerto Rican family in the culture of poverty*. Nova York, 1966; quanto à reação à sociologia acadêmica que toma os Estados Unidos e a Europa como padrão normativo, Darcy Ribeiro indica os nomes de LYND, R. *Knowledge for what*, 1944; MILLS, C. Wright. *La imaginación sociológica*, 1961; MYRDALL, Gunnar. *And american dilemma*. 1944 e, *The political element in the development of economic theory*, 1953. Na América Latina, aponta os trabalhos de Pablo Gonzalez CASANOVA, Florestan FERNANDES, Fernando Henrique CARDOSO.

<sup>13</sup> Representantes dessa corrente: SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação da sociedade brasileira*, 1944; id. *Introdução à revolução brasileira*, 1963; ARISMENDI, Rodney. *Problemas de una revolución continental*. Montevideo, 1962; PUIGGROS, Rodolfo. *Historia económica del Río de la Plata*. Buenos Aires, 1945. As críticas a esse modelo são encontradas em Caio PRADO Jr. *A revolução brasileira*. 1966; BARAN, Paul. *Capitalismo monopolista*. 1964; FRANK, Andre Gunder. *Capitalism and development in Latin America*. Nova York, 1962.

<sup>14</sup> Uma análise acerca das visões da América no âmbito da literatura européia foi feita por Estuardo NÚÑEZ. O elemento latino-americano em outras literaturas. in: MORENO, Cisar Fernandes (coord). *América Latina em sua literatura*. São Paulo, Perspectiva, 1979. p. 83-112.

<sup>15</sup> HUMBOLDT, Alexander von & BONPLAND, Aimé. *Viaje a las regiones equinociales del nuevo continente*. Caracas, Ministerio de Educación Nacional-Dirección de Cultura, 1941. v. 2, p 294. A primeira edição alemã foi publicada a partir de 1807.

<sup>16</sup> HUMBOLDT, A. von. *Quadros da Natureza*. Buenos Aires, Eduardo Perié, 1884.

<sup>17</sup> Id., p. 18-9/45-9 (grifos meus; a expressão destacada está no livro I, cap. 19, p. 213)

<sup>18</sup> Compare-se com a descrição da Galia, por César: *Horum [populorum] fortissimi sunt Belgae, propter quod a cultu atque humanitate <civilização refinada> provinciae longissime absunt, minimeque ad eos mercatores saepe commeant [destes povos os mais fortes são os belgas, seja porque a civilização refinada da província lhe esteja muito afastada, seja porque a eles os mercadores os visitem minimamente]*; *De bello Gallico*, I, 21-4. O mesmo comentário aparece no livro VI, 21-4, sobre os suevos. Igualmente as descrições de Estrabão acerca da Península Ibérica.

<sup>19</sup> HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Philosophy of History*. Londres, Enc. Britannica, 1957. p.191-3.

<sup>20</sup> Ao longo do texto, Hegel usa indistintamente o termo América equivalendo a América do norte e à América em seu conjunto, com forte preferência pela primeira.

<sup>21</sup> No episódio, o general don Luís de Orbegoso havia sido deposto pelo chefe da guarnição de Lima, o general don Pedro Bermúdez, em 4 de janeiro de 1834. Em 22 de fevereiro de 1835, com apoio do Norte e Centro do país, o general don Felipe Santiago Salaverry proclamou-se chefe supremo da República, permanecendo o Sul com Orbegoso. O quarto chefe era o presidente da Bolívia, Santa Cruz, chamado a intervir pelo ex-presidente marechal Gamarra, que apoiava Bermúdez. DARWIN, Charles. *Viagem de um naturalista ao redor do mundo*. São Paulo, Abril Cultural, s.d. p.94. Considerem-se as emanções, no próprio continente, dessas teses, as clássicas interpretações que buscam a causa do atraso no clima ou na raça: SARMIENTO, Domingo Faustino. *Conflicto y armonía de las razas en América*. Buenos Aires, 1915; BUNGE, C. O. *Nuestra América*. Barcelona, 1903; ARGUEDAS, Alcides. *Un pueblo enfermo*; contribución a la psicología de los pueblos hispanoamericanos. Santiago, 1937; VIANA, A. Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro, 1952. Outros realçam as qualidades negativas do colonizador, invertendo a discriminação: BONFIM, Manuel. *A América Latina; males de origem*. Paris, 1905; INGENIEROS, José *Sociología Argentina*. Buenos Aires, 1913; RAMOS, Samuel. *El perfil del hombre y la cultura en México*. Buenos Aires, 1951.

<sup>22</sup> MARX, K. e ENGELS, F. *Materiales para la historia de América Latina. Cuadernos de Pasado y Presente*. México, 1979, 30:183/189-97/202-4.

<sup>23</sup> op. cit., 203-4. Para as visões européias sobre o Oriente cf. SAID, Edward. *Orientalismo*; o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo, Companhia das Letras, 1990 [Nova York, Pantheon Books, 1978].

<sup>24</sup> ARICÓ, José. *Marx e a América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. p.117.

<sup>25</sup> Para uma relação breve dos exploradores na América, cf. KRETSCHMER, Konrad. *Historia de la geografía*. 3.ed., Barcelona, Labor, 1942 [1.ed., 1926]. Para um exemplo de geografia do século XIX, DIDIER, L. *L'Amérique*; anthologie géographique. Paris, Ch. Delagrave, 1898; o autor apresenta tópicos como a coca, o lhama, os negros de Havana, uma revolução militar... O livro traz também um completo repertório das fontes dos exploradores. Para uma crítica aos autores e às obras, cf. DERRUAU, Max. *Tratado de geografía humana*. 5. e.d., Barcelona, Vicens-Vives, 1971. p.7 e ss.

<sup>26</sup> DENIS, Pierre. *Países Andinos*; Venezuela, Colombia, Ecuador, Peru, Bolívia y Chile. 2. ed., Barcelona, Montaner y Simón, 1948 [1.ed. espanhola de 1933] (Geografia Universal, v.21); cf. apêndice sobre a produção de banana e a United Fruit Co., na Colômbia, p.166-8; a bibliografia é do século XIX (exploradores), e das duas primeiras décadas do século XX. A citação esta em DENIS, P. *América del Sur*; Guyanas, Brasil. 2. ed., Barcelona, Montaner y Simón, 1947. [1.ed. 1928] (Geografia Universal, v.20).

Sobre a dissociação econômica e política entre as províncias do litoral argentino e as da montanha, e sua associação como fato recente, ver, na mesma coleção, v. 22, DAUS, Federico. *América del Sur*; Argentina. p.171; a Argentina é apresentada como país bem integrado regionalmente, não obstante diferenciações culturais em virtude das correntes distintas da colonização espanhola: a do Atlântico, com sede em Buenos Aires, e a do Pacífico, entrando pelo Peru e atingindo as províncias de Salta e Tucuman.

<sup>27</sup> SORRE, Max & FILATTI, Rosa. *México*; América Central, v. 18 da coleção, p. 65/191.

<sup>28</sup> MONBEIG, Pierre. *Ensaio de geografía humana brasileira*. São Paulo, Martins, 1940. p.182; grifo meu.

<sup>29</sup> BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. *L'économie de l'Amérique Latine*. Paris, P.U.F., 1949. p.123 e ss

<sup>30</sup> GEORGE, Pierre; GUGLIELMO, R.; LACOSTE, Yves; KRIEGER, B. *A geografía ativa*. 5.ed., São Paulo, DIFEL, 1980. P.52-64.

<sup>31</sup> LACOSTE, Yves. *Géographie du sous-développement*. Paris, P.U.F., p.226. As fontes do texto são Amin, Balandier, Beaujeu-Garnier, Baumier, Lambert, Moussa, Niedergang, Nurkse, Perroux, Rudel, Sauvy. Sobre o dualismo agrícola cf. SCHULTZ, Theodore. A transformação da agricultura tradicional. Rio de Janeiro, Zahar, 1965; sobre a idéia do desenvolvimento por acréscimos de práticas capitalistas ver MYINT, H. *A economia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1966.

<sup>32</sup> LACOSTE, Y. *Les pays sous-développés*. Paris, P.U.F., 1959. p.7 e ss.

<sup>33</sup> Cf. MOUSSA, P. *Les nations prolétaires*. Paris, PUF; id. *Les Etats-Unis et les nations prolétaires*. Paris, Seuil, 1965; para a diversidade de identificações do Terceiro Mundo, cf.: DUVERGER, Maurice. *Sociologie politique*. Paris, PUF, 1966 <Terceiro Mundo como o conjunto de nações subdesenvolvidas e não alinhadas a nenhum dos mundos desenvolvidos, capitalista ou socialista>; LACOUTURE, Jean. *Países del Tercer Mundo*. Madrid, Cid, 1963 <o Terceiro Mundo como o conjunto das nações que não passaram nem pela revolução liberal, capitalista e industrial dos séculos XVIII e XIX, e tampouco pela revolução socialista do século XX, e que procuram seu próprio caminho revolucionário>; BAUMIER, J. *Países del Tercer Mundo*. Madrid, Cid, 1963 <Terceiro Mundo porque não é nem capitalista nem socialista>; BALANDIER, Georges. *Le Tiers Monde; sous-développement et développement*. Paris, PUF, 1956 <Terceiro Mundo enquanto o conjunto de países entre os dois blocos de poder, em ascensão após a conferência de Bandung de 1955; Balandier é o autor do termo>; MENDE, Tibor. *La rebelión del Asia*. Santiago de Chile, Pacífico, 1954 <como o anterior>. Com relação às características dos países, ou melhor, do seu subdesenvolvimento também as descreveram: BALANDIER, G. op. cit.; BALANDIER, G. & SAUVY, A. *Cuaderno del Instituto Nacional de investigaciones Demograficas*, 1956, 27:289 e ss; GEORGE, P. *Sociologie et démographie*. Paris, PUF, 1966. Para uma análise do debate sobre o tema nos meios intelectuais franceses na década de 80, ver, do mesmo Lacoste: *Contre les anti-tiers-mondistes et contre certains tiers-mondistes*. Paris, La Découverte, 1985; há uma crítica muito contundente tanto às elites dos países subdesenvolvidos que se beneficiam dos recursos destinados a essas nações quanto aos movimentos de ajuda pura e superficial, como o Live Aid, organizado em 85 pelo cantor Bob Geldof.

<sup>34</sup> FEBVRE, Lucien. Pour comprendre l'Amérique Latine. in: *Annales*, Paris, 1934, 6:394-6; o autor sugere ainda a comparação entre os historiadores-geógrafos do seu tempo e os da antiguidade: *J'imagine l'histoire de l'occupation romaine sur le Rhin*; sobre isso, ver nota 18; a mesma idéia do autor em *Un champ privilégié d'études, l'Amérique du Sud*. in: *Annales*, 1929, 1:258-78.

<sup>35</sup> LAMBERT, Jacques. *América Latina; estruturas sociais e instituições políticas*. 2. ed., São Paulo, Nacional-EDUSP, 1979. p.8-11

<sup>36</sup> Id., p. 13.

<sup>37</sup> Id., p. 27-9.

<sup>38</sup> Os autores citados por Lambert como representativos do dualismo social são: BOECKE, J. H. *Economics and economic policy of dual societies*. Nova York, Institute of Pacific Relations, 1953 [ênfatisa o dualismo cultural de natureza diversa]; do ponto de vista do dualismo tecnológico: SCHATZ, S. P. *A dual economy: model of an underdeveloped country* in: *Social Research*, 1956; MYRDALL, Gunnar. *Economic theory and underdeveloped regions*. Londres, 1957; HIRSCHMAN, Albert O. *Investment policies and dualism in underdeveloped countries* in: *American Economic Review*, set.-1957; do ponto de vista de uma economia desarticulada como índice mais característico do subdesenvolvimento cita PERROUX, François. *Trois outils d'analyse pour l'étude du sous-développement*. in: *Cadernos do ISEA*; GANNAGÉ, Elias. *Économie du développement*. Paris, 1962 [dualismo social e político]; aplicados à América Latina, há os estudos do próprio Lambert: *Os dois Brasis*, São Paulo, 1959; sobre as classes sociais: CREVEÑA, Theo (dir.). *Materiales para el estudio de la clase media en la America Latina*. Pan American Union, 1950-1; JOHNSON, John. *Political change in Latin America*. Stanford, Stanford University Press, 1958 e DORSELAER, Jaime. *Le phénomène urbain et la crise tertiaire en Amérique Latine* Louvain, 1960, todos com ênfase no desenvolvimento da classe média; quanto aos estudos de caráter geral: SIEGFRIED, André. *Amérique Latine entre en scène*. Paris, Armand Colin, 1934; a partir da inclusão da idéia de Terceiro Mundo: MENDE, Tibor. *Amérique Latine*. Paris, 1959; ROUMA, Georges. *L'Amérique Latine*. Bruxelas, 1948; FRIEDMAN, George. *Problèmes d'Amérique Latine*. Paris, 1959; VEGA, Luis Mercier. *Mécanismes de pouvoir en Amérique Latine*. Paris, P.U.F., 1967; NIEDERGANG, Marcel. *Les vingt Amériques Latines*. Paris, 1962; cuidando mais das perspectivas futuras do continente e sugerindo soluções: GOZARD, Gilles. *Demain l'Amérique Latine*. Paris, 1965; BEALS, Carleton. *L'Amérique Latine, monde en revolution*. Paris, 1966; RUDEL, Christian.

*L'Amérique Latine*; entre hier et demain. Paris, Centurion, 1965 [responsabiliza o latifúndio e a monocultura pelo subdesenvolvimento, e procede à análise das reformas em curso no continente, em tom otimista para reverter o quadro]; FURTADO, Celso. *L'Amérique Latine*. Paris, 1971. Na edição de 1975, Celso Furtado incorpora os autores da segunda fase dos Annales como MAURO, Frédéric. *L'Amérique espagnole et portugaise*. Paris, 1973.

<sup>39</sup> BEYHAUT, Gustavo e Hélène. *América Latina, de la independencia a la segunda guerra mundial México, Siglo XXI*, 1985. p. 6 [primeira edição de 1965 em alemão; ambos os autores do Centre National de Recherches Scientifiques]; igualmente dualistas os tratamentos dados por LÉON, Pierre. *Économies et sociétés de l'Amérique Latine*; essai sur les problèmes du développement à l'époque contemporaine, 1815-1967. Paris, S.E.D.E.S., 1969; e CHEVALIER, François. *L'Amérique Latine de l'indipendence à nos jours*. Paris, P.U.F., 1977; além das obras de Pierre CHAUNU.

<sup>40</sup> ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1984. p.40.

<sup>41</sup> BIROU, Alain. *Forces paysannes et politiques agraires en Amérique Latine*. Paris, Économie et Humanisme, 1970. p.29.

<sup>42</sup> TOURAINE, Alain. *Parole et sang*. Paris, Odile Jacob, 1988; com o mesmo título em português foi publicado no Brasil em 1990 pela Trajetória Cultural, da Unicamp; a exposição acha-se nas paginas 45 a 61 da edição brasileira; as fontes de Touraine, de caráter geral incorporam, além dos estudos franceses tradicionais citados por Lambert, um grande número de obras de técnicos e assessores da CEPAL (TOKMAN, SUNKEL, FURTADO, PREBISCH, para citar os principais) além de autores latino-americanos; ha uma extensa bibliografia no final da obra, que constitui um ótimo apanhado geral atualizado sobre o assunto. Sobre a dualização do continente e os elementos negativos e positivos, ver p.31-44.

---

**ARTIGO**

---

**O OUTRO LADO DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA :  
Pacto Colonial e Elites Locais\***

**Júnia Ferreira Furtado**

Departamento de História - UFMG

**INTRODUÇÃO**

A Inconfidência Mineira é momento privilegiado para o estudo das relações que se teceram entre Portugal e Brasil, durante o período colonial.

Tradicionalmente, este movimento é interpretado como resultado do aumento das tensões inerentes ao sistema colonial. As Metrôpoles, para garantir sua acumulação, tinham que exercer um controle absoluto e despótico sobre as colônias, negando-lhes a possibilidade de desenvolvimento e acumulação interna. Isto era assegurado pelo Pacto Colonial, vértice da política mercantilista.

Tal era a característica que a colonização da época moderna tomou em áreas metalíferas, ou produtoras de especiarias, denominadas Colônias de Exploração. Em oposição, as Colônias temperadas, sem interesse comercial para suas Metrôpoles, foram designadas de Povoamento, caso do norte das Treze Colônias. Como acentua Fernando Novais<sup>1</sup>, o exercício do exclusivo metropolitano colocava em pontos opostos e inconciliáveis a Coroa e a burguesia metropolitana de um lado, contra a população colonial em geral, tendo nas Minas esta oposição atingido seu máximo. Para efetivar a exploração aurífera, de grande interesse para a política mercantilista, que tinha no metalismo um dos seus pilares de sustentação, era necessário exercer um severo controle sobre a vida social da Capitania, provocando situações de exceção.

Ao efetivar sua exploração, a Metrôpole impedia que a classe dominante colonial pudesse usufruir das riquezas locais, que eram drenadas para a burguesia mercantil metropolitana. Um conflito latente se estabelecia entre as duas classes, intermediado pela Coroa que, se por um lado buscava a transferência das riquezas para dentro dos limites da nação, por outro não queria o aumento das contradições

---

\* Prêmio Assis Chateaubriand  
Belo Horizonte 1992

<sup>1</sup> NOVAIS, F. 1986.

a um ponto que colocasse em risco a situação colonial. Neste sentido, a Inconfidência Mineira representaria o ponto máximo deste conflito, quando a camada dominante das Minas não mais aceitou a dominação exercida pela Metrópole e buscou romper o Pacto Colonial. O caráter nativista do movimento, salientado pela historiografia, constituiu o marco do nascimento do espírito nacional, resultado da dicotomia Colônia/Metrópole.

No entanto, para compreender a Inconfidência Mineira, faz-se necessário analisar uma conjuntura mais ampla, o que significa reavaliar as relações que se estabeleceram, de um lado, entre a Metrópole e a Colônia e, de outro, entre o aparelho estatal que se montou nas Minas e a população local. O historiador, ao voltar sua atenção para a análise da intrincada teia de relações que se estabeleceram entre os dois apêndices do sistema colonial, amplia seu foco de análise, o que permite uma compreensão mais global do processo.

### **ADMINISTRAÇÃO COLONIAL**

Na verdade, ainda que na maioria das vezes não estivesse explicitado, as análises do movimento mineiro ancoram-se numa determinada visão da administração montada pelos portugueses na Colônia, visando a sua exploração mercantilista. Sua presença, geralmente apontada pelos especialistas como excessiva nas Minas, era efetivada por um complexo e eficiente aparelho administrativo, tendo sido aquele que mais perfeitamente correspondeu às expectativas da Metrópole. O resultado foi a atuação marcante do Estado na vida social, provocada pelas especificidades da mineração, que gerava uma rígida política tributária, e pela facilidade do contrabando de ouro. Os mineiros se encontravam desprotegidos frente ao arbítrio do Estado, que intervinha sistematicamente, por meio de numerosos órgãos e autoridades constituídas.

Faoro<sup>2</sup> nos legou a análise de uma administração colonial extremamente coesa e centralizadora, que a tudo provia, e que reduzia o funcionário a um mero executor de suas vontades. Já para Caio Prado Jr.<sup>3</sup>, apesar do caráter caótico e irracional do sistema colonial português, ele provocou o aparecimento de autoridades poderosas que colocavam a sociedade sob seu inteiro arbítrio.

A administração colonial, transplantada diretamente do modelo português, não se ajustava às especificidades da Colônia, pois era extremamente centralizadora, parecendo uma e indivisível. A vontade de tudo controlar levava a

---

<sup>2</sup> FAORO, R. s.d

<sup>3</sup> PRADO JR., Caio. 1979

duas situações contraditórias: em alguns lugares o despotismo metropolitano se fez sentir em todo o seu rigor, como no Distrito Diamantino. Em outros, a imensidão da Colônia gerava uma sensação de desgoverno, permitindo que as autoridades constituídas abusassem do poder que lhes havia sido outorgado pela Coroa Portuguesa, provocando o surgimento de realidades que não refletiam aquilo que estava previsto na lei. Da incapacidade de tudo controlar surgiu um espírito de indisciplina, que reinava em toda a parte e em todos os setores. Este espírito arraigado na população colonial moldou seu caráter e criou sequelas irreversíveis na formação da cidadania e do espírito nacional brasileiros.

Laura Mello e Souza<sup>4</sup>, juntando as duas interpretações, analisou a administração colonial como o somatório contraditório entre o agre e o doce. Autoridades e órgãos poderosos, que em determinados momentos pareciam tudo controlar. Ao mesmo tempo, o excesso de poder concentrado nas mãos de poucas autoridades, aliado às enormes distâncias, gerava situações de enorme descontrole.

Nas Minas, a significativa camada de desclassificados sociais era resultado e exemplo da política contraditória, que marcou a administração local. Por um lado, sofriam os desmandos das autoridades, que tinham à sua disposição uma legislação autoritária, por outro seu aumento constante era resultado do descontrole que marcava a mesma administração. A esfera pública e privada se imbricavam constantemente provocando situações anômalas e que invariavelmente lesavam os interesses metropolitanos. Mas para ela, em diversos momentos o arbítrio das autoridades fez sentir todo o seu peso. O exemplo máximo foi o Distrito Diamantino levado à ruína e ao despovoamento, situação que contraditoriamente prejudicou os interesses metropolitanos. As autoridades buscavam o difícil equilíbrio entre uma atuação despótica, mas que não provocasse a insubordinação, e a condescendência com os súditos, mas que não trouxesse a desobediência.

Uma última análise da administração portuguesa nas Minas vale salientar, é a que Maxwell<sup>5</sup> faz ao estudar a própria Inconfidência Mineira. Para ele, a camada dominante local ascendeu aos altos postos nas Minas, graças à política pombalina e, ao contrário do esperado pela Metrópole, tornou o estado instrumento de seus interesses particulares. A Inconfidência foi resultado da luta desta camada dominante pela continuidade dos privilégios acumulados nesta conjuntura e que lhe permitiu não só desfrutar legalmente das riquezas coloniais, contrariando a dinâmica do Pacto Colonial, como também se ligar ao contrabando e aos descaminhos, agindo à margem da lei. Para ele, a atuação de Pombal tinha

---

<sup>4</sup> MELLO E SOUZA, Laura. 1982.

<sup>5</sup> MAXWELL, Kenneth. 1978.

provocado uma situação excepcional, que agora a ortodoxia de Mello e Castro buscava corrigir, exercendo com rigor o Pacto Colonial e recolocando no poder a burguesia metropolitana.

Destas análises emergem que relações complexas se estabeleceram entre o estado metropolitano e a sociedade colonial, e que o primeiro muitas vezes acabou servindo para a satisfação de interesses particulares, tornando estreitas as relações entre o público e o privado. Mas todas elas insistem numa oposição intrínseca entre a Metrópole e a Colônia, sendo que a primeira se esforçava por criar uma administração coesa e eficiente, contrária aos interesses coloniais, restando à população explorada se defender de todas as formas possíveis, muitas vezes se cercando de privilégios, ou mesmo se entregando a atividades ilícitas. Os movimentos nativistas e, posteriormente, a Independência foram resultados do desenrolar deste processo contraditório. A Metrópole só podia acumular criando situações que tornavam insustentáveis a sobrevivência de uma camada dominante local e esta última só poderia prosperar com o fim dos entraves coloniais.

## **O PÚBLICO E O PRIVADO**

Analisar a relação entre a administração e a sociedade colonial como dicotômicas, nos faz esquecer de uma série de elos que ligaram as duas esferas durante todo o período colonial. Analisando, os Códices da Seção Colonial do Arquivo Público Mineiro<sup>6</sup>, que correspondem à documentação oficial relativa à atuação dos Governadores e de diversas autoridades civis e militares, percebe-se que uma complexa relação foi estabelecida entre o aparelho administrativo e a população mineira. Esta, recorria constantemente ao primeiro, esperando que lhe fossem fornecidas as condições básicas para sua sobrevivência. A concessão de sesmarias e datas, o patrulhamento da região, o estabelecimento das posturas municipais, as disputas entre vizinhos, entre outras coisas, tudo era da competência do Estado. Todo o poder emanava dele e tudo se esperava dele. Era o construtor, o idealizador e o responsável pela obra da colonização.

É esta dependência que marca a relação entre a sociedade e a administração colonial e é sob estes parâmetros que o Estado vai se forjando no imaginário político da sociedade, como fundador e responsável pela sobrevivência do corpo social. Ao contrário da América do Norte, onde a fundação do novo corpo político e social se dava através do consenso e da co-participação e o imaginário se construía sob os auspícios de uma vida coletiva fundada na vontade individual. Na

---

<sup>6</sup> BELO HORIZONTE. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. SEÇÃO COLONIAL. (De agora em diante APM).

colônia portuguesa a responsabilidade da colonização era do Estado e atuava sob as determinações de além-mar. Tal projeto se caracterizava pelo estabelecimento de símbolos culturais que mostrassem a superioridade ibérica, como a utilização da pedra como material construtivo preferencial, que por sua durabilidade marcava o tempo eterno do estado. O espaço urbano se tornava nas Minas o local preferencial de identificação cultural do colonizador e do colonizado, ali o estado e a Igreja dispunham, lado a lado, os símbolos de seu poder.

Sob estes parâmetros é que se estabeleciam as relações entre o público e o privado, marcada por conflitos sim, mas também por uma enorme dependência. O estado, ao tomar para si a tarefa de fundador do corpo social e recebendo deste o aval desta ação, passava a açambarcar todo o imaginário político e social da população, passando a partir daí a ocupar um papel primordial em sua história. A tutela, o paternalismo em relação às classes dominantes e o arbítrio e a violência em relação aos dominados definiam sua ação. Ao mesmo tempo, a transgressão imediatamente se colocava no horizonte possível das ações de ambos os lados e institucionalizava-se como única maneira de atuação política.

Desvendar as relações complexas que se estabeleciam entre a esfera pública e a privada desde o período colonial, permitirá a compreensão da atuação da sociedade colonial frente à política metropolitana e facilitará o estudo da Inconfidência Mineira, visto ser este um momento de ruptura entre as duas partes.

Para Marilena Chauí<sup>7</sup>, a indistinção entre a esfera pública e a privada caracteriza a sociedade brasileira até os dias de hoje. Manifestação deste fenômeno é a aparência criadora do Estado em relação ao corpo social, cujas relações se efetuam sob a forma da tutela e do favor e a legalidade se funda no arbítrio dos dominantes e na transgressão dos dominados.

Estes elementos constituintes do nosso imaginário político já se encontravam presentes no projeto colonizador ibérico e, segundo Janice Theodoro da Silva<sup>8</sup>, as caravelas portuguesas se transformaram em caravelas da cultura. Trouxeram seus signos, que foram incorporados à mente do colonizado e forjaram sua identidade, marcada pela epopéia e pelo drama, onde a funcionalidade e a racionalidade não constituíam elementos básicos da estrutura mental. Importante aspecto da colonização ibérica foi a forte presença do Estado e da Igreja que, com seu projeto de dominação, acabou tornando indissolúveis os laços que os unia à

---

<sup>7</sup> CHAUI, Marilena. 1986.

<sup>8</sup> DA SILVA, Janice T. 1987.

sociedade colonial. Gênese da indistinção entre o público e o privado que domina o imaginário político brasileiro, mesmo com o advento da modernidade.

Na verdade, toda a forma de fazer e pensar a política no Brasil permanece pré-moderna. Isto é, apesar da legislação atual incorporar elementos que viabilizem a prática democrática, não é capaz de criar canais que a institucionalizem. A sociedade continua a se construir sobre relações arcaicas e toda a sociabilidade política continua a ser marcada pelo personalismo, tornando a transgressão da própria lei, a única maneira de atuação política. Ainda hoje, é a violência do Estado e das classes dominantes que marcam a dominação que se estabelece sobre as classes subalternas, estando aparentemente os dois primeiros sempre acima da lei.

O estudo do período colonial é importante por que é quando se inicia a indissociabilidade entre as esferas pública e privada. Quando se dá a constituição da sociedade civil, que desde então é concebida sob a égide da desigualdade, e do mundo político, que não se estabelece sob regras públicas.

## **A POLÍTICA COLONIAL**

A consubstanciação do público e do privado sempre esteve presente na colonização brasileira. Desde a concessão das Capitâneas aos Donatários, o Estado Português buscou transferir parte da tarefa colonizadora à iniciativa privada. Em sentido inverso, a Coroa sempre controlou e regrou a sociedade colonial, invadiando invariavelmente o espaço privado. Tal prática foi tão rotineira, que desde cedo esteve presente no imaginário coletivo o Estado tentacular, que a tudo e todos provia.

A intervenção das autoridades servia para tentar mediar diversos atritos causados pelas tensões que se acumulavam no relacionamento entre vizinhos, esposas, filhos, autoridades, padres, etc. Frequentemente eram os próprios moradores que enviavam petições, chegando até aos Governadores, ou mesmo ao Conselho Ultramarino, reafirmando a idéia de que tudo estava sob a alçada do Estado. Nelas pediam que fossem resolvidas as questões mais corriqueiras.

São inúmeros os exemplos desta prática: em 1788, Francisco José Pinto, empregado na Real Extração dos Diamantes no Arraial do Tejuco, pediu ao Visconde de Barbacena que ordenasse a devolução de um escravo seu que tinha vendido ao Padre Manoel Caetano Ferreira, por não ter sido pago, no que foi

atendido.<sup>9</sup> O inventário do padre revelou que era um homem pobre, sem bens imóveis ou escravos, apenas alguns pertences pessoais, dinheiro, livros e bilhetes da Real Extração, demonstrando que mesmo os homens mais simples recorriam ao Estado para resolver pequenas pendências.

No mesmo ano, Manoel José Teixeira de Souza pediu que lhe fosse entregue uma morada de casas, fazendo despejar a Jeronimo Alvarez.<sup>10</sup> Joaquim José de Carvalho, que havia vendido sua loja de fazenda no arraial do Tejuco, requereu que o Governador obrigasse os compradores a saldar suas dívidas<sup>11</sup> e Silvestre de Almeida que fizesse com que Manoel Simplício o deixasse "passar hum rego de agua pelos fundos de seo quintal visto lhe não cauzar prejuizo".<sup>12</sup> Já Francisco Martins Pena foi obrigado, sob pena de prisão por ordem de Rodrigo José de Meneses, a derrubar um muro que construía de sua casa ao meio de uma praça chamada Cavallhada Velha.<sup>13</sup> As rixas entre moradores às vezes chegavam a ter consequências graves; Fabiano Luis de Abreu foi preso por ordem do mesmo Governador, acusado de colocar fogo na casa de um mercador em Curunatahy.<sup>14</sup>

As rugas entre marido e mulher, ou as infidelidades matrimoniais também foram motivo de reprimendas; sobretudo expressiva da moral e elucidativa dos bons costumes pelos quais os moradores deveriam se pautar. José de Oliveira e Angela Ferreira foram arrolados entre os réus devassados na Visita Episcopal de 1777, no arraial dos Córregos por viverem amancebados e causarem escândalo público, dando-se pancadaria entre os dois.<sup>15</sup> Rodrigo José de Meneses enviou D. Jacinta Bernarda, casada com o Ajudante José de Figueiredo, com suas duas filhas para o recolhimento de Minas Novas, também por escândalo público, pois queria "evitalos, e dar hum exemplo publico da severidade de costumes que desejo sobrevive".<sup>16</sup> Luís da Cunha Meneses ordenou a expulsão de Josêfa Maria da Costa Neves da Demarcação Diamantina, "sendo certo que ella he causa de viver em dezasocego com sua m<sup>er</sup>. Antônio José Monteiro, no Arrayal do Tejuco".<sup>17</sup> E o tenente Ezequiel e o Alferes João Carlos Brandão foram presos por manterem concubinas, "teúdas e manteúdas", presos sob ordens do Governador Pedro Ataíde e Mello, foram enviados do Tejuco para cumprir pena em Vila Rica.<sup>18</sup>

---

<sup>9</sup> APM. SC. 253 f. 67v.

<sup>10</sup> APM. SC. 253. f. 136v.

<sup>11</sup> IBDI. f. 57v.

<sup>12</sup> IBDI. f. 47.

<sup>13</sup> APM. SC. 227. f. 65.

<sup>14</sup> APM. SC. 241. f. 176-7.

<sup>15</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Livro de Devassas... Prat.z, livro 12. f.35v-36.

<sup>16</sup> APM. 1780-3. SC. 226. f. 16v.

<sup>17</sup> APM. SC. 241. f. 41.

<sup>18</sup> APM. SC. 302. f. 125v.

A sociedade colonial se organizou em torno da administração, garantindo seu sustento e mesmo certa acumulação entre os membros da classe dominante. Isto não foi uma exceção ocorrida apenas no período pombalino, mas marcou toda a relação entre o estado metropolitano e a sociedade colonial. O primeiro não podia prescindir que grande parte da população local passasse a viver das benesses e cargos que a administração provia. O grande problema era fazer com que seus interesses fossem coincidentes, pois frequentemente enorme descontrole marcava a atuação das autoridades.

Ao multiplicar o número de cargos e funções, a Coroa criava na Colônia, especialmente nas Minas, uma 'corte' de privilegiados e garantia também o sustento de uma grande parcela da população, mesmo em seus escalões inferiores, tornando a vida intimamente ligada a sua própria existência. Mas nada impediu que encastelada na administração, a classe dominante usufruísse de seus privilégios para aumentar seus ganhos, burlando a lei e, com isto, prejudicando os interesses de quem lhes investira tal poder. Por outro lado, abria um espaço de que as camadas inferiores também se aproveitavam; mas quando a repressão endurecia eram estes os primeiros a ser apanhados, enchendo os cárceres da Capitania, já que os poderosos dispunham de muitos mecanismos para se proteger.

A camada dominante, ao se apoderar de cargos estratégicos na administração, passou a utilizá-la para defender seus interesses inclusive se envolvendo em atividades ilegais (o contrabando e a sonegação de tributos), como forma de resistência à espoliação, que era intentada pela Metrópole. Como em qualquer outra região colonial, privilégios foram fartamente distribuídos e disputados pelos diferentes grupos.

Mais do que 'altamente repressora', a Administração Colonial se caracterizou por ser incapaz de controlar a população local. Ao contrário, seus funcionários contribuíram para que esta encontrasse meios, legais ou não, de fugir ao controle, seja distribuindo privilégios, ou mesmo protegendo indivíduos ligados ao extravio das riquezas coloniais.

A utilização dos homens bons em todos os níveis da administração, desde as Câmaras, até as Juntas da Real Fazenda e de Justiça fez com que os interesses metropolitanos e da camada dominante local estivessem permanentemente ligados. Mas era comum o envolvimento de funcionários nos extravios e nos contrabandos. Seus interesses pessoais, colocados acima das obrigações de sua função, entravam em choque com a Metrópole. A Coroa se defrontava sempre com contradição deste gênero e não media esforços para reprimí-la. Na verdade, o que se via era que se alternavam os grupos no poder e isto nunca deixava de acontecer.

As camadas mais altas conseguiam se proteger melhor da repressão, muitas vezes se aproveitando do próprio aparelho administrativo. Também o acúmulo de poderes nas mãos de algumas autoridades, como os Ouvidores encarregados de aplicar a justiça, os Intendentes ou mesmo os Capitães de Destacamentos que faziam as prisões, e a grande autonomia de que dispunham provocavam o aumento das arbitrariedades, abusos e redes de proteção. A isto se somavam as distâncias, que contribuíam para isolar as autoridades locais de seus superiores, permitindo que agissem com muita independência. O rigor das penas e dos castigos, a violência com que geralmente se aplicava a justiça, incidia sobretudo sobre as classes mais baixas e servia para implementar a hierarquia social.<sup>19</sup>

Muitos exemplos nas Minas, mostram os estreitos laços entre as fortunas e o acesso aos cargos públicos. José da Silva de Oliveira, pai do Padre Rolim, Primeiro Caixa da Real Extração dos Diamantes, chegou a ser proprietário de quatro bens imóveis, dezesseis lavras e setenta e dois escravos<sup>20</sup>, fortuna considerável nas Minas na época.

A administração colonial, civil ou militar, foi forma segura de ascensão social e por isto seus postos eram cobiçados para familiares e amigos. A Coroa e os Governadores frequentemente recebiam petições para provimentos e promoções em cargos, sendo volumosa a documentação deste tipo disponível no Arquivo Público Mineiro.

O acesso a um cargo público era o meio mais rápido de alcançar privilégios, por este motivo as autoridades mais altas, sob cuja alçada estava o direito de distribuí-los, acabavam criando redes de clientelismo e favor. Determinados cargos, por exemplo, foram ocupados por quase um século, por algumas poucas famílias que se revezavam, apesar das mudanças políticas que se operavam. A família Vieira Couto, cuja vida esteve intimamente ligada à Administração Diamantina, foi um dos exemplos. Afastada em algumas conjunturas da administração, ela se via privada do acesso aos cargos, vantagens e promoções. Nestes momentos seus membros não hesitavam em recorrer à Coroa, para conseguir de volta seus privilégios.

Havia também inúmeros privilégios distribuídos pelos próprios Governadores a seus protegidos e também pelos Intendentes. Em alguns casos chegavam a dar imunidades a seus destinatários contra as tentativas de cumprimento das penas existentes para os diversos delitos que cometiam, salvando-

---

<sup>19</sup> MELLO E SOUZA, L. 1982. p. 116-7.

<sup>20</sup> BAT. Inventário de José da Silva de Oliveira. maço 28. 1<sup>o</sup>. ofício.

os da justiça. Luís da Cunha Meneses foi um dos que mais distribuiu salvo-condutos protegendo sua corte de amigos. Logo após sua saída dois requerimentos foram dirigidos ao Visconde de Barbacena, pedindo a confirmação de despachos de seu antecessor, sob cuja proteção viviam os Alferes Joaquim da Silva Reis e José Rodrigues Martins. Se diziam perseguidos pelo Intendente dos Diamantes, que então, sob o argumento de que tais despachos não tinham mais validade, queriam prendê-los.<sup>21</sup>

O costume de distribuir privilégios à população estava disseminado entre as autoridades coloniais, tornando a ação da justiça extremamente difícil e só quando um novo grupo subia ao poder, conseguia atingir os protegidos do anterior. Estas proteções traziam situações tão irregulares, que em 1799, o Príncipe determinou em ordem régia que não estavam dispensados dos donativos e encargos as pessoas a quem tinha feito "Merce da Propriedade, ou da Serventia Vitalicia de alguns officios (...) excepto no cazo em que Eu expressamente, e por graça especial os exima dessa obrigação."<sup>22</sup>

Era também quando da disputa entre facções diferentes da camada dominante, que ficava evidente como a sociedade colonial se amalgamara à administração. Nestes momentos, aumentava o discurso do combate à repressão, como se com a chegada de um novo grupo ao poder fosse restaurar a ordem perdida. Apesar da legislação colonial ter sido composta de artigos bastante severos e violentos, sua execução era bastante difícil e ela parecia estar ali mais para aterrar, do que para ser efetivamente cumprida.

No Governo de Rodrigo José de Meneses (1780-3), uma tentativa de retirada dos vadios das ruas do Tejuco se mostrou extremamente problemática. A

<sup>21</sup> "(...) Diz o Alferes Joaquim da Silva Reis, que elle havia alcansado o Illmo. e Exmo. Senhor antecessor de V. Exa. o benigno despacho que se le na representação inclusa, pelos motivos na mesma explicados, debaixo de cujos virtuosos auspicios tranquillamte. cuidava nas suas dependencias e das ttestemunhas para comprovação da sua conduta a inculpabilidade, no crime que lhe arguirão seus emulos, e inimigos ainda não havião enxugado as lágrimas os fieis vassallos desta Cap. que amargamente choravão a ausencia (...) lhe roga a observancia do Venerando Despacho do dito Ilmo. e Exmo. Antecessor de VExa. (...) ampliando-a como he proprio da Liberal grandeza de VExa. aos fins que se propoem, e dando-lhe por um puro efeito da sua generosa Piedade as providencias que for servido para não esprementar as Lanças e verdugos dos ditos executores (...) Va. Ra. a 19 de Dezembro de 1788." APM. SC-260. f. 1-2v.

"(...) Diz o Alferes José Rodrigues Martins que elle se acha gemendo innocente na rigorosa inxovia da Cadeya da Villa do Príncipe por ordem do Doutor Dezembargador Intendente dos Diamantes do Tijuco (...) comtudo porem elle existia na Villa do Principe em virtude do Despacho do Illmo. e Exmo Antecessor de V.Exa (...) hé mais injusta a sua prisão, porquanto o supe. vivia em pas a sombra daquele Despacho (...) clama a VExa não só como Governador deste Continente, mas tambem como Regedor e Inspetor das Justiças para que o mande soltar, e que digne a confirmar o Despacho do Illmo. e Exmo. Antecessor (...) ordene que elle possa residir no Arrayal do Tijuco. (...) 24 de Dezembro de 1788"; IBDI. f. 2v-3v.

<sup>22</sup> APM. SC.287 f. 231.

legislação a este respeito já era antiga e constantemente reiterada para toda a Capitania. Uma tentativa de colocá-la em execução abarrotou os cárceres da Vila do Príncipe em 1781, causando condições de vida tão precárias na cadeia, que trouxe comoção entre as autoridades locais, que não pareciam dispostas em cumprí-la. Meneses ordenou a transferência dos presos para o presídio do Cuyeté, mas "providencialmente" os guardas os deixaram fugir na Ponte do Rio Doce<sup>23</sup>.

## A CONJUNTURA METROPOLITANA

Para compreender a Inconfidência Mineira é preciso analisar duas conjunturas que caracterizaram a política metropolitana em relação à Colônia. A primeira, antecedente ao movimento em pouco mais de uma década, foi a Era Pombalina. A segunda, contemporânea a ele, foi a de Martinho de Melo e Castro que lhe sucedeu.

O período pombalino, que se estendeu até 1777, estimulou a camada dominante local a ascender aos postos da administração e manteve com ela um acordo de tolerância mútua. Durante o período pombalino, esta camada alcançou posições estratégicas dentro do aparelho de Estado, especialmente na Capitania de Minas. Ocupava importantes cargos na Real Fazenda, nas Intendências do Ouro e dos Diamantes, sendo até delegados da Junta de Comércio de Lisboa. Ao contrário do que afirmava Maxwell, esta não era uma prática nova.

Nova era a forma de atrair a plutocracia local ao aparelho administrativo, esperando que a coincidência de seus interesses com os do Estado fortalecesse os seus vínculos com a Metrópole<sup>24</sup>, e que sob as asas da administração ela ficasse sob seu domínio. Não podemos nos esquecer, que o período pombalino corresponde ao momento de criação de inúmeros monopólios e expulsão dos jesuítas, buscando a Metrópole a recuperação do controle sobre riquezas coloniais importantes, como as drogas do sertão e os diamantes, que há muito estavam entregues à exploração privada. Foi também período de inúmeras reformas, que visavam o aprimoramento e racionalização da máquina estatal. Se o Estado sempre dividira com os particulares a tarefa colonizadora, era agora o momento de recuperar um controle mais eficaz sobre a Colônia.

---

<sup>23</sup> APM, SC.227. f.32v-33.  
SC.230. f.8v-9.  
SC.223. fs.5,5v-6.  
SC.227.f.35-35v.

<sup>24</sup> Ver MAXWELL, Kenneth. maio/ago 1980.

Porém o sistema pombalino gerava tensões, além do mais iniciava-se o declínio da produção aurífera e a crise econômica foi se avolumando. A partir de 1750, quando já se evidenciava o esgotamento das lavras, a Junta da Real Fazenda não mais conseguiu completar as cem arrobas anuais de imposto. A participação dos grupos locais nestes órgãos só fazia aumentar a divergência com os interesses metropolitanos, que instava para que fossem atingidas as cotas anuais, cuja cobrança a Junta não levava a sério.

Somado a tudo isto, a crescente pressão da elite metropolitana pelo fortalecimento dos laços coloniais levou à derrubada de Pombal e a chegada ao poder de Martinho de Mello Castro.

A política que Mello e Castro tentou implantar é que se constituía uma exceção. Pela primeira vez, a orientação metropolitana era no sentido de instalação de uma política mercantilista clássica e bastante rígida. Os governos de Rodrigo José de Meneses, Luís da Cunha Meneses e, principalmente o do Conde de Barbacena foram instalados sob a batuta desta política de endurecimento dos laços coloniais.

Impossibilitados de prescindir da elite local, eles procuraram afastar do poder famílias, que há muito desfrutavam privilégios e vantagens advindos dos cargos que ocupavam e colocar outras em seus lugares, o que desencadeou inúmeros conflitos.

O resultado direto desta política foi a Inconfidência Mineira. Desde o Governo de Luís da Cunha Meneses que um importante grupo da elite local, cujo representante máximo era o Ouvidor Gonzaga, começou a se sentir ameaçado. Estavam em jogo seus cargos, os privilégios daí advindos e o controle sobre o contrabando do ouro e diamante. Não que isto estivesse para terminar, mas seriam outros os beneficiários. Pela primeira vez se estabelecia uma ruptura séria entre os dois pólos do sistema, que por tanto tempo haviam usufruído de suas vantagens, numa complacência mútua.

A política de Mello e Castro se completaria na execução de uma repressão dura, fulminante e exemplar aos Inconfidentes, mostrando que a Coroa não estava mais disposta a dividir as riquezas coloniais com a elite local. Mas o desencadeamento da Devassa revelou quão danosa podia ser uma ruptura definitiva entre a elite colonial e o estado metropolitano. Sob a batuta de Barbacena, a política de tolerância em relação à classe dominante local foi reconduzida a seus trilhos e o Sistema Colonial pôde funcionar por mais quase quarenta anos.

## ANTECEDENTES DO LEVANTE

A compreensão dos motivos que levaram parte da elite mineira a tentar romper definitivamente o Pacto Colonial remonta à chegada de Cunha Meneses. Seu governo durou de 1783 a 1787, e com ele chegou uma nova corte de apadrinhados ávidos por participarem dos negócios coloniais, o que ameaçou pela primeira vez os interesses daqueles que usualmente detinham estes privilégios.

Cercado de uma camada de protegidos, a quem oferecia inúmeros favores e vantagens, Cunha Meneses desde sua chegada às Minas entrou em desavença com as famílias que tradicionalmente ocupavam cargos importantes. O Ouvidor Tomás Antônio Gonzaga foi um de seus maiores opositores, sendo a ele atribuídas as Cartas Chilenas, que retratavam, de forma satírica, os escândalos e falcatruas que cercavam o governo e sua Corte de apadrinhados. Numa leitura rápida e apaixonada dos acontecimentos do período, imediatamente se é levado a concluir que, esta disputa confrontava um governador fanfarrão e corrupto a um burocrata honesto e competente. Mas por trás disto, se revelava um complicado jogo de disputa de poder, que envolvia uma série de privilégios tradicionalmente repartidos entre famílias já estabelecidas.

Cunha Meneses e sua corte chegaram decididos a quebrar a harmonia de interesses locais, o que poucos Governadores se atreveram a tentar. Sua maneira de agir se respaldava na política de Martinho de Mello e Castro para as Minas.

O resultado foi o choque com a camada de privilegiados que cercavam uma série de autoridades nas Minas, tendo sido os casos mais notórios as disputas com o Intendente e os Administradores dos Diamantes e o próprio Gonzaga, então Ouvidor de Vila Rica. Entre outros, isto abalou a teia que envolvia as relações de poder e privilégios fartamente distribuídos a alguns poucos indivíduos dentro da Demarcação Diamantina. Segundo Kenneth Maxwell<sup>25</sup>,

"o envolvimento dos favoritos do governador na lucrativa rede de contrabando de diamantes tornou-se um escândalo. Há muito a fraude se tornara comum no Distrito Diamantino. A diferença, no decênio de 1780, estava em que, apoiados invariável e inquestionavelmente pelo governador, seus áulicos puderam monopolizar o contrabando e zombar da autoridade dos funcionários do Distrito - o intendente e o fiscal - com impunidade".

Maxwell superestima a força de Cunha Meneses, pois também esta plutocracia encontrava formas de proteger seus interesses, mas dá a exata medida

---

<sup>25</sup> MAXWELL, Kenneth. 1978. p. 121.

dos choques que passaram a envolver o Governador e a plutocracia mineira, cada um defendendo seus apadrinhados. O Governador tinha a seu favor a anuência da Coroa às suas atitudes, respaldada pelo notório envolvimento das autoridades locais no contrabando de ouro, impostos e diamantes. Não temia ser rude e impiedoso e ainda que forjasse uma fachada, o Governador tinha que perseguir e impedir o contrabando realizado pelos grupos rivais. Como tudo parecia estar mesmo fora de controle, encontrava os argumentos para intervir fartamente na Capitania.

Ameaçada de ser afastada de seus antigos cargos, parte da classe dominante mineira passou a articular um levante, no final do seu governo. No Distrito Diamantino por exemplo, as idéias da Inconfidência Mineira se espalharam com rapidez, envolvendo pessoas importantes da sociedade local, como o Padre Rolim e Basílio de Brito Malheiros, rico fazendeiro tejucano, e outros que há muito monopolizavam o contrabando das pedras.

Está fartamente documentado o envolvimento dos principais personagens da Inconfidência nestas atividades ilegais. As relações entre a camada dominante de Vila Rica, da qual Gonzaga era um de seus principais expoentes e a do Tejuco, encabeçada pelo Padre Rolim, filho do 2º. Caixa de Intendência, em muito antecedia a preparação do levante. Rolim foi um dos mais notórios contrabandistas do Tejuco, seu relacionamento com os Inconfidentes se fazia através de Domingos de Abreu Vieira, contratante dos dízimos e tenente-coronel da cavalaria auxiliar de Minas Novas<sup>26</sup>. Domingos de Abreu Vieira e Cláudio Manoel da Costa usavam as atividades de concessão de crédito para acobertar a sua intermediação no tráfico de diamantes.<sup>27</sup>

Três pontos de atritos se estabeleceram de imediato entre o Governador e a classe dominante da Capitania: as Junta da Real Fazenda e de Justiça e o Distrito Diamantino. Nos três casos interesses poderosos estavam em jogo. A Junta da Real Fazenda centralizava toda a arrematação de impostos da Capitania, onde os homens mais ricos dominavam. Na década de oitenta, por vários motivos, entre os quais a decadência da produção aurífera, os arrematantes se encontravam fortemente endividados e a rolagem de suas dívidas dependia da continuidade em seus cargos. Em outras palavras, eles estavam nas mãos de Cunha Meneses, que logo que pôde concedeu a dois protegidos seus, Pereira Marques e Joaquim Silvério dos Reis, o direito de cobrança das dívidas em toda a Capitania. Isto tirava poderes do Ouvidor Gonzaga, que era até então quem distribuía estes privilégios.

---

<sup>26</sup> IBDI.IDEM.121-2.

<sup>27</sup> MAXWELL, K. 1978. p. 117, 121, 125, 145.

Também Gonzaga se sentia ameaçado na Junta de Justiça, já que Meneses tentava aumentar seus poderes judiciários, se envolvendo em assuntos que eram de sua competência.

O Distrito Diamantino foi o outro alvo de Meneses pois o controle dos cargos da Intendência escondia a disputa sobre o controle das redes de contrabando que iam do Tejuco ao Reino. Deter os postos-chaves dos Destacamentos locais significava manipular o garimpo clandestino. O Governador passou a nomear seus protegidos afastando os membros das principais famílias que monopolizavam vários cargos. Isto levou inevitavelmente a um conflito com o Intendente João Barroso Pereira, que representava o interesse de famílias locais.

Trocavam-se acusações de ambos os lados sobre a conivência com o contrabando e, ao que parece, ambos tinham razão. Cunha Meneses denunciava que o Distrito estava mergulhado numa grande desordem. À Coroa escrevia como se estivesse empenhado no combate aos extravios.<sup>28</sup>

Questão delicada, que revelava esta disputa, foi a descoberta por Cunha Meneses do emprego de um inglês, Nicolau George, como escriturário da Contadoria da Junta Diamantina, cargo importante e que em hipótese alguma deveria estar nas mãos de um estrangeiro. Depois de repreender severamente tanto a Junta, quanto o Intendente, mandou dispensá-lo da função e a seguir prendê-lo e expulsá-lo da Demarcação por crime de extravios. As duas últimas ordens não foram seguidas pelo Intendente e a 24 de abril de 1788, o Governador escreveu novamente dizendo que tudo reportaria à Sua Alteza Real.

A obstinação do Intendente Barroso Pereira em não executar sua vontade era grande. Meneses teve que exigir que o Comandante Parada e Souza afastasse Nicolau Jorge da função e desse posse a João Antônio Verciani como o novo guarda-livros, segundo designação da própria Rainha. Mais tarde, envolvido na Inconfidência Mineira, Nicolau George foi preso e finalmente expulso da Demarcação pelo Visconde de Barbacena,<sup>29</sup> deixando claro seu envolvimento com o Padre Rolim e toda a plutocracia local que a política mercantilista de Mello e Castro tentava afastar dos órgãos coloniais.

O conflito envolvia interesses específicos nas relações de poder que se armavam em toda a Capitania. A disputa de cargos e vantagens escondia

---

<sup>28</sup> "(...) as providencias q' eu podia dar a fim de evitar de alguma maneira as mesmas desordens, e o grande extravio dos mesmos Diamantes, (...)" APM. SC. 238. f. 172-173v.

<sup>29</sup> APM. SC. 240 f. 94-96v.  
AN.Cod.97.f.30-30v

o envolvimento da classe dominante colonial nas inúmeras redes de contrabando e extravio.

O caso mais notório, fruto da disputa entre Cunha Meneses e as autoridades do Distrito, foi o de Basílio de Brito Malheiros. Próspero fazendeiro no Serro do Frio, endividou-se e passou a aproveitar as graças do Governador para participar do ativo contrabando dos diamantes, tirando do negócio inúmeros protegidos do Intendente e, inclusive, oficiais dos Dragões nascidos no Brasil, seus parentes e amigos.<sup>30</sup> Em represália, o Intendente Meirelles ordenou, por precatória, que o Ouvidor Gonzaga prendesse Basílio. Aproveitando-se da patente de Tenente-Coronel e da proteção do Governador escapou da prisão. O caso de Brito Malheiros tornou notório as prerrogativas que Meneses dispensava a seus oficiais e apadrinhados, tão bem retratado nas Cartas Chilenas.<sup>31</sup> Com a chegada do Visconde de Barbacena e a apuração da Inconfidência Mineira, Basílio se tornou um de seus importantes delatores, fazendo a primeira denúncia escrita. Buscava com isto continuar nas graças do ocupante do Governo e que não fossem devassados seus crimes.<sup>32</sup>

Gonzaga ficou tão revoltado com as interferências de Meneses nos casos de sua alçada que chegou a fazer uma representação à Rainha:

"Elle tira os pedecentes do patibulo; elle açoita com instrumentos de castigar os escravos, as pessoas livres sem mais culpa, ou Processo, do que huma simples informação dos Comandantes. Elle mete os Advogados, e homens gravas a ferros. Elle dá portarias aos contratadores p. o prenderem a todos, os que elles querem, que lhes devam. Elle suspende a outros credores o pedirem pelos meios competentes as suas dividas. Elle revoga os julgados, e ainda o mesmo das Relações; em fim Senhora, elle não tem outra Lei e razão mais que o ditame da sua vontade e dos seus criados. V<sup>a</sup>. Rica 21 de Março de 1787"<sup>33</sup>

Vários outros casos semelhantes envolveram as disputas entre os dois lados. Trocavam-se acusações de acobertamento do contrabando e ambos tentavam prender e incriminar os protegidos do outro.<sup>34</sup> Cunha Meneses usou de sua

---

<sup>30</sup> MAXWELL, K. 1978. p. 122-3.

<sup>31</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. Autos da Devassa da Inconfidência Mineira. Brasília, 1977. p.132-133.

<sup>32</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. op.cit. 1977. vol. VIII. p. 132. nota 2.

<sup>33</sup> ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - Papéis avulsos de Minas Gerais - Março 92. APUD FERREIRA, Delson Gonçalves. 1987. p. 75.

<sup>34</sup> Meneses se referiu uma vez ao Fiscal Luis Beltrão Gouveia nos seguintes termos: "o Caminho ou Picada que descobriu o grande fiscal dos Diamantes como bom fiscal e bom introductor de garimpeiros". APM. SC. 241. f. 185.

autoridade para levantar suspeitas sobre diversos funcionários e proteger seus apadrinhados.

Caso controvertido envolveu um soldado da Companhia, João Rodrigues Nogueira - por alcunha o Tambor. Preso como contrabandista por ordem de Meneses, criou-se novo ponto de atrito, já que também era protegido do Intendente dos Diamantes.<sup>35</sup> Seguiram-se acusações de ambas as partes, referentes à conivência com contrabandistas que infestavam a Serra de St<sup>o</sup>. Antônio do Itocambirussu, grande descoberto de diamantes na década de oitenta, localizada próxima à Minas Novas. Para Meneses, os protegidos do Intendente acobertavam a ação dos garimpeiros, soltos no Arrayal do Tejuco, quando chegavam presos pelas patrulhas do Governador. A 5 de janeiro de 1788, escreveu ao Intendente duvidando das informações que inocentavam João Tambor do crime de extraviador e lançava dúvidas sobre o seu comportamento no caso.<sup>36</sup>

Durante seu governo, Meneses organizou o processo de culpa de alguns dos famosos garimpeiros, que ele conseguira prender: João Costa, Cap<sup>m</sup>. Bamba, João Tambor e José Ferreira, Orelha Pé de Pato. Acusando o Intendente dos Diamantes de negligência e cumplicidade, transferiu os presos para V<sup>a</sup> Rica, de onde pretendia degredá-los. Em março de 1788, escreveu ao Governador de Angola, Barão de Mossamedes, informando o envio dos degredados para acabar com

"(...) tam pernicioso mal ao mesmo Patrimonio Real, mas tambem posa que nas delongas que seria preciso haver em se formar o prosseço das suas grandes culpas ser ariscado a que elles indecorozamente fossem soltos e continuacem no mesmo pernicioso exercicio por comprarem os seus Livramentos assim como já tem sucedido mais de huma ves (...)"<sup>37</sup>

Um destes presos, José Ferreira, deu importantes informações sobre a rede dos contrabandistas e suas ligações no Tejuco. Em outubro de 1786, o Governador mandou Claudio Manoel da Costa inquirir

---

<sup>35</sup> APM. SC. 253. f. 126v-130.

<sup>36</sup> "Não podendo Eu nunca assentar nas duvida que VM<sup>ce</sup> me expoem na sua carta (...), para o fim de VM<sup>ce</sup> me remeter por Certidão as culpas que se axão Lançadas em Devassa do famoso Garimpeiro João Rodrigues Nogueira por alcunha o tambor (...) por que de outra maneyra sou com as izenções que VM<sup>ce</sup> me aponta não só a não devo crer, más não me podia Lembrar, nem supor que VM<sup>ce</sup> mos propusece". APM. SC. 240. f. 88-88v.

<sup>37</sup> APM. SC. 239. f. 87v.

"(...) a hum preto denominado [orelha] pê de pato que se acha [nas cadeyas] em segredo a minha Ordem para o dito fim, e igoalmente sobre todas as mais denuncias que elle deu na Demarcação Diamantina, o que tudo VM<sup>ce</sup> porâ na minha presença logo que assim o tiver executado (...)".<sup>38</sup>

Maxwell relata, que desafiando a própria autoridade do Governador, Souza Lobo, mandou matá-lo, antes que ele pudesse apresentar provas sobre as ligações dos contrabandistas com as autoridades militares.<sup>39</sup>

A mudança no Ministério em Portugal com a saída de Pombal e a entrada de Martinho de Mello e Castro significou a primeira tentativa de corrigir o estado em que se encontrava a Real Fazenda nas Minas. Em 1788, o Visconde de Barbacena chegava à Capitania com ordens expressas de cobrar tudo o que era devido ao fisco. Devia não só completar as cem arrobas anuais, instaurando a derrama, como obrigar os arrematantes de impostos a quitar suas dívidas atrasadas.

"João Rodrigues de Macedo ainda devia 466.454\$480 réis de um contrato que terminara em 1781 (...) e Joaquim Silvério dos Reis, cujo contrato se extinguiu em 1784, devia 220.430\$149 réis. Os dízimos e entradas somados dizia Melo e Castro, representavam dívidas de 2.420.055\$689 réis".<sup>40</sup>

As Instruções que lhe dera Mello e Castro em sua posse terminavam com privilégios há muito estabelecidos. Entre outras coisas, tinha ordens de abolir todos os contratos vigentes e transferir sua cobrança para o estado. Esta era uma ameaça que a camada dominante não podia aceitar, a Inconfidência foi o resultado direto deste estado de coisas.

Porém, Barbacena ao chegar foi muito cuidadoso. Logo percebeu que a legitimação de seu governo dependia do beneplácito de importantes setores da plutocracia local. Tratou por exemplo de não se envolver nas disputas em torno da Real Extração, recusando-se a interferir ali, mesmo quando solicitado pela Coroa. Mas ele não podia se manter assim indefinidamente, as ordens de Mello e Castro eram expressas.

Não é por acaso que os primeiros denunciante estavam entre aqueles que mais sofreriam se as novas engrenagens comessem a funcionar. Basílio de Brito Malheiros sabia que sua prisão como contrabandista era eminente e Joaquim Silvério dos Reis tinha dívidas como contratante dos dízimos que eram impagáveis.

---

<sup>38</sup> APM. SC. 240. f. 65v-66.

<sup>39</sup> MAXWELL, K. 1978. p. 123.

<sup>40</sup> IBDI. p. 128-9.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Inconfidência Mineira revelou pela primeira vez uma ruptura drástica entre a camada dominante colonial e o Estado metropolitano. A camada dominante mostrava até que ponto ela toleraria a interferência da Coroa à suas possibilidades de acumulação. Mello e Castro, que a princípio desejou uma apuração exemplar, logo percebeu que isto provocaria uma situação de instabilidade tão grande, que punha em risco a própria dominação metropolitana.

A Inconfidência atrasou seus planos de uma reforma de fundo, que afastasse a plutocracia local dos cargos administrativos e fazendários que há muito ocupavam. Isto pode ser atestado por outras tentativas de reformas fiscais, que serão tentadas mais tarde.

Por exemplo em 1799, o então Governador Bernardo José de Lorena recebeu da Coroa uma instrução para tentar novamente corrigir os inconvenientes e a diminuição das receitas provocados pelo sistema de arrecadação dos Dízimos, que era feito em toda a Capitania por uma única corporação de negociantes. Pretendia-se buscar novos arrematantes para os contratos, examinando-se a possibilidade de diminuir os prazos de pagamento e as suas condições.<sup>41</sup>

O novo pacto de tolerância mútua, explicitado na repressão ao movimento, adiou o fim do Sistema Colonial por mais quarenta anos pelo menos. Nele ficava evidente que até Mello e Castro percebia que era impossível a sustentação do Pacto Colonial, sem que parte das riquezas ficasse nas mãos da camada dominante local, seja pelas vias legais ou não.

A disposição de Mello e Castro era que uma sentença exemplar mostrasse a nova intenção metropolitana de punir com rigor todos aqueles que interferissem no seu intento de usufruir sozinha das riquezas coloniais, mesmo entre as camadas dominantes. Isto era uma situação inteiramente nova. Em geral os que caíam nas redes da repressão era a arraia miúda, principalmente escravos e desocupados. Vez ou outra, um ou outro poderoso podia enfrentar problemas com a justiça, mas eram casos isolados e não representavam ameaças à ordem.

Não era possível tolerar que os poderosos agissem em grupo e que à testa do movimento estivessem as figuras mais notáveis da Capitania e que usufruíam de cargos poderosos, como o Ouvidor Gonzaga ou o Contratante Macedo. Mas, a este tom autoritário sobreveio outro mais realista. Mello e Castro acabou percebendo

---

<sup>41</sup> APM. SC.287. f. 102-102v.

que a estratégia inicial de Barbacena de resolver a questão com menos alarde possível era a mais acertada para a ocasião. Uma punição muito severa e eficaz romperia o frágil equilíbrio que sempre se estabelecera entre os dois lados do Sistema.

A elite colonial (pelo menos a parte mais confiável dela ) continuaria usufruindo de seus cargos, os Inconfidentes seriam degredados e aos poucos reintroduzidos nas benesses do Estado nas Colônias africanas. Os réus eclesiásticos foram transferidos para Lisboa. A maioria dos bens sequestrados foram restituídos a seus donos, como foi o caso de Rolim, ou a seus herdeiros.

A pena capital foi aplicada a um único caso: Tiradentes. Exatamente aquele que provinha das camadas mais baixas da sociedade e que parece ter sido apenas um divulgador das idéias, apesar de uma historiografia republicana ter tentado alçá-lo a uma posição de destaque.

A repressão então realizada foi mais um espetáculo e a ordem colonial voltou à sua normalidade. A Coroa consentia que parte das riquezas fosse acumulada por uma elite local e em troca esta aceitava a situação colonial. Os interesses públicos e privados voltavam a se consubstanciar num Estado patrimonialista e que a tudo e todos provia. A ameaça de uma ruptura à ordem estava descartada.

O Pacto Colonial sempre escondeu na verdade um beneplácito entre o Estado Metropolitano e a plutocracia colonial, abrindo espaços para que toda a população local se rearranjasse em torno deste sistema e garantisse a sua sobrevivência. Este beneplácito significava, como tinha assegurado até então, a perpetuação do sistema Colonial.

## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

### **1- Fontes Primárias:**

#### **1.1- Manuscritas:**

##### **1.1.1- Arquivo Público Mineiro (APM)**

- Códices da Seção Colonial. SC. 01 - 311.

##### **1.1.2-Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)**

- Livro de Devassas da Comarca de Sabará, Serro do Frio, Pitangui, (...). 1767-77. Prat.Z, livro 12.

##### **1.1.3- Biblioteca Antônio Torres (BAT)**

-Inventário de José da Silva de Oliveira. 1796-7. 1º. ofício, maço 28.

- Inventário de Manoel Caetano Ferreira.1817. 2º Ofício. Maço 68.

## 1.2- Impressas :

### 1.2.1- Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM)

- "Requerimento do P<sup>e</sup>. Silva Rolim pedindo restituição dos bens que lhe foram confiscados". Ano V, 1900. p.170.
- "Diversos registros da correspondência oficial do governador D. Pedro Maria de Ataíde e Mello". Vol. XI, 1906.
- "Violências de um Governador (1774)". Vol. VI, 1901. p. 185-188.
- "Exposição do Governador D. Rodrigo José de Menezes sobre o estado de decadência da Capitania de Minas Gerais e meios de remediá-lo (1780)". Vol. II, 1897, p. 311-327.
- "Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais, por J. J. Teixeira Coelho (1780)". Vol. III, 1903. p. 3.
- "Memória sobre as Minas da Capitania de Minas Gerais. Suas descrições, ensaios e domicílios próprios, à maneira de itinerário, por J. Vieira Couto (1801)". Vol. X, 1905. p. 57.
- "Memória da Capitania de Minas Gerais, por José Joaquim da Rocha (fim do século XVIII)". Vol. II, 1897. p. 425.
- "Informação da Capitania de Minas Gerais, por Basílio Teixeira de Saavedra (1805)". Vol. II, 1897. p. 673.
- "As cartas chilenas". Ano II, 1897. p. 403-424.

### 1.2.2- Autos de Devassa da Inconfidência Mineira

- AUTOS de Devassa da Inconfidência mineira. 2ª edição. Brasília: Câmara dos Deputados; B.Horizonte:Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1982.

## 2- BIBLIOGRAFIA

- CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder, formação do patronato político brasileiro**. sl., se., sd.
- FERREIRA, Dilson Gonçalves. **Cartas Chilenas**. Retrato de uma época B. Hte.: Ed. UFMG/PROED, 1987.
- FURTADO, Júnia F. **O Livro da Capa Verde: a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração**. São Paulo: USP, 1991. (mimeo).
- MAXWELL, K. **A devassa da devassa**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- \_\_\_\_\_. "Libertas quae sera tamen". Bicentenário da Conjuração Mineira e Revolução Francesa. **Cadernos de Estudos Avançados**. Vol. 3. n<sup>o</sup> 6. Maio/Ago. 1989.
- NOVAIS, Fernando A. **Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial. ( séculos XVI-XVIII)**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.13-90.

- OLIVEIRA, T. **As cartas chilenas**. São Paulo, 1972.
- PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- SILVA, Janice Theodoro. **Descobrimientos e colonização**. São Paulo: Ática, 1989.
- SOUZA, Laura de Mello e. In: **Desclassificados do Ouro; a pobreza mineira no século XVIII**. São Paulo: Graal, 1982.

---

ARTIGO

---

**DISCUSSÃO SOBRE FONTES DE PESQUISA HISTÓRICA:  
OS TESTAMENTOS COLONIAIS.**

**Eduardo França Paiva**

Professor de História - Faculdades Integradas Newton Paiva/BH

Este artigo discute a utilização dos testamentos como fontes privilegiadas para o estudo do período colonial em Minas Gerais. Demonstra, também, a potencialidade dessas fontes para a análise das relações escravistas na região.

**TESTAMENTOS E IMAGINÁRIO SOCIAL**

O tipo de documento que subsidia esta discussão é um dos mais complexos registros históricos disponíveis em nossos arquivos. Os testamentos são relatos individuais que, não raro, expressam modos de viver coletivos e informam sobre o comportamento, quando não de uma sociedade, pelo menos de grupos sociais. Em sua essência, durante o século XVIII, encontram-se elementos definidores do mundo material, bem como da esfera mental da vida na Colônia.

O relato testamental é um espaço privilegiado para que aflorem os símbolos, cuja função, como esclarecem Berger e Luckmann, " não é apenas instituir uma classificação, mas também introduzir valores, modelando os comportamentos individuais e coletivos e indicando as possibilidades de êxito dos seus empreendimentos"<sup>1</sup>. É importante ressaltar então que se um símbolo não consegue fixar-se, nem modelar os comportamentos humanos é, sobretudo, por conta de uma certa autonomia daquilo que Bronislaw Baczco chama de comunidade de imaginação<sup>2</sup>. Em última análise, é esta comunidade que aceita ou não incorporar os símbolos, determinando a construção de imagens, a conformação das estruturas mentais e influenciando a dinâmica das relações sociais.

O grau de consistência e de consciência existente nas comunidades de pensamento é o que impede a absoluta imposição de valores dominantes e

---

<sup>1</sup> BERGER, P. L. and LUCKMANN, T. *The social construction of reality: a treatise in the Sociology of knowledge*. New York, Doubleday, 1966 citados por BACZCO, Bronislaw. *Imaginação Social* In *Enciclopédia Einaudi*. (trad.) Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, Vol.5, p.296-332, p.311.

<sup>2</sup> BACZCO, Bronislaw. op. cit. p. 325.

determina a adaptação do cotidiano ao sistema. Entretanto, mesmo diante da diversificação de estratégias de resistência, as estratégias de dominação continuam obtendo êxitos e se renovando incessantemente. Neste sentido, adverte Baczczo que "os mais estáveis dos símbolos estão ancorados em necessidades profundas e acabam por se tornar uma razão de existir e agir para os indivíduos e para os grupos sociais", o que pode facilitar a sua manipulação por parte do poder<sup>3</sup>.

Os símbolos são importantes elementos na formação de hábitos, costumes e de atitudes diante de, festas, cultos, cerimônias, visitas e viagens, diante, também, do nascimento e da morte. E é esta última expressão da vida que dá sentido ao tipo de documento aqui estudado. Muitos testadores registraram suas últimas vontades quando pressentiram o fim, num momento em que a agonia do corpo e do espírito provocou alterações em seus sentimentos e em seu modo de viver.

Walter Benjamin conseguiu captar nos períodos de agonia algumas das transformações comuns aos moribundos. Num de seus textos, onde o objeto de análise é o narrador, ele comenta:

"Ora, é no momento da morte que o saber e a sabedoria do homem e sobretudo sua existência vivida - e é dessa substância que são feitas as histórias - assumem pela primeira vez uma forma transmissível. Assim como no interior do agonizante desfilam inúmeras imagens - visões de si mesmo, nas quais ele se havia encontrado sem se dar conta disso -, assim o inesquecível aflora de repente em seus gestos e olhares, conferindo a tudo o que lhe diz respeito aquela autoridade que mesmo um pobre-diabo possui ao morrer, para os vivos em seu redor. Na origem da narrativa está essa autoridade."<sup>4</sup>

A agonia é para o doente o espaço da derradeira narrativa que assume imediatamente, com exceção dos delírios, a condição de verídica junto às pessoas que o rodeiam. Mais do que isso, é o momento de revelar segredos guardados por vários anos, espaço reservado às confissões, à prática dos mais nobres sentimentos cristãos e à tentativa de um acerto de contas espiritual, visando a absolvição divina.

Os testamentos setecentistas funcionaram como canais para a expressão destas atitudes, por parte dos habitantes das Minas e do restante da colônia brasileira. Contudo, ao final do século XVIII, esses documentos parecem sofrer alterações importantes em sua estrutura e função. Alguns estudiosos do tema observaram tais mudanças e comentaram o fato. Maria Luiza Marcílio escreve:

"Até meados do século XVIII, a preocupação religiosa é mais importante que o legado dos bens. O testamento era então um documento para a salvação da alma, era uma verdadeira prece generosa

---

<sup>3</sup> BACZCO, Bronislaw. op. cit. p.311.

<sup>4</sup> BENJAMIN, Walter. O narrador; considerações sobre a obra de Nikolai Leskov in *Obras escolhidas; magia e técnica, arte e política*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

feita a Deus, à 'gloriosa Virgem Maria' e aos intercessores celestes, ante a morte iminente. Só mais tarde ele tornou-se um texto que apenas regulamentava as questões materiais."<sup>5</sup>

Kátia Mattoso estudou os testamentos de libertos baianos dos séculos XVIII e XIX, dividindo-os em duas séries temporais: 1790-1826 e 1863-1890. A autora identificou algumas alterações importantes ao comparar as duas séries. Entre elas destaca-se uma aguda diminuição, no segundo momento, de homens e mulheres ligados a Irmandades. A porcentagem de testadores sem filiação torna-se superior a 80% entre ambos os sexos, enquanto que, no primeiro momento, somente 15% dos homens e 17% das mulheres encontravam-se nessa situação<sup>6</sup>. Continuando as comparações, Mattoso demonstra, para a segunda metade do oitocentos, um aumento acentuado do número de testamentos onde não é pedido qualquer tipo de sufrágio e onde ocorre uma perda da importância dada ao modo de sepultamento, à mortalha a ser utilizada e ao lugar da sepultura<sup>7</sup>. As alterações não se restringiam ao grupo dos forros, mas faziam parte de transformações mais profundas na mentalidade da população baiana. Ainda que o empobrecimento geral de Salvador no final do século XIX fosse importante, o fator econômico é incapaz de, sozinho, explicar a metamorfose comportamental ocorrida, embora a autora não tenha apontado outros aspectos<sup>8</sup>.

Transformações em toda a estrutura da vida cotidiana foram sentidas na Europa setecentista, o que, de uma forma geral, parece ter sido a matriz das alterações processadas por aqui. Michel Vovelle, num texto sobre a morte e a história das mentalidades, consegue resumir em um parágrafo os acontecimentos no velho mundo. De acordo com ele,

"essas grandes reviravoltas da sensibilidade coletiva não afetam unicamente a representação da morte, mas desde a família aos sistemas de valores tudo é afetado. Inclui-se, nesse caso, por exemplo, a mudança que ocorreu nas mentalidades ocidentais em fins do século XVIII, aproximadamente em 1760, em uma fase em que tudo se alterou: atitudes diante da vida, do casamento, da família e do sagrado. Essas são crises nas estruturas profundas e aparentemente melhor enraizadas da sociedade. Mais do que a peste negra no declínio da Idade Média, foi a crise da sociedade feudal ou cavaleiresca que determinou a instabilidade geral da qual a dança macabra não foi senão uma das expressões."<sup>9</sup>

O século XVIII foi palco de grandes rupturas com o velho estilo ocidental de viver e serve, também, como referência privilegiada para o nascimento do

---

<sup>5</sup> MARCÍLIO, Maria Luíza. A morte de nossos ancestrais in MARTINS, José de Souza (org.) A morte e os mortos na sociedade brasileira. São Paulo, Hucitec, 1983 p.68.

<sup>6</sup> MATTOZO, Kátia M. de Queirós. Testamentos de escravos libertos na Bahia no século XIX; uma fonte para o estudo de mentalidades. Salvador, Centro de Estudos Baianos/UFBa, 1979, p.23.

<sup>7</sup> id. ibid. p.24 e 25.

<sup>8</sup> id. ibid. p.31 e 46.

<sup>9</sup> VOVELLE, Michel. Ideologias e mentalidades (trad.). São Paulo, Brasiliense, 1984, p.149-150.

mundo e do homem modernos. Na América, sobretudo nas regiões de colonização ibérica, o antigo sistema colonial persistiria até as primeiras décadas do oitocentos, não obstante as alterações ocorridas no dia-a-dia dos colonos, o estreito contato com a nova realidade européia e as tentativas internas de transformações sociais. O escravismo determinava toda a dinâmica de vida em extensas áreas do Novo-Mundo. Ao sistema, adaptaram-se mecanismos de dominação e de resistência e moldaram-se as relações mais ordinárias entre colonizador e colonizado, livres e libertos e senhores e escravos.

Muitas foram as formas usadas para preservar a ordem dominante e várias foram as alternativas de resistência encontradas. Neste último caso, os registros deixados não são tão numerosos e nem sempre encontram-se explicitamente descritos. Contudo, o resgate deste universo é possível. É o que se pretende demonstrar a seguir com a análise do conteúdo dos testamentos, partindo-se do individual em direção às expressões coletivas. Se boa parte dos casos à frente mencionados e reproduzidos parcialmente dizem respeito a forros e escravos é devido ao interesse atual que vem direcionando a investigação das fontes.

### **AS DISPOSIÇÕES TESTAMENTAIS**

O conjunto documental utilizado para esta análise integra o fundo arquivístico CMS-Câmara Municipal de Sabará do APM-Arquivo Público Mineiro. Trata-se de cópias de testamentos registradas em quatro livros do Senado da Câmara da Vila de Sabará, abrangendo todo o termo dessa Vila entre 1748 e 1784.

Os mais de quatrocentos testamentos copiados nesses livros pertenceram a homens e mulheres peculiarmente situados na escala sócio-econômica colonial. Isto equivale a dizer que os testadores integravam grupos sociais distintos como o dos livres e o dos libertos ou como o dos brancos, o dos crioulos (negros nascidos no Brasil) e o dos negros africanos, existindo, também, as diferenciações internas baseadas no sexo, no trabalho e na fortuna.

As impressões contidas nos documentos, embora produzidas no âmbito coletivo, requerem, inicialmente, um exame individualizado. Geralmente elaboradas em momentos de pouca nitidez entre os limites da vida, da morte e do além, as disposições de cada testador expressam, explícita e implicitamente, o seu passado e o que nele ficou bem ou mal resolvido. Neste contexto a omissão costuma se fazer frequente, emprestando maior valor aos silêncios e às entrelinhas do texto.

É interessante notar que as declarações (e por conseguinte algumas omissões mais comuns) têm lugar apropriado no corpo do documento, fato

certamente proveniente de regulamentação oficial, do tipo já encontrado para os inventários. Os testamentos apresentam, em geral, quatro ou cinco partes bem definidas:

1ª) Invocação da Santíssima Trindade; localização e datação do documento; identificação do testador (nome/ condição - no caso de libertos -/ naturalidade/ nacionalidade/ filiação/ domicílio/ estado civil/ cônjuge e filhos/ ofício. A data de nascimento ou mesmo a idade aproximada nunca eram registradas) e indicação dos testamenteiros e herdeiro(s) universal(is).

2ª) Disposições e legados espirituais ( local e forma detalhada do sepultamento, número de missas por intenção da própria alma e pelas almas de outras pessoas, bem como o local ou locais dessas missas).

3ª) Inventário resumido (às vezes completo) dos bens móveis e imóveis; alforrias, coartações, arrestos e vendas de escravos; disposições e legados materiais e identificação de dívidas e créditos.

4ª) Disposições gerais, assinatura ou sinal do testador, assinaturas do escrivão e do oficial responsável pelo registro do testamento em livro apropriado.

5ª) Codecilos (poucos testamentos os apresentavam).

É importante observar que nem todas as pessoas faziam seus testamentos e outras não os registravam. Boa parte da população livre e liberta nada tinha para legar ou os poucos bens que possuíam não justificavam a feitura de um testamento, mesmo considerando-se os desejos espirituais que eventualmente pudessem ter.

Entre os grupos abrangidos pelo universo documental aqui utilizado não se incluem aqueles formados entre a camada mais pobre da população. Não obstante, alguns desses últimos, como por exemplo o dos escravos, o dos recém-libertos e o dos enjeitados, mereceram frequentes referências nos testamentos dos senhores e dos criadores, minorando as dificuldades surgidas da quase inexistência de seus próprios testamentos. O fato de as informações sobre esses indivíduos passarem pela ótica de grupos dominantes não invalida a utilização dos documentos, cabendo ao investigador a leitura crítica dos mesmos.

Passemos então às cinco partes acima especificadas. Na primeira delas as informações que identificam o testador são as mais importantes. Através delas é possível proceder uma série de divisões, começando por se observar a proporção de homens e de mulheres, de portugueses(as), de estrangeiros(as), de brasileiros(as)

livres, de libertos(as) brasileiros(as) e africanos(as). Dos 152 testamentos selecionados para esta análise (foram arrolados apenas os que legavam alforrias e coações e os que pertenciam a libertos) 91 pertenceram a homens livres (59,9% do total); 36 a mulheres forras (23,7%); 16 a mulheres livres (10,5%) e 9 a homens forros (5,9%). Quanto às origens dos testadores, é importante esclarecer que os portugueses representavam 86,8% dos homens livres; as africanas 72,2% e as brasileiras 25% das mulheres forras; as brasileiras 68,7% das mulheres livres e os africanos somam 66,6% dos homens forros. O grupo de maiores posses era o dos homens livres, entre os quais os portugueses eram mais numerosos e ostentavam privilegiada situação financeira. Quantitativa e hierarquicamente, as mulheres forras situavam-se em segundo lugar na escala de posses, seguidas das mulheres livres e dos homens forros.

Tal escalonamento não diverge do obtido após a quantificação das listas de contribuintes do Real Donativo, elaboradas em Vila Rica, entre 1727 e 1733. Lá, as mulheres forras formaram a segunda categoria que mais pagou tributos sobre as vendas e os escravos possuídos<sup>10</sup>. A situação alcançada pelas libertas influenciou as atitudes cotidianas e a mentalidade do grupo, como se observará mais à frente.

A indicação do domicílio pode, com a ajuda de outras fontes de pesquisa<sup>11</sup>, demarcar uma eventual divisão urbana no que se refere ao local de habitação. Estes dados, acrescidos aos relativos às atividades econômicas desenvolvidas pelos testadores, podem, também, explicitar uma coincidência entre a divisão dos locais de moradia e a divisão urbana do trabalho<sup>12</sup>.

As declarações concernentes ao estado civil e aos nomes do cônjuge e dos filhos trazem, por sua vez, informações importantes. Aqui, tanto as declarações quanto as omissões em relação aos filhos ilegítimos são frequentes, sobretudo por parte dos homens. Assim existiram casos como o de Bonifácio Antunes, português, morador em Sabará, casado e pai de seis filhos, que declarava ter

"mais um mulato por nome Félix, filho de um escrava minha por nome Antonia o qual diz ela ser meu filho havido do tempo de solteiro e por ela assim o dizer não obstante que no tempo da concessão andava pelas ruas com toda a liberdade vendendo de tabuleiro com tudo por segurar o

---

<sup>10</sup> APM(Arquivo Público Mineiro)/CMOP(Câmara Municipal de Ouro Preto) - códices n<sup>os</sup> 23, 24, 26 e 29.

<sup>11</sup> Sobretudo os Livros de Tombo e as Listas de Aforamentos.

<sup>12</sup> Em pesquisa feita para o IBPC-Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (ex-SPHAN/Pró-Memória) e ainda não finalizada, vimos observando a concentração de mulheres libertas em determinados logradouros de Vila Rica onde, ao mesmo tempo, moravam e trabalhavam (sobretudo através das vendas instaladas em suas residências). Esta pesquisa integra o Inventário Nacional de Bens Imóveis - Evolução urbana de Ouro Preto nos séculos XVIII, XIX e XX e está sendo desenvolvida por uma equipe de historiadores e de arquitetos.

posto da consciência, e na dúvida o instituo com os mais por meus universais herdeiros para que hajam de suceder na minha herança pagos os meus legados e as dívidas que devo (...)"<sup>13</sup>

Por certo, Bonifácio não tinha dúvidas em relação à paternidade. A palavra de sua escrava, que parece ter contado com alguns privilégios (e certamente não eram gratuitos), não teria mais valor que a sua vontade e além disso, ele não faz referência a Félix como seu escravo (partus sequitur ventrem), nem que o havia libertado em algum momento. Mais ainda, a terça parte de sua fortuna seria dividida não por seis, mas por sete herdeiros: a inclusão do sétimo herdeiro seria aceita pelos filhos legítimos e pela esposa, se a paternidade não fosse notória?

Um outro exemplo sugestivo é o do pardo forro Pedro da Costa, natural e morador de Sabará, filho ilegítimo da africana liberta Maria da Costa. Maria haveria declarado no dia de seu falecimento, "para desengargo de sua consciência", na frente de testemunhas, que o pai de Pedro era Manoel da Costa Barreto e que o filho nascera quando ainda era escrava de Manoel. De acordo com Pedro, ela haveria declarado também que

"depois ela se forrara pelo seu valor que lhe dera e também a dita minha mãe me forrou a mim sendo pequeno por meia libra de ouro que a dita deu ao dito Manoel da Costa meu pai (...)"

E continuava observando sobre Manoel:

" (...) e nunca me tratara nem trata por filho por que mostrando eu sempre obediência de filho pelo pai, e ele a não quis (...) eu mesmo desengarrego sendo de justiça Divina e humana o dito meu pai ser meu herdeiro o instituo no que por direito lhe tocar depois de pagar minhas dívidas e gostos funerais, sendo caso que visto o que eu tenho dito e o dito por seu filho me não ter admitido e não lhe pertença herdar nada de meus bens então instituo a minha alma por minha universal herdeira de todos os meus bens (...)"<sup>14</sup>

Neste caso houve uma certa inversão dos papéis, mas, principalmente, ele revela uma atitude não rara entre os proprietários de escravos, isto é, não reconhecerem os filhos que tinham com suas cativas, muitos entre os quais pagaram por sua libertação ou foram vendidos pelos próprios pais. Outros senhores preferiam libertar gratuitamente os filhos crioulos, embora também não os reconhecessem. É o que atesta João Gonçalves da Costa, português, morador em Sabará, casado e pai de oito filhos, mesmo que tal declaração não seja explícita. Dizia o testador:

---

<sup>13</sup> APM/CMS (Câmara Municipal de Sabará) - códice 24, f.86. Testamento de Bonifácio Antunes - Sabará 02 AGO 1761.

<sup>14</sup> APM/CMS - códice 24, f.123. Testamento de Pedro da Costa - Rio de Janeiro 19 NOV 1744.

" (...) forrei, e a minha mulher um mulato por nome Manoel dando-lhe Carta de Alforria há anos com a condição de me servir a mim e a minha mulher enquanto formos vivos em todas as obras que forem do ofício de carapina a que eu o mandei ensinar, e ler, e escrever, mas declaro que não é meu filho e só o forrei por lhe fazer esmola e a rogos de minha mulher."<sup>15</sup>

O alto índice de filhos ilegítimos declarados pode ser comprovado nesta primeira parte dos testamentos. Tomando-se como base as duas categorias mais expressivas de testadores - homens livres e mulheres forras -, bem como os dados relativos a elas, acima expostos, chegou-se aos seguintes resultados:

- 30,3% dos portugueses - maioria entre homens livres -, declararam ter filhos ilegítimos, havidos com escravas e mulheres libertas; a maior parte destes portugueses era constituída por solteiros.
- 36,1% das mulheres forras tinham filhos ilegítimos, havidos com homens brancos (sobretudo antigos senhores) e negros; a maior parte destas mulheres forras era constituída por solteiras.

Dois observações merecem ser feitas aqui. A primeira é que nem todos os testadores arrolados, principalmente os homens livres, declararam os filhos ilegítimos que possuíam, o que elevaria os percentuais encontrados. O segundo ponto é que as proporções acima apresentadas sugerem ser comuns, naquela sociedade, as relações extraconjugais<sup>16</sup>. Mais ainda, pode-se conjecturar sobre a utilização deste mecanismo (intercursos sexuais e filhos com os proprietários), por parte das escravas, no sentido de mais facilmente conseguirem sua libertação; esta seria uma das explicações possíveis para o fato de existirem mais mulheres libertas que homens libertos na Capitania.

Passemos à segunda parte dos testamentos: disposições e legados espirituais. Aí se concentram uma série de informações sobre as crenças e atitudes religiosas dos testadores diante da morte iminente. Eles dispunham sobre a forma de sepultamento do corpo, assim como de seu cortejo até o jazigo, cuja pompa pode ser dimensionada através do número de párocos que deveriam acompanhá-lo e rezar missa(s) de corpo presente, da irmandade que deveria encaminhá-lo à tumba e das velas que, às vezes, eram distribuídas entre os demais componentes do cortejo.

---

<sup>15</sup> APM/CMS - códice 20, f.6v. Testamento de João Gonçalves da Costa - Sabará 29 ABR 1748.

<sup>16</sup> Ver SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Sistema de casamento no Brasil colonial. São Paulo, T.A.Queiroz/Ed.USP, 1984. A autora estuda somente a Capitania de São Paulo e chega a conclusões semelhantes às apresentadas aqui, para a região de Sabará.

De uma forma geral, optava-se por envolver o corpo em hábitos de São Francisco ou de Nossa Senhora do Carmo e na falta deles, o que parece ter sido comum, em lençóis e túnicas de bretanha. Por causa da falta dessas peças mortuárias, alguns testadores adquiriam o hábito de sua preferência antes que morressem.

Optava-se, também, pelo local da sepultura. Geralmente, indicava-se a igreja, preferindo-se, em Sabará, a Matriz de Nossa Senhora da Conceição e, no caso dos libertos, a Capela de Nossa Senhora do Rosário. Por vezes, a indicação era mais precisa, como no caso de Joana da Rocha, preta forra, domiciliada no Caquende, em Sabará. Joana determinava que seu corpo fosse sepultado na Capela de Nossa Senhora do Carmo, "ao pé da pia de água benta", se ela morresse no "sítio e fazenda de Francisco da Silva Forte", onde parecia estar hospedada. Se, no entanto, ela morresse em Sabará, o sepultamento deveria ocorrer na Capela de Nossa Senhora do Rosário, amortalhada em hábito de São Francisco, sendo o corpo acompanhado por três sacerdotes, "entrando o meu Reverendo Pároco" e os outros a rezar missa de corpo presente.<sup>17</sup>

Entre os libertos testadores, foi muito comum a absorção desses costumes cristãos e europeus. Da mesma forma, costumavam mandar celebrar dezenas e até centenas de missas por intenção da própria alma e da alma de outras pessoas. Algumas testadoras forras chegaram a mandar celebrar missas pelas almas dos antigos senhores.

Africanos e crioulos libertos dispuseram sobre o sepultamento de seus corpos de forma muito semelhante à observada entre os europeus e seus descendentes na Colônia. Uma das formas mais eficientes de dominação utilizada pelos colonizadores - a imposição de valores culturais e religiosos - faz-se presente no cativeiro e na vida dos libertos, embora tal mecanismo não tenha conseguido erradicar as manifestações das várias culturas africanas presentes na Colônia. Não obstante, a incorporação de valores dominantes moldou a vida daqueles negros, sobretudo a vida dos libertos, expressando-se no dia-a-dia das relações sociais.

As informações contidas na terceira parte dos testamentos subsidiam as observações feitas no parágrafo anterior. Elas revelam, também, nobres atitudes e sentimentos - benevolência, piedade, estima, gratidão e reconhecimento - que povoavam o espírito dos moribundos de todas as condições e que certamente, para eles, representavam o ingresso no reino de Deus.

---

<sup>17</sup> APM/CMS - código 24, f.48. Testamento de Joana da Rocha, preta forra - Fazenda de Nossa Senhora do Carmo do Rio Abaixo 30 JUN 1758.

Por vezes os primeiros legados materiais destinavam-se às igrejas e às causas religiosas. É claro que as doações variavam conforme as posses e as intenções dos testadores. Muito ricos, foram os legados desse tipo feitos por Izabel Moreira de Castilho, paulista da Vila de Taubaté, moradora em Sabará e casada com o Alferes André Francisco Braga sem que tivessem filhos. Izabel deixava 100.000 réis para o ornato do altar da Matriz de Sabará, onde deveria ser colocada uma imagem de Nossa Senhora do Carmo que havia sido encomendada, ou para serem utilizados naquilo que os irmãos achassem mais necessário; uns brincos e um laço de diamantes que possuía, para o ornato da imagem; 200.000 réis para ajudar na pintura do corpo da Matriz; 30.000 réis para o ornato do altar do Senhor dos Passos da Matriz; 30.000 réis para a compra de cera para se rezar o terço no altar de Nossa Senhora do Rosário; 60.000 réis para o ornato do altar da Capela de Nossa Senhora do Ó de Sabará; 30.000 réis para o ornato do altar do Senhor São José, de quem era devota, na Matriz; 400.000 réis para ajudar seu sobrinho, o Doutor João Baptista Lopez, a se ordenar; 400.000 réis para ajudar outro sobrinho, Thomaz de Faria, a se ordenar; 100.000 réis para os lugares santos de Jerusalém; 100.000 réis para as obras do convento de São Francisco em Lisboa e 100.000 réis para o vigário da freguesia, que deveria distribuí-los entre pessoas pobres.<sup>18</sup>

O inventário dos bens dos testadores também revelam aspectos interessantes da vida cotidiana. Entre as mulheres foi mais comum o arrolamento de utensílios domésticos e jóias, enquanto que os bens imóveis, as roupas, os créditos e os escravos eram relacionados por testadores de ambos os sexos.

As mulheres, sobretudo as libertas, possuíam, frequentemente, tachos e bacias de cobre usadas para fazer doces, garrafas e copos de vidro e, em alguns casos, chocolateiras. As jóias mais comuns eram os cordões de ouro e brincos de ouro e pedras. Já entre as vestimentas, eram muito citadas as saias de seda e de baeta e as camisas de linho e de bretonha.

Note-se que a posse daqueles utensílios domésticos esteve associada, em muitos casos, à atividade comercial - vendas e tabuleiros - desenvolvida pelas mulheres forras ou por suas escravas. Em relação às jóias e a outros valores - ouro em pó e objetos em metal e pedras preciosas - é importante ressaltar que foram frequentemente empenhados e que serviram para o estabelecimento de um sistema de créditos e débitos, integrado por forros e livres de ambos os sexos, que parece ter funcionado sem muitos problemas. Este fato evidencia a monetização do universo mineiro colonial.

---

<sup>18</sup> APM/CMS - códice 24, f.27v. Testamento de Izabel Moreira de Castilho - Sabará 18 SET 1756.

O mais importante de todos os bens era, contudo, o escravo. Neste aspecto, os testamentos são fontes de grande valor, uma vez que neles é identificado cada cativo e registrado o nome, a origem e a idade aproximada. Por vezes são detalhados a filiação, o estado civil, o nome dos filhos e as características pessoais de cada um. Além disso, os testadores registravam as alforrias e coartações, assim como as condições para a efetivação dessas disposições.

Partindo dessas informações foi possível observar parcialmente a trajetória de vida de determinados indivíduos no cativeiro e em liberdade. É o caso de Antônia Xavier da Costa e de sua filha Ana Maria Xavier Evangelista, escravas de Francisco Xavier da Costa, português e solteiro. Este último havia libertado a mulatinha Ana (sua filha?) e em seu testamento alforriava Antônia, alegando os bons serviços a ele prestados. Francisco morreu em 1749 deixando como herdeira universal e testamenteira a sua mãe, D. Catharina Maria de Moura, a quem pedia em testamento que conservasse

" (...) em sua companhia a dita mulatinha Ana, alimentando-a do necessário, como eu fizera se vivo fosse, fazendo-lhe por esmola todo o bem que for sua vontade o que se não entenderá legado obrigatório, mas rogos de filho."<sup>19</sup>

Em 1753 foi registrado o testamento de D. Catharina, no qual dizia não ter dado conta da testamentaria de seu falecido filho e declarava como sua herdeira e testamenteira a já referida Antônia, que deveria assumir e finalizar aquela obrigação. Declarava ainda que

" (...) uma mulatinha, filha da dita minha herdeira e testamenteira, a criei e me tem feito bons serviços e boa assistência e é minha vontade deixar-lhe uma esmola para se alimentar e tomar estado [de casada], a qual mulatinha se chama Ana Maria Xavier Evangelista, a qual deixo que sua mãe e minha herdeira e testamenteira conservará em sua companhia, educando-a e dando-lhe o necessário e dando-lhe estado quando ela estiver em termos de o tomar, fazendo-lhe seu dote com o que eu lhe deixo (...) o que muito lhe recomendo e deixo por legado (...) concedo a minha testamenteira quatro anos, dentro dos quais não será obrigada a dar contas em juízo (...)"<sup>20</sup>

Em outros casos soube-se como poderiam viver os cativos após a libertação prevista nos testamentos dos proprietários. Alguns destes últimos alforriaram seus cativos e lhes deixaram moradias, assim como instrumentos e condições de trabalho. Foi esta a atitude de Antônio Ribeiro Vaz, português, solteiro e sem filhos. Antônio possuía quinze escravos e concedia a libertação a sete deles: Ignácia Mina, seus filhos (com Antônio?) Miguel mulato, Ana crioula e Joana crioula e seus netos Maria mulata, Zidoro mulato e Paula mulata. Curiosamente, Antônio excluiu quatro filhos e um neto de Ignácia, todos crioulos, dessa libertação coletiva

---

<sup>19</sup> APM/CMS - códice 20, f.35v. Testamento de Francisco Xavier da Costa - Sabará 12 JUN 1749.

<sup>20</sup> APM/CMS - códice 20, f.134. Testamento de D. Catharina Maria de Moura - Sabará 30 JUL 1753.

(filhos de Ignácia com outros homens?). Argumentando bons serviços prestados pelos escravos manumitidos, Antônio declarava ainda:

" (...) deixo as casas em que vivo aos ditos libertos para nelas morarem os que quizer e os que nelas não quiserem morar irão para onde quiserem pelo que ordeno se não vendam (...) e os mais [bens possuídos] ordeno fiquem para os mesmos libertos e deles se sirvam (...)"<sup>21</sup>

Em vários outros casos os escravos dos testadores herdavam pedaços de terra, animais e instrumentos de trabalho. Isso garantiria a uns a efetivação da alforria e a outros o início de um processo de libertação. Na verdade essas práticas são expressões de um sistema mais amplo e ainda pouco conhecido, no que se refere à Minas colonial, cuja estrutura comportava a chamada "brecha camponesa" e suas similares urbanas. Ao mesmo tempo, essas estratégias possibilitavam ao escravo beneficiado o pecúlio e a compra da manumissão e eram utilizadas para imprimirem um controle físico e ideológico à população negra, escrava e liberta.

A condição de forro embranquecia, por assim dizer, os valores e as atitudes mais cotidianas dos libertos, enquanto que entre os cativos, para se alcançar a libertação seria necessário adotar, também, procedimentos aparentemente pouco contestatórios. Isto, evidentemente, não reabilita a escravidão, nem debilita a resistência negra, mas concede a esta última uma dimensão mais ampla. Considerando-se, a grosso modo, que o maior objetivo de um escravo era se libertar e que por parte do forro era tornar-se proprietário, resistir à instituição tão intrinsecamente violenta pode ter significado, até mesmo, a absorção de valores dominantes, no sentido de se alcançarem os resultados almejados; resguardadas, é claro, as variadas formas de resistência empreendidas.

Nesta perspectiva, vislumbra-se um código de comportamento que credenciava escravos à libertação e forros ao status de proprietário, tanto de imóveis quanto de escravos. Entre os primeiros, foram comuns as alforrias condicionais que previam o bom comportamento, a obediência e prestação de serviços por mais alguns anos para serem, então, definitivamente libertados, bem como as alforrias vinculadas aos bons serviços prestados aos senhores. Entre os libertos, sobretudo entre as mulheres e as crianças, o recebimento de dotes e legados materiais previstos em testamento esteve, em muitas ocasiões, vinculado ao "bom comportamento" - para as meninas isto significou, inclusive, a preservação da virgindade ou o não estabelecimento de vida sexual regular até o casamento e à

---

<sup>21</sup> APM/CMS - códice 24, f.117v e 118. Testamento de Antônio Ribeiro Vaz - Sabará 14 FEV 1760.

outras condições. Parece ter sido importante também, participar das irmandades e professar os princípios e os costumes cristãos.<sup>22</sup>

Esta terceira parte dos testamentos prima, talvez em maior grau que as anteriores, pela riqueza informativa. Tal característica não se repete, porém, nas duas partes finais. Na quarta parte finaliza-se formalmente o texto através de disposições operacionais - prazo dado ao testamenteiro para cumprir cada item exposto - e das assinaturas.

Os codécilos, por sua vez, não são comuns. Quando registrados tinham por objetivo alterar determinados legados ou disposições anteriores, embora não tenham representado modificações profundas nos textos originais.

Não obstante a divisão dos testamentos aqui adotada, é necessário observar a existência de algumas questões que fugiam às características de cada parte e não tinham localização determinada a priori. Trata-se sobretudo de confissões ou de desvelamentos cujos conteúdos, em alguns casos, parecem ter sido minimizados pela agonia e pela morte. Noutros casos, reconhecer faltas e tornar conhecidas algumas intimidades, podem ter objetivado o perdão humano e divino, bem como a manutenção na memória coletiva de uma imagem ou de um perfil que se desejou duradouro.

Como escreveu Walter Benjamin, "a morte é a sanção de tudo o que o narrador pode contar"<sup>23</sup>. O testador é também um narrador e, neste sentido, utiliza-se de seu texto de morte como instrumento difusor da narrativa. Vejamos alguns casos ilustrativos.

Rosa de São Payo, domiciliada em Sabará, natural do Rio de Janeiro, solteira e sem filhos, instituiu como seu testamenteiro e universal herdeiro seu ex-escravo, Raymundo Ribeiro de São Payo, a quem havia criado, feito aprender ofício de seleiro "na maior idade" e alforriado. Roza declarava em seu testamento que Raymundo era casado e que

---

<sup>22</sup> Ver BACZKO, Bronislaw. op. cit. p.309, onde o autor observa a existência, em toda comunidade, de um certo código de bom comportamento que instala modelos formadores como o do "chefe" e o do "bom súdito", sustentando todo o imaginário social em vigor e mantendo ativos os instrumentos de manipulação do imaginário social por parte do poder. Os padrões de comportamento e as estratégias cotidianas de resistência das mulheres negras em Minas Gerais no século XVIII são os objetos centrais de discussão dos capítulos III e IV de minha dissertação de mestrado, apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1993 e intitulada "Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos".

<sup>23</sup> BENJAMIN, Walter. op. cit p.208.

" (...) me tem sempre sido obediente e humilde e afetuoso, maiormente nesta minha enfermidade, reconhecendo sempre o benefício que lhe fiz (...) e porque ao mesmo Raymundo Ribeiro de São Payo tenho comunicado os particulares de minha convivência e outras disposições que novamente lhe declaro e nenhuma carta que achada que seja por minha morte, só ele abrirá e mais ninguém por esse motivo não faço disposições algumas por não querer que os meus particulares e segredos passem a outras pessoas e por este motivo torno a declarar por meu testamenteiro e universal herdeiro (...)"<sup>24</sup>

Já Manoel Martins Correa, morador em Sabará, português, casado e pai de sete filhos, registrou em seu testamento algo que parecia estar lhe incomodando profundamente, sobretudo por pressentir sua morte. Manoel declarava:

"que devo destituir a Francisco da Sylva Coelho, morador na sua fazenda do Arraial Novo, a quantia que o dito disser valia um escravo seu, já de idade, ao qual, indo eu junto com uns capitães do mato a um quilombo, lhe dei com uma zagaia sem ânimo de o querer matar de cuja ferida, dizem, morrera na cadeia desta vila o que declaro para desengano de minha consciência."<sup>25</sup>

No primeiro exemplo a testadora revelou-se apreensiva pelo desvelamento póstumo de sua intimidade e no segundo, Manoel procurou se desculpar por uma falta grave, antes que a morte impedisse definitivamente tal atitude.

No exemplo que segue, observa-se o registro, para a eternidade, de uma discórdia conjugal, de uma situação aviltante para a narradora. Trata-se do testamento de Josefa Maria de Souza, moradora em Sabará, natural da Capitania do Espírito Santo, casada com Antônio José Dias dos Santos e mãe de três filhos. Josefa declarava não haver casado com "carta metade", que seu marido "nunca fez vida" com ela, nunca a sustentara e que ele não havia trazido nada para os bens que ela possuía. Dizia, também, não ter filhos com seu marido que pudessem herdar qualquer dos bens pertencentes a ela e que Antônio, quando ia à casa dela, "era só comer o que se achava".<sup>26</sup>

Constata-se, então, que as expressões mais importantes e, também, que as condições cotidianas de uma convivência material, espiritual e intelectual, encontram-se registradas nos testamentos. É certo que a utilização destes documentos requer a avaliação de seu alcance social, isto é, o conhecimento de seus limites enquanto fontes históricas e de sua representatividade em relação a uma sociedade complexa, como foi a desenvolvida em Minas durante o setecentos. Uma vez identificada a excelência dos testamentos para o resgate do universo colonial, cabe à leitura crítica do historiador o aproveitamento do conjunto de informações daí provenientes.

---

<sup>24</sup> APM/CMS - códice 53, f.68v. e 69. Testamento de Rosa de São Payo - Sabará 23 JAN 1766.

<sup>25</sup> APM/CMS - códice 24, f.79v. Testamento de Manoel Martins Correa - Sabará 19 JAN 1761.

<sup>26</sup> APM/CMS - códice 24, f.47. Testamento de Josefa Maria de Souza - Sabará 18 JAN 1759.

## OBSERVAÇÕES FINAIS

Foi visto que, ao se iniciarem, os testamentos apresentam um discurso-modelo, relacionado principalmente com as representações religiosas dos colonos, com suas devoções e com suas atitudes diante da morte iminente. Tal discurso, utilizado por livres e forros, acabava por imprimir um perfil religioso padronizado do testador, socialmente desejado pela Igreja e pelo Estado que assim atestavam, em nome de Deus, a salvação daqueles fiéis.

O controle comportamental parecia triunfar sobre os colonos que usavam declarar sua subserviência e seu temor a Deus a qualquer tempo de suas vidas, fato reforçado pelas atitudes registradas em testamento. Com isso, além de se julgarem aptos à redenção celeste, os testadores legavam à posteridade uma idéia de bons sujeitos e de bons cristãos, cuja essência deveria ser reproduzida pelos descendentes e por toda a sociedade. Dito de outra forma, forjava-se para as gerações futuras uma imagem pessoal construída pelo próprio testador que, assim, abonava um padrão de comportamento a ser reproduzido.

Não obstante todo esforço despendido pelos testadores em torno de suas memórias, muitos haviam sido os pecados cometidos por eles, vários deles passíveis de identificação nas cartas testamentárias, mesmo que nas entrelinhas: filhos ilegítimos, relações proibidas, assassinatos, ambições e injustiças. Estas, dentre outras falhas, acabavam por ser reconhecidas, tentando-se às vezes repará-las através de legados materiais e espirituais. Deve-se observar, então, que o controle comportamental imposto à sociedade colonial não havia triunfado integralmente. Nos mesmos testamentos onde se tentava idealizar a imagem pessoal eram registradas as atitudes contrárias ao enquadramento modelar. Assim, legavam-se também à posteridade os limites das estratégias de dominação e a descrição, mesmo que obscurecida, de algumas das estratégias de resistência empregadas. A dualidade dos testamentos enseja o exame de aspectos culturais da vida mineira, ainda pouco conhecidos pela historiografia e o conjunto de informações disponíveis vem reafirmar a complexidade adquirida por aquela sociedade setecentista.

---

ARTIGO

---

MINERAÇÃO, AGRICULTURA E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL EM MINAS GERAIS  
NOS SÉCULOS XVIII E XIX

Marcos Lobato Martins

Professor da UEMGE

"Ao viajante que percorre a Província pela primeira vez, parecerá, a princípio, um enigma o contraste das águas turvas com o tempo tão límpido".

Barão de Eschwege, *Pluto Brasiliensis*

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a temática da ecologia tem aberto oportunidades cada vez maiores para a realização de estudos interdisciplinares. As mudanças climáticas, as alterações dos cursos dos rios, a devastação das matas, os processos de extinção de espécies da fauna e da flora, a estrutura dos solos e as formas de ocupação das terras, etc., não são mais objeto de estudo exclusivo de biólogos, geólogos, geógrafos e arqueólogos. Os historiadores também vêm contribuindo para a compreensão dos dilemas ambientais que enfrentamos atualmente.

Esta contribuição específica da história recebe muitas vezes o nome de eco-história. Fazendo releituras de velhos relatos de viagens, de documentação antiga, de obras literárias e artísticas, enfim, reexaminando uma massa documental variada, os historiadores podem retirar informações sobre o meio ambiente e sobre as relações do homem com a natureza, concernentes a diversos períodos da história.

Neste pequeno trabalho, tentaremos esboçar um quadro da degradação ambiental provocada pelas atividades de mineração e de agricultura em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. Para isso, utilizaremos as obras dos cronistas estrangeiros que visitaram a Capitania no início do século XIX, especialmente os relatos das viagens de W. Eschwege e de Saint Hilaire. Nossa intenção é estabelecer uma tipologia das formas de degradação ambiental mais frequentes em Minas Gerais naqueles séculos, avaliando suas consequências sobre os rumos do processo de ocupação e desenvolvimento da Capitania.

## 1- ASPECTOS DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS

A ocupação do atual território mineiro iniciou-se na década final do século XVII, com a descoberta de ouro e pedras preciosas na porção central de Minas Gerais.

A partir daí, o *rush* da mineração foi tão intenso que, em cerca de duas décadas, o cenário da Capitania estava montado. Por volta de 1720, mais de 120 mil habitantes espalhavam-se por Minas Gerais, fazendo crescer as "cidades do ouro".

A extração do ouro e do diamante presidiram à ocupação do território e determinaram as características da economia mineira no setecentos. A expansão das áreas de mineração levou o povoamento a todas as regiões de Minas Gerais, exceção feita aos vales dos rios Doce e do Mucuri. Ao lado desta atividade nuclear da Capitania, desenvolveram-se um intenso comércio de abastecimento dos núcleos urbanos e atividades agropecuárias responsáveis por grande parte deste abastecimento.

Ao redor das áreas de mineração, cresceram fazendas e roças que empregavam muita mão-de-obra e estavam voltadas para a venda de gêneros alimentícios, ainda na época de auge da extração aurífera, conforme demonstraram os trabalhos de Carlos M. Guimarães e Liana Maria Reis (GUIMARÃES e REIS, 1986). O sul de Minas, o sertão do São Francisco, o Alto Paranaíba e o Campo das Vertentes dedicaram-se à produção de alimentos e à criação de gado. Assim, a atividade mineradora exerceu sobre a agropecuária efeito multiplicador bastante grande durante o século XVIII e, simultaneamente, a agropecuária permitiu a montagem e garantiu a expansão das atividades mineradoras.

Isto significa que a ocupação do território de Minas Gerais se fez em conformidade com a dinâmica do complexo mineração-agricultura de abastecimento, o que equivale a dizer que as relações do homem com a natureza na Capitania dependeram das formas de funcionamento das unidades produtivas mineradoras e agro-pastoris, particularmente das tecnologias nelas empregadas.

Como sabemos, até 1760 a produção de ouro e diamante alcançou níveis notáveis. Desta década em diante, começou a decadência da mineração: ano após ano, as cifras da produção caíram significativamente. Inicialmente, tanto os moradores da Capitania quanto a Coroa Portuguesa tentaram explicar a queda da produção recorrendo à idéia da evasão fiscal, produzida pelo incremento do contrabando.

Todavia, nas décadas finais do século XVIII emergiu a consciência de que as formas inadequadas de produção e de pesquisa mineral foram responsáveis pela decadência da mineração. Este momento é importante para nossa temática, porque é a partir do aparecimento desta consciência que a Coroa Portuguesa enviou para as minas diversos funcionários encarregados de estudar a situação da Capitania, propor novos métodos de mineração e orientar os mineradores nos seus serviços. Destacaram-se o Dr. José Vieira Couto, que escreveu em 1800 uma memória sobre a situação de Minas Gerais nos fins do século XVIII, e o Barão de Eschwege, que percorreu a Capitania na segunda década do século XIX.

Neste período que vai da década de 1780 às vésperas da Independência, os documentos oficiais, as memórias sobre a Capitania e os relatos de viagens de estrangeiros que percorreram as minas explicitaram uma dupla origem para a crise da exploração aurífera. Do ponto de vista geológico, a maioria dos depósitos de ouro era do tipo aluvião, cujo esgotamento se fez rapidamente na primeira metade do século XVIII. Quanto à tecnologia utilizada pelos mineradores, ela era predatória, acelerando o processo de esgotamento das jazidas localizadas nos rios, córregos e grupiarias. E, para as minas subterrâneas exploradas na região de Vila Rica e Ribeirão do Carmo, inexistia tecnologia apropriada para os trabalhos com veios localizados em rochas mais duras, situação que perdurou ainda durante boa parte do século XIX (LIBBY, 1988, p.257-344).

Exatamente ao analisar estes fatores da decadência da atividade mineradora, os viajantes estrangeiros deixaram registradas informações importantes sobre a degradação ambiental na Capitania de Minas Gérias.

## **2- TECNOLOGIA PREDATÓRIA NA MINERAÇÃO DO SÉCULO XVIII**

Uma primeira observação presente a todo momento nos relatos do Barão de Eschwege e de Auguste de Saint-Hilaire diz respeito ao **assoreamento de rios e córregos** em razão da mineração.

Discorrendo sobre as técnicas usadas na Capitania para exploração de rios e córregos, Eschwege observou que, "revolvendo-se frequentemente as cabeceiras dos rios, estas se carregam cada vez mais de lama, a qual se foi depositando sobre a camada rica, alcançando de ano para ano maior espessura, tal como vinte, trinta e até mesmo cinquenta palmos. Por este motivo, as dificuldades tornaram-se tão grandes, que não se pode mais atingir o cascalho virgem" (ESCHWEGE, 1979, v.1, p.168).

Referindo-se a Vila Rica, Eschwege mencionou a intenção de D. Antônio de Noronha, Governador da Capitania em 1755, de desassorear o ribeirão do carmo, "de todos o mais rico do país, mas inutilizado pelos desmontes que sepultam o primitivo leito, fazendo subir as praias a mais de 50 palmos" (VASCONCELOS, 1974). Como o próprio naturalista alemão observou, em Vila Rica "as casas e estradas construídas perto do ribeirão se acham em nível de cem palmos acima das que foram construídas nos primeiros tempos" (ESCHWEGE, 1979, v.2, p. 11).

Ainda sobre Vila Rica, Eschwege conta que seu empreendimento de mineração, atrás do Palácio do Governador, foi embargado por um procurador da Câmara sob alegação de que o serviço estava turvando as águas de um pequeno chafariz próximo. Noutra ocasião, a companhia de mineração que Eschwege queria fundar em Vila Rica encontrou resistências devido, entre outros motivos, ao fato de que esta "nem a uns deixava a esperança de poderem pescar em águas turvas" (Id, Ibid.,p.47)

Situação análoga Eschwege encontrou no Arraial de Santa Bárbara. Segundo ele, "o aluvião antigo do rio, muito rico, está recoberto por uma camada mais recente, com cinquenta pés de espessura. Por esta razão, o local está atualmente em decadência" (id,ibid.,p.31). Na verdade, este quadro de rios assoreados na porção central da Capitania pode ser generalizado para todo o território de Minas Gerais, a julgar pela observação que o Barão de Eschwege deixou registrada em seu *Pluto Brasilisensis*: "nenhum córrego ou rio aurífero escapou um só dia, como o atesta o revolvimento de seu leito, à faina desses homens (mineradores)" (id.,ibid., p.50).

Na mesma direção apontam os relatos do naturalista francês Saint-Hilaire, que viajou pela primeira vez a Minas Gerais na segunda década do século XIX. Ao visitar a Demarcação Diamantina, ele escreveu: "a exploração das terras diamantinas torna-se cada dia mais difícil. Quando era feita pelos arrendatários eles fizeram pesquisas nos terrenos e regatos mais ricos, nos que apresentavam menor dificuldade; como os mineradores dos arredores de Vila Rica, eles atulhavam o leito dos riachos com o resíduo das lavagens e para se achar o cascalho é agora preciso remover espessa camada de areia e pedras" (SAINT-HILAIRE, 1974, p.22). Ainda na Demarcação, ao visitar os serviços próximos a Currealinho, no Ribeirão do Inferno, Saint-Hilaire escreveu que "os revolvimentos e a desordem causados pelos trabalhos necessários à extração dos diamantes emprestam a esses lugares um aspecto ainda mais agreste e selvagem"(Id.,ibid.,p.36).

O naturalista francês realizou em Cocais (atual Barão de Cocais) e em Sabará observações do mesmo tipo, confirmando informações presentes nos relatos

de Eschwege. Pode-se afirmar, portanto, que ambos perceberam que o acúmulo de lixo estéril e de lama dos próprios garimpos, levado pelas águas, soterraram outros depósitos auríferos e diamantíferos pelas correntes abaixo, deixando-os inacessíveis. O entupimento dos ribeirões deixava mais fundos os depósitos do metal e pedras preciosas e inviabilizava a descoberta de outras reservas. Assim, as consequências ecológicas das práticas mineratórias contribuíram para inviabilizar o futuro da mineração, nos séculos XVIII e XIX.

Mas não somente os rios e córregos foram atingidos. Os viajantes estrangeiros mencionaram também a degradação ambiental causada pelas escavações e erosão nos morros da Capitania. Eschwege descreveu, admirado, a quantidade de profundas escavações e de grandes blocos rolados nas cercanias de Vila Rica, Mariana e Sabará. Neste último local ficava a Lavra de Gongo Soco, cujas terras, à época de sua aquisição pelos ingleses foi descrita pelo naturalista alemão nos seguintes termos: "o funesto serviço de 'talho aberto' havia destruído quase totalmente o terreno" (ESCHWEGE, op.cit., p.51).

Por sua vez, Spix e Martius anotaram observações do mesmo tipo para lavras de ouro na região do Rio Sapucaí e do Rio Mainarde. Ao visitarem Sant'Ana de Sapucaí, eles escreveram: "de longe parecem trincheiras cavadas. Nas encostas, formando terraços, estavam abertos fossos de alguns pés de profundidade e de largura, pelos quais era levada a água da chuva pelos flancos abertos do barro vermelho. O barro lavado estava amontoado num e noutra ponto, ou cobria o solo em planícies ou em declives artificialmente sulcados. Tudo dá um aspecto triste de destruição selvagem; as próprias estradas estão danificadas, e esta paisagem entristece o viajante penosamente..." (SPIX & MARTIUS, 1975, p. 159). O mesmo ocorria na região do rio Mainarde, próxima à Mariana, onde "frequentes apareciam os fossos ao longo da estrada e covas abertas nas encostas e os amontoados de cascalho e barro, indicando o afã com que ali se lava ouro" (Id., ibd., p. 192).

Uma outra forma de agressão ambiental não passou despercebida aos viajantes estrangeiros que percorreram Minas Gerais. Todos eles comentaram a prática bastante comum e disseminada em toda a Capitania, de utilizar **queimadas para abrir caminhos até os depósitos minerais e para descobrir o solo**, de modo a se poder executar o trabalho de mineração.

Ao descrever seus trabalhos de pesquisa mineral na região do Rio Abaeté, Eschwege conta que ele próprio lançou mão de queimadas. Segundo suas palavras, ao chegarem a um rio que procuravam há algum tempo, "que corre sobre campos ondulados, cobertos de vegetação de porte médio, à qual, para facilitar a travessia, pusemos fogo. O vento e a grande seca espalharam-no tão rapidamente, que em

poucas horas toda a região estava em chamas e a atmosfera saturada de espessa fumaça" (ESCHWEGE, op.cit.p.178).

As queimadas provocadas pela ação dos mineradores causavam, segundo o naturalista alemão, grande destruição, ainda mais porque eram realizadas sobretudo nos meses de agosto e setembro, época de maior seca nos sertões mineiros. Sobre este assunto, Eschwege escreveu: "quando esta (a seca) é prolongada, as queimadas atingem profundamente as matas, em distâncias por vezes de muitas milhas, expulsando e matando os animais e ameaçando mesmo os ranchos cobertos de palha" (Id.ibid., p.179).

Saint-Hilaire é bem mais enfático - afinal, era botânico. Viajando do Tijuco a Congonhas, ele escreveu: "a região que atravessei, deixando Tapera para ir a Congonhas, apresenta, durante cerca de uma légua e meia, montes onde existia outrora florestas virgens mas onde não se vêem hoje senão alguns bosquetes e imensos espaços... Não é crível que todos estes montes despojados de sua antiga vegetação devam essas perdas às culturas. Aconteceu aqui a mesma cousa que em muitos outros lugares onde existiam minerações. Os descobridores e exploradores dessas minas quiseram por a zona a descoberto e, para chegarem a tal fim, incendiaram as florestas" (SAINT-HILAIRE, op. cit., p. 48).

Chegando à região de Vila Rica, o viajante francês constatou que a destruição das florestas acontecia por toda parte, seja porque os habitantes queriam minerar ou porque desejavam plantar. Segundo suas palavras, "todas as montanhas (...) são cobertas de arbustos densos e de um verde sombrio, incessantemente cortados pelos negros para as necessidades dos moradores. Esses arbustos substituem as florestas virgens que os primeiros mineradores haviam queimado para descobrir a região e em alguns lugares para plantar o milho" (Id., ibid.,p. 85).

Os relatos de Spix e Martius corroboram as observações de Saint-Hilaire. Segundo eles, nas proximidades de Mariana, "encontram-se apenas poucas roças mas grandes extensões de queimadas abandonadas, que se cobriram de samambaias"(SPIX & MARTIUS, op.cit., p .191).

Dada a extensão nada desprezível das áreas devastadas, Saint-Hilaire lamentava-se com as consequências que as práticas tradicionais dos habitantes da Capitania provocavam sobre a natureza da região. Notou a diminuição da caça - animais como os veados-campeiros, perdizes e codornas estavam desaparecendo de muitas áreas da Capitania - e a extinção de espécies vegetais. Exatamente ao falar das florestas que ainda cobriam partes de Minas Gerais, o naturalista francês revelou por inteiro a consternação que produzia em seu espírito a progressiva e

sistemática degradação ambiental levada a cabo pelos habitantes. Saint-Hilaire escreveu: "é aí (nas florestas) que a natureza mostra toda a sua magnificência, é aí que ela parece se desabrochar na variedade de suas obras; e, devo dizer com pesar, essas magníficas florestas foram muitas vezes destruídas sem necessidade" (SAINT-HILAIRE, op.cit.p.52).

Ainda quanto às florestas de Minas Gerais, Spix e Martius chamaram a atenção para as consequências da exploração predatória dos recursos das matas, situação que observaram especialmente nas proximidades do Presídio de São João Batista. Segundo esses naturalistas, "os índios pouco se preocupam com a reprodução da planta (poaia), pois colhem impiedosamente todas as raízes de que se apoderam, pelo que em breve vai haver falta dessa apreciada raiz medicinal, se não cuidarem de cultivá-la com as suas sementes" (SPIX & MARTIUS, op.cit.,p.195). Deve-se ressaltar que os índios "aldeados" vendiam essas raízes em grandes quantidades aos fazendeiros da região ou aos ervanários vindos do Rio de Janeiro ou do Campo dos Goitacases (Campos), o que também acontecia com outras essências e animais das matas.

### **3- A AGRICULTURA E A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL NA CAPITANIA DO OURO.**

Estas últimas citações de Saint-Hilaire remetem ao problema das práticas agrícolas do século XVIII e seu impacto sobre a natureza. Mais do que Eschewege, Saint-Hilaire percebeu os danos que as atividades agropecuárias causavam em Minas Gerais. A este propósito, ele escreveu: "à medida que o ouro desaparece, a população desaparece com ele e dirige-se em massa às regiões agrícolas. Entrementes, as terras destas regiões, das quais tudo se retira e nada se restitui, serão rapidamente esgotadas. Em poucos anos um pequeno número de homens terão estragado uma imensa província, e poderão dizer: 'é uma terra acabada'. Então a necessidade imperiosa força-lo-á a renunciar a esse sistema agrícola destrutor; mas já não haverá consolo para a lembrança das belas florestas cujas árvores preciosas, exploradas com critério, podiam ser úteis a uma longa sucessão de gerações" ( SAINT-HILAIRE.op.cit., p.72).

O naturalista francês alude ao sistema tradicional de plantio largamente difundido na Capitania. Por este sistema, só se plantava onde havia mata. O mato era derrubado e queimado; no meio das cinzas, plantavam-se, durante dois anos consecutivos, milho, arroz, feijão, algodão, cana-de-açúcar, fumo e, a partir de 1800, café. Em seguida, ao cabo de dois ou três anos, o terreno era abandonado e tinha início nova derrubada e plantio em outro terreno. Todos os viajantes fizeram referências a esses processos rudimentares utilizados na agricultura, conhecidos

então como "sistema de rodízio". Um desses viajantes, Virgílio Martins de Melo Franco, lamenta o desaparecimento dos matos "substituídos por carrascais que se transformam afinal em campos" (*Viagens pelo Interior de Minas Gerais*, p.64).

Nos relatos de Saint-Hilaire existem muitos trechos em que o naturalista comenta a baixa produtividade das culturas, que diminui ano a ano em várias regiões por ele visitadas. E Saint-Hilaire correlacionava este fato com as consequências danosas da "agricultura destrutora" sobre o meio ambiente. Segundo ele, as queimadas, ao descobrirem o solo, possibilitavam a aceleração do processo de esterilização da terra. Noutras palavras, a tecnologia agrícola, tão predatória como aquela usada na mineração, contribuiu decisivamente para a degradação ambiental. O desnudamento do solo através das queimadas, o abrasamento das terras pelo calor do solo seguido de erosões devidas às chuvas, a destruição das substâncias fertilizadoras por todos estes fatores, redundavam em limitações crescentes da produtividade nas áreas agrícolas mais antigas, o que exigia a incorporação de novas terras e contribuía, entre outras coisas, para o agravamento dos conflitos em torno da posse da terra.

#### **4- O DESMATAMENTO E A DIMINUIÇÃO DAS ÁGUAS NO NORTE DE MINAS**

O entendimento das influências que a degradação ambiental cumulativa provocou sobre a transformação dos sucessivos cenários de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX depende da multiplicação de estudos regionais e locais sobre a temática em pauta. Cada região mineira tinha (e tem) características geográficas e históricas distintas, o que precisa ser levado em conta ao se estudar a intensidade das desordens ecológicas provocadas pelo homem e suas consequências ao longo do tempo. No caso do Vale do Jequitinhonha, no norte de Minas Gerais, a expansão das áreas de mineração e da fronteira agrícola a partir de 1800 trouxe para as margens do grande rio e de seus tributários levas sucessivas de colonos, que invadiram o território dos Maxacalis. Diversas nações e tribos foram dizimadas ou "aldeadas", o que implicou na destruição de seus modos de vida e organização social.

Progressivamente, formaram-se no decorrer do século passado núcleos de população às margens dos rios da região, sustentados pela agricultura, a pesca e a caça abundantes. Multiplicaram-se as fazendas e roças, destinadas ao abastecimento do Tijuco ou voltadas para o mercado baiano. Como no restante de Minas Gerais, o sistema de rodízio foi largamente utilizado, com queimadas formaram-se os pastos para o gado e os capões - matas nas encostas das chapadas e ao redor dos córregos - foram derrubados. As consequências não tardaram: pouco

mais de cinquenta anos bastaram para que as águas do norte de Minas diminuíssem.

É o que se depreende da leitura de um artigo de Leopoldo Pereira, ex-administrador do município de Araçuaí, publicado em 1905 no "Jornal do Comércio" do Rio de Janeiro e, em seguida, no jornal "Itambé" de Diamantina. Segundo o autor, é fato "que de 40 anos, e mais acentuadamente, de 20 a esta parte, as águas do Norte de Minas têm diminuído de mais da metade. É convicção dos velhos residentes neste município que os próprios rios grandes e navegáveis, Jequitinhonha e Araçuaí, já não são volumosos como antigamente" (PEREIRA, 1969, p.42). Leopoldo Pereira discutiu longamente as mudanças nos regimes das chuvas, enfatizando sua diminuição a partir de 1870, e arrolou um número impressionante de córregos e mananciais que secaram na região do Médio Jequitinhonha.

Apontou, ainda, as consequências dessas mudanças ambientais: a perda de lavouras e a falta de pasto para o gado, carestias frequentes dos gêneros alimentícios e emigração da população, que atingiram tons dramáticos nas grandes secas de 1890 e de 1900. Para Leopoldo Pereira, a causa de todas estas transformações ecológicas era o desmatamento. Ele escreveu - após constatar que as matas virgens na região, em 1905, estavam reduzidas a menos de um décimo do que eram em 1850 - que "o machado do lavrador e o fogo das queimadas estão esterilizando o Norte de Minas" (id.,ibid.,p.56).

É possível que estas transformações ambientais tenham reforçado a tendência para a pecuarização da economia do Vale do Jequitinhonha, já que a diminuição das chuvas e a progressiva redução das áreas cultiváveis em razão do manejo inadequado do solo e das matas tornava a agricultura fortemente limitada em sua produtividade. Dessa forma, talvez se possa falar que a economia do Vale de Jequitinhonha foi (e ainda é) cada vez mais regida pelo seu perfil ambiental, forjado no século XIX.

## **5- O USO DO MERCÚRIO NAS ÁREAS DE MINERAÇÃO.**

Voltando aos relatos do Barão de Eschwege, deve-se ressaltar um dado inquietante por ele apresentado. Trata-se da observação de que o mercúrio era amplamente usado na amalgamação da lama aurífera. Especialmente os grandes mineradores faziam uso deste metal pesado extremamente nocivo à vida animal e humana. Também as casas de fundição usavam consideráveis quantidades de "azougue". Enfim, a utilização do mercúrio era tão frequente nas atividades

mineradoras que a documentação brasileira do século XVIII constantemente faz menção a ela (ESCHWEGE, op. cit., p.147, 189-190)

Spix e Martius calcularam que, para o período entre 1753 e 1812, as casas de Fundação de Minas Gerais compraram anualmente da Europa sessenta arrobas de cloreto de mercúrio (SPIX & MARTIUS, op. cit., p. 187). E mencionaram também, como o Barão de Eschwege, a utilização de mercúrio na amalgamação da lama aurífera. Neste particular, é significativa a referência às lavras do rio Piranga. Segundo eles, próximo à aldeia de Sant'Ana dos Ferros, "no rio Piranga lava-se ouro tão fino, que às vezes ele forma uma película sobre-nadando, e, por isso, só pode ser separado pela amalgamação. Nessa operação, segundo o costume do país, expõe-se a amálgama num cadinho aberto ao fogo, e colhe-se o mercúrio volatizado numa folha de bananeira enrolada em forma de cartucho" (Id., *ibid.*, p. 192).

Alguns estudiosos já apontaram uma polêmica correlação entre incidência de debilidade mental e defeitos de má-formação congênita nos lugares onde a mineração antiga foi intensa. E aventaram a hipótese de que deformações genéticas muito antigas, resultantes da liberação de metil-mercúrio em depósitos do velho "azougue" usado no século XVIII não podem ser inteiramente descartadas nesse quadro de anomalias (BERTRAN, 1991, p.44).

Cidades como Diamantina e Paracatu são marcadas pela presença de número expressivo de anomalias do tipo citado acima; mais ainda, durante o período de paralização do garimpo na região de Diamantina em agosto/setembro de 1989, por ação do governo estadual, prospecções do CETEC-MG (Centro Tecnológico de Minas Gerais) registraram concentrações de mercúrio nas margens do rio Jequitinhonha, resultantes de velhos serviços de mineração, conforme relato do geólogo Marcos Hartmann da Cooperativa Regional dos Garimpeiros de Diamantina.

Há, portanto, motivos suficientes para que a hipótese sobre a correlação entre incidência de debilidade mental e anomalias congênicas e o uso histórico do mercúrio receba atenção dos especialistas, que poderiam, como sugere Paulo Bertran, contar com vasto material para pesquisa nos antigos "córregos do ouro" e nos ossários das igrejas de Minas.

## **6- TERIA HAVIDO CATÁSTROFE ECOLÓGICA NA CAPITANIA DE MINAS GERAIS?**

Para a Capitania de Minas Gerais, a ausência de descrições bastante minuciosas das mudanças ecológicas na documentação oficial, nas memórias e

ralatos de viagens, pode significar que as consequências imediatas das forma de ocupação e exploração do território não foram tão dramáticas como em Goiás (BERTRAN, op.cit., p.40-48).

Uma indicação da validade desta hipótese é obtida mediante a comparação da obra cartográfica de José Joaquim da Rocha, elaborada no ano de 1778, com as descrições da paisagem mineira feitas por Spix e Martius entre 1817 e 1820, quase cinquenta anos depois. Em termos gerais, as informações contidas na monografia que acompanha o "mappa da Capitania de Minas Gerais com a deviza de suas comarcas" concordam com as apresentadas pelos dois naturalistas alemães.

José Joaquim da Rocha informa que em todas as comarcas da Capitania existiam regiões férteis em caça e pesca, alternando-se campos belíssimos e matas espessas, muitas povoadas de "gentios", especialmente parte da Comarca do Serro Frio e da Comarca de Vila Rica (região do Rio Doce). Os principais rios do território - Rio das Velhas, São Francisco, Pará, Paraopeba, Paracatu, Jequitinhonha, Rio Grande, Rio Doce - eram todos de excelente pesca. O Rio Urucua era temido porque jacarés e cobras estavam constantemente em suas margens. Mesmo nas proximidades dos núcleos urbanos mais importantes - Vila Rica, Mariana, Sabará, Paracatu, Pitangui, Vila do Príncipe, São João del-Rei, Vila de São José - encontrava-se caças e peixes em abundância (ROCHA, 1897, p. 425-517).

É o mesmo quadro de "regatos ricos de peixes", belas campinas e "outeiros com matos" descrito por Spix e Martius. Os dois naturalistas atravessaram matas virgens espalhadas por todo o território mineiro, do Sul em direção à Demarcação Diamantina. Observaram enorme variedade de plantas, insetos, passáros (papagaios, melros, tucanos, emas, seriemas, etc.), bando de macacos e mocós. Viram tatu-canastra, tamanduá-bandeira e mirim; conheceram veados, antas escuras e porcos-do-mato (caititus), cobras como a cascavel e a jibóia, comuns em Minas Gerais, assim como lobos, raposas, onças (suçuaranas) e ariranhas. Ficaram, enfim, maravilhados com a prodigiosa riqueza e variedade da natureza na Capitania, mencionando ainda que viajantes e tropeiros preparavam suas refeições servindo-se de peixes, aves e macacos caçados, tal como fazia boa parte da população mineira.

Para as porções sul e Central de Minas Gerais, os dois naturalistas falaram, impressionados, da abundância de água - rios difíceis de cruzar, chuvas torrenciais e temporais repentinos - , o que tornava as trilhas impraticáveis durante vários meses por ano.

Assim, a obra de José Joaquim da Rocha e os relatos de Spix e Martius sugerem que as desordens ecológicas provocadas pelo processo de ocupação e exploração de Minas nos séculos XVIII e XIX não assumiram proporções catastróficas. Já para o norte mineiro, região do cerrado, onde são outras as condições da geografia física, os dados relativos ao Vale do Jequitinhonha sugerem maior proximidade com os processos ocorridos em Goiás.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este pequeno estudo evidencia a existência de um campo fértil de investigação para os historiadores que se interessam pelas transformações geográficas e ambientais ocorridas no passado. Trabalhando com dados históricos e informações sobre o meio ambiente que podem ser encontradas em documentos antigos, talvez se possa traçar um panorama das relações entre os cenários sócio-econômicos e as mudanças ecológicas das várias regiões mineiras. Para isso, será preciso uma releitura de todo um acervo documental já muito lido e pesquisado.

De qualquer modo, o arrolamento preliminar das formas de degradação do meio ambiente que tiveram maior intensidade na Capitania de Minas Gerais durante o século XVIII, permite desfazer alguns equívocos das atuais discussões conservacionistas nas áreas de mineração. Para muitas pessoas, a degradação de rios como o Jequitinhonha está associada ao aparecimento do garimpo mecânico, que utiliza dragas, a partir dos anos 70. Ora, este estudo demonstra que as antigas práticas mineratórias e agrícolas eram causadoras de impactos significativos sobre a natureza, cujo resultado acumulado gerou transformações ecológicas catastróficas no Médio Jequitinhonha na segunda metade do século passado.

Para municípios como Diamantina, onde as relações entre mineração, meio ambiente e desenvolvimento regional tornaram-se, a partir de 1989, questões urgentes e polêmicas, existe uma óbvia necessidade de aprofundar o estudo das hipóteses que levantam a complementaridade entre as transformações do cenário econômico da Capitania / Província de Minas Gerais e as crises ecológicas.

## BIBLIOGRAFIA

- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. Belo Horizonte, Ed. Comunicação, 1979.
- BERTRAN, Paulo. Desastre Ambientais na Capitania de Goiás. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v.12, n.70, p.40-48, jan/fev. 1991.

ESCHWEGE, W.L.von. *Pluto Brasiliensis*. Tradução de Domício de Figueiredo Murta. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. (Reconquista do Brasil, v.58-59).

GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Liana Maria. Agricultura e Escravidão em Minas Gerais (1700-1750). *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, I, n.2, p.7-36, 1986.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformações e Trabalho em uma economia escravista : Minas Gerais no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1988.

PEREIRA, Leopoldo. *O Município de Araçuaí*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1969.

ROCHA, José Joaquim. Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, 2: 425-517, 1897.

SAINT-HILAIRE, Auguste De. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*. Tradução de Leonan de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. (Reconquista do Brasil, v.5).

SPIX, J.B.von & MARTIUS, K.F.P.von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. 3.ed. São Paulo: Melhoramento; Brasília, INL, 1975.3v.

VASCONCELLOS, Diogo de. *História Média de Minas Gerais*. 3.ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; Brasília: INL, 1974.

---

ARTIGO

---

**TRABALHISMO NO BRASIL:  
DOCTRINA E PRAXIS POLITICA (1945-1954)\***

**Luiz Vitor T. Azevedo**  
Departamento de História - UFOP

O objetivo deste trabalho é destacar a contribuição de Alberto Pasqualini na elaboração de uma "política social" constitutiva de um corpo doutrinário para o trabalhismo no Brasil, em contraposição ao fisiologismo e personalismo dos dirigentes do Partido Trabalhista Brasileiro e do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no período 1945-1954.

Considerado o principal teórico do trabalhismo brasileiro, Alberto Pasqualini fundamenta-se no princípio de que o ideal é uma "concepção apriorística de uma realidade purificada de imperfeições"<sup>1</sup>. A História seria o esforço da humanidade para alcançar a integração de valores éticos e culturais, mas como na imagem figurada da assíntota (tangente a uma curva no infinito), este é um ponto, uma meta de que se aproxima sem nunca poder alcançar. Pasqualini fala do lado de quem concebe o trabalhismo como uma doutrina: "o trabalho como fundamento de um ideal de fé de redenção total...o trabalho como base de criação material e bem-estar social, o trabalho como base do sistema político e econômico de equilíbrio coletivo e de realização e felicidade pessoal"<sup>2</sup>. Mesmo considerando que as concepções dos idealistas e dos filósofos nunca venham a se realizar, restaria ainda, adverte o autor, "a emoção estética de imaginar como seria belo o mundo e mais digna a existência se fossem assim como eles os sonharam"<sup>3</sup>.

Ingressando no PTB-RS em 1946, Pasqualini vai exercer uma influência considerável numa parcela do partido mais identificada com uma definição ideológica e programática em confronto com a linha pragmática do PTB. Em 1948 escreveu "Diretrizes Fundamentais do Trabalhismo Brasileiro", texto condensado e publicado dois anos depois e finalmente incorporado numa obra maior denominada

---

\*Texto apresentado no I Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes de Minas Gerais, São João del Rei, 25 a 28 de maio de 1993.

<sup>1</sup> PASQUALINI, Alberto, Bases e Sugestões para uma Política Social. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1958, p. 291.

<sup>2</sup> Idem, *ibidem*, Introdução, p. 35.

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*, p. 293.

"Bases e Sugestões para uma Política Social", trabalho fundamental para o conhecimento do seu ideário político, publicado em 1958. Ainda em 1950 foi eleito senador pelo Rio Grande do Sul, destacando-se no Congresso durante os debates sobre o projeto da Petrobrás ao apoiar a campanha pela implantação do monopólio estatal, não previsto na proposta enviada por Getúlio ao Congresso em dezembro de 1951.

Em 1952, com a ascensão de João Goulart à presidência nacional do PTB, Pasqualini foi incumbido de organizar o departamento de estudos do partido. Antes, em 1951, seu nome chegou a ser cogitado para ocupar o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Em 1954, concorreu novamente ao governo do Rio Grande do Sul, sendo derrotado pelo candidato do PSD, Ildo Meneghetti. Antes, em 1947, já havia sido derrotado por Válder Jobim, também do PSD. Nas eleições presidenciais de 1955, recusa o convite para ingressar na chapa encabeçada por Juscelino Kubitschek, iniciando o seu eclipse político<sup>4</sup>.

Em "Reforma - Revista de Cultura Trabalhista", Pasqualini publica, em 1953, um artigo situando as duas fases do trabalhismo: a primeira, marcada pelo "conjunto de reivindicações quanto às garantias jurídicas do trabalho proletário", já foi conquistada nos países onde as "garantias do trabalho se acham incorporadas não apenas à legislação específica de cada país, mas também aos textos constitucionais". Numa segunda fase, que remete ao contexto do autor, o trabalhismo tem por objetivo reduzir ou "eliminar todas as causas e fatores da usura social, de modo que o intercâmbio se opere sempre entre formas de trabalho socialmente útil e de modo que todo ganho e toda disponibilidade de poder aquisitivo seja a contrapartida dessa espécie de trabalho ou atividade"<sup>5</sup>.

Este conceito de "usura social" é central na elaboração dos princípios básicos do trabalhismo: se o trabalho é a fonte principal e originária dos bens produtivos, se a coletividade humana é um sistema de cooperação, se a forma de cooperação é um intercâmbio de trabalho (quem não produz nada de útil, nada tem para permutar), e se o poder aquisitivo deve ser a contrapartida do trabalho socialmente útil, então a posse de poder aquisitivo que não derive dessa forma de trabalho, representa uma apropriação injusta do trabalho alheio e se caracteriza como "usura social".

---

<sup>4</sup> BELOCH, Israel e ABREU, Alzira de (coord.), Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983. Rio de Janeiro, Forense Universitária - FGV/CPDOC - FINEP, 1984, vol. 3, pp. 2611-2612.

<sup>5</sup> PASQUALINI, Alberto, "A Essência do Trabalhismo". Reforma - Revista de Cultura Trabalhista. Rio de Janeiro, Ed. Reforma, ano 1, no. 2, out. 1953, p. 6.

É, portanto, objetivo central do trabalhismo, a eliminação das duas formas de usura enquanto "exploração do homem pelo homem": "uma, conseguindo uns os meios de viver sem a prestação de um trabalho socialmente útil, e outro conseguindo obter esses meios sem que haja uma correspondência entre eles e o valor social do trabalho produzido"<sup>6</sup>. A fundamentação doutrinária da condenação da usura está baseada no postulado bíblico do "ganharás o pão com o suor do teu rosto" e na visão de que a vida em sociedade envolve uma atividade de solidariedade e cooperação, ou seja, ao invés do conflito ou da exploração, o elemento impulsionador de toda atividade social e econômica é o intercâmbio de trabalho. Trabalho entendido como "qualquer gênero de atividade de que possa resultar em benefício econômico e, portanto, monetariamente mensurável, a quem a exerce", mas ressalvando-se que "a utilidade social do trabalho se medirá pela maior ou menor soma de benefícios que proporcionar à coletividade"<sup>7</sup>. A eliminação da "usura social" envolve não apenas a figura do negociista e do agiota, mas também do intermediário desnecessário, do burocrata inútil, do parasita. Além disso, a doutrina da Igreja condena qualquer forma de juro que exorbite os limites que a lei prescreve para as taxas convencionais<sup>8</sup>. É preciso, portanto, distinguir os dois tipos de capitalistas: os "nocivos e inúteis" e os "socialmente úteis". Os primeiros são o resultado da degenerescência do capitalismo quando se torna hereditário, especulativo e parasitário, isto é, a atuação desse tipo de capitalista passa a ser majoritariamente financeira, vivendo apenas dos lucros acumulados e visando exclusivamente os dividendos. Já o outro tipo de capitalista busca um fim social, demonstra interesse pelos empregados ("colaboradores") quanto ao nível salarial e condições de vida, investe em tecnologia a fim de reduzir o custo do produto, favorecendo o consumo dos setores populares<sup>9</sup>.

Dessas considerações resultam as "Diretrizes Fundamentais do Trabalhismo Brasileiro", destacando-se primeiramente a visão de que "a política e a ação do Poder Público deverão ser conduzidas no sentido do desenvolvimento da economia nacional, das forças da produção e do progresso social. Na realização desses objetivos, o Estado terá precipuamente em vista as necessidades e os interesses das classes trabalhadoras, a justiça e a solidariedade social"<sup>10</sup>. Há aqui a predominância do paradigma estatal enquanto exercício de "demiurgia" histórica. Para Alfredo Bosi, a proposta do Estado-Providência como agente da modernização brasileira, sofreu a influência do positivismo castilhisto e borgista. O republicanismo gaúcho, no qual Pasqualini se encontra referido, defende a ação

---

<sup>6</sup> PASQUALINI, A. (1958), op. cit., p. 84.

<sup>7</sup> PASQUALINI, A. (1953), op. cit., p. 5.

<sup>8</sup> PASQUALINI, A. (1958), op. cit., pp. 197-208.

<sup>9</sup> Idem, ibidem, p. 258.

<sup>10</sup> Idem, ibidem, p. 75.

estatal centralizadora para se alcançar o equilíbrio supraclassista de cima para baixo, o projeto industrializante e a integração do mercado interno em oposição ao modelo liberal-oligárquico da Primeira República. A ditadura republicana modernizadora, segundo o viés positivista, contemplaria um duplo registro: o progressismo econômico e o autoritarismo político constituindo o "ideal reformista do Estado-Providência: um vasto e organizado aparelho público que ao mesmo tempo estimula a produção e corrige as desigualdades do mercado"<sup>11</sup>.

O Poder Público é responsável pela realização da justiça social: garantir uma ocupação digna a cada cidadão e corrigir os desajustes e desníveis sociais. Segundo Gomes de Oliveira, em artigo na revista "Reforma", cabe ao Estado Moderno corrigir a mentalidade de que "o Governo deve continuar a ser apenas 'gardien de la nuit', para evitar os assaltos à propriedade, deixando livre todas as manobras e abusos dos seus detentores, e indiferentes ao progresso econômico e social"<sup>12</sup>.

Outra diretriz do trabalhismo brasileiro é a manutenção da iniciativa privada tanto nacional como estrangeira, mas com as limitações previstas na Constituição e os encargos exigidos pelos interesses coletivos. O Estado deve proteger o capital privado desde que interessado em promover a expansão da economia e do bem-estar social. No entanto, a exploração das riquezas do subsolo e das fontes de energia deverá, progressivamente, tornar-se um empreendimento do Poder Público. O capital estrangeiro terá as mesmas garantias e estará sujeito aos mesmos ônus do capital nacional.

As despesas e atividades improdutivas deverão ser reduzidas, assim como as causas de "usura social" serão combatidas, dando-se às rendas públicas uma destinação socialmente útil. A cada ganho legal deve corresponder um ganho justo, caso contrário o Estado deve exercer seu poder de intervenção. Mas, por outro lado, a desapropriação da terra com objetivo de se obter maior rendimento econômico e social, será feita mediante justa indenização.

A distribuição de justiça social se estende também na instauração pelo Estado de um Fundo de Poder Aquisitivo que será concedido mediante o crédito social (crédito sem juros) para várias finalidades: financiamento da construção de moradias populares; financiamento a trabalhadores rurais, pequenos agricultores e colonos, para aquisição da terra e meios de produção, e financiamento de obras e serviços de assistência coletiva. Este Fundo Social seria constituído de dotações

---

<sup>11</sup> BOSI, Alfredo, Dialética da Colonização. São Paulo, Cia. Letras, 1992, p. 274.

<sup>12</sup> OLIVEIRA, Gomes, "O Estado Moderno". Reforma - Rev. Cultura Trabalhista, op. cit., p. 12.

orçamentárias da União, dos estados e, facultativamente, dos municípios, por uma tributação adicional dos artigos de luxo e da renda, excluídos os rendimentos de pessoa física aquém de certo limite e, eventualmente, pelas reservas dos institutos de previdência.

No capítulo da legislação trabalhista, defende-se seu aperfeiçoamento e extensão a todo proletariado. Apoia-se a autonomia sindical, mas cabe ao Estado auxiliar e orientar as organizações trabalhistas no sentido de alcançarem suas "verdadeiras finalidades" e dentro do espírito cooperativista. Neste aspecto, identifica-se a busca de fundamentação no trabalhismo inglês de Harold Laski e Clement Attlee, de fundo socialista mas com rejeição à idéia de luta de classes, os métodos revolucionários não constitucionais e a socialização sem indenização progressiva. Remetendo ao texto "Bases e Fundamentos do Trabalhismo" de C. Attlee, Pasqualini destaca a coincidência de objetivos programáticos:

"Assegurar aos trabalhadores, braçais ou intelectuais, todos os frutos do seu trabalho e a sua distribuição mais equitativa, tomando por base a propriedade comum dos meios de produção, distribuição e troca, e o melhor sistema possível de administração e fiscalização popular de cada indústria ou serviço"<sup>13</sup>.

No entanto, o socialismo não é visto como um fim, mas um meio de organização econômica visando eliminar a "usura social", característica marcante do capitalismo individualista, especulativo e parasitário. Nesse sentido, Pasqualini define os limites de adaptação à realidade brasileira, de certas concepções socialistas: o caráter materialista incompatível com os princípios cristãos e o aspecto meramente socializador dos meios de produção, de circulação e de troca, mediante planificação da economia<sup>14</sup>.

Para que a socialização a posteriori pudesse se estabelecer no Brasil, seria necessário um certo desenvolvimento industrial e que esse desenvolvimento tivesse atingido aqueles limites em que já seria inconveniente que se mantivesse sob o regime da iniciativa privada. Em lugar de um desenvolvimento econômico sob a forma socialista (faltam meios técnicos, financeiros e educação), Pasqualini defende para o caso brasileiro um trabalhismo com base no capitalismo solidarista, onde o capital deve ter função de utilidade coletiva, ou seja, não deve ser apenas um instrumento produtor de lucro, mas um fator de expansão econômica. Esse capitalismo solidarista é o mesmo que capitalismo cristianizado, e aí se destaca o

---

<sup>13</sup> ATTLEE, Clement, Bases e Fundamentos do Trabalhismo, pp. 33-34. Apud PASQUALINI, A. (1958), op. cit., pp. 278-279.

<sup>14</sup> PASQUALINI, A. (1958), op. cit., p. 90.

outro componente básico do pensamento de Pasqualini, a Doutrina Social da Igreja, segundo as encíclicas *Rerum Novarum*, *Quadragesimo Anno* e *Divini Redemptoris*. A admissão do socialismo seria condicionada em três aspectos: não fosse materialista, como o chamado socialismo científico; preservasse a liberdade; e operasse a socialização dos meios de produção à medida que o interesse social o reclamasse<sup>15</sup>.

Ainda nas "Diretrizes Fundamentais do Trabalhismo Brasileiro", Pasqualini define as seguintes metas para o PTB: difusão da educação e da cultura à juventude e às massas trabalhadoras; elevação ética dos debates políticos, fim do profissionalismo político e parasitismo social; combate à corrupção social, política e administrativa; eliminação da guerra e todas as formas de imperialismo; e preservação do regime democrático, dos direitos fundamentais do homem e dos princípios cristãos.

Esta linha de atuação partidária mais calcada em princípios doutrinários, distingue-se da práxis política seguida pela maioria dos elementos pertencentes ao PTB, pelo menos até 1954. No depoimento para o programa de história oral do CPDOC-FGV, Alzira Vargas identifica dois grupos, os "trabalhistas" e os "getulistas":

"Na realidade, houve várias tentativas de formar um trabalhismo ideológico. Meu pai, inclusive, estava com todos os livros do Laski sobre trabalhismo. O Lúcio Bittencourt tentou, o Pasqualini tentou, o próprio Salgado tentou. No entanto, para aquela massa que às vezes não sabia nem os seus próprios direitos diante da lei brasileira, era impossível entender o trabalhismo teórico...o partido tinha, além dos chamados trabalhistas, que não eram muitos, os getulistas. Houve uma divisão muito grande, dentro do PTB, entre os teóricos do trabalhismo e os adeptos do getulismo. Na realidade, o PTB foi formado na base de homens e não de idéias, como, aliás, quase todos os partidos daquela época"<sup>16</sup>.

Em artigo na revista "Reforma", publicado em 1953, Lúcio Gusmão Lobo identifica três alas irreconciliáveis no PTB: além dos setores trabalhista e getulista de linha personalista, haveria uma ala fisiológica formada por políticos que usam a legenda do partido apenas como meio para obtenção de cargos e posições<sup>17</sup>. Em certo sentido os "getulistas" e "fisiológicos" tendiam a se confundir durante o desenrolar da ação política.

---

<sup>15</sup> Idem, *ibidem*, p. 278.

<sup>16</sup> PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral, Alzira Vargas do Amaral Peixoto (depoimento, 1979). Rio de Janeiro, FGV/CPDOC - História Oral, 1981, pp. 99 e 112.

<sup>17</sup> LOBO, Lúcio Gusmão, "Estrutura Ideológica para o PTB". Reforma - Rev. Cultura Trabalhista, op. cit., pp. 26-27.

Como forma de distinguir a ação política do trabalhismo doutrinário em relação ao trabalhismo getulista, Pasqualini utiliza a teoria de Comte para diferenciar os três estados da política: o primeiro é o do antropomorfismo, quando o "homem" é o centro do sistema, não a idéia; o segundo é o das "abstrações políticas", que corresponde ao estado metafísico; o terceiro é o das "soluções sociais concretas", que corresponde ao estado positivo. Para Pasqualini, personificação e personalização não se confundem: "a personificação é a forma antropomorfa da idéia, a sua encarnação em uma pessoa. Ela decorre da identificação do homem com um ideal, o que o torna mais concreto e assimilável pelas camadas menos cultas". A personalização é a degenerescência da personificação, é o "caruncho dos partidos". Se a personificação é um símbolo traduzido na liderança, a personalização é interesse e ambição. No caso do getulismo a linha que demarca personificação e personalismo, é tênue, o próprio Vargas assim considera em discurso na sede do PTB em 02/09/1946:

"Eu compreendi que a minha força dentro do povo estava numa idéia muito simples. É que o povo, no seu presidente, via-se a si mesmo colocado no governo"<sup>18</sup>.

Durante a fase de intensificação da crise política em 1953, não faltaram estímulos para que Getúlio usasse um dos seus maiores trunfos, seu poder de atração pessoal<sup>19</sup>. É exatamente esse aspecto de que se reveste o trabalhismo de massa, um "movimento instintivo", que revela a inexistência de uma concepção social definida e sistematizada. Segundo Pasqualini, o programa do PTB está consubstanciado em vinte e sete proposições vagas e tímidas. Há mais preocupação em "preservar" as conquistas da legislação trabalhista, do que em propor avanços. Esta atitude "estática" de contemplação do passado deve ser substituída pela formação de quadros dirigentes esclarecidos e integrados no espírito de uma idéia social. E arremata Pasqualini:

"A função de um partido não pode ser cultivar a história, mas fazê-la...Embora o trabalhismo, no Brasil, não seja ainda uma doutrina definida, todos entretanto, compreendem ou sentem que deve ser algo diferente, um movimento que se desloca do centro para a esquerda. O que cumpre é caracterizá-lo e fixar-lhe claramente os objetivos. Devemos substituir o que há nele de instintivo e espontâneo pela compreensão e a assimilação de um ideal"<sup>20</sup>.

Já durante a campanha presidencial de 1950, em carta a Getúlio, Pasqualini enfatiza a necessidade de fixação das diretivas básicas do trabalhismo

---

<sup>18</sup> VARGAS, Getúlio D., A Política Trabalhista no Brasil. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1950, p. 39.

<sup>19</sup> Arquivo Getúlio Vargas, GV 53.10.20/2 (FGV-CPDOC).

<sup>20</sup> PASQUALINI, A. (1958), op. cit., p. 249, grifos do autor.

pelo PTB, recomendando também que a campanha eleitoral fosse partidária<sup>21</sup>. E quando há alguma referência a Vargas, Pasqualini procura separar fé e razão: "o quererismo é sentimento e intuição. O trabalhismo é idéia e concepção. O quererismo é a fé. O trabalhismo é a razão. Mas, a razão e a fé não se excluem, antes se completam"<sup>22</sup>. Esta negativa à personalização do trabalhismo fica bem explicitada pelo fato de que em toda "Bases e Sugestões para uma Política Social", a obra mais importante de enunciação do pensamento de Pasqualini, não é feita nenhuma referência direta ao papel da liderança de Getúlio na definição do trabalhismo doutrinário.

Na análise de Miguel Bodea é fundamental reter os dois sentidos de direção política de Getúlio e Pasqualini: para Vargas, o PTB era uma componente importante, porém não exclusiva, de um projeto político mais amplo que visava dar continuidade ao modelo de desenvolvimento nacional autônomo lançado na década de trinta, agora dentro das novas regras da democracia liberal da Constituição de 1946. Para Pasqualini, o PTB era o instrumento fundamental de transformação social e implantação de uma sociedade mais justa. Esse papel de "moderno príncipe" tornaria o PTB um educador dessa mentalidade social. Por outro lado, a relativa ausência da "questão nacional" em Pasqualini, leva Getúlio a se destacar numa postura mais nacionalista e anti-imperialista.

Entretanto, para Bodea, a dimensão essencial do relacionamento Vargas-Pasqualini não se situa no confronto entre duas tendências políticas excludentes, mas na dinâmica de uma "divisão de tarefas" no âmbito do PTB e que gera uma relação de "complementaridade conflitiva": a primeira já foi referida, que é o fato de Getúlio defender um projeto político nacional, enquanto Pasqualini defende o projeto de construção de um partido. A segunda divisão é geográfica e se dá entre a liderança política nacional de Vargas e a liderança política regional de Pasqualini no Rio Grande do Sul. E finalmente, a divisão de funções político-partidárias entre o estrategista político (Getúlio) e o doutrinador e teórico (Pasqualini).

É na ambivalência do projeto trabalhista que "se situa um importante aspecto conflitivo no relacionamento entre Pasqualini e a base trabalhista gaúcha de um lado e Vargas, de outro. Enquanto Pasqualini e o trabalhismo gaúcho tendiam a atuar principalmente na esfera da sociedade civil, privilegiando, portanto, o aspecto da mobilização de massas, Vargas era forçado a atuar sobretudo a nível do aparelho de Estado e da sociedade política, salientando o aspecto da

---

<sup>21</sup> Arquivo Getúlio Vargas, GV 50.07.08 (FGV-CPDOC).

<sup>22</sup> Discurso de Pasqualini em Alegrete, durante a campanha eleitoral de 1950. Apud BODEA, Miguel, *Trabalhismo e Populismo: o Caso do Rio Grande do Sul*. São Paulo, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, USP, 1984, p. 216.

política de alianças e do compromisso entre as classes subalternas e um setor modernizante das elites"<sup>23</sup>.

Paradoxalmente, a Vargas não interessava um crescimento vertiginoso do PTB no que tange à mobilização popular: o crescimento das reivindicações econômicas e demandas sociais poderiam, na própria dinâmica do processo, ultrapassar o controle do Estado<sup>24</sup>. Segundo Lucília Neves Delgado, a busca do "controle-mobilização" passava necessariamente pela articulação entre o PTB, o Ministério do Trabalho, e os sindicatos.

Cabia ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o importante papel de intermediação política e classista entre o Estado, os sindicatos e os empresários. O petebista Danton Coelho, que foi o primeiro ocupante desta pasta durante a segunda gestão de Vargas, procurou estabelecer um tripé de sustentação ao governo: pelo Ministério do Trabalho, com sua máquina administrativa para gerar empregos, inclusive junto ao movimento sindical; pelo PTB com sua representação no legislativo, sua atuação na sociedade civil e no movimento sindical; pelos sindicatos, sob influência do próprio Ministério do Trabalho, podiam garantir mobilização popular em apoio às metas nacionalistas que podiam legitimar o presidente junto à massa de trabalhadores. Danton, entretanto, não conseguiu o apoio amplo de Vargas às atividades do ministério, "envolvido com a tarefa de tentar conseguir apoio de seus adversários políticos, buscando realizar seu governo de conciliação..."<sup>25</sup>.

A atuação do burocrata José de Segadas Viana à frente do Ministério do Trabalho, a partir de setembro de 1951, trouxe a marca do assistencialismo, a adoção de medidas repressivas em relação às greves de 1953, e a utilização dos serviços de informação do ministério em atividades de fiscalização junto aos movimentos de trabalhadores, às mobilizações grevistas e ao Partido Comunista do Brasil. Vários documentos confidenciais que se encontram no Arquivo Getúlio Vargas do CPDOC, atestam o desempenho desse tipo de operação por parte do Ministério do Trabalho<sup>26</sup>. A ação de Segadas Viana visava três eixos básicos: controle-repressão em larga escala, a cooptação em escala média e o assistencialismo em grau difuso. Sua gestão, marcada pela ambiguidade e

---

<sup>23</sup> BODEA, M., op. cit., p. 251.

<sup>24</sup> DELGADO, Lucília A. Neves, PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964). São Paulo, Marco Zero, 1989, p. 103.

<sup>25</sup> Idem, *ibidem*, p. 111.

<sup>26</sup> Arquivo Getúlio Vargas, GV 51.09.26 conf.; GV 52.01.16 conf.; GV 52.02.12 conf.; GV 52.02.13 conf.; GV 52.09.00 conf.; GV 52.10.27 conf.; GV 52.00.00/1 conf.; GV 52.00.00/3 conf. (FGV-CPDOC).

heterogeneidade de ações, acabou por desagradar tanto ao PTB quanto aos sindicatos<sup>27</sup>.

No decorrer da reforma ministerial de junho de 1953 e em meio à greve dos marítimos, o já então presidente nacional do PTB, João Goulart, ascende ao Ministério do Trabalho com a missão de buscar aproximação com os trabalhadores, através da concessão-mobilização mas mantendo o controle, antecipando-se às suas ações, neutralizando-as através do diálogo e concessões toleráveis. Era como se, depois de Danton, fosse finalmente a vez de Robespierre radicalizar o processo, mediando os excessos. A mobilização de Goulart pode ser compreendida em três níveis, de acordo com Lucília Delgado: uma aproximação e um incentivo à ação do PTB, que com Goulart passaria a ter maior capacidade de influir no governo; incentivo às mobilizações sindicais e ao contato direto de seus líderes com o Ministério do Trabalho, procurando efetivar uma política de benefícios assistenciais que tinham no sistema previdenciário uma importante base de apoio; e tentativa de contato com dirigentes comunistas, que atuavam oficiosamente nos sindicatos oficiais, procurando neutralizar sua ação, incluindo-os na distribuição de cargos e benefícios<sup>28</sup>.

Em meio ao acirramento da crise política no final de 1953 e início de 1954, Vargas acaba cedendo às pressões de empresários, udenistas, militares e afasta Goulart, no entanto, a nomeação de Hugo de Faria como ministro interino foi uma manobra de Getúlio para manter Jango agindo nos bastidores do Ministério do Trabalho.

Na comparação entre o trabalhismo doutrinário e a práxis política do PTB e do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no período 1945-1954, sobra mais espaço para o pragmatismo getulista do que para um perfil de traço programático. Apesar da influência de Pasqualini no PTB, foram as condições de transformação dos contextos e conjunturas políticas que levaram o partido a se transformar de uma agremiação getulista em um partido reformista: ascensão de Goulart à presidência do PTB em 1952, morte de Vargas, aproximação com os comunistas a partir de 1954, participação em frentes nacionalistas após 1958, renovação dos quadros partidários<sup>29</sup>, e que culminaram com a extensão das reformas de base no início dos anos sessenta.

---

<sup>27</sup> DELGADO, Lucília N., op. cit., p. 121.

<sup>28</sup> Idem, ibidem, p. 146.

<sup>29</sup> Idem, ibidem, p. 297.

Em resumo, a concepção de um trabalhismo social e ideológico em Alberto Pasqualini recebeu três influências básicas: o estatismo positivista, a referência teórica do trabalhismo inglês e a doutrina social da Igreja. Mesmo não representando uma alternativa genuinamente radical, os "doutrinários" acabam se constituindo no "outro" dentro do PTB, dominado pela corrente "getulista" até a primeira metade da década de cinquenta. Seria esse mais um caso em que as idéias estariam fora do lugar? Ou seria o contexto que estaria delimitando o alcance de adaptação dos projetos políticos? Resta lembrar mais uma vez que, para Pasqualini, a realidade é a curva, o idealismo é a assíntota, sua tangente no infinito.

## ARTIGO

O MDB E OS "NOVOS" MOVIMENTOS  
SOCIAIS (1974-1979).

Rodrigo P. Sá Motta

Departamento de História - UFOP

Desde a formação do MDB, em 1966, houve a preocupação por parte de parcelas do partido, no sentido de estabelecer vínculos com setores organizados da sociedade. De início, este impulso era caudatário da tradição "populista" do pré-64, baseando-se em contatos a nível de cúpula com lideranças das entidades sociais. A palavra-chave neste contexto era mobilização. Colocava-se uma grande ênfase na idéia de mobilizar o povo em prol das reivindicações que estivessem em pauta no momento<sup>1</sup>. Não foi coincidência o fato do MDB ter criado em 1968 uma Comissão de **Mobilização** Popular<sup>2</sup>. A palavra expressa nitidamente o universo mental e mesmo a cultura política da qual faziam parte os políticos da oposição.

Em meados dos anos 70, contudo, emergiu uma prática política diferente, baseada na valorização da participação social e da organização popular via "bases". Se no período anterior uma das palavras-chave era mobilização, a partir desse momento as palavras **participação** e **organização** adquirem centralidade no discurso político. Esta postura renovadora, então emergente, nasceu da crítica às experiências do período "populista", denunciadas como cupulistas e manipuladoras. Militantes do movimento popular, intelectuais e parcelas da esquerda, envolvidos com essa ofensiva de questionamento das mazelas do "populismo", contribuíram para o estabelecimento de uma cultura valorizadora da participação e da organização das "bases" sociais.

Entre a intelectualidade, pela mesma época, estava se divulgando uma preocupação renovada com a questão democrática, a qual precisamente enfatizava a idéia de organização e participação popular<sup>3</sup>. Seria interessante averiguar os

<sup>1</sup> DREIFUSS, René A. *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981. p.140.

<sup>2</sup> *Jornal do Brasil*, 11/04/68, p.3.

<sup>3</sup> Essa questão já foi discutida em SÁ MOTTA, Rodrigo P. "O MDB e os intelectuais". *Varia Historia* nº 12, Belo Horizonte, pp.104 a 113. Neste artigo é defendido o ponto de vista de que em meados dos anos 70, um setor importante da intelectualidade brasileira realizou uma revisão na postura adotada até então em relação às instituições democráticas. De uma postura cética e arredia no concernente aos partidos institucionalizados, por exemplo (que tinha muito a ver com a conjuntura autoritária), passa-se a uma posição mais otimista, de acreditar que valeria a pena investir no partido oficial da oposição: "... é preciso inscrever, até 31 de maio, o maior número possível de eleitores que se identificaram com o programa do MDB (...) Só assim as aspirações expressas em um gesto simbólico - o voto - começarão a ter canal de expressão social e política na sociedade. Não vou insistir sobre a óbvia importância que isso pode ter para o fortalecimento da sociedade civil (...) Devemos reconhecer que é preciso não ter medo de errar. Mesmo que, para errar e depois aprender, seja indispensável 'sujar as mãos'" (José Álvaro Moisés, *OPINIÃO*, 16/05/75, p.3). Como se vê, há uma ênfase na preocupação de tornar as instituições mais participativas, transformando-as em canais de expressão para as demandas da sociedade. Cf. também PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990, p.192.

possíveis pontos de contato entre essa realidade brasileira e fenômenos semelhantes ocorridos em outros países, particularmente no mundo anglo-saxão. Entre o final dos anos 60 e início dos 70, setores ligados à "nova esquerda" começaram uma ofensiva em prol de uma democracia que fosse mais participativa. Os eixos básicos das suas reivindicações centravam-se na cobrança de uma maior participação popular nas decisões governamentais, e também por uma maior participação dos trabalhadores na gestão das indústrias. É possível que alguns intelectuais brasileiros estivessem sintonizados com esse impulso democrático-participativo vivenciado na Europa e nos EUA<sup>4</sup>. Seja como for, o fato é que no discurso da intelectualidade brasileira, a partir do início dos anos 70, termos como democracia, participação, sociedade civil, cidadania, começaram a ocupar lugar de destaque. Na mesma medida em que parcelas da intelectualidade e da esquerda defendiam uma democracia baseada no envolvimento popular efetivo, o movimento da sociedade gerava uma práxis social nova, baseada nos mesmos pressupostos de democracia participativa. O processo foi complexo e dual. Uma cultura política valorizadora da participação e da organização das bases da sociedade, emergiu da combinação entre uma prática social concreta e uma elaboração discursiva dos intelectuais.

A questão é que, em meados da década de 70, começou a surgir algo de novo no cenário da sociedade brasileira com um investimento na questão democrática, tanto em termos teóricos quanto práticos, até então nunca visto em tal intensidade. A vitória eleitoral do MDB, em 1974, foi um marco decisivo nesse processo. Ela contribuiu para avivar a consciência democrática, dando ânimo para que muitos setores sociais, até então céticos ou apáticos, se manifestassem politicamente. É nessa perspectiva que se apresentaram as ações da ABI e da OAB, por exemplo, colocando-se publicamente a favor do retorno das liberdades democráticas. No entanto, não estamos sugerindo que antes de 1974 não houvesse qualquer atividade por parte das entidades civis. A CNBB, bem antes dessa data, já externava, publicamente, algumas posições contrárias às políticas governamentais. Mas o fato é que as eleições de 1974 impulsionaram a luta democrática, na medida em que foram uma demonstração clara da insatisfação da população em relação ao Estado. Aqueles que já tinham uma postura crítica tiveram seu ânimo redobrado, percebendo que o sentimento oposicionista se alastrava por toda a sociedade.

---

<sup>4</sup> MACPHERSON, C.B. *A Democracia Liberal. Origens e Evolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p.97.

É preciso destacar que o impulso de organização e o ânimo democrático que "bafejou" a sociedade brasileira a partir de meados da década de 70, não se restringiu a entidades de grande expressão pública como a OAB e a ABI. A experiência democrática desse período vai ser extremamente rica, porque vai envolver também formas de organização social inéditas, pelo menos na escala em que ocorreram. Floresceram entidades como Associações de Bairro, Comunidades Eclesiais de Base, movimentos de protesto contra o alto custo de vida, movimentos pró-anistia<sup>5</sup>. Além dessas organizações, que tinham uma existência totalmente autônoma em relação ao Estado, emergiu de dentro do movimento sindical um grupo renovador. Esses novos líderes, congregados em torno da figura de Lula, pretendiam estabelecer uma prática sindical inovadora. Atuando por dentro da estrutura sindical oficial, propunham-se a questioná-la, investindo forte na organização de bases sindicais<sup>6</sup>. A intenção era democratizar os sindicatos aproximando-os de maneira orgânica da massa de trabalhadores.

Apesar da heterogeneidade desses movimentos, havia algo de comum a uní-los. Todos conferiam alto valor às práticas democráticas, e apostavam no envolvimento de suas bases sociais com as respectivas entidades. Além disso, havia uma desconfiança generalizada com relação à política institucional, encarada como a instância da manipulação e do autoritarismo. Na sua prática, esses movimentos - que alguns autores chamam de "novos movimentos sociais" - colocaram em questão o autoritarismo reinante na sociedade brasileira, dando uma importante contribuição para a luta pela democratização.

Pois bem, o nosso intento é analisar as relações entre o MDB e esse impulso democrático-participativo que aflorou no fim dos anos 70. Como já foi dito, a vitória do MDB em 1974 se constituiu num importante alento para a organização e a mobilização das entidades da sociedade. Mas, esse processo foi de mão dupla, na medida em que o florescimento dos movimentos sociais refletiu positivamente para o MDB. Alguns setores do partido foram influenciados pelo impulso social que colocava um novo enfoque sobre a questão democrática. Muitos políticos emedebistas começaram a se preocupar com a participação popular nas discussões políticas, e com o fortalecimento da organização da própria sociedade. Iniciativas foram tomadas no sentido de transformar o MDB num partido orgânico, que guardasse ligações estreitas com o movimento social. Neste particular, as

---

<sup>5</sup> É preciso ressaltar que este fenômeno praticamente se restringia aos grandes centros urbanos. Com relação a São Paulo, ver SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988. No que se refere à realidade do Rio de Janeiro, ver RIBEIRO, A. C. Torres. "Movimentos sociais - velhas e novas questões no espaço do Rio de Janeiro" In VIOLA, E. J. (et alii). *Crise política, movimentos sociais e cidadania*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1989.

<sup>6</sup> ANTUNES, Ricardo. *A Rebelião do Trabalho*. São Paulo: Ensaio, 1988.

eleições municipais de 1976 se constituíram num momento marcante. Várias foram as manifestações que ocorreram no interior do partido, no sentido de obter uma aproximação com o movimento social. Todas confluíam para uma preocupação com o estabelecimento de mecanismos democráticos de administração municipal,<sup>7</sup> procurando, ao mesmo tempo, democratizar o poder e enraizar socialmente o MDB. Durante o período eleitoral daquele ano, o setor jovem do MDB de São José dos Campos divulgou um "Programa alternativo de Governo do MDB dos municípios":

"... o projeto de fortalecimento orgânico do MDB no município deve exercitar e colocar em funcionamento a estrutura partidária prevista pela legislação e pelo estatuto, com a criação, organização e funcionamento dos Conselhos Fiscais e Consultivo, dos Departamentos Estudantil (ou Juventude Democrática), Trabalhistas e Feminino, do IEPES e dos diretórios distritais...".<sup>8</sup>

O documento continua afirmando que os diretórios deveriam deixar de ser meras clientelas de candidatos específicos e deveriam procurar se ligar efetivamente à população, valorizando as lutas urbanas locais como um elemento importante para o conjunto da luta democrática. Como se vê, tratava-se de uma tomada de consciência da importância da participação popular para a conquista efetiva da democracia, e um esforço no sentido de reciclar o MDB, para que o partido tivesse condições de acompanhar o movimento social emergente.

Ocorreram também outras manifestações de setores emedebistas propondo um relacionamento de novo tipo entre partido e sociedade. Neste sentido, destacou-se um discurso proferido na Câmara Federal pelo deputado paulista Airton Soares, posteriormente fundador do Partido dos Trabalhadores. Em sua manifestação o deputado afirmou que a população procurava a participação política organizada, fenômeno demonstrado pela proliferação das Sociedades de Bairro, das Comunidades Eclesiais, dos Clubes de Mães. Sugeriu que o MDB deveria se aproximar dessas organizações sociais, mas de maneira democrática, discutindo, ouvindo e propondo, e não cooptando, como fazia o Estado. Propôs também a necessidade de manterem constantemente canais abertos entre as organizações sociais e os parlamentares eleitos pelo partido, de modo a que estes pudessem expressar bem os anseios populares. Para que isto fosse possível, as organizações de

---

<sup>7</sup> "O MDB do Rio Grande do Sul tem realizado vários seminários para os candidatos a prefeito e a vereador no estado. No primeiro desta série, que teve a participação maciça de cerca de 2.000 pessoas, o IEPES, órgão de estudos do partido e a Assessoria Técnica do MDB do R.S. elaboraram um extenso trabalho sobre o MDB no poder municipal, que foi amplamente discutido pelos participantes. Opinião pública abaixo trechos dos capítulos 'Diretrizes básicas de uma administração de Oposição' e 'A participação popular na administração municipal', no sentido de que um maior número de pessoas tome conhecimento do trabalho que vem sendo realizado pelo partido de oposição." OPINIÃO, 24/09/76, p.3.

<sup>8</sup> MOVIMENTO, 22/11/76, p.12.

base do Partido e da comunidade deveriam, juntas, acompanhar o trabalho legislativo do parlamentar eleito com o seu apoio. Deveriam ser mantidos contatos periódicos entre o parlamentar e sua base social, nos quais ele prestaria contas de suas ações e ouviria as demandas das entidades de base.<sup>9</sup>

Da mesma forma que setores do MDB procuravam acompanhar o impulso de democratização vivenciado pela sociedade brasileira, os movimentos sociais, inclusive os "novos", por seu turno, começaram a se interessar mais pelo partido. A aproximação entre o MDB e as entidades sociais só foi possível, pelo fato de a imagem pública do partido ter se alterado ao longo da década de 70. No início, apesar do esforço de muitos de seus membros, o MDB era pouco considerado pelos grupos organizados da sociedade, particularmente pela intelectualidade. Em meados da década, contudo, essa opinião se alterou bastante, e o partido começou a ser encarado sob outro prisma.

O fato é que mudou tanto o MDB, e a imagem pública por ele projetada, quanto a própria sociedade, que começou a se organizar para reivindicar direitos políticos e sociais. O "surgimento" do MDB, depois de 1974, com uma imagem de partido mais atuante, mais agressivo, e também vigoroso política e eleitoralmente, aumentou muito seu poder de atração. Os movimentos sociais, principalmente através de suas lideranças, começaram a gravitar em torno do partido, e a considerar aceitável atuar nele. O MDB passou a ser encarado como uma frente democrática de fato, e como um instrumento válido na luta anti-ditatorial.

Assim, muitos dos movimentos sociais reivindicativos, então em pleno florescimento, optaram por lançar candidatos pelo partido, aproveitando o espaço legal fornecido pelo MDB. Foram articuladas algumas candidaturas ligadas aos movimentos sociais, que mantinham com estes uma relação muito estreita:

"... a campanha eleitoral mostrou-se um lugar adequado para a concretização de novos tipos de relacionamento do 'povo com o povo', principalmente porque determinadas candidaturas se articularam em cima deste projeto 'autonomista', com setores sociais condicionando seu apoio a certos candidatos à aceitação por parte destes de um programa mínimo de reivindicações. Neste sentido, estas candidaturas e esta prática retomam esta nova tradição da política brasileira, livre dos mais sérios vícios populistas ...".<sup>10</sup>

Nesta matéria publicada no jornal OPINIÃO, o articulista faz uma análise do relacionamento entre o MDB e os movimentos populares, no período

---

<sup>9</sup> Anais da Câmara dos Deputados, 11/08/76, vol.IX, p.7104.

<sup>10</sup> OPINIÃO, 12/09/76, p.3.

eleitoral de 1974 e 1976. Ele destacou o fato de algumas candidaturas emedebistas terem sido apoiadas por entidades do movimento social, as quais inclusive influenciaram nos programas dos candidatos. Chamou atenção para o fato deste fenômeno ser novo na tradição política brasileira, o estabelecimento de vínculos diretos entre líderes políticos e bases sociais. E sugeriu mais, esta nova prática rompia com os "vícios" do populismo, uma vez que o movimento popular não estaria mais sendo conduzido por líderes que diziam traduzir seus interesses, ao contrário, estaria encaminhando um projeto autônomo.

De fato, nas eleições de 1976, de âmbito municipal, o MDB acolheu algumas candidaturas de elementos egressos dos movimentos sociais<sup>11</sup>. No município de São Paulo, por exemplo, vários candidatos a vereador pelo MDB tinham ligações com entidades sociais<sup>12</sup>. Contudo, foi nas eleições de 1978 que se deu o momento de maior intensidade na relação do partido com os movimentos sociais. Nessas eleições, foi bastante significativo o número de candidatos do MDB comprometidos com as entidades populares. No pleito de 1976, alguns movimentos sociais apoiaram candidatos emedebistas, não querendo ou não tendo condições de lançar nomes próprios. Em 1978, quase todos apresentaram-se com candidatos próprios, disputando vagas parlamentares com elementos formados nos seus quadros<sup>13</sup>. Chegou-se inclusive a lançar um movimento visando à coordenação das "candidaturas populares" do MDB, englobando os diversos movimentos sociais envolvidos:

"O movimento, que deverá se denominar 'Comitê de Candidaturas Populares', reúne os diretórios distritais do MDB da freguesia do Ó e da Bela Vista, os DCEs da PUC e da USP e a Frente Nacional do Trabalho, além de pessoas ligadas ao Movimento do Custo de Vida, à Pastoral do Mundo do Trabalho e a outros trabalhos de base. O Comitê se propõe, entre outros objetivos, a

---

<sup>11</sup> Contudo, houve um candidato a vereador em São Paulo, de origem operária e militância cristã (Valentim Morcelli), que foi impugnado pelo diretório municipal do MDB. Houve protestos na época. OPINIÃO, 03/09/76, p.5.

<sup>12</sup> OPINIÃO, 13/08/76. Uma matéria publicada nesta edição arrola os candidatos oriundos dos movimentos sociais:

- . Uma advogada da Associação de Feirantes;
- . Um representante da Associação dos Fiscais de Renda do Estado;
- . Um ex-presidente do C.A. da Faculdade de Direito;
- . Um representante do Plenário das Associações de Bairro da Zona Sul;
- . Um ex-representante dos alunos de Ciências Sociais;
- . Um conselheiro da OAB.

<sup>13</sup> "O canal partidário de todos esses movimentos populares, isso tudo afinilava lá no MDB. Era o canal partidário. E começaram a aparecer candidatos. (...) Isso tudo desaguou nas eleições de 1978. Foi a primeira que já incorporou reivindicações trazidas a partir de uma base da organização da sociedade." Edgard Amorim (ex-deputado federal pelo MDB). Depoimento ao autor, Belo Horizonte, dezembro de 1992.

elaborar uma plataforma mínima para todos os candidatos populares e a coordenar a campanha destes candidatos".<sup>14</sup>

Efetivamente, as eleições de 1978 foram um marco na trajetória do MDB no que diz respeito ao seu relacionamento com a sociedade. Constituíram-se no momento em que o contato do partido com as entidades sociais foi mais rico, quando ocorreu um envolvimento generalizado dos movimentos sociais com a campanha eleitoral do MDB<sup>15</sup>. Os movimentos populares (dos grandes centros urbanos naturalmente) lançaram diversos candidatos, a maioria dos quais foi eleita:

"As lutas populares de São Paulo - dos metalúrgicos contra o sindicato pelego, dos professores organizando-se em associações, dos jornalistas contra os abusos policiais (...), dos estudantes em suas entidades e do Movimento Contra a Alta do Custo de Vida e pela legalização dos lotes clandestinos -entraram decididamente na luta eleitoral. Praticamente todos eles elegeram seus representantes. Com a vitória nas urnas, todos esses movimentos se enchem de entusiasmo, querem manter seus comitês eleitorais funcionando e prosseguir no seu trabalho político que, em muitos casos, chegou a reunir equipes de até 3 mil pessoas".<sup>16</sup>

A campanha foi marcada por uma participação popular como há muito não se via. Milhares de pessoas se envolveram, militando pelas diversas candidaturas. Além disso, ocorreram eventos de massa no seu transcorrer, como passeatas e comícios, fenômenos políticos que durante o autoritarismo praticamente tinham desaparecido<sup>17</sup>. Este processo foi muito positivo para as lideranças, os militantes e os movimentos populares envolvidos, na medida em que contribuiu para o fortalecimento das experiências democráticas então em curso. A participação nas eleições representou um grande aprendizado político, um teste importante. Os

---

<sup>14</sup> MOVIMENTO, 13/03/78, p.6. A coordenação das candidaturas populares em São Paulo, foi facilitada pelo fato de que havia um candidato a Senador (Fernando Henrique Cardoso), que recebeu o apoio de todos os setores "populares". Esta candidatura funcionava como uma espécie de ponto de convergência. No Rio de Janeiro e em Belo Horizonte também houve uma coordenação das chamadas candidaturas populares.

<sup>15</sup> Os grupamentos de esquerda também se engajaram profundamente nas eleições de 1978. Na verdade, havia um contato estreito entre a esquerda, principalmente a "nova" (isto é, aqueles setores críticos em relação à tradição comunista), e os movimentos populares. Muitas vezes os dois grupos apoiavam os mesmos candidatos. O conjunto de fatores que possibilitaram uma maior aproximação da esquerda e dos movimentos populares em relação ao MDB foi basicamente o mesmo.

<sup>16</sup> MOVIMENTO, 27/11/78, p.6. Foram eleitos, por exemplo, candidatos ligados ao movimento sindical, ao associativismo de bairros, ao movimento estudantil e ao movimento de base da Igreja:

*"Embora as declarações oficiais reafirmassem a premissa de que a Igreja não faz opção político-partidária (...) pelo menos dois candidatos paulistas à Câmara Federal e à Assembléia Legislativa se beneficiaram do trabalho de base desenvolvido pela Igreja: o metalúrgico Aurélio Peres e a professora Irma Passoni (...)"*. JB, 21/11/78, p.5.

<sup>17</sup> A imprensa noticiou a realização de passeatas do MDB no Rio de Janeiro (1.000 pessoas), Recife (8.000 pessoas), comícios em Osasco (com a presença de Lula) e novamente em Recife (20.000 pessoas). JB, de 11/11/78 a 15/11/78.

líderes que emergiam do movimento social foram testados eleitoralmente, tendo oportunidade de consolidar sua liderança e mesmo aumentar o seu raio de influência. Ao mesmo tempo, abriu-se a oportunidade para que as demandas e reivindicações dos movimentos sociais ganhassem mais espaço político, na medida em que seus representantes começavam a ocupar canais institucionais oficiais.

O fato é que efetivamente o período pós-74 foi marcado por uma transformação nas relações entre o MDB e as entidades sociais, e mesmo com a sociedade de um modo geral. Houve uma aproximação significativa entre o partido e os movimentos sociais, que se deu sob o pano de fundo de uma "nova" prática democrática, a qual colocava grande ênfase na participação e na organização.

No entanto, esse processo foi marcado por limitações. Ainda que tenha havido um crescimento orgânico do partido significativo, o seu relacionamento com os setores sociais citados não foi tranquilo. Usando uma linguagem metafórica, diríamos que houve um namoro, mas não um casamento. O envolvimento das lideranças sociais com o partido foi marcado por uma tensão constante que impediu o estabelecimento de laços orgânicos mais duradouros. Havia uma série de barreiras que dificultavam o convívio entre partido e entidades sociais as quais, no seu conjunto, explicam por que fracassaram as tentativas de transformar o MDB no representante daquelas.

Há que considerar, em primeiro lugar, as limitações apresentadas pelo próprio partido. Em certa medida, o MDB foi incapaz de acompanhar as transformações pelas quais passava a sociedade brasileira, no sentido de tornar-se um partido democrático moderno. Ele não apresentou as condições necessárias para superar seus vínculos com a política tradicional, mantendo-se ligado às práticas clientelísticas, e dependendo do prestígio de algumas personalidades singulares. Alguns setores do partido, como vimos, tentaram conduzi-lo no rumo de práticas democráticas modernas, procurando criar laços orgânicos com o movimento social. No entanto, essas iniciativas mantiveram-se numa posição minoritária, considerado o conjunto do partido:

"Na verdade, o MDB foi tão incapaz de produzir um projeto alternativo quanto de pôr em prática um tipo de relacionamento com os setores populares que o diferenciasse nitidamente do outro partido. Tanto do projeto quanto de um novo modo de atuação pode-se encontrar embriões na campanha de 1974, como na atual, no novo tipo de relacionamento entre uma forma de organização política ligada ao Estado e as associações locais, que caracterizou a campanha em alguns lugares.

Não resta dúvida, porém, que estes elementos embrionários viram-se francamente superados, no conjunto da atuação do partido oposicionista, por uma outra prática, incapaz de preannunciar um outro projeto e de concretizar uma nova forma de relação política com as chamadas bases."<sup>18</sup>

As limitações internas ao MDB, no sentido do estabelecimento de vínculos democráticos com a sociedade, são reveladas por seus próprios membros. Aqueles emedebistas que apostavam numa nova prática partidária, frequentemente questionavam a inércia e o imobilismo do partido como um todo, e particularmente a sua direção. Muitos deputados eleitos em 1978, por exemplo, reclamaram da atuação do partido, afirmando que era necessário estabelecer um vínculo maior com a sociedade. Naquele pleito foram eleitos alguns deputados ligados aos movimentos populares, e eram precisamente estes a levantar a voz<sup>19</sup>. Eles chamavam atenção para o problema de que o crescimento orgânico que o MDB experimentara desde 1974, tinha se restringido praticamente aos momentos eleitorais. Fora do calendário eleitoral, o partido raramente mobilizava seus militantes e simpatizantes. Entretanto, estas vozes questionadoras não eram nem numerosas nem fortes o suficiente para provocar uma mudança no partido como um todo.

Há que se levar em consideração a existência de constrangimentos por parte dos movimentos sociais dificultando uma maior integração com o MDB. O movimento social organizado que emergiu ao longo da década de 70 tinha, de uma maneira geral, uma postura arredia em relação às instituições políticas oficiais. Nutriam uma desconfiança básica contra a política institucional, considerada elitista e desvinculada dos interesses do povo. Em contraposição, valorizavam sobremaneira a dinâmica dos seus movimentos associativistas, estruturados a partir de uma democracia participativa que envolvia a organização das "bases". Não cabe aqui discutir os aspectos negativos desse processo, que levou a uma mitificação dos "novos" movimentos sociais, com o estabelecimento de um verdadeiro culto ao autonomismo e ao basismo<sup>20</sup>. É provável que estas características tenham se desenvolvido como uma reação à experiência autoritária, que durante anos sufocou os anseios democráticos da sociedade brasileira. Em função disso, não é nada surpreendente que os movimentos sociais desconfiassem do Estado. Por outro lado, a valorização da democracia de bases também representava uma reação à experiência populista, que foi marcada por um investimento maior na mobilização social, e menor na organização e na participação democráticas.

---

<sup>18</sup> OPINIÃO, 12/09/76, p.3.

<sup>19</sup> JB, 04/02/79, p.4.

<sup>20</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. "Os Partidos políticos e a participação popular" In FLEISCHER, David (org.) *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 1981, v.II.

De qualquer modo, o fato é que o preconceito existente em relação às instituições políticas abarcava também o MDB, que afinal de contas era um partido institucionalizado, e portanto, partícipe do aparato estatal. Além do mais, sobre o MDB pesava a mácula de ser um partido de oposição oficial, consentido pelo Estado autoritário, o qual teria inclusive colaborado para o preenchimento dos requisitos mínimos de registro do partido. Por mais que tivesse mudado a imagem do MDB depois de 1974, permaneceram resistências em certos setores do movimento social quanto à participação no partido. Podemos ver isso no texto de um jornalista da imprensa alternativa, que analisou, em um artigo no jornal, os esforços de setores do MDB no sentido de dar ao partido alguma organicidade social. Depois de relatar a experiência de um dos grupos renovadores do MDB, que procuravam ligar o partido aos movimentos sociais, ele pergunta: "... valeria a pena arriscar toda essa tarefa por um saco de gatos como o MDB? Não seria mais lúcido dirigir a luta pela maior participação popular e pela democracia para fora da agremiação oposicionista?"<sup>21</sup> Foi basicamente essa a questão que se colocaram os militantes dos movimentos sociais, e setores da intelectualidade e da esquerda. Valia a pena investir no MDB, tentar transformá-lo numa organização de massas? Valia a pena dirigir os movimentos e as lideranças populares para dentro do partido? Não seria um erro comprometer todo um trabalho de organização com um partido que, além de não inspirar muita confiança, era extremamente heterogêneo?

As reticências quanto ao envolvimento com o MDB foram fortalecidas na medida em que emergiu o debate sobre a reforma partidária. Setores do movimento social - os intelectuais, a esquerda, os estudantes, sindicalistas, líderes das entidades de "base" - começaram a elaborar o projeto da criação de um novo partido, de corte popular, democrático e socialista. A idéia era que esse partido nascesse a partir do movimento social, tornando-se assim mais legítimo que o MDB. O entendimento corrente era que o MDB vinha de "fora" e de "cima" pretendendo se ligar às organizações sociais, isto é, ele era externo a elas e fazia parte do universo das elites políticas. Entre 1977 e 1978, a idéia se transformou em uma articulação política, envolvendo importantes lideranças sociais<sup>22</sup>. Ao mesmo tempo, nos "laboratórios" políticos do Regime Militar estava sendo gestado um plano de reforma partidária, cujo objetivo primeiro era provocar a implosão da frente oposicionista representada pelo MDB. O crescimento do MDB a partir de 1974 assustava muito, porque corria-se o sério risco dele se tornar majoritário no Parlamento. Assim, com a liberdade para a criação de novos partidos, explorar-se-iam as rivalidades naturais existentes entre os diversos grupos que compunham a oposição, provocando o seu fracionamento partidário.

---

<sup>21</sup> MOVIMENTO, 22/11/76, p.12.

<sup>22</sup> AMORIM, Edgar. Depoimento citado.

Dessa maneira, a intenção de criar um novo partido no campo popular, de início difusa, foi se consolidando, na medida em que ficava clara a intenção do regime militar de extinguir o bipartidarismo. O próprio governo se encarregou de espalhar boatos sobre a futura reforma partidária<sup>23</sup>, com o intento de estimular os grupos que pretendiam criar novas agremiações<sup>24</sup>. Nestas condições, a tendência refratária que existia nos movimentos sociais em relação ao MDB se fortaleceu. Não fazia muito sentido investir seriamente no partido, uma vez que a reforma partidária, como tudo indicava, estava próxima.

A conjunção dos fatores citados, fez com que a relação do MDB com os movimentos sociais ficasse restringida ao superficial, não ocorrendo um aprofundamento. Muitas lideranças sociais se filiaram ao partido, mas a maioria o fez mais para usar a cobertura legal da legenda para viabilizar suas candidaturas, do que por convicção de militar no MDB. Alguns dos movimentos sociais que lançaram ou apoiaram candidatos emedebistas, deixavam claro o fato de terem compromissos apenas com estes, e não com o conjunto do partido<sup>25</sup>. Com a reforma partidária na ordem do dia, alguns dos setores populares envolvidos com o projeto de criação de novos partidos adotaram a tática de usar o MDB para eleger seus candidatos, de forma a que dispusessem de espaço parlamentar na hora que a reformulação chegasse<sup>26</sup>. Portanto, a vinculação orgânica do MDB com as organizações sociais praticamente se restringia a contatos com suas lideranças, algumas das quais se elegeram através do partido<sup>27</sup>. Um envolvimento direto com as bases desses movimentos virtualmente não existia.

Assim, apesar de ter ocorrido um processo efetivo de crescimento orgânico envolvendo o MDB, ele foi limitado. Os contatos com o movimento social restringiram-se basicamente ao calendário eleitoral, quando a campanha provocava mobilização e militância, e ao lançamento de candidaturas a ele vinculadas<sup>28</sup>. Não

---

<sup>23</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. A Questão dos partidos. *CONTEXTO*, nº 5, março de 1978, p.1.

<sup>24</sup> No campo da oposição, havia basicamente três grupos que se preparavam para disputar espaço com o MDB. Além da articulação ligada aos movimentos populares, que deu origem ao Partido dos Trabalhadores, havia também o grupo de Leonel Brizola, interessado em recolher o espólio do trabalhismo, e o capitaneado por Tancredo Neves, que visava a criação de um partido de centro.

<sup>25</sup> CARDOSO, op. cit., 1981, p.60.

<sup>26</sup> "A idéia é aproveitar o ano político. Apoiar candidatos que se proponham a aproveitar a campanha eleitoral para propagandear idéias socialistas e ser o elo de ligação para criação do PS (Partido Socialista) ..." Marcos Faerman, entrevista a *MOVIMENTO*, 05/02/77, p.3.

<sup>27</sup> SOARES, Airton (ex-deputado federal pelo MDB). Depoimento ao autor, São Paulo, fevereiro de 1993.

<sup>28</sup> Alguns setores do MDB parecem ter conseguido desenvolver um trabalho de organização mais profundo em relação a alguns setores populares. Teria sido o caso do diretório distrital do MDB na Freguesia do Ó, no município de São Paulo. FERREIRA, Neli M. "O MDB da Freguesia do Ó", XVII Simpósio Nacional da ANPUH, São Paulo, 1993.

houve um envolvimento do conjunto do partido com as entidades sociais, apenas de alguns setores<sup>29</sup>.

Com a criação do Partido dos Trabalhadores, em 1980, o MDB - e o PMDB, que em vários aspectos foi seu continuador - ganhou um concorrente de peso no campo popular, que absorveu boa parte do trabalho organizativo dos movimentos sociais. De certa forma, o PT foi criado pelos movimentos sociais, daí o seu apelo ser muito forte nestes setores. O PT inclusive absorveu e incorporou segmentos que atuavam no MDB<sup>30</sup> os quais procuravam fazer neste partido um trabalho de articulação com as entidades sociais. Porém, isto em nada diminuiu a importância do papel desempenhado pelo MDB, na medida em que ele foi o canal institucional através do qual se expressou o sentimento oposicionista e democrático da sociedade brasileira nos anos 70. O MDB, graças à atuação de alguns destemidos parlamentares, forneceu exemplo e alento para que outras forças democráticas também se mobilizassem. Além disso, forneceu espaço para que líderes oriundos dos movimentos populares entrassem na política institucional, de maneira a que ganhassem experiência para futuros "vôos".

---

<sup>29</sup> "O MDB, enquanto partido, ficou em geral à margem destes movimentos. Quase sempre, entretanto, deputados, senadores e candidatos do MDB participaram intensamente das mobilizações, enquanto indivíduos." CARDOSO, loc. cit.

<sup>30</sup> DELGADO, Tarcísio (ex-deputado federal pelo MDB). Depoimento ao autor, Belo Horizonte, abril de 1993.

---

ARTIGO

---

WHAT'S FORD GOT TO DO WITH IT?  
REGULATION THEORY AND JAPANESE CAPITALISM

J.A.Peck & Y.Miyamachi

School of Geography - Univ.of Manchester / Department of Economics - Univ.of Oita

Since the breakdown in the 1980s of the golden age of Atlantic Fordism, academics, policy-makers and business ideologues have been scanning the globe for alternative *post*-Fordist growth models. More often than not, this search has led them to Japan, the spectacular economic successes of which earned it a kind a paradigmatic post-Fordist status. The attractiveness of the Japanese model is doubtless rooted partly in its export strength and continuing growth capacity, but partly also in its very *difference*. The Japanese model appears to epitomize a distinctly non-Fordist growth pattern - based on flexible manufacturing and the employment of multiskilled workers - with the result that it has been elevated to a unique position within post-Fordist discourses (see Oliver and Wilkinson, 1988; Hirata, 1993). Japanese techniques and practices, it has appeared, may provide a way out of the crisis of Fordism.

The search which has ensued for the 'secret' of Japanese competitive success has been associated with attempts to tease out the essential and distinctive features of Japanese production techniques, in the expectation that what is *different* must be the thing to emulate. The objective, in a manner of speaking, was to decant these desirable features, to bottle them and export them. Perhaps the most potent of these elixirs, sold under the brand name of 'flexible specialization', offers the promise of economic rejuvenation on the basis of the new-found secret ingredient, *flexibility* (Piore and Sabel, 1984; Friedman, 1988). As the extracted essence of Japanese production, flexibility is endowed with remarkable restorative quantities, and as an antidote to the rigidities of Fordist mass production. Japanese-style flexibility would, we were promised, soothe the aching limbs of Fordism. As Lipietz (1992a: 321) has however observed:

Taking examples from Japan ... the flexible specialization thesis reduces ... debates about post-Fordism to the identification of a single development path which is technologically determined by the introduction of new flexible machines and appears as a mere inversion of the Fordist industrial paradigm: flexible instead of rigid social legislation, and workers involvement instead of direct

control. The second aspect (which is obviously progressive) is used to justify concession-making on the first aspect.

The argument presented in this article is that the essence of Japanese competitive success is less easy to extract, that it is deeply embedded in the social institutions of Japanese capitalism, and that it cannot be siphoned off into generic models of flexible specialization. These models foster the impression that Japanese techniques - and successes - can be unproblematically emulated in other places, that the 'secret' is basically a technological one and therefore a transplantable one. While this 'secret' may seem to lie on the factory floor, it is in fact intricately and essentially connected to the wider institutional and social fabric. Abstracted from this context, 'Japanese techniques' take on a different meaning, have different effects.

An *explanation* of the Japanese model, then, requires more than an essentialist reading of the Japanese factory, but an integrated and holistic analysis of the pattern of Japanese accumulation. We propose in this chapter to move some of the way towards this goal by examining some of the recent regulationist analyses of Japan. The methodological framework of regulation theory, we argue, provides a way of moving beyond the limited reach of production-centred accounts of the 'Japanese miracle' (see Kenney and Florida, 1988; Kato and Steven, 1991), because critical emphasis is placed upon macro-economic relations, class struggles and the complex of institutional forms and social mores captured in the French notion of *régulation*. Regulationist analyses offer the promise of contextualising - socially and institutionally - the 'Japanese miracle', while being arguably less prone to descent into partial and/or celebratory accounts. According, for example, to the Japanese regulationist Yamada, the approach provides a basis for moving beyond those

one-sided view[s] of the Japanese model in which we either admire its efficiency or deplore its unfairness. Instead, we must explore the particular socioeconomic mechanisms of *régulation* through which these two aspects [efficiency and unfairness] are connected. [The key regulatory question is:] What is it that connects efficiency and injustice in Japanese capitalism? (1991: 172).

Understanding the Japanese development path, then, means investigating - in an integral way - the ways in which its 'dark side' (of societal segmentation) and its 'light side' (of competitive strength) are connected.

Yet while regulationist analyses may point the way to a more nuanced and integrative interpretation of the Japanese experience, it should also be noted that - in confronting the Japanese model - questions are raised about the architecture of

regulation theory itself. In particular, the Japanese experience calls into question some of the received regulationist thinking on the nature of Fordist growth and crisis: for the French regulationist Coriat (1992), for example, analysis of the Japanese model meant 'turning thinking on its head'. Regulationist analyses of Japan, then, not only raise new questions about the Japanese model, they also raise questions about the design and deployment of regulationist methods. This question is addressed explicitly in the conclusion to the chapter. Prior to this, the chapter is divided into five sections. After briefly outlining the regulation approach, the following four sections examine the nature and dynamics of Japanese growth, before and after the 1970s crisis, the interpretation of the crisis itself, and the important issue of forms of social regulation.

### **The regulation approach**

Regulation theory provides a conceptual framework for understanding processes of capitalist growth, crisis and reproduction. It focuses on relationships, couched largely at the macro-economic level, between the process of accumulation and the ensemble of institutional forms and practices which together comprise the mode of social regulation (MSR). Systems of accumulation and MSRs which are structurally coupled together in a stable fashion are the basis for what regulationists term *regimes of accumulation*. These refer to particular capitalist development paths - defined in terms of historical phases and patterns of development - which are characterized by economic growth and under which (immanent) crisis tendencies are contained, mediated, or at least postponed. MSRs represent temporary institutional 'fixes', they do not neutralize crisis tendencies completely. Eventually, the ability of the MSR to mediate, accommodate and absorb these crisis tendencies is exceeded and the regime of accumulation breaks down.

Regulation theorists depart from classical marxian orthodoxy in moving down a level of abstraction from the 'laws of motion' of capitalist accumulation (the dynamic of which, classically, is fixed on a course of terminal crisis) to focus on the material historical, geographical and - perhaps above all - *institutional* specificities of capitalist development. It confronts the paradox that capitalism has proved rather more durable than envisaged in classical marxian theory, that crises may not *only* be way-stations on the path of terminal decline, but that - in terms of the actualities of capitalist development - they may also play a rejuvenating role, literally restructuring the accumulation process. Two forms of crisis are central to the theory:

*Conjunctural* crises may be resolved within individual regimes but usually require some modification of the MSR, say, in the form of reform of state policies or shifts in the spatial organization of the economy;

*Structural* crises are terminal for regimes, reflecting the 'exhaustion' of the prevailing MSR; such crises can only be resolved through the establishment of a new structural coupling between an MSR and the accumulation system, a process conditioned by theoretically-indeterminate class struggles.

Central to the process of crisis containment, for regulation theorists, is the role played by the MSR, which defines 'the social context in which expanded economic reproduction occurs' (Jessop, 1992b: 50). By definition, MSRs are not determined functionally by the requirements of the accumulation process. Lipietz (1987: 15) maintains that these are the result of '*chance discoveries* made in the course of human struggles'. The complex processes through which MSRs are formed around particular accumulation trajectories, then, is in essence a political process (see also Lipietz, 1992b), one which is reducible neither to some functionalist response to the 'needs of capital', nor to conscious action on the part of capitalist states. While somewhat ill-specified, the MSR defines what is perhaps the central thrust of the regulationist project. It defines the means by which particular forms of capitalist development are sustained, by which crisis tendencies are (temporarily) contained, and by which the historical and geographical particularities of the accumulation process are captured within the framework of the theory. According to Jessop (1992b), for example, the MSR provides the most sound basis on which a regime of accumulation should be defined (rather than the labor process or the pattern of accumulation).

The salient methodological features of the regulation approach can be summarized as follows: first, it is concerned with the social and institutional context of the processes of capital accumulation; second, it focuses on the interpenetration, largely at a macro-economic scale, of processes of accumulation and social regulation; third, the notion of the MSR is deployed as a vehicle for understanding the accumulation process in terms of its historical, geographical and institutional specifics; fourth, emphasis is placed on the role of theoretically-indeterminate political struggles in the shaping of MSRs and, more broadly, the course of accumulation; and fifth, issues of medium-term reproducibility and sustainability in capitalist development are foregrounded. So, regulation theory is not *just* about producing a 'rigorous periodization of capital according to its own logic' (Davis, 1978- 212); it is also about analyzing the institutional infrastructure around and through which capitalist development proceeds.

This said, the tools of regulationist analysis were forged through studies of the golden age of (Atlantic) Fordism and to a certain extent have been shaped by these antecedents. The Fordist regime of accumulation, dominant in north America and in much of northern Europe during the first 30 years of the post-War period, was based on the harmonious coupling of an intensive accumulation system with a *monopolistic* MSR. Under the intensive accumulation system, technical change within the labour process provided the basis for substantial productivity gains, which in turn permitted real incomes to rise and a mass market for consumer goods to emerge. The propulsive industries of Fordism - producing cars, consumer durables and capital equipment - combined flow-line production methods with deskilled labour utilization, serving mass markets with standardized, high-volume products. Both productive capacity and the labour force were utilized to their full extent, while aggregate demand and profit levels remained relatively stable. Alongside this accumulation system, a monopolistic MSR was organized around the Keynesian welfare-state and a stable international monetary order, within which the United States performed the role of global hegemon (see Lipietz, 1987; Altwater, 1992; Jessop, 1992b). Underwritten by and stabilized by the Keynesian welfare-state, the essence of the 'Fordist equation' was according to Altwater (1992) the virtuous relationship between productivity growth (driven by technological change and Taylorist labour process reforms) and rising real wages (the foundations upon which mass consumer markets were constructed).

In the late 1960s, this Fordist growth pattern began to falter, as rates of productivity growth and capital investment slowed, and as worker resistance to the dehumanizing effects of Taylorism spread. In this sense the crisis of Fordism was an 'internal' one - resulting from the growth regime's internal contradictions - but it was exacerbated by a series of 'external' shocks. For Aglietta (1982) and Lipietz (1987, 1992b), the most significant of these exogenous shocks was the rise of Japanese competition (which eroded market shares and destabilized monopoly producers), the oil crises (which as well as increasing costs contributed to the unfolding stagflationary crisis of the Keynesian welfare-state), and rising international indebtedness (which triggered global financial instability and a spiral of deregulation). The supply-side internal crisis of Fordism was consequently aggravated by a demand-side international crisis, leaving the regime 'caught between a fall in profits (because of the unresolved crisis of the labour process) and a drop in demand (because there was no effective international mode of regulation); its lingering death was characterized by alternating attempts to prop up demand, which foundered upon a supply-side crisis, and efforts to restore profit margins, which came to grief because of weak demand' (Lipietz, 1992b: 19).

The Fordist crisis, according to regulation theorists, remains essentially unresolved. While some have used the language of the theory to speculate about an emerging post-Fordist or flexible regime of accumulation (for example, Harvey, 1989), the theory in fact contains no guarantees that a coherent post-Fordist regime will rise from the ashes of Fordism. The political-economic turbulence and experimentation which has accompanied the breakdown of Fordism may be characterized by a great deal of what might be termed 'tactical flexibility', but it would be a mistake to transpose the conditions of the continuing Fordist crisis onto some prematurely drawn post-Fordist regime. As Lipietz and others have emphasized, the period of searching continues; a search in essence for a new class compromise and a new *sustainable* pattern of development (see Lipietz, 1992b; Peck and Tickell, 1994). Implicitly underlining the extent to which the Japanese development model was theorized as 'external' to the Fordist system, Japan is widely cited as the source of putative post-Fordist 'solutions' to *some aspects* of the Fordist crisis (see Murray, 1989; Jessop, 1992a; Lipietz, 1992a; Curry, 1993), although an important distinction clearly needs to be made between drawing lessons from the Japanese experience and *explaining* this experience. In this sense, the theoretically intractable case of Japan seems set to play an increasingly important role in regulationist debates. It is to regulation-theoretic treatments of the Japanese case to which we now turn, beginning with the issue Fordism.

### **Japan in the golden age: Fordist or non-Fordist?**

Having emerged from the political and economic turmoil of the immediate post-War period, Japan enjoyed a quite remarkable phase of uninterrupted and strong economic growth between 1955 and 1973, after which the growth pattern slowed and stabilized. The mere historical coincidence of this expansionary period with the golden age of Fordism, however, is not an adequate basis on which to characterize the Japanese pattern of growth as Fordist. The earliest and probably most influential interpretation of Japan's high-growth period within this framework was proposed by Boyer (1990a) and later elaborated by Yamada (1991). The Japanese growth pattern of the 1950s and 1960s differed in important respects to Atlantic Fordism. Acknowledging this, regulationists tend to refer to the country's growth pattern as 'hybrid Fordism' (Boyer 1990a; Yamada, 1991). Boyer argued that the Japanese production system during this period was based around assembly line production and product differentiation, realizing significant increases in labour productivity. Japan's Fordism was characterized as hybrid in the sense that, while that it surpassed Atlantic Fordism in terms of production efficiencies, it under-performed in terms of income distribution. Yamada (1991: 166, 167) defines the system in the following terms:

During the period of rapid growth, Japan exhibited four notable characteristics' (i) high levels of productivity growth (ii) indirect indexation of wages to productivity (iii) an uneven wage distribution (wage inequality amongst workers) and (iv) inadequate redistribution of the social wage (an under-developed welfare state). It constituted, so to speak, Fordism without social justice. . . . Japan during the rapid growth period combined a beyond-Fordist (or post-Fordist) labour process with a pre-Fordist management-labour compromise.

While Yamada's (1991) interpretation is centred - following the analytical priorities of Parisian regulation theory (Boyer, 1990b) - on the wage labour nexus, his account is generalized to a macro-economic definition of hybrid Fordism as the co-stabilization of a mass production-consumption system and a labour-management compromise under which wages are indexed indirectly to increases in productivity at the expense of acceptance of a form of Taylorist-Fordist work discipline.

In terms of the labour process the issues of Japan's compatibility (or otherwise) with the Fordist ideal type turns on the extent to which the dominant work system during the high-growth period could be characterized as Taylorist. Schonberger (1982' 193) was certainly in no doubt on this score, proclaiming that 'the Japanese out-Taylorize us all' (see also Dohse et al, 1985; Nomura, 1992). Contrary to Kenney and Florida (1988), then, who maintain that the Japanese labour process was never Taylorist (taking instead a distinctively non-Taylorist path after the Second World War in which mental and manual work were integrated, and deskilling tendencies overcome), Dohse et al (1985) insist that the Japanese labour process is a form of Taylorism, minus union opposition.

There is some corroborative evidence for this Taylorist reading. Maruyama's (1989, 1993b) studies of Japanese management systems in the 1960s found little shopfloor evidence of multiskilling, the use of work teams or quality circles, while Ogawa's (1983) research on labour organization during the same period revealed that production was organized on the basis of assembly lines and dedicated-task machinery. Similarly, Uni (1991) maintains that flexible working practices (including multi-task technology) were not introduced until the early to mid-1960s, at which time capital and labour began to establish a new set of industrial relations principles around the integration of mental and manual work. Although there is no comprehensive study of the post-War evolution of the Japanese production system from a regulationist perspective, these studies seem to indicate that the 1960s witnessed a transition from a labour process based broadly on Taylorist principles (initially imported from the United States, as Nakase (1979) and Tohyama (1991) have argued, before the Second World War, but spreading particularly quickly during the post-War reconstruction), towards a non- or post-

Taylorist system which was not to stabilize until the late 1970s. The hybrid Fordist era, in other words, was a period in which Taylorism was adjusted to the needs of the emerging mass production system in Japan.

Central to regulationists' definition of intensive accumulation is the observation that the rise in real wages under Fordism created the basis for the formation of mass consumer markets. Despite the fact that real wage rises in Japan were to a certain extent restricted to its labour aristocracy, rather than being generalized across a large portion of the working class as in classic Fordism, Uni (1991, 1992) has suggested that the conditions prevailing in Japan during the high-growth era were adequate for the creation of an internal mass market. Itoh (1992a) concurs that the basis of Japan's rapid growth during the Fordist era was the growth of domestic demand, in this case from three sources - from wage workers (for consumer goods), from the rural sector (for agricultural machinery and consumer goods) and large businesses (for capital and equipment goods). While Itoh finds the Japanese experience broadly consistent with the Fordist model, he rightly draws attention to the comparatively weak link between productivity growth and real wage growth.

Tohyama (1990a, 1990b) concedes that Japan's macro-economic circuit during the high-growth phase was constructed around mass production and mass consumption, but points out that economic expansion during this period was driven not by wages (as in the classic Fordist model) but by Japan's exceptional rate of profitability growth. This profit growth led to a massive increase in capital investment in many ways consistent with the regulationists' original description of extensive accumulation. In contradistinction to the intensive Fordist model, extensive accumulation is oriented to the capital goods market rather than the consumer goods market. Tohyama argues that Japan's economic expansion was driven by high rates of profit ploughed back into capital investment and demand for productive goods, and it was this which compensated for the inadequate redistribution of productivity growth to wage laborers. Coriat (1992) has taken this argument further, characterizing Japan high-growth accumulation system as *non-Fordist, yet intensive*: based on high productivity, an organic relationship between the capital goods and consumer goods sectors, and oriented to the domestic market. For both Tohyama and Coriat, the high-growth period was not classically Fordist (strictly defined in terms of wage indexation), but represented a nascent *Toyotist* model, subsequently to stabilize in the 1970s.

Such revised-Fordist or non-Fordist interpretations pose significant questions for the conceptualization of intensive and extensive accumulation systems with regulation theory. According to the non-Fordist interpretation favoured by

Coriat and to a limited extent by Tohyama, rapid-growth Japan shared significant features with the extensive accumulation system in which the leading industrial branches were located in Department I (capital goods), and to a less significant extent affecting Department II (consumer goods). While there is not a consensual position, the majority of regulationists appear to favour a version of the hybrid Fordist reading of Japan's high-growth phase in which the essence of Altwater's (1992) 'Fordist equation' (the virtuous relationship between productivity growth, rising real wages and expanding consumer markets) is satisfied. There can be no doubt, however, that the character of Japan's Internal market was substantially different to that prevailing in the Atlantic Fordist countries, because in comparison the productivity shareout in Japan was a truncated one, restricted to the country's labour aristocracy. While this does indeed represent a 'substantial deviation' (Itoh, 1992b: 120) from the classic Fordist account, regulationists are divided over whether this deviation is sufficient to undermine the integrity of the notion of Japanese Fordism.

The hybrid Fordism of Japan's high-growth phase was undoubtedly a complex hybrid, simultaneously comprising features associated with pre-Fordism (for example, the strong orientation of the economy towards Department I branches and the truncation of the internal consumer market), with Fordism (for example, the widespread deployment of modified Taylorist work practices and the mass production-oriented macro-economic circuit), and even with post-Fordism (for example, in the emergence of flexible employment forms and non-Taylorist labour process strategies during the 1960s). It should perhaps come as no surprise that such an 'alloyed' economic structure has fostered a variety of interpretations, ranging from the hybrid Fordist reading favoured in different ways by Boyer, Yamada, Dohse *et al*, Itoh and Uni, through the non-Fordist interpretations of Coriat and Tohyama, to the post-Fordist account presented by Kenney and Florida. At the macro-economic scale at which regulationist analyses are pitched, however, the hybrid Fordist and nascent *Toyotist* versions are the most credible. If Japan was in some senses Fordist, though, the question which is now begged is whether it experienced a Fordist crisis in the early 1970s.

### **The crisis in Japan: structural or conjunctural?**

In the period immediately following 1973, there was a generalized deterioration in the performance of the advanced capitalist economies which regulationists have interpreted in terms of a structural crisis of Fordism (see de Vroey, 1984; Glyn et al, 1991). This had a major influence on the Japanese economy, though again interpretations of the nature and consequences of the early 1970s crisis vary. In mainstream accounts, the post-1973 decline in the

performance of the Japanese economy is explained in terms of external shocks (see Nakamura, 1985). First, the 'Nixon shock' - the collapse of the Bretton Woods agreement and its replacement by a less stable system of floating exchange rates - had serious consequences for the Japanese economy. Second, the first oil shock caused a sudden and sharp increase in petroleum prices and of other imported resource materials. Japan's pre-1973 economic structure, predicated as it was upon a stable currency regime, low-cost energy inputs and imported resources, was consequently profoundly disrupted by the combined effects of the Nixon and oil shocks, resulting in a rapid increase in inflation and a sharp fall in GNP growth.

The regulationist account of this period of restructuring is rather different to the mainstream interpretation, emphasizing as it does the *combined* effects of external shocks and internal contradictions, notably worker's resistance to the Taylorist labour process, progressive technological stagnancy and the saturation of consumer markets. The erosion of the hybrid Fordist regime is therefore held to have begun prior to the 1973 crisis, the implication being that even without such exogenous shocks the regime would have been impossible to sustain. Following this logic, Itoh (1992b: 124-125) captures the Japanese experience of the early 1970s within the general rubric of the crisis of Fordism:

The Fordist regime of accumulation in Japan ... became untenable toward the end of the postwar long boom, as [the] basic condition [of] flexibility in the labor market was much eroded then disappeared. As a corollary, labor discipline in work places tended to loosen even in Japanese capitalism, and the working days lost by labor disputes increased. The [crisis in Japan] was basically due to labor shortages - together with the rising prices of primary products ... and the oil shock ... - [which] brought the period of Fordist prosperity to an end.

The attendant profit squeeze was exacerbated by the breakdown of the Bretton Woods system and resulted in an inflationary spiral: the annual inflation rate on wholesale prices rose to 31.6 per cent by 1974, which when accompanied by overaccumulation of capital and speculative stockpiling of commodities had the result of breaking Japan's Fordist-oriented macro-economic structure (see also Leyshon, 1994).

Coriat (1992), however, sees no such fundamental rupture, arguing that Japan underwent a rapid *non-structural* adjustment during the period of the two oil shocks - away from a pre-crisis, capital goods-oriented and investment-based system, and towards a consumer goods-oriented and export-based system. According to Coriat (1992: 221 - 222), the rapidity of this shift in economic orientation is accounted for by three factors: first, the flexible wages system, in which there was only very limited indexation, facilitated the sharp downwards

adjustment of wages and rapid employment restructuring; second, the adjustment process was facilitated by state programmes in areas such as energy-saving and the restructuring of heavy industry; and perhaps most importantly, third, Japan began to exhibit 'functional flexibility' at the organizational level, as vertically-integrated industrial groups and horizontally-networked, cross-industry '*keiretsu*' developed, in the wake of the early 1970s shocks, enhanced capacities for rapid decision-making and flexible responses to changing external conditions. While he does not use the terminology directly, Coriat holds that Japan experienced a conjunctural crisis during the early 1970s, during which the country's development path was modified rather than transformed.

LargeIy consistent with Coriat's account, Tohyama (1990b) also regarded the early 1970s as a period of conjunctural adjustment. While the rate of economic growth had slowed during the first half of the 1970s, Tohyama maintains that the macro-economic structure remained in equilibrium, remaining in many ways as stable as in the phase of rapid growth. The early 1970s crisis in Japan, by this account, did not represent a crisis of Fordism:

While its growth pattern was similar [to that of Fordism], Japanese capitalism in the period of high growth cannot be regarded as a 'pure' Fordist regime. Consequently, neither can the crisis of the early 1970s ... be referred to as a crisis of Fordism. [This crisis] differed from that of the Fordist regime in respect of both its character and its causes. . . . As far as the macro-pattern of Japanese capitalism is concerned, we cannot state that a structure established during the high growth phase was dissolved by the crisis of the early 1970s. In other words, [this] crisis ...cannot be characterized as 'structural' (Tohyama, 1990b: 69, 71).

Tohyama then is unequivocal in his assertion that, according at least to the macro-economic record, the early 1970s were a period of conjunctural adjustment rather than structural crisis. The implication of this is that, contra Itoh, there was no internal crisis in early 1970s Japan, but that the process of adjustment was triggered by external shocks.

This diagnosis of the early 1970s crisis as a conjunctural rather than a structural one has serious implications for the regulationist project. In the absence of a structural crisis, a transition between regimes of accumulation cannot occur. Conjunctural crises constitute *intra*-regime adjustments. Contrary to analysts such as Yamada and Itoh, Coriat and Tohyama's position is tantamount to claiming that Japan has not made a transition and suffered no 'internal' crisis but instead has exhibited a distinctive *non*-Fordist regime throughout the post-War era. This development path, which Coriat terms '*Ohnoism*', was simply modified within the parameters of an established accumulation system-MSR relationship in the early

1970s crisis. Others have however argued that such a 'weak transition' thesis is inappropriate, given the (admittedly limited) late 1960s evidence on the Japanese profit squeeze, shifts in productivity patterns and stagnation in consumer markets (see Yamada, 1991 ; Uni, 1992; Itoh, 1992b). Although the picture for Japan is rather more mixed than for the other leading OECD countries, there is evidence - consistent with the argument that the seeds of a structural crisis had been sown before 1973 - of a decline in productivity growth and a reduction in output/capital ratios in the late 1960s (Glyn *et al*, 1991 ). This leads us to the regulationists' interpretations of the post-1973 growth pattern.

### **After-crisis Japan: post-Fordism?**

The capacity of the Japanese economy rapidly to recover from crisis periods - indeed to 'make the best of such extreme shocks' (Coriat, 1992: 240) - is one of its most remarkable features. The recovery from the crisis of the early 1970s was particularly strong: the existence of co-operative (not to say weak) trade unions and loosely indexed wage-productivity relationship enabled adjustments to be made with considerable rapidity, particularly concerning the introduction of microelectronics technologies and yet more flexible labour practices (Itoh, 1992b). Supportive government policies, public sector demand and growing functional flexibility at the level of the production complex also played a role (Coriat, 1992; Okishio, 1992), securing a strong recovery under which growth rates stabilized around 4-5 per cent and unemployment remained below 2-3 per cent, even in the immediate post-1973 period. Although Japan's growth rate slowed and stabilized during the post-1973 period - at least relative to the high-growth phase of 1955-73 - it was the 1980s and 1990s which witnessed the country consolidate and extend its position as a leading global economic power. The positions of the main protagonists in regulationist debates in Japan should already be becoming clear. Those who regard the 1970s crisis as a period of adjustment rather than transformation (Tohyama, Coriat, and in some senses Kenney and Florida) emphasize the underlying continuity in the Japanese development path, while those regarding the early 1970s crisis as structural in nature (Itoh, Yamada, Boyer, Uni) maintain that a transition has occurred, away from the hybrid Fordism of the high-growth period and towards a substantially different macro-economic structure. The majority of these writers, however, are in substantial measure of accord about the post-1973 development path, which has been labelled *Toyotism*.

*Toyotism* has been examined by regulationists from two perspectives - as a production complex and as a system of wage relations. The Japanese production system is based on multiskilling and on-the-job learning, workers' 'voluntary' involvement in the labour process, significant individual incentives based on long-

term employment and seniority wages, flexible organization in which innovation and production are intricately integrated, extensive deployment of microelectronic and flexible technologies, and highly-networked and functionally-flexible production complexes (see Kenney and Florida, 1988). It is difficult to determine precisely when these features of the production system were established, or when they became widely diffused. The piecemeal evidence which does exist, however, suggests that *Toyotist* production systems, technologies and labour practices were not widely diffused in the 1960s, but that they seem to have rapidly proliferated during the post-crisis period, becoming widely generalized by the end of the 1970s (Uni, 1991; Maruyama, 1989, 1993b).

Much of the regulationist debate about post-Fordist or after-Fordist Japan has been concerned with interpretations of contemporary labour practices. While Dohse *et al* (1985) have insisted that the Japanese labour process (which they also characterize as *Toyotist*) represents a particularly virulent form of Taylorism, most contemporary analysts maintain that the *Toyotist* labour process is distinctly non- or post-Taylorist (Boyer, 1990a; Uni, 1991 ; Yamada, 1991; Coriat, 1992; Itoh, 1992b). Yet although mental and manual work may be unified under *Toyotism* contrary to their separation under Taylorism, this is not to say that the Japanese system represents in any sense a looser or more humane form of labour control. Maruyama (1993a- 54, 55), for example, argues that the integration of manual and mental labour represents a non-Taylorist labour control strategy, but a control strategy all the same:

The Japanese labour process ... is certainly based on non-Taylorist discipline. ...The Japanese production system combines mental and manual work, and uses flexibility strategies in order to subordinate workers within the labour process. ... While mental and manual work are integrated within the Japanese production system where workers autonomously conceive and organize their operations ... such autonomous flexibility is achieved on the condition that management unilaterally decide on production levels and on the number of workers required... The integration of mental and manual work [such as the 'voluntary' participation of workers in quality circles] is limited in the sense that it is achieved within the framework of firms' goals.

Yamada (1991 ) also defines the *Toyotist* wage relation in non-Taylorist terms, as one which couples life-time employment with a seniority-based wages system. Wages are determined according to seniority, but basic pay rates and the structure of bonuses are subject to collective bargaining at the firm level and within the institutionalized '*Shunto*' system (through which annual bonuses and basic wage increases negotiated with leading companies set the standard for other settlements in the industry). More recently, however, individualized payment systems, based on individual worker performance, are becoming increasingly prevalent and are now a

significant factor in wage determination (see Kumazawa, 1989). These developments, according to Yamada, are leading to deepening inequality and to the further erosion of labour's bargaining position, intensifying as they are competitive relations between workers.

Lipietz (1992a, 1992c) has sought to characterize *Toyotism* in more general terms as the dualistic co-existence of '*Kalmarism*' (following the Swedish model of firm-level negotiated involvement) amongst core enterprises, and *neo-Taylorism* in the peripheral small and medium-sized firm sector. In Japan, workers' involvement is typically negotiated at the firm level (through firm-level trade unions), producing deep segmentation in the labour market. Core workers enjoy *Kalmarian*-type privileges such as life-time employment and stable wages, though they too are forced to use competitive strategies for career progression. Peripheral workers are in most cases excessively exploited, being poorly paid and experiencing little continuity of employment. The neo-Taylorist employment practices which now dominate this sector have effectively been 'exported' from the core (where they had previously been established under hybrid Fordism). At the societal level, Lipietz associates *Toyotism* with extreme dualism and a high degree of competition between workers.

Coriat (1992) agrees that the Japanese wage relation is distinctively non-Fordist. While under Fordism wages are automatically adjusted to increases in prices and productivity, in Japan the linkage is less direct, mediated (and, importantly, regulated) as it is through enterprise-level bargaining. This pattern of employment relations at the firm level, which Coriat insists, is non-Fordist in nature is termed *Ohnoism* - in deference to the pioneering Toyota production manager. *Ohnoism* describes the Japanese wage contract under *Toyotism*, being to the latter what Taylorism was to Fordism:

With regard to Ohnoist employment relations, it is important that strategies of . . . multiskilling amongst shopfloor workers are deployed in order to achieve, and to redistribute, productivity gains. It is this which distinguishes Ohnoist employment relations from Fordist ones, ... I characterize this [Ohnoist] wage relation as one based fundamentally on the discipline of 'individual incentive-oriented involvement' [by which] a triad of productivity, quality and product differentiation is achieved through wage relations based on a particular (implicit) compromise between capital and labour. The form of this compromise is quite different to the Fordist compromise. Characteristics such as the particular form of wage determination, high levels of employment security, [on-the-) job training, multiskill formation, and the development of internal labour markets have been established according to the principle of *ostracism* [the exclusion of those who fail tacitly to comply with management's 'unwritten rules'], under which labour regulation and the management-labour

compromise are implicitly rather than explicitly agreed. It is crucially important to define the Japanese wage relation as non-Fordist (Coriat, 1992: 214, 215).

The productive efficiency of *Ohnoist* employment relations, Coriat stresses, is achieved at the expense of entrenched dualism in the labour market and managerial dominance in the setting of wage contracts.

In terms of the macro-economic structure of *Toyotism*, analysts agree that the post- 1973 period witnessed a shift in emphasis towards an export-oriented macro-economic chain (Uni, 1991, 1992; Coriat, 1992; Itoh, 1992a, 1992b). Productivity growth in the export sector has since 1973 outstripped that experienced in the domestic consumer goods sectors (Uni, 1991, 1992; Coriat, 1992). The strong export performance of Japanese corporations, Itoh (1992a, 1992b) claims, has provided the financial basis for a continuous process of investment in capital equipment and in microelectronics technologies, which in turn has enabled the realization of further productivity gains. This process, however, has been mainly driven by large firms consolidating their position in the Japanese economy by intensifying the *kanban* system and further subordinating the small firms sector and its workers (Koshiro, 1990; Itoh, 1992b; cf Friedman, 1988).

Importantly, Japan's macro-economic orientation was to shift again in the wake of the 1985 Plaza Agreement and the ensuing appreciation of the yen (Okishio, 1992; Leyshon, 1994). Export markets became sluggish and production refocused on the domestic market, progressively inflating the 'bubble economy' of the late 1980s. This shift in emphasis towards the domestic market, Itoh (1992b: 130) maintains, has not caused Japan to resume a Fordist pattern in its macro-economic circuit: the 'post-Fordist' nature of Japan's contemporary growth is underlined by, first, the fact that real wages have failed to keep pace with the growth in productivity (despite rising inflation), and second, the presence of uneven development 'with continuous economic difficulty for the majority of working people'. The domestic consumption sphere consequently became increasingly dualized during the late 1980s, as the asset-rich wealthy indulged in conspicuous consumption while real incomes and purchasing power fell amongst the working classes.

A distinctive feature of regulationist analyses of the contemporary Japanese development path is the emphasis which is placed on the implications of rising inequality. This can be juxtaposed to the rather more celebratory reading proffered by Kenney and Florida (1988). For Itoh in particular, the processes of social and economic polarization released after Fordism are such that the durability of the Japanese development path has itself be brought into question. Other

regulationists, such as Yamada, Boyer and Uni, seem to be rather more sanguine about the future of the *Toyotist* model. Differences, however, between regulationists seem to occur less around the question of where Japanese development is going, and more around the issue of where it came from. Coriat (1992) insists that the foundations of the *Toyotist* model were laid down prior to 1973, that the accumulation system has always been non-Fordist and that the wage contract has always been non-Taylorist. Boyer (1990a), Itoh (1992a, 1992b) and Yamada (1991), on the other hand, all seek to periodise Japanese development in a more traditional regulationist fashion, tracing the origins of *Toyotism* back only as far as the crisis of hybrid Fordism in the early 1970s.

### **Institutional foundations: a Japanese mode of social regulation?**

In its classical formulations, regulation theory identifies two distinctive modes of social regulation, the pre-Fordist *competitive* MSR (characterized by liberal, non-interventionist nation-states, enterprise-level bargaining of employment contracts and the exposure of wages to market pressures) and the Fordist *monopolistic* MSR (characterized by Keynesian, interventionist nation-states, extensive welfare provision, the maintenance of aggregate demand and institutionalized collective bargaining). Regulationist studies of Japan again sit rather uneasily alongside such established conceptual categories. Perhaps most comprehensive investigation of the Japanese MSR is provided by Coriat (1992), who reached the conclusion that:

... the mode of regulation of the Japanese economy is neither competitive nor monopolistic... Japan exhibits a particular regulatory system, through which productivity gains are redistributed amongst the working class by way of codified institutional mechanisms such as the seniority-based wages system and *Shunto* [labour's spring wages offensive]. . . . [Moreover] decision-making processes within [industry level) *keiretsu* play an important role in regulating the distribution of profit and investment interest ... A variety of [such] institutional forms and social codes exert a controlling influence over the core of the Japanese economy, consequently the Japanese mode of regulation is non-competitive. ... [Neither however can the] Japanese mode of regulation be regarded as 'monopolistic' ... because there is no 'automatic' mechanism for synchronizing wage increases with productivity gains (Coriat, 1992: 229-230).

Wage regulation in Japan occurs through the 'escalator effect' of the seniority wages system and through *Shunto*, the institutionalized process of annual wage rises. In this sense, wage levels are not subject to external market forces, contrary to the strict definition of competitive regulation. Neither, however, is the Japanese model compatible with the monopolistic MSR because wages are only

indirectly related to productivity (though a complex process of custom and tacit expectations) and to a certain extent remain asynchronous (see Itoh, 1992b; Lipietz, 1992c), while there is little in the way of state-led income redistribution.

It is commonly accepted in regulationist accounts that Japan's distinctive labour management system - comprising long-term employment for core workers, seniority wages and company-level trade unions - plays a significant social-regulatory function (Maruyama, 1989; Shinoda, 1989, 1992). The Japanese system of employment contracts is regulated by a complex network of socially-embedded and institutionally-encoded customs and practices which is anchored, first and foremost at the level of the enterprise, and to a certain extent also at the level of the industrial group. Clearly less 'transparent' than the Fordist system of wage-productivity indexation, the Japanese system is characterized by unevenness across firms and sectors, short-term flexibility and the implicit assertion of managerial prerogatives (Uni, 1991). Wage settlements are not allowed to place a brake on corporate profitability, and during much of the post-War period have tended to lag productivity rises (Itoh, 1992b). While this system may share some similarities with competitive regulation, an essential feature of the Japanese system is the mediating role played by the enterprise. In an important sense, it is at this level that many of the key social-regulatory functions are sited.

Because workers' involvement in the labour process is negotiated on a firm-by-firm basis, and because the wage-contract system is also anchored at this level, it has been suggested that Japan exhibits a micro-corporatist mode of social regulation (Boyer, 1990a; Yamada, 1991, 1993; for similar renderings see also Coriat's, 1992, analysis of 'firm-based regulation' and Kenney and Florida's, 1989, account of social regulation under *Fujitsuism*). Institutional practices, rules of co-ordination and norms of strategic conduct, which are typically located at the nation-state level under western Fordism-Keynesianism, are in Japanese capitalism more often sited at the enterprise level. This is also the level at which conflict resolution occurs:

If we follow the idea of the intermediating nation-state [exemplified by the Keynesian welfare state's function as an intermediary between capital and labour] being defined as the key agent controlling at a strategic level the overall reproduction of capital accumulation and the labour force, such a key agent in Japan can be regarded [not as the nation-state] but as intermediating, firms. [Accordingly] it seems reasonable to argue that the mode of regulation in Japan is defined in terms of 'micro-scale', or 'firm-based' regulation (Coriat, 1992: 230-231, emphasis added).

Micro-corporatist regulation in Japan is not confined to the major corporations; its influence extends to peripheral workers in the small firm sector

and even into the household (Maruyama, 1993b). This pattern of regulation consequently plays a key strategic role in legitimating and stabilizing the dualistic *Toyotist* accumulation system, combining as it does *Kalmarian* labour practices in the core with neo-Taylorist labour practices in the periphery (see Yamada, 1991: 177-178; Lipietz, 1992a, 1992c).

The micro-corporatist MSR, as Boyer (1990a) has explained, owes its institutional shape to the particular blend of competition and co-operation exhibited by the Japanese market structure. The most significant feature of this market structure is the dominant role played by industrial groups. These can be broadly classified into horizontally and vertically-integrated groups. The horizontally-integrated groups, or *gurupu*, based on mutual share holding amongst member companies, consist of a set of major corporations usually drawn from various sectors of the manufacturing trading and financial branches. There are six major *gurupu*, which occupy a significant share of the Japanese economy, namely *Mitsui*, *Misubishi*, *Sumitomo*, *Fuyo*, *Sanwa* and *DKB* (see Imai, 1989). As Boyer (1990a) points out, a notable feature of the Japanese market structure is the particular relationships which exist between financial and industrial capital. In Japan, major corporations are usually financed within their *gurupu* by 'main banks' offering comparatively low interest rates. As a result, possible tensions between financial and industrial capital can be resolved within *gurupu* (Coriat, 1992). This 'main bank' financing system is crucial to the regulation of capital flows within the *gurupu* because it ensures that the long-term, strategic interests of the group are maximized. The investment process is both informed and secure, oriented as it is to long-term growth rather than short-term profit-taking. This was crucial in the corporations' rapid emergence from the early 1970s crisis when a premium was placed on the risk-spreading capabilities and the long-term financial orientation of the *gurupu* (Leyshon, 1994). In addition to these financial relationships, *gurupu* also exhibit complex networks of obligated trading linkages between group members, it invariably being the case that a group will be contain more than one representative from a particular sector (Dore, 1987). In contrast to their rather protective and co-operative internal organization, *gurupu* are intensely competitive in terms of their external (or inter-group) market relations.

The vertically-integrated industrial groups, or *keiretsu*, are typically focused sectorally around a large parent company. Major *keiretsu*, such as *Matsushita*, *Nissan* and *Hitachi*, tend to be hierarchically organized around three or four tiers of subcontractors, although their structure varies from sector to sector (Imai, 1989). A distinctive feature of *keiretsu* is the way in which manufacturer-supplier relationships are regulated. Contrary to the western view of subcontractors as dependent, peripheral firms, acting merely as a 'buffer' for the core sector, Aoki

(1988) insists that continuous contracting allows Japanese firms to exploit 'information efficiencies'. Problem-solving and skill formation/development occur *through* the supply chain, rather than exclusively within individual firms. The *keiretsu*, then, exemplify a particular form of inter-firm relationship which combines both integration and autonomy, and which Aoki (1988: 214) terms 'quasi-integration'.

For Boyer (1990a) and Coriat (1992) this highly networked, group-oriented market structure is the foundation of Japan's distinctive micro-corporatist MSR. Although there are signs that some groups are beginning to weaken, as the level of inter-group trading increases (Aoki, 1988), most commentators agree that this distinctive pattern of inter-firm regulation is central to Japan's competitive strength:

Effectively, this structure means that the Japanese economy's input-output matrix is partitioned in a way which limits and channels direct price competition. [F]ierce inter-company price competition is limited largely to consumer markets which are expanding, though competitive pressures between large firms are always transmitted back to their suppliers - albeit often through non-price rather than price mechanisms, usually by tightening quality standards. . . . This form of organization also inhibits firms from buying into a range of activities as a way of becoming conglomerates. Takeovers are rare, and most firm growth comes through internal expansion or creation of subcontractors, a situation very different from that in most western firms (Sayer and Walker, 1992: 216).

The social regulation of the market in Japan is achieved indirectly, through networks of inter-firm relations and group alliances, rather than directly, through the interventions of a centralized Keynesian state. The role of the nation-state in Japan, however, cannot be overlooked.

According to Shinoda (1989), the Japanese state plays a limited role in the co-ordination of capital-labour relations (through such means as transfer payments), but has tended to be more proactive in the co-ordination of capital-capital relations. Government policies during the 1950s and 1960s, such as long-term economic planning, the Treasury loans and investments scheme and the strategic guidance functions of MITI (the Ministry of International Trade and Industry), were certainly influential in shaping Japan's Department I-centred pattern of macro-economic expansion during the high-growth period (Boyer, 1990a; Coriat, 1992; Shinoda, 1992; Leyshon, 1994). More recently, MITI has been involved in fostering collaborative networks in emerging industries in fields such as R&D and market forecasting (Murakami, 1987; Best, 1990; Bowonder and Miyake, 1992), though Itoh (1992b) contends that the organization's influence has been on the wane since the 1960s. Such forms of proactive intervention have fallen

increasingly out of favour with Japanese governments in the 1980s and 1990s, which like their counterparts in the west have turned increasingly to neoliberal strategies in the face of falling growth rates and rising indebtedness:

Aiming at [the] reconstruction of a balanced national budget without tax increases, the Japanese government began [in the early 1980s] to reduce the financial support for health and medical services, curb subsidies to private universities and schools, and to trim government subsidised programs in various areas. . . . Although such a policy stance was well-suited to the post-Fordist regime of accumulation with more flexible competitive strategies of capitalist firms, it certainly added to the economic difficulty of working people (Itoh, 1992b: 128-129).

Suffering as it is the consequences of both an economic and a political crisis, it is perhaps no longer appropriate (if indeed it ever was) to claim that neoliberal policies are 'well-suited' to the regulatory needs of Japanese industry. On the contrary, many commentators now believe that these policies themselves played a part in the progressive inflation and eventual bursting of Japan's 'bubble economy' (see Itoh, 1992a; Miyazaki, 1992; Okishio, 1992).

The social-regulatory role of the nation-state in Japan remains, however, under-researched from a regulationist perspective. Little work, for example, has considered the important role played by the Bank of Japan in setting financial policy and in underpinning the operation of the *gurupu* banks (see Shinoda, 1989; Itoh, 1992a), although a significant exception is Leyshon's (1994) recent analysis of financial regulation in Japan. While it is clear that the industrial groups are the site of significant regulatory functions in Japan - particularly concerning inter-firm relations, investment patterns and the structuring of markets - there is a need systematically to locate these functions within the regulatory framework established by the nation-state. Moreover, this evolving regulatory framework must, if the notion of micro-corporatist regulation is to be fully elaborated, be linked to historical shifts in the pattern of accumulation. Evidence on these links is currently only piecemeal - such as the role of government policies in underpinning the investment-led growth pattern of the 1960s (Boyer, 1990a), the increase in 'functional flexibility' exhibited by the industrial groups in the wake of the early 1970s crisis (Coriat, 1992), and the rise of neoliberalism and its associated inequalities in the 1980s (Itoh, 1992b) - falling short of the requirements of an integrative regulationist analysis. More broadly still, more sophisticated regulationist approaches<sup>1</sup> would need explicitly to place the Japanese experience

---

<sup>1</sup> The majority of regulationist analyses of Japan continue to deploy what Jessop has termed 'first' and 'second' generation regulation approaches, focusing respectively on *nationally-specific* accumulation system-MSR relations and on mode of *insertion* of this national regime into the global economy (see also Tickell and Peck, 1992). In contrast, 'third generation' regulationist approaches tend to place greater emphasis on the distinctive role of political factors, articulated at the local, national and global scales (Bob Jessop, pers comm, September 1993).

within its wider geopolitical context, given the crucial function of the country's unique relationship with the US hegemon under Fordism and given the Japanese state's recent attempts to redefine its global political position. It is, then, only possible to give qualified support to the micro-corporatism thesis, somewhat lacking as it is in formal substantiation.

### **Conclusion: regulating Japan?**

Regulationist analyses of Japanese political-economic development, while representing a substantial advance on the often celebratory and typically myopic accounts of the 'Japanese miracle', remain only partially successful in their own terms. Serious difficulties remain in reconciling the inherited conceptual categories of regulation theory with the complexities and outright inconsistencies of the Japanese experience. If the theory is to realize its potential as a generalized conceptual framework for the analysis of capitalist restructuring, applicable across a range of historical and geographical contexts (Boyer, 1990b), then it must be able to take up, and to explain, the Japanese development path. On this score, much remains to be done, at both theoretical and empirical levels. By way of conclusion, we briefly consider three aspects of this problem here: the question of periodisation, the status of crisis and the issue of partial readings of the Japanese experience.

Within the regulation school (broadly defined), significant differences remain over the question of the periodisation of Japanese development. Positioned at one extreme, Kenney and Florida (1988) maintain that Japan was never Fordist, but instead took an alternative, post-Fordist path following the Second World War, out of which emerged the contemporary *Fujitsuist* model. A mirror-image of this position is favored by a group of writers, largely outside or on the margins of the regulation school, who maintain that Japan has always followed, and is still following, a version of the Fordist-Taylorist development path (Dohse *et al*, 1985; Kato, 1989; Nohara and Fujita, 1989; Kato and Steven, 1991). Those who have followed most closely the regulationist method, however, tend to identify some form of Fordist/post-Fordist shift, but do not fully agree on either the strength or the character of the transition. On the one hand, Coriat (1992) and Tohyama (1990b) have proposed a 'weak transition' thesis in which the underlying continuities in the Japanese development path are emphasized and in which the early 1970s period of restructuring is regarded as a conjunctural crisis associated with *intra-regime* adjustments (see Table 1). On the other hand, Boyer (1990a), Yamada (1991), Itoh (1992a, 1992b) and Uni (1992) favour a 'strong transition'

thesis wherein what is seen as a structural crisis in the early 1970s brings about a shift from a hybrid Fordist regime to the contemporary *Toyotist* development path (see Table 2). While both these groups of transition theorists agree on the broad contours of the contemporary regime - in which a *Toyotist* accumulation is coupled with a micro-corporatist MSR - they disagree over its origins.

One source of this disagreement may be the apparently 'compressed' periodisation of the Japanese development path. Although one can argue about the precise definitions, it seems to have taken Japan less time to move from some form of pre-Fordist regime to some form of after-Fordist regime. Taylorist practices were not incorporated on a large scale until the post-War reconstruction, but having been progressively modified in line with the evolving Japanese management system, they seem to have begun to transmutate into post-Taylorist forms perhaps as early as the mid-1960s, subsequently diffusing rapidly after the early 1970s crisis. An important flashpoint in this development path, most analysts agree, was the early 1970s crisis, but while Tohyama and Coriat argue that this led to an acceleration of an established (non-Taylorist) trend, Boyer, Itoh, Uni and Yamada regard the crisis as a rupture between the modified Taylorism of the 1960s and the contemporary pattern of post-Taylorist flexibility. This raises the key issue of the status of crisis in regulationist accounts.

Two preliminary points need to be established concerning the treatment of crisis in regulation theory, one theoretical, the other historical. First, Jessop (1992b: 60) maintains that the label post-Fordism is a logical misnomer unless it is applied to a situation in which Fordism once existed: 'Serious analysis of post-Fordism must go beyond noting that it occurs after Fordism and show how it relates to specific developmental tendencies and crises of Fordism'. Second, Lipietz (1992b: 19) observes that the breakdown of Fordism was realized through a 'double crisis', the coincidence of a supply-side *internal* crisis of Fordism (arising from the contradictions of the labour process), and a demand-side *external* crisis (arising from the failure of the international mode of regulation). On both these readings, the Japanese case is problematic. In theoretical terms, *Toyotism* can only be conferred with post-Fordist status if it can be shown to have followed (and resolved the crises of) hybrid Fordism:

Once again the Japanese model poses problems here: if the post-Fordist future was pioneered by Japan and if Japan lacked a Fordist past, what does the concept of post-Fordism signify when applied to Japan? (Jessop, 1992b: 353).

On Jessop's reading, the approaches of Kenney and Florida, Coriat and Tohyama all violate the theoretical foundations of the regulationist approach,

denying as they do that Japan's high-growth period was Fordist. Contrarily, the Japanese experience can be used to raise questions about Jessop's conception of post-Fordism, which effectively requires that crises are resolved *in situ*. While some crises are undoubtedly resolved in such a way, spatial restructuring (particularly the geographic switching of production and local regulatory experimentation) also represent responses to - and maybe putative resolutions to - the crises of Fordism (Webber, 1982; Harvey, 1989; Peck and Tickell, 1994). This suggests that the regulationist treatment of crisis - particularly in terms of its geographical constitution - needs to be refined.

In some measure, the Japanese model is also inconsistent with Lipietz's historical account of the collapse of Fordism. Although the majority of regulationist and non-regulationist economists agree that the early 1970s crisis altered Japan's development path, and that external shocks played a major part in this, the flaw in the 'strong transition' reading of Boyer, Yamada, Itoh and Uni lies in their inadequate documentation of the internal factors behind the crisis. Though some evidence is presented (for example, on rising worker opposition to Taylorism and on the slowdown in productivity growth), the argument that Japan's hybrid Fordism was partly brought down by its internal contradictions is at present not as convincing as the parallel arguments advanced for the Atlantic Fordist countries. In comparison, the degree of economic and political dislocation in Japan - even in the depths of the early 1970s crisis - was not nearly so marked. Japan's rapid recovery from the crisis, moreover, also revealed a macro-economic and social-regulatory structure which was substantially intact (Tohyama, 1990b; Coriat, 1992).<sup>2</sup> For the 'strong transition' thesis to be substantiated, further evidence of significant accumulation system-MSR realignments is required.

Lipietz's (1992a: 322) assertion that Japan has demonstrated that the 'supply-side [or internal] crisis of Fordism could be solved through the negotiated involvement of workers' must be seen, as a result, as something of a provisional one. Japan *may indeed* have illuminated an alternative after-Fordist path, but it seems to have stumbled onto this path not having experienced a fully-fledged Fordist crisis of its own. This brings us to our third issue, that of partial readings of the Japanese experience. Here, Jessop (1992a: 16) tentatively raises the possibility that

those economies which have grown most rapidly during the global crisis of Fordism and which have become models for those in crisis are especially advanced in developing Schumpeterian workfare

---

<sup>2</sup> Although Leyshon (1994) presents a persuasive argument concerning ruptures in financial regulation in 1970s and 1980s Japan.

state regimes. Among the most prominent examples might be Japan, Germany, South Korea, Taiwan, Brazil, the Third Italy, and some of the most successful regions in otherwise crisis-prone economies. Even if it would be wrong to categorize all these national and/or regional economies as literally post-Fordist (because they were never truly Fordist), their increasing role as exemplars of alternative (and apparently successful) trajectories for Fordist regimes in crisis does mean that they have a paradigmatic post-Fordist status.

Given that few of the post-Fordist 'exemplars' were ever Fordist - Baden-Württemberg and the Third Italy both have origins in pre-Fordist craft traditions, while the definition of Japan's high-growth phase remains somewhat ambiguous - questions must be raised about Jessop's theoretical requirement that a post-Fordist present presupposes a Fordist past. In general terms, further elaboration of the place of uneven development within regulation theory is needed (Peck and Tickell, 1993), while more specifically, the particular status of the Japanese case in regulation theory remains less than clear.

While identifying, alongside (neo)Taylorism and *Kalmarism*, *Toyotism* as one of his three post-Fordist alternatives with respect to labour relations, Lipietz (1992a: 331; 1992b: 191) appears also reluctant to take the Japanese model *in toto* on board - either theoretically or politically. On this partial reading, Japanese labour practices are proposed as a potential resolution to the contradictions of Taylorism, while regressive elements of the Japanese model, such as societal segmentation and environmental degradation, are eschewed.<sup>3</sup> Such a selective appropriation of the progressive elements of the Japanese model may have a role to play in the construction of a post-Fordist political programme - Lipietz's central goal - but it is of limited value in developing a comprehensive regulationist theorization of Japanese capitalism. As Yamada (1991) has emphasized, such a task involves understanding how the progressive and regressive aspects of the model are intertwined. Following this logic, there are of course no guarantees that the positive aspects, such as negotiated worker involvement, can be transplanted from the Japanese model into other social-regulatory settings without either mutating in some way or breaking down altogether. Japan seems set to remain a post-Fordist exemplar, though it remains to be seen whether it will prove to be a *transferable* exemplar.

---

<sup>3</sup> For Lipietz (1992a: 320-323, Figure 15.1), Japan's model represents the most flexible but least progressive of the three post-Fordist possibilities. Japan's firm-level negotiated involvement is contrasted, rather unfavourably, with Germany's sectoral-level and Sweden's societal-level negotiation. The Japanese model, combining as it does negotiated involvement with societal segmentation, is seen to be inferior to the German and Swedish models, but superior to the liberal-productivism of both the UK and the US.

While the Japanese model continues to play an important role in post-Fordist discourse, its status within regulation theory is ambiguous, partly because it continues to defy many of the theory's established conceptions of crisis and periodisation. The different elements of Japan's macro-economic and political model seem all too often to fit together in different ways to the regulationist rendering of Fordism and its crisis. Given that this crisis remains essentially unresolved (Altwater, 1992; Leborgne and Lipietz, 1992; Peck and Tickell, 1994), it is important that hasty or partial readings of the Japanese experience are not used to justify a foreclosure of post-Fordist debates (see Yamada, 1991). While as a rule regulationists tend to be rather cautious about indulging in post-Fordist speculation, analysts of the Japanese economy - whatever their interpretation of the after-Fordist 'transition' - continue in some ways to foster the impression that the future has arrived, and it has arrived in Japan. In the light of the country's present political-economic difficulties and the continuing uncertainty about its future geopolitical role (Miyazaki, 1992; Leyshon, 1994), such positions may need to be revised. Even for Japan, talk of successful after-Fordist transitions, or of durable non-Fordist regimes, seems rather premature.

### **References**

- Aglietta M, 1982, "World capitalism in the eighties" *New Left Review* 136: 5-41
- Aoki M, 1988, *Information, incentives, and bargaining in the Japanese economy* (Cambridge University Press, Cambridge)
- Altwater E, 1992, "Fordist and post-Fordist international division of labor and monetary regimes", in *Pathways to industrialization and regional development* Eds M Storper, A J Scott (Routledge, London) pp 21-45
- Best M H, 1990 *The new competition: institutions of industrial restructuring* (Polity Press, Cambridge)
- Bowonder B Miyake T, 1992, "A model of corporate innovation management: some recent high tech innovations in Japan" *R&D Management* 22: 319-335
- Boyer R, 1990a, *Nyuumon régulation* [An introduction to regulation theory] (Fujiwara-Shoten, Tokyo)
- Boyer R, 1990b, *The regulation school: a critical introduction* (Columbia University Press, New York)
- Coriat B, 1992 *Gyakuten no shikou: nihon kigyo no rodo to soshiki* [Turning thinking on its head: work and organization in Japanese firms] (Fujiwara-shoten, Tokyo)
- Curry J, 1993, "The flexibility fetish: a review essay on flexible specialization" *Capital and Class* 50: 99-126

- Davis M, 1978, "'Fordism' in crisis': a review of Michel Aglietta's *Régulation et crisis: l'expérience des Etats-Unis*" *New Left Review* 112: 207-269
- de Vroey M, 1984, "A regulation approach interpretation of the contemporary crisis" *Capital and Class* 23: 454-456
- Dohse K, Jurgens U, Malsch T, 1985, "From 'Fordism' to 'Toyotism'? The social organization of the labor process in the Japanese automobile industry" *Politics And Society* 14: 115-146
- Dore R, 1987, *Flexible rigidities: industrial policy and structural adjustment in the Japanese economy, 1970-1980* (Athlone Press, London)
- Friedman D, 1988, *The misunderstood miracle: industrial development and political change in Japan* (Cornell University Press, Cambridge, MA)
- Glyn A, Hughes A, Lipietz A, Singh A, 1991, "The rise and fall of the golden age", in *The golden age of capitalism* Eds S Marglin, J B Schor (Clarendon Press, Oxford) pp. 39-125
- Harvey D, 1989, *The condition of post-modernity: an enquiry into the origins of cultural change* (Blackwell, Oxford)
- Hirata H S, Ed, 1993, *Sobre o 'modelo' Japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho* (Edusp, São Paulo)
- Imai K, 1989, "Kigyo group" [Corporate groups], in *Nihon no kigyo* [Japanese firms] Eds K Imai, R Komiya (Tokyo Daigaku Syuppan-kai, Tokyo) pp 131-161
- Itoh M, 1992a, "Post-Fordism to nihon shihon shugi" [Post-Fordism and Japanese capitalism], in *Nihon gata kigyo shakai no kozo* [The structure of Japan's corporate-oriented society] Kiso keizai kagaku kenkyusho [Institute of Basic Economic Research] (Rodo junpo-sha, Tokyo) pp 96-140
- Itoh M, 1992b, "The Japanese model of post-Fordism", in *Pathways to industrialization and regional development* Eds M Storper, A J Scott (Routledge, London) pp 116- 134
- Jessop B, 1992a, "Changing forms and functions of the state in an era of globalization and regionalization" Paper presented to EAPE conference, Paris, November 1992
- Jessop B, 1992b, "Fordism and post-Fordism: a critical reformulation", in *Pathways to industrialization and regional development* Eds M Storper, A J Scott (Routledge, London) pp 46-69
- Kato T, Steven R, 1991 "Is Japanese capitalism post-Fordist?" *Papers of the Japanese Studies Centre* 16 (Japanese Studies Centre, Monash University, Melbourne)
- Kenney M, Florida R, 1988, "Beyond mass production: production and the labor process in Japan" *Politics and Society* 16: 121-158
- Kenney M, Florida R, 1989, "Japan's role in a post-Fordist age" *Futures* 21: 136-151

- Koshiro K, 1990, "Japan, a case study", in *The re-emergence of small enterprises: industrial restructuring in industrialized countries* Eds W Sengenberger, G W Loveman, M J Piore (International Labour Organization, Geneva)
- Kumazawa M, 1989, *Nihon-teki keiei no mei-an* [Positive and negative aspects of Japanese management] (Chikuma-shobo, Tokyo)
- Leborgne D, Lipietz A, 1992, "Conceptual fallacies and open questions on post-Fordism", in *Pathways to industrialization and regional development* Eds M Storper, A J Scott (Routledge, London) pp 332-348
- Leyshon A, 1994, "Under pressure: finance, geoeconomic competition and the rise and fall of Japan's post-war growth economy", in *Money, power and space* Eds S Corbridge, R Martin, N J Thrift (Blackwell, Oxford) forthcoming
- Lipietz A, 1987, *Mirages and miracles: the crises of global Fordism* (Verso, London)
- Lipietz A, 1992a "The regulation approach and capitalist crisis: an alternative compromise for the 1990s", in *Cities and regions in the new Europe: the global-local interplay and spatial development strategies* Eds M Dunford, G Kafkalas (Belhaven Press, London) pp 309-334
- Lipietz A, 1992b, *Towards a new economic order: postfordism, ecology and democracy* (Polity, Cambridge)
- Lipietz A, 1992c, "Toyotism nihon wo meguru kokusai ronso to post-Fordism" [Post-Fordism and the international debate around Toyotist Japan] *Kansai University Keizai Ronshu* 42-1: 99-115
- Maruyama K, 1989, *Nihon-teki keiei: sono kozo to behaviour* [Japanese management: its structure and behaviour] (Nihon Hyoron-sya, Tokyo)
- Maruyama K, 1993a, "Nihon-teki seisan system ha post-Fordism ka (ge)" [Is the Japanese production system post-Fordist? (Part 2)] *Keizai Hyoron* 93-2: 44-56
- Maruyama K, 1993b, "Nihon-gata kigyou shakai to nihon-teki seisan system" [Japan's corporate-oriented society and the Japanese production system] *Keizai Hyoron* 93-3: 122-139
- Miyazaki G, 1992, *Fukugo fukyo* [A conjunctural recession] (Chuo-koron-sya, Tokyo)
- Murakami Y, 1987, "The Japanese model of political economy", in *The political economy of Japan: volume I - the domestic transformation* Eds K Yamamura, Y Yasuba (Stanford University Press, Stanford) pp 33-91
- Murray R, 1989, "Fordism and post-Fordism" in *New Times* Eds S Hall, M Jacques (Lawrence and Wishart, London) pp 38-53
- Nakamura T, 1985, *Economic development of modern Japan* (Japanese Ministry of Foreign Affairs, Tokyo)

- Nakase T, 1979, "The introduction of scientific management in Japan", in *International conference on business history: volume I - labor and management* Ed K Nakagawa (Tokyo)
- Nohara H Fujita E, 1989, *Jidosha sangyo to rodosha* [Workers in the car industry] (Horitsu Bunka-sha, Tokyo)
- Nomura M, 1992, "Nihon kigyō to Taylor shugi" [Japanese firms and Taylorism], in *After-Fordism to nihon* [After-Fordism and Japan] Eds M Iida, T Yamada (Ochanomizu-shobo, Tokyo) pp 15-28
- Ogawa E, 1983, "Nihon kigyō no seisan system" [The Japanese production system] *Business Review* 30-3/4: 102-119
- Okishio N, 1992, "Keiki junkan wo meguru futatsu no michi" [Two ways to cope with economic fluctuation], *Keizai* 339: 8-11
- Oliver N, Wilkinson B, 1988 *The Japanisation of British industry* (Blackwell, Oxford)
- Peck J A, Tickell A, 1993, "The social regulation of uneven development: "regulatory deficit", England's South East and the collapse of Thatcherism" *mimeo* (School of Geography, University of Leeds)
- Peck J A, Tickell A. 1994, "Searching for a new institutional fix: the after-Fordist crisis and global-local disorder", in *Post-Fordism: a reader* Ed A Amin (Blackwell, Oxford) forthcoming
- Piore M J, Sabel C, 1984, *The second industrial divide: possibilities for prosperity* (Basic Books, New York)
- Sayer A, Walker R, 1992, *The new social economy: reworking the division of labor* (Blackwell, Cambridge, MA)
- Schonberger R J, 1982, *Japanese manufacturing techniques* (Free Press, London)
- Shinoda T, 1989, "Fordism no kiki to nihon-gata seisan taisei" [The crisis of Fordism and the Japanese production system] 5-1: 91-125
- Shinoda T, 1992 "After-Fordism no paradigm tenkan" [The paradigm shift in after-Fordism] *Ritsumeikan Sangyo Shakai Ronsyu* 28-2: 111 - 186
- Tohyama H, 1990a, "Kodo keizai seicho-ki ni okeru chin rodo keitai" [Wage labour relations in the period of rapid economic growth] *Keizai-gaku Zasshi* 91-1: 70-89
- Tohyama H, 1990b, "Nihon ni okeru kodo seicho to kiki" [Rapid economic growth and the crisis in Japan] *Keizai Hyoron* 39-4: 62-74
- Tohyama H, 1991, "Nihon shihon shugi no choki-teki kouzou to hen-yo" [Long-term change and the structure of Japanese capitalism] *Keizai Seminar* 433: 33-39
- Tickell A, Peck J A, 1992, Accumulation, regulation and the geographies of post-Fordism: missing links in regulationist research" *Progress in Human Geography* 16: 190-218

- Uni H, 1991, "Sengo nihon shihon shugi to Fordism" [Post-War Japanese capitalism and Fordism] *Keizai Hyoron* 40-11: 33-48
- Uni H, 1992, "Sengo nihon no chikuseki taisei" [The accumulation system in post-War Japan] *Keizaigaku Zasshi* 92-5/6: 43-59
- Webber M, 1982, "Agglomeration and the regional question" *Antipode* 14: 1-11
- Yamada T, 1991, *Régulation approach* [in Japanese] (Fujiwara-shoten, Tokyo)
- Yamada T, 1993, *Régulation riron* [The theory of regulation] (Kodan-sha, Tokyo)

Table 1; The 'weak transition' thesis

|                            | <b>High-growth phase<br/>1955-1973</b>  | <b>Crisis<br/>1973-1975</b>   | <b>Stable growth phase<br/>1975-</b>  |
|----------------------------|---|---|---|
| <i>Characterization</i>    | Nascent<br><i>Toyotism</i>  | Conjunctural  | Toyotism/Ohnoism  |
| <i>Interpretation</i>      | Distinctive, non-Fordist growth pattern   | Period of non-structural adjustment; following external shocks (no internal contradictions) | Maturation of distinctive Japanese development model  |
| <i>Accumulation system</i> | Non-Fordist, but intensive  |   | <i>Toyotist</i>   |
| *production system         | High rate of investment in capital equipment; domestic orientation                        | Restructuring and rapid recovery  | Flexible production, combining scope and scale economies; underpinned by labour market dualism and managerial dominance |
| *macro-economic structure  | Profit-driven-rather than wages driven; Department I oriented; less developed mass market | Basic integrity of macro-economic circuit retained  | Shift to export-oriented macro-economic structure; stronger Department II orientation                                   |
| *labour process            | Early <i>Ohnoism</i> ; non-Taylorist; involving multiskilling                             | Restructuring; enhanced flexibility   | <i>Ohnoism</i> ; implicit rules of managerial dominance; ostracism  |

| <i>Mode o social regulation</i> | Firm-level regulation; non-competitive and non-monopolistic   |   | Firm-level or micro-scale regulation                                   |
|---------------------------------|---|---|--|
| *wage form                      | Non-Fordist; indirect indexation of productivity and wages; tight labour markets                                | Flexibility in wages and employment facilitated rapid adjustment    | Individual incentive-oriented involvement; loosening of labour markets |
| *market structure               | Distinctive inter-firm, contractor-supplier and manufacturing-finance relations within industrial groups        | Emerging 'functional flexibility'                                   | 'Functional flexibility'   |
| * state form                    | State support for Department I-oriented growth-pattern; strong industrial policy; under-developed welfare state | Support provided by state adjustment programmes                     | Intermediating functions located at firm rather than state level       |
| *monetary form                  | Secure 'main bank' finance system; key regulatory role of Bank of Japan   | Security of 'main bank' financing limits crisis and aids adjustment | Continuation of 'main bank' funding                                    |

Sources: derived from Coriat (1992) and Tohyama (1990a, 1990b, 1991)

Table 2: The 'strong transition' thesis

|                            | <b>High-growth phase<br/>1955-1973</b>  | <b>Crisis<br/>1973-1975</b>                                | <b>Stable growth phase<br/>1975-</b>   |
|----------------------------|---|--|--|
| <i>Characterization</i>    | Hybrid fordism  | Structural   | <i>Toyotism</i>  |
| <i>Interpretation</i>      | Fordist-oriented, though more efficient production and less equitable income distribution | Combination of external shocks and internal contradictions | Establishment of new after-Fordist regime of accumulation based on principles of flexibility |
| <i>Accumulation system</i> | Intensive   |  | Flexible-intensive   |

---

ARTIGO

---

LES ANNALES / 1988 - "UN TOURNANT CRITIQUE"

**José Carlos Reis**

Departamento de História - UFOP

A partir de 1988, les Annales entameront une révision de leur projet depuis les fondateurs. Dans l'éditorial du numéro 2, de mars/avril, ils chercheront à comprendre le nouveau moment qu'ils traversent. Ce qu'ils prétendent faire, plus qu'un "bilan" ou un examen de conscience, c'est définir les termes d'un "tournant critique". Or, un "tournant", c'est la transition d'un moment à l'autre, d'une position à une autre. Dans ce mouvement, ils réévaluèrent ce qui a soutenu tout leur projet, dès le début: l'alliance avec les sciences sociales. Cette rencontre de l'histoire avec les sciences sociales, depuis 60 ans, sous les formes les plus diverses, avec des résultats originaux, amena une transformation profonde du paysage historiographique. Cette "interdisciplinarité" constitua le coeur même de la "Nouvelle Histoire". Au début, ce fut l'Economie, la Géographie, la Sociologie et la Démographie, ensuite, l'Anthropologie, la Psychanalyse, la Linguistique et autres, et toutes ces alliances amenèrent des résultats significatifs à l'histoire. En 1988, les Annales semblent ne plus faire confiance en leurs "collègues" et parlent d'une "crise des sciences sociales". "Crise" non vécue par l'histoire qui connaît un moment de vitalité: multiplication des objets de recherche, spécialisations chaque fois plus sophistiquées, une production abondante. Il est vrai que c'est une "vitalité critique", problématique, car anarchique, dispersive, désordonnée. Mais, la période d'incertitude est celle des sciences sociales qui ne possèdent plus de grands systèmes d'interprétation de la société comme le marxisme, le structuralisme, le fonctionnalisme, tous en crise. Face à cette "crise" des sciences sociales, que pourra faire l'histoire? Quelles nouvelles alliances? L'éditorial qui annonce ce "tournant critique" que l'histoire se doit de réaliser, propose un débat autour de deux questions principales:

1. repenser les "nouvelles méthodes": quelle doit être l'échelle d'analyse, la dimension de l'objet de recherche? Comment doit-être écrite l'histoire? Les questions traditionnelles sont posées: comment articuler individu et société, local et global, particulier et général? Et l'écrit de l'histoire: il fut narratif, il fut chiffré et sériel, comment le rendre démonstratif?;

2. repenser les "nouvelles alliances": sans écarter les alliances existantes, en construire de nouvelles dans les marges de l'histoire, dans ses disciplines les plus sectorielles: histoire de l'art, de la science... Et savoir comment les autres sciences sociales usent de l'histoire.

Ce qui amène les Annales à repenser leurs relations avec les sciences sociales, ce fut le résultat de l'entrée de l'interdisciplinarité dans la pratique des historiens. L'histoire arrive à une fragmentation, la production de "miettes" de connaissance sur des "objets-miette". Cette "vitalité anarchique" serait le fruit d'une imprécision des termes des relations entre histoire et sciences sociales. Ce qui est recherché à ce moment-là, c'est la redéfinition et la précision de ces termes. C'est en cela que consisterait le "tournant critique" de la "nouvelle nouvelle histoire". Au début, l'interdisciplinarité "signifia le droit et le devoir des historiens de traverser les limites disciplinaires et de profiter des offres des sciences sociales". Ce projet enrichit énormément l'histoire mais menace, aujourd'hui, son identité. Bloch et Febvre proposèrent une "ouverture" du travail intellectuel à travers un emprunt aux sciences sociales, ce qui fut fait, de manière sauvage. Le territoire de l'historien s'élargit, des espaces inédits surgirent, la spécialisation au sein de l'histoire elle-même entraîna le contraire de ce qui était recherché au début: on souhaitait le travail collectif, mais par le rapprochement avec les sciences sociales, l'on obtint, en réalité, une fragmentation de l'histoire en d'innombrables territoires particuliers, avec leurs murs respectifs. Si auparavant le dialogue était difficile entre les historiens et les scientifiques sociaux, maintenant c'est entre historiens qu'il pose problème. Ce qui a lieu, ce sont des expériences individuelles qui se multiplient, isolées, une accumulation d'études qui ne se complètent pas et ne sont pas comparables entre elles. Sur le plan général, l'interdisciplinarité reste l'orientation centrale; "décloisonner les savoirs" reste au coeur du projet des Annales; mais comment l'histoire doit-elle être pratiquée sans perdre son identité, voilà ce qu'il est nécessaire de définir. L'interdisciplinarité est une unité d'une multiplicité, c'est un regard commun et multiple. Si avant le côté "commun" était plus accentué, maintenant, c'est le cas de la spécificité de chaque regard, sans perdre de vue l'horizon de convergence.

Néanmoins, si ce "tournant" n'avait été qu'une reprise des termes de l'interdisciplinarité, il y aurait déjà un changement significatif car il toucherait au coeur du projet des Annales. Mais il semble avoir une portée beaucoup plus profonde. La révision a atteint le propre concept de "temps" de la "nouvelle histoire". L'éditorial du numéro 6, de 1989, est explicite à ce sujet:

"Contre le temps linéaire des chroniques et de l'histoire positiviste, les historiens des Annales, les premiers, ont souligné la complexité du temps social et privilégié la longue durée. Aujourd'hui,

l'attention portée à l'événement et la résurgence d'un certain historicisme signalent que l'intuition initiale est en passe d'épuiser ses effets. La métaphore de l'étagement des plans de l'histoire et le souci particulier des phénomènes de plus longue durée portent en eux le risque d'oublier les processus par lesquels le nouveau advient."(Les Annales(1989), editorial, n°6)

Si le "tournant" n'était qu'un "réarrangement" de l'interdisciplinarité, l'histoire nouvelle serait toujours sous le "point de vue" des sciences sociales qui l'a définie en tant que nouvelle. Mais, si le propre concept de "temps" fut altéré, l'histoire nouvelle semble abandonner partiellement ce "point de vue", ce qui l'aurait transformée en quelque chose de différent de ce qu'elle fut. Sous l'influence des sciences sociales, l'histoire traitait les sociétés passées comme des "choses": elle les abordait sous leur aspect "naturel", répétitif, quantifiable, en produisant des cadres, des graphiques, des descriptions numériques. Elle réalisa des "sociographies", des descriptions quantitatives dont, aujourd'hui, elle perçoit les limites. La "Nouvelle Histoire" s'éloigne des grands systèmes explicatifs des sciences sociales, le structuralisme, le fonctionnalisme, et veut produire des analyses des "stratégies", des "négociations", des "coups de jeu dans le jeu social" qui impliquent une mémoire, un apprentissage, des incertitudes, qui impliquent une "action", une "intention", un "événement", un "sujet". Si la société n'est plus conçue comme "chose", elle ne pourra être conçue que comme "conscience". Une multiplicité des consciences en interaction, une pluralité de sujets producteurs de "joutes", d'"événements", qui ne pourront être connus que par la "narration". Les fantasmes de la "Nouvelle histoire" qui furent militairement bannis, reviennent: le sujet, l'événement, la narration, les nations et l'histoire politique, la biographie. Le "temps-bref" aurait-il repris la citadelle de l'histoire? Si c'était le cas, sous quels nouveaux termes serait-il repris? Ces fantasmes de la "nouvelle histoire" furent exclus beaucoup plus par une lutte vigoureuse et passionnée que par la sobriété du concept. Résultat: ils sont de retour! La "nouvelle histoire" devra les affronter théoriquement faute de quoi elle perdra une grande partie de son hégémonie, car il y aura des espaces de recherche historique qu'elle ne pourra contrôler. Elle s'efforce de réévaluer ses positions antérieures mais cela présente des difficultés. Le moment semble être arrivé où le vieux, l'ancien, ce qui dure déjà depuis longtemps n'a pas les moyens de se rénover. Il existe des limites à sa capacité de rénovation et la solution est l'apparition d'un "nouveau concret": des nouveaux problèmes, de nouvelles approches, de nouveaux objets, de nouveaux noms, de nouvelles institutions. La déjà "ancienne nouvelle histoire" saura-t-elle se rénover? A en juger par la lucidité des termes dans lesquels est posé le "tournant critique", il semble que oui. Cependant, souvent, l'ancien est lucide mais n'a pas les conditions pratiques, physiques, la vitalité pour réaliser le projet qu'il perçoit très bien. Les Annales sont toujours lucides - ils perçoivent leur richesse passée et leurs limites actuelles - reste à savoir si ils sauront transformer cette lucidité en "exemple et fait". Pour P. Burke,

bien que l'EHESS subsiste comme une présence vigoureuse identifiée à la tradition des Annales, "it may not be too much to say that the movement is effectively over. On one side, we find members of the Annales group rediscovering politics and also the event. On the other, we see many outsiders inspired by the movement... that terms like "school" and even "paradigm" are losing their meaning. The movement is dissolving, in part as a result of its success." (Burke (1990) :107)

Mais cette opinion ne fait pas l'unanimité. R. Chartier, dans son article "Le monde comme représentation", publié dans le numéro déjà cité de la revue de 1989, fait l'évaluation du "tournant critique" que connut la nouvelle histoire et se pose à l'encontre des termes de l'éditorial de 1988. (Chartier(1989) Pour lui, les changements de l'histoire, les dernières années, ne sont pas le produit d'une "crise" des sciences sociales, ce qu'il faudrait démontrer, ou un quelconque changement de paradigme. Dans son évaluation, ces changements sont liés à une distanciation des principes d'intelligibilité qui commandaient la "nouvelle histoire" dès son origine: on renouça à la description de la totalité sociale, à l'histoire globale, au modèle braudelien qui devint intimidant; on renouça au caractère obligatoire du découpage territorial pour la recherche, d'origine vidalienne; on renouça à la primauté de la coupe sociale pour rendre compte du culturel, en passant d'une histoire sociale de la culture à une histoire culturelle du social.

"...ces trois déplacements, libérateurs par rapport à la tradition instituée, mais aussi producteurs d'incertitude en ce qu'ils ne constituent pas par eux-mêmes un système unifié de compréhension..." (Chartier(1989): 1509)

R. Chartier ne croit pas au retour d'une "philosophie de la conscience", mentionné par l'éditorial de 1988, qui obligerait à une "adhésion critique" au "point de vue" des sciences sociales. Dans cette perspective, la "crise" des sciences sociales aurait amené à l'histoire la possibilité de la réapparition d'une "philosophie de la conscience" qui récuse les déterminismes sociaux et les conditionnements collectifs et rétablit l'efficacité historique de l'action intentionnelle de sujets interagissant dans des situations données. Ici, la dimension politique récupère sa position centrale et la "nouvelle histoire" devra se rapprocher de la Science Politique et du Droit. Dans ce sens, le paradigme des sciences sociales serait devenu, sinon désuet, "suspect", et l'histoire ne devrait pas se fier aussi aveuglément à leurs principes. Les sciences sociales seraient en crise à cause de cette apparition d'une "philosophie de la conscience" qui obligerait l'histoire à "mettre entre parenthèses" ses relations avec les sciences sociales et, peut-être, prendre une nouvelle direction. P. Ricoeur, dans son ouvrage "Soi-même comme un Autre" chercha à définir les contours de cette "philosophie de la conscience" résurgente. (Ricoeur(1990) Cette philosophie ramène une "théorie de l'action". Le discours anglo-saxon, d'après Ricoeur, donne

de l'importance à la "description", où l'action n'a pas d'agent. La "description" occulte le "qui" et développe le "que" et le "pourquoi". C'est une réduction des sciences sociales au modèle de la Physique. Les événements "ont lieu" dans un réseau de significations enchaînées. On recherche une "cause" et non un "motif", qui présupposerait cette "cause". Dans le discours "narratif" qui resurgit, apparaît la résistance du "qui" à ce temps neutralisé de la description. Dans la narration, les événements sont produits, sont provoqués. On rachète une intentionnalité, un motif, un agent. Les événements sont attribués à "quelqu'un" - les actes visibles appartiennent à "quelqu'un". Si la description traverse l'agent à la recherche des "causes" plus profondes de l'action, la narration suspend la recherche de la cause de l'action dans les motifs d'un sujet identifié. L'"initiative" d'un agent est à l'origine de l'événement. Cet agent ne serait pas un "moi", qui est une réduction du "soi" à l'ego, ce qui provoquerait un retour à un discours intuitif, sentimental, narcissique. L'agent est un "soi" qui possède une identité, dans le double sens du concept: mêmeté et ipséité. En tant que "même", le "soi" est un invariant temporel, c'est ce qui persiste à travers le temps, c'est une identité numérique, car il n'y a pas deux "soi", il n'y en a qu'un, qui continue, qui ne s'interrompt pas; en tant qu'ipséité, l'agent est une identité qualitative, relative, variant dans le temps: hier j'étais, aujourd'hui je ne suis pas. Le discours narratif combine ces identités, des plus simples aux plus complexes.

Le dilemme de la "nouvelle histoire" peut peut-être se définir maintenant dans les termes suivants: ou elle se maintient sous l'influence des sciences sociales malgré leur "crise", ou elle passe sous l'aire d'influence de cette "philosophie de la conscience" renaissante, ou elle combine les deux possibilités. De toute manière, quel que soit le dédoublement qui se vérifiera, la situation est délicate pour les Annales. La "nouvelle histoire" surgit de l'alliance avec les sciences sociales et de l'exclusion de la Philosophie. Auparavant, l'histoire se nourrissait théoriquement de la philosophie; la "nouvelle histoire" signifia la séparation entre l'histoire et la philosophie, bruyamment et agressivement, comme si elle avait été "trahie" et qu'elle allait se nourrir théoriquement et techniquement des sciences sociales. Actuellement, si on parle de ce retour à une "philosophie de la conscience", ne serait-ce pas une "trahison" de l'histoire vis-à-vis des sciences sociales, si elle en vient à s'intéresser aux questions et aux objets de la Philosophie? L'étrangeté de la situation est là: la "nouvelle histoire" devrait dialoguer avec celle-là qu'elle récusait avec la plus "absolue raison" et devrait douter de celle-là avec laquelle elle s'était alliée avec la plus "absolue raison". D'autre part, on peut comprendre cette situation d'une autre manière: peut-être sont-ce les sciences sociales qui auraient découvert les limites de leurs principes déterministes et auraient retrouvé le "sujet"; peut-être sont-ce elles qui vivent un "tournant critique" qui attira l'histoire en pleine "crise", car elle ne reconnaissait plus en elles la "collègue" avec laquelle elle s'était alliée

avec tant de sécurité. Dans cette perspective, au lieu que l'histoire se soit ouverte à une "philosophie de la conscience" qui l'éloignerait du paradigme des sciences sociales en "crise", ce sont les sciences sociales qui se seraient ouvertes à une "philosophie de la conscience" et auraient mis l'histoire en "crise". Cependant, l'horizon de la connaissance sociale n'est pas clair en ce moment et il faudra un certain temps pour que l'on perçoive mieux ses dédoublements. Mais une question peut déjà être posée: la "nouvelle histoire" accepterait-elle de dialoguer avec la Philosophie? Malgré tout, Febvre ne rejetait pas cette possibilité:

"Deux esprits, c'est entendu: le philosophe et l'historique. Deux esprits irréductibles. Mais il ne s'agit pas, précisément, de les réduire l'un à l'autre. Il s'agit de faire en sorte que, demeurant l'un et l'autre sur leurs positions, ils n'ignorent pas le voisin au point de lui demeurer sinon hostile, en tout cas étranger." (Febvre(1965): 279)

R. Chartier, lors d'une intervention dans un Séminaire organisé par le Centre Georges Pompidou, aborda le thème des relations entre histoire et philosophie. (Chartier(1987):115/35) Il l'aborda, il le confesse, avec "peur", car il craignait de ressusciter les fantasmes de la philosophie de l'histoire. Il reprit la position de Febvre: histoire et philosophie sont deux univers du savoir, très étrangers l'un à l'autre. L'épistémologie philosophique n'intéresse pas les historiens car elle n'a pas de pertinence opératoire. Les historiens ne se reconnaissent pas dans les réflexions philosophiques sur l'histoire et cherchent à produire eux-mêmes la réflexion théorique nécessaire à leur pratique. Pour les historiens, la philosophie aurait deux faces: l'histoire de la philosophie et la philosophie de l'histoire. La philosophie de l'histoire et ses concepts - liberté, nécessité, totalité, finalité, sens, continuité, conscience - représente tout ce que récusent les Annales. De son côté, l'histoire de la philosophie, produite par les philosophes est le type d'histoire rejeté par les historiens: elle est désincarnée, repliée sur elle-même, vouée au jeu des idées pures, sans contexte social et économique et politique. Elle est loin de l'histoire produite par les historiens. Il lui semble que l'histoire de la philosophie est la Philosophie elle-même. Le regard de l'historien est différent: il veut établir la "réalité" philosophique de certaines doctrines, en partant des conditions réelles de production et de réception des discours soutenus par les philosophes dans tel ou tel mode de discours. Et Chartier confesse: ce fut Michel Foucault, un philosophe-historien qui montra tout ceci à la "nouvelle histoire"! Et, après avoir constaté ce dialogue fécond entre un philosophe et la "nouvelle histoire", Chartier demande: en quoi, finalement, historiens et philosophes pourraient-ils agir ensemble?! Comment la philosophie pourrait-elle participer au débat interdisciplinaire des sciences sociales? Chartier, oubliant son dialogue avec Foucault et Ricoeur, concède: un dialogue épistémologique est possible entre historiens et philosophes, mais à certaines conditions: la Philosophie devra abandonner son dédain pour

l'"empirique", identifié à l'historique, elle devra abandonner l'a priorisme, pour l'archive, la réalité économique-sociale et changer la manière de faire sa propre histoire.

Si le dialogue entre historiens et philosophes est considéré comme "difficile", il sera cependant nécessaire dans le cas où se confirme la réapparition d'une "philosophie de la conscience", qui exigerait des historiens une "théorie de l'action", de l'événement, des motifs et des sujets, qui ne pourrait être réalisée sans l'appui conceptuel des philosophes. Cette "philosophie de la conscience" peut être observée, comme je l'ai signalé précédemment, dans les "retours", dans les années '80, aux approches du sujet à travers la narration. Il y a une repolitisation de l'histoire. L'histoire des "représentations" cohabite avec l'histoire des "mentalités collectives". Il y a des recherches sur l'intimité privée des individus et des familles. Les Annales des années'90 seront obligées de revoir leurs positions les plus ostensiblement défendues, car dans les années '80, tout ce qu'elles réprimèrent durant les années '60, revint avec plus de force, quoique sous des formes différentes. J'analyserai brièvement ces "retours" afin de mieux voir ce qu'ils représentent pour les Annales. J'aborderai les retours de la "narration", de la "biographie" et de l'"événement". Dans le prochain chapitre, je ferai encore référence à ceux-ci et au retour de l'histoire politique.

La polémique sur le retour de la narration eut une répercussion considérable à partir de l'article de L. Stone "Retour au Récit ou Réflexions sur une nouvelle Vieille Histoire", où il défend la tradition narrative de l'histoire et en réponse à elle, en défense de l'"histoire scientifique" de E. Hobsbawm. (Stone(1979) e Hobsbawm (1983)) L. Stone argumente dans la direction suivante: pour lui, les Annales interrompirent, en abandonnant la forme narrative, une tradition de plus de vingt siècles. Elles avaient aboli la narration et l'avaient changée par une histoire structurelle quantitative. Cependant, constate-t-il, les plus récents historiens de la propre "école" des Annales, faisaient déjà une histoire narrative, à nouveau, sans l'avouer. Et il s'appuie sur ces mêmes nouvelles Annales pour développer sa défense de l'histoire narrative. En tant que narration, poursuit-il, l'histoire s'intéresse plus aux hommes et moins aux circonstances et leur approche est plus une approche du particulier et du spécifique et moins du collectif et du statistique. Il ne défend pas une narration simple, comme une chronique ou un rapport, mais une narration orientée par un principe, qui possède un thème et un argument. L'historien narrateur n'évite pas l'analyse, mais ne se limite pas à elle. Il s'intéresse à l'aspect formel du texte, à l'art de la littérature. Les "historiens scientifiques", depuis cinquante ans, ont la certitude de ce qu'il existe une réponse

sûre aux grandes questions de l'histoire. Ils croyaient avoir accès au "pourquoi", à la causalité historique. Et, de fait, reconnaît-il, la méthode structurelle, dans certaines mains talentueuses, donna des résultats exceptionnels: Braudel, Goubert, Le Roy Ladurie. Mais, le retour de la narration signifierait la perte des illusions sur une "explication scientifique" de l'histoire. On pense, maintenant, que la culture d'un groupe et même la volonté individuelle sont autant de causes de changement que les forces impersonnelles de la production matérielle et de la croissance démographique. On comprend que les idées, la culture et la volonté individuelle sont des variables indépendantes et qui minent le déterminisme économique et démographique.

"Les historiens de l'avenir, n'en doutons pas, critiqueront sévèrement les "nouveaux historiens" des années 1950/60 de n'avoir su tenir en compte suffisant du pouvoir, de l'organisation et de la décision politique." (Stone (1979) : 125)

En reconnaissant l'importance du pouvoir, des décisions politiques individuelles, les historiens devront revenir à la narration. Pour lui, les techniques quantitatives de l'histoire analytique et structurelle, lorsqu'elles sont sous contrôle, peuvent donner et donneront d'excellents résultats, mais, si elles sont excessives, qui pourra les contrôler? Les résultats sont banals et illisibles et ne résolvent pas les grands problèmes historiques. Le retour de la narration signifie la désillusion à propos du déterminisme économique et démographique, avec la quantification et l'introduction de nouvelles questions auxquelles l'histoire structurelle est incapable de répondre. Stone identifie à l'intérieur du groupe des Annales lui-même, avec rien moins que L. Febvre en première place, un courant qui considéra toujours les changements intellectuels, psychologiques et culturels comme des variables indépendantes. Mais il fut vaincu par l'orientation du groupe "scientifique", économique et social, dans le contenu, structural et quantitatif, dans la forme. Par l'alliance avec l'Anthropologie, la narration serait revenue au sein du propre groupe des Annales. De nouveaux intérêts s'imposèrent, abordables seulement par la narration: émotions, sentiments, comportements, valeurs, états d'esprit, désir sexuel, relations familiales et affectives, individus, idées, croyances, coutumes. Le retour du narratif est lié, également, à l'intérêt des nouveaux historiens de reprendre le contact avec le public cultivé non spécialisé, qui les avait abandonnés à cause de leurs textes chiffrés et ésotériques, produits pour la circulation interne. Les nouveaux historiens cherchent à traiter de thèmes qui intéressent ce grand public: la nature du pouvoir, de l'autorité, du charisme, le mariage, le concubinage, l'avortement, le travail, le loisir, la religion, la magie, l'amour, la peur, le désir, la haine, l'éducation, la vie quotidienne, les visions du monde...

Voilà comment Stone analyse et se situe favorablement par rapport au retour du narratif. Pour lui, en résumé, on perdit confiance en le modèle déterministe d'explication historique, on reconnut le pouvoir de réaliser des changements des cultures, des groupes, des individus, et pas seulement des forces impersonnelles économique-sociales; la dimension politique récupéra ses droits et seule la narration peut traiter de sujets, d'actions, de hasards. On ne veut plus répondre au "pourquoi" et on s'interroge sur l'efficacité de la quantification. E. Hobsbawm répond à cette "provocation" de Stone à la "Nouvelle Histoire" et à l'"histoire scientifique", en général, car elle n'est pas l'objectif exclusif des Annales. (Hobsbawm (1983)) Pour Hobsbawm, le retour du narratif dans certains courants des Annales ne signifierait pas que ces historiens auraient renoncé à la tentative de fournir une explication cohérente des changements du passé. Ils n'auraient pas cédé au principe d'indétermination et ne tomberaient pas dans l'irrationalisme. Ils prétendent encore réaliser une "science" de l'histoire, bien que le concept de "science" puisse prendre des acceptions particulières. Et contre-attaque à Stone : l'adhésion à l'indéterminisme, présent aujourd'hui en Angleterre, représente la croissance du néo-conservatisme anglais. En outre, continue Hobsbawm, ce narratif qui revient est entièrement différent du narratif qui fut exclu de l'histoire. La narration d'aujourd'hui s'occupe de la vie, des sentiments, des conduites, des pauvres et des inconnus et non des grands et des puissants; l'analyse est indispensable et cohabite avec la description narrative, passant de l'une à l'autre; on utilise des sources nouvelles - procès verbaux de tribunaux, procès criminels, et pas seulement des documents écrits officiels et politiques, diplomatiques et administratifs; c'est une narration sous l'influence du roman moderne, qui explore l'inconscient, est entrecoupé et complexe; la narration ne s'intéresse pas à une personne, un procès ou un événement pour eux-mêmes, mais pénètre, au travers d'eux, dans une culture, une société. Ainsi, conclut Hobsbawm, s'il est vrai que l'histoire narrative et biographique revient, il est aussi vrai qu'elle est "autre".

P. Ricoeur défend également un lien fondamental, inéluctable, quoique indirect, entre l'histoire et la narration. (Ricoeur(1983/85):1° vol.) Tout écrit historique est, pour lui, une "mise en récit". Toutes les formes d'histoire, même les plus structurelles, appartiennent au champ du narratif. La compréhension historique est construite dans le "récit", par ses agencements et ses compositions. Dans ce travail, il analyse le cercle herméneutique que constitue la "compréhension historique". Ce cercle comprend trois moments: la "préfiguration" - la circulation dans le monde social sans que personne ne se "perde", c'est-à-dire, la compréhension vécue des relations humaines; la "configuration" - la production par un auteur d'une narration qui cherche à "ravoir en imitant" ce vécu; et la "refiguration", au travers de laquelle le lecteur reconstruit son vécu par sa reconnaissance à travers un "récit". Dès lors, à travers la "refiguration", la

"configuration" retourne au vécu, à la "préfiguration", offrant à celle-ci un reflet de soi qui, en général, altère l'agissement des sujets dans leurs relations vécues. Pour Ricoeur, seule la narration - ce deuxième moment du cercle herméneutique, celui de la "configuration" qui, à la rigueur n'offre une compréhension du vécu qu'en relation à la détermination réciproque avec les moments 1 et 3 - tant sous sa forme de fiction qu'historique, serait capable, sinon d'appréhender le temps vécu, "de le faire apparaître" plus intégralement. Différemment du chemin direct de la théorie, la narration se lie au vécu "indirectement", au travers de l'imitation, de la représentation mimétique des actions humaines. La narration reproduit et fait apparaître le caractère essentiellement temporel de l'expérience humaine. Il y a une circulation entre temps et narration: le temps constitue (donne sens) à la narration; la narration constitue (appréhende en refigurant) le temps. Entre le temps cosmologique et le temps phénoménologique, la narration crée un tiers temps: le temps calendrier qui serait l'établissement de points "fixes" cosmologiques - les saisons, les jours et les nuits, les années et les mois - qui permettent l'unification de l'expérience "intime" du temps. La narration, pour mieux appréhender la temporalité, doit être un croisement entre fiction et histoire. L'advenu ne se laisse appréhender qu'en comparaison et en contraste avec l'imaginable et vice-versa. Ainsi, l'advenu - l'histoire - a en soi, impliqué, l'imaginable - la fiction - et celle-ci a pour interlocuteur celui-là. Dès lors, conclut Ricoeur, l'histoire en tant que connaissance de l'expérience vécue de la temporalité par les hommes est essentiellement narrative.

Ricoeur donnera raison, en même temps qu'il sera en désaccord, à la prétention de la "nouvelle histoire" de bannir de l'histoire la narrative événementielle par un discours scientifique. Il sera d'accord avec la "nouvelle histoire": il écarte la narrative naïve, la relation directe entre histoire et narration, qui éloigne la connaissance historique de toute dimension nomologique. Il sera en désaccord avec elle: l'histoire, la plus éloignée du narratif, continue à être liée à la compréhension narrative, par un lien de dérivation. Il récuse la négation de tout lien entre histoire et narration, tout comme une liaison directe entre elles. Il défend une "relation indirecte", par laquelle la connaissance historique réalise la compréhension narrative sans perdre son ambition "scientifique". Ainsi, l'historiographie serait plus qu'une narration mais, en dernière instance, narration quand même. Il serait dès lors nécessaire, d'après Ricoeur, d'admettre la spécificité de l'"explication historique" et préserver son appartenance au champ narratif. Pour lui, si l'histoire rompt avec sa dimension narrative, elle perdrait son caractère distinct parmi les sciences humaines: elle cesserait d'être "histoire". Et, pour soutenir cette hypothèse, Ricoeur réalise une analyse originale, exceptionnelle, du principal ouvrage de F. Braudel lui-même, qui prétend être le plus structurel et le moins narratif, et démontre son caractère narratif indirect. Il attire l'attention dans

"La Méditerranée et le Monde méditerranéen à l'époque de Philippe II" sur les "structures de transition". Ces structures constitueraient l'oeuvre en termes d'une "quasi-narrative".

"Par structure de transition, j'entends toutes les procédures d'analyse et d'exposition qui font que l'oeuvre doit se lire d'avant en arrière et d'arrière en avant." (Ricoeur (1983/85) : 290)

La première partie, continue-t-il, malgré la prédominance du géographique, a un caractère historique en vertu des marques qui annoncent les deuxième et troisième parties. La deuxième partie, consacrée à la "longue durée", aux phénomènes de civilisation, maintient unis les deux pôles: "Méditerranée" première, et "Philippe II", troisième. La deuxième partie constitue un objet distinct et une "structure de transition". Elle est déjà impliquée et annoncée dans la première partie et implique et annonce la troisième. Tout conspire, dès lors, dans les première et deuxième parties, au couronnement de l'édifice pour une histoire des événements, qui met en scène la "politique et les hommes". La troisième partie de l'ouvrage ne serait pas une concession à l'histoire traditionnelle: les événements sont les témoins des mouvements profonds de l'histoire.

"L'art de Braudel, ici, est de structurer son histoire des événements - et son histoire n'est pas avare de dates, de batailles et de traités -, non seulement en les divisant en périodes, comme le font tous les historiens, mais en les réenracinant dans les structures et les conjonctures, de la même manière qu'il avait auparavant convoqué les événements pour témoigner des structures et des conjonctures. Ici, l'événement ramasse et resserre conjonctures et structures." (Ricoeur(1983/85):297)

Pour Ricoeur, donc, l'ensemble des trois niveaux de l'ouvrage de Braudel constitue ce qu'il appelle une "quasi-intrigue". Ce n'est pas seulement le troisième niveau qui se rapprocherait de l'intrigue, comme le considèrent les lectures traditionnelles de ce travail.

"Or, qu'est-ce qui délimite l'intrigue de la Méditerranée? On peut dire, sans hésiter: le déclin de la Méditerranée comme héros collectif sur la scène de l'histoire mondiale. La fin de l'intrigue ce n'est pas la mort de Philippe II, c'est la fin de l'affrontement des deux colosses politiques et le déplacement de l'histoire vers l'Atlantique et l'Europe du Nord. A cette intrigue globale concourent les trois niveaux... un romancier les aurait brassés tous trois dans un unique récit. Braudel procède analytiquement, par distinctions de plans, laissant aux interférences le soin d'engendrer une image implicite du tout. C'est ainsi que l'on obtient une quasi-intrigue "virtuelle", brisée en plusieurs sous-intrigues..." (Ricoeur (1983/85): 300)

Et Ricoeur conclut son analyse avec une affirmation perturbante, car elle attaque un des principes centraux de la "nouvelle histoire": le refus du narratif et de l'historien littéraire.

"Braudel est un narrateur, il est un dramaturge!... par sa méthode analytique et disjonctive, il a inventé un nouveau type d'intrigue... l'intrigue "virtuelle"...il nous apprend à conjuguer des structures, des cycles et des événements."(Ricoeur (1983/85) : 301/2)

Enfin, ce retour du narratif exprime bien la résurgence d'une "philosophie de la conscience", qui met en échec le déterminisme des sciences sociales, auquel l'histoire adhéra sans beaucoup de réserves. P. Ricoeur est le principal articulateur-formulateur, me semble-t-il, de cette résurgence. Les historiens de la "nouvelle histoire" réagissent un peu confusément à cette nouveauté. Sur le défi du retour du narratif, ils se partagent. R. Chartier, par exemple, serait disposé à admettre, avec Ricoeur, que toutes les formes d'histoire, même les plus structurales, appartiennent au champ narratif. (Chartier (1987) :128/9) Mais J. Le Goff est orthodoxe:

"Il reste que l'histoire-récit est à mes yeux un cadavre qu'il ne faut pas ressusciter car il faudrait le tuer une seconde fois. Cette histoire-récit dissimule et se dissimule des options idéologiques et des démarches méthodologiques qui doivent au contraire être clairement énoncées." (Le Goff (Bruxelles/1988) :16)

Comment se dénouera cette confrontation entre la "nouvelle histoire" et le retour du narratif, seul le futur le dira. Cependant, il me semble que la "tentative d'assassinat" est encore illégale et implique des sanctions lourdes, surtout lorsque c'est la seconde fois. Un affrontement rationnel, théorique serait meilleur, l'assimilation et le rejet des offres positives et négatives du narratif à la connaissance historique.

Un autre "retour" qui exprime la résurgence d'une "philosophie de la conscience", c'est celui de la "biographie". Ce retour ne fut pas difficile à être assimilé par les Annales car elles ont dans leur tradition des biographes de grand talent, comme leur propre fondateur, L. Febvre. Dans sa revue numéro 6 de 1989, Levi Giovanni, dans son article "Les Visages de la Biographie", cherche à faire la théorie de la "nouvelle biographie". (Giovanni(1989)) D'après lui, on pouvait auparavant conter la vie d'un homme en faisant abstraction de tout événement historique; ensuite, il fut possible de relater un événement historique en faisant abstraction de tout destin individuel. On vit, aujourd'hui, d'après lui, une phase intermédiaire: la biographie occupe le coeur des préoccupations des historiens, mais elle est ambiguë: ou elle est utilisée pour montrer l'irréductibilité des individus au système social, ou pour montrer la présence de normes sociales dans le

comportement individuel. La biographie poserait, pour lui, tout le problème des relations entre l'histoire et les sciences sociales: celui des limites de la liberté et de la rationalité humaines. La biographie impose à l'histoire la forme narrative et l'histoire tend vers la littérature. Mais, alors que la narrative de la biographie traditionnelle est celle d'une personnalité cohérente et stable, qui réalise des actions sans hésiter, qui ne possède pas d'espaces inertes, des lacunes, des zones d'ombre et se déroule en un temps linéaire, la narrative biographique actuelle reconstitue la superficie sociale sur laquelle l'individu agit, dans une pluralité de sphères avec ses rationalités spécifiques. L'individu possède une vie différenciée, tendue, car il agit sur des sphères sociales distinctes. Lui-même n'a pas de perception claire de soi et la biographie ne cherche pas à lui donner un centre essentiel. D'après Giovanni, la biographie d'aujourd'hui possède diverses formes, et parmi elles: la prosopographie où l'histoire des individus vise à reconstituer, au travers d'eux, le cadre social dans lequel ils agissent; la biographie contextuelle, où l'individu est approché dans son originalité, mais on suppose qu'il serait incompréhensible sans référence au contexte historique dans lequel il circule; la biographie herméneutique qui est une interprétation et pas seulement une description de la vie d'un personnage. Ici, l'auteur dialogue avec son personnage, en le problématisant, en l'interprétant, en l'évaluant.

Ainsi, avec la narration, la biographie revient à partir de présupposés différents, visant d'autres objectifs, prenant une nouvelle structure. Mais le "retour" qui pourrait amener les Annales à la "panique", car elles ne se lassent pas de clamer contre lui, serait celui de l'"événement". Finalement, ce qui est spécifique de la "nouvelle histoire", c'est le passage de l'événement à la longue durée, du changement à la permanence. Il est vrai qu'il y eut une radicalisation excessive dans ce refus de l'événement, car même Braudel était conscient de ce que le passage à la longue durée ne signifiait pas la fin de l'événement, son exclusion, mais son intégration en une structure permanente. L'événement et son temps bref cesserait d'être la dimension privilégiée de la "nouvelle histoire", comme ce fut le cas pour l'histoire traditionnelle, mais ne pourrait être éliminé car il constitue également le vécu. Braudel, en même temps qu'il affirme: "...là est peut-être le pas décisif qui implique et résume toutes les transformations... le dépassement de l'individu et de l'événement", ne se montre pas "naïf" par rapport à cette position car il ajoute aussitôt:

"Nous ne nions pas, pour autant, la réalité des événements où le rôle des individus, ce qui serait puéril... Le problème ne consiste pas à nier l'individuel sous le prétexte qu'il est frappé de contingences, mais bien à le dépasser, à le distinguer des forces différentes de lui, à réagir contre une histoire réduite au rôle des héros... Nous ne croyons pas au culte de tous ces demi-dieux... Nous sommes contre l'orgueilleuse parole... "Les hommes font l'histoire"... Non, l'histoire fait aussi les

hommes et façonne leur destin - l'histoire anonyme, profonde et souvent silencieuse, dont il faut aborder l'incertain, mais immense domaine." (Braudel(1969) : 21)

Edgar Morin fait une analyse des raisons du refus de l'événement par la "nouvelle histoire" et des raisons de son retour. (Morin(1972)) Au début du XXe siècle, on disait qu'il n'y avait pas de science du singulier, de l'événement. L'événement fut chassé, car il représentait la singularité, la contingence, l'accident, le vécu. Il fut retiré de la Physique, de la Chimie, de la Sociologie et, ironise Morin, "même" de l'histoire. Il indique un paradoxe fréquent dans l'histoire de la connaissance: lorsque une thèse atteint les provinces les plus éloignées de son point de départ, à ce point même, cette thèse est radicalement infirmée.

"C'est au moment où les sciences humaines se modèlent selon le schéma mécaniciste, statistique et causaliste, issu de la Physique, c'est à ce moment que la Physique elle-même se transforme radicalement et pose le problème de l'histoire et de l'événement." (Morin (1972) : 6)

La cosmologie actuelle présente un univers-évolution d'un événement originaire, une explosion. Le cosmos est en même temps univers, régularité, répétition, constance et événement car il sort d'une singularité et possède une évolution comme celle qui décrit le 2ème Principe de la Thermodynamique. Le cosmos est un processus, la matière a son histoire. Quant à la microphysique, continue Morin, on ne peut plus y distinguer la notion d'élément de celle d'événement. Les particules élémentaires produisent des événements: actualisations, discontinuités, indétermination, accidentalité, improbabilité. Ainsi, tant au niveau cosmologique qu'au niveau microphysique, la Physique redécouvrit l'événement et ce qu'il signifie: une histoire. En Biologie également, l'apparition de la vie fut un événement et l'apparition de l'homme, un super-événement, car le plus grand producteur d'événements. Dans cette perspective, "l'histoire s'est imposée comme une science cardinale. Elle est la science la plus apte à saisir la dialectique du système et de l'événement".(Morin (1972) : 13) Et, me semble-t-il, telle aurait été la perspective de Braudel: l'histoire comme "dialectique de la durée", c'est-à-dire, comme articulatrice de tous les rythmes temporels constitutifs des sociétés humaines: longs, cycliques, intercycliques, brefs; siècles, décades, années, jours, heures, minutes, millénaires. Cependant, telle ne fut pas la voie que prit la "nouvelle histoire". Si l'histoire traditionnelle décrivait des cascades d'événements, la "nouvelle histoire" devint chaque fois plus systématique.

"Une telle tendance, si elle est poussée à l'extrême, risque d'autodétruire l'histoire elle-même, en détruisant l'événement... L'histoire verse dans l'hegelianisme, c'est-à-dire, la réduction de l'historique au logique." (Morin (1972) : 13)

Cette tendance dérive d'un point de vue mécano-physique dépassé. La science moderne commence par la reconnaissance de l'événement. Les sciences humaines refusent l'événement dans un siècle de "bruits et fureur", avec des guerres mondiales, des crises et des chaos cycliques. Marx et Freud, qui avaient donné une place significative à l'événement, virent leurs théories altérées au XXe siècle, où l'"événement" fut réduit à l'"élément". L'événement, c'est le singulier, l'élément, c'est l'événement introduit dans une série, c'est-à-dire, ayant perdu le caractère de singularité pour devenir répétitif. La notion d'élément est liée à l'espace, celle d'événement, au temps. Mais il y a toujours une ambivalence entre événement et élément, dans la mesure où espace et temps sont étroitement liés. Il n'y a pas d'"élément pur", il est toujours lié au temps et il n'y a pas d'"événement pur" car il est toujours lié à un système. Ainsi, un même phénomène peut être élément d'un système et événement d'un autre. Les événements à caractère modificateur sont le résultat de rencontres et d'interactions entre des principes d'ordres différents et causent des destructions, des échanges, des associations, des symbioses, des mutations, des progrès... Les structures n'évoluent que sous la stimulation de l'événement. Les événements constituent l'histoire de la structure. Et la société est la structure la plus ouverte à l'événement, c'est la structure la plus historique. Et Morin termine en justifiant, d'une part, l'abandon de l'événement dans le passé et en défendant son retour. Pour lui, le rejet de l'événement fut utile dans les premiers moments du développement de la rationalité scientifique qui, aujourd'hui, devient un rationalisme morbide, qui abolit le choix et le risque du méconnu:

"l'événement reste illégal seulement dans les sciences les moins avancées, les sciences sociales." (Morin (1972) : 19)

La "nouvelle histoire" aura-t-elle les conditions de céder à ce nouveau "vent de l'histoire" des sciences? Après avoir rejeté avec tant de sûreté et la "raison la plus absolue" l'histoire événementielle? Quoi qu'il en soit, certains de ses membres initièrent déjà un effort de réélaboration de l'événement pour l'incorporer aux présupposés de l'histoire structurelle; ce qui, me semble-t-il, ne signifie rien de moins qu'un retour à Braudel. Et Le Roy Ladurie cherche à réconcilier histoire structurelle et événement dans son article "Evénement et Longue Durée dans l'Histoire Sociale". (Le Roy Ladurie (1972) Il commence par l'analyse de certains historiens, surtout américains, qui tentent de racheter l'événement pour l'histoire quantitative et structurelle. Ces historiens américains de la "New Economic History", travaillant sur des hypothèses "contractuelles" - alternatives imaginaires pour le cours réel des faits - cherchent à retirer hypothétiquement les grands événements de l'histoire américaine pour évaluer ce qu'elle serait devenue sans eux. Son raisonnement n'est pas neuf, car Weber avait déjà montré la possibilité de penser l'histoire en termes de "possibilités objectives". (Weber(1965)

C'est exactement ce que firent les Américains cités par Le Roy Ladurie: sans ces événements (Guerre de l'Indépendance, guerre de Sécession, Conquête de l'Ouest, Construction du chemin de fer...), quelles auraient été les "possibilités objectives" de déroulement de l'histoire américaine? A partir de la connaissance de ces possibilités, ils cherchent à évaluer tout le poids qu'ils eurent concrètement. Ils postulent l'inexistence d'un événement pour évaluer l'impact de son occurrence. Et ils quantifient la différence entre ce qui se serait passé et ce qui de fait s'est passé. Le Roy Ladurie considère que cet effort de rachat de l'événement pour l'histoire structurelle et quantitative aboutit à un échec total. D'après lui, la "New Economic History" conclut que le manque de ces grands événements n'aurait pas altéré de manière significative le cours de l'histoire américaine, ce qui amène à conclure que ces événements "importants" ne furent pas aussi efficaces historiquement. Cette tentative américaine de sauver l'événement, en réalité, vient confirmer la thèse du peu de poids des événements et ne réalisa pas ce qu'elle souhaitait: promouvoir le retour de l'événement.

Cependant, Le Roy Ladurie considère qu'il y a moyen de racheter l'événement pour l'histoire structurelle et quantitative, mais par un autre chemin, auquel il donne le nom de "structuralo-événementiello-structurel". Pour l'expliquer, il fait l'analyse de l'ouvrage de Paul Bois, un des membres des Annales, "Paysans de l'Ouest". L'objectif de Bois, dans ce travail, est de trouver l'événement traumatique qui inaugura une structure et, cet événement une fois localisé, l'insérer dans les structures de son temps, malgré son caractère innovateur. L'objet de Bois est l'idéologie conservatrice, de droite même, des paysans de l'ouest de la France. Il remontra de l'idéologie et la personnalité conservatrice de ces paysans d'aujourd'hui, jusqu'à atteindre l'événement qui la constitua. Il reconnâtra celui-ci dans la "chouannerie", déjà oubliée comme inaugurateur de cette longue durée mentale; cet événement qui inaugura cette nouvelle structure mentale une fois reconnu, il cherchera à le situer dans l'économie et la société pré-révolutionnaires, dans ses bases fondamentales qui le rendirent possible.

"L'auteur des "Paysans de l'Ouest" a pu établir le rôle de l'événement comme facteur d'innovation; et comme transition aléatoire de structure à structure; en l'occurrence, d'infra-structure passée à superstructure contemporaine."(Le Roy Ladurie (1972):83)

Cette voie d'intégration de l'événement à l'histoire structurelle et quantitative, d'après Le Roy Ladurie, peut donner des résultats féconds. Et l'auteur est membre du groupe des Annales, ce qui amène à croire que l'"école" elle-même a déjà ses propres anticorps contre les positions sclérosées. K. Pomian chercha également à donner une nouvelle compréhension de l'événement associé à l'histoire structurelle. (Pomian(1984) : 30-36) Lié à la longue durée, l'événement serait un

changement de direction d'une courbe en un modèle. Dans sa nouvelle conception, l'événement ne serait pas un fait extérieur, mais une discontinuité constatée dans le modèle. Il garde en commun avec la notion traditionnelle de l'événement, le fait d'être une "discontinuité" et se différencie d'elle parce que ce n'est pas une idée métaphysique qui lui donne sens, mais les relations de continuité et de discontinuité du modèle.

Outre le retour de l'événement comme inaugurateur de structures, comme un point d'inflexion d'un modèle ou comme l'"avenu" dans des possibilités objectives, il revient également sous une nouvelle perspective: "entrée", "fenêtre", "ouverture" à travers laquelle on peut atteindre la structure sociale. A partir d'un événement soudain et de la subjectivité de son auteur, on cherche à atteindre les conditions objectives qui le nourrissent. L'hypothèse qui dirige cette perspective est celle que la société globale apparaît dans l'expérience vécue des individus et les intègre. Pierre Nora, en partant de la même hypothèse, en arrive même à croire possible la connaissance des structures du présent, à partir d'un de ses événements majeurs. (Nora (1974) : 210-28) Notre société a pour caractéristique principale la production vertigineuse d'événements, c'est-à-dire, qu'elle offre une quantité immense d'"entrées" qui vont donner sur ses structures plus profondes. C'est ici que se trouverait la chance de l'historien du présent: souligner dans l'événementiel sa part structurelle. L'événement témoigne moins en ce qu'il paraît qu'en ce qu'il révèle, moins en ce qu'il est qu'en ce qu'il déflagre. "Il n'est qu'un écho, un miroir de la société, un trou... La mort de de Gaulle en disait providentiellement plus que sa vie entière n'en avait exprimé." (Nora(1974) : 222/3)

P. Ricoeur considère également comme possible l'intégration de l'événement à l'histoire structurelle et le démontre à partir de l'oeuvre de Braudel. (Ricoeur(1983/85), 1<sup>o</sup> vol : 311/13) Pour Ricoeur, l'événement ne doit pas nécessairement être "nerveux, bref, explosif", comme le décrit la "nouvelle histoire". Il est la variable d'une intrigue et, dans ces conditions, n'appartient pas seulement au troisième niveau de l'oeuvre de Braudel, mais à tous les trois, avec des fonctions différentes. Au troisième niveau, il possède nécessité et probabilité, car il est symptôme et témoin des structures et des conjonctures et, aux premier et deuxième niveaux, traitant des structures et des conjonctures, Braudel ne perd pas de vue l'événement: il est la rupture, le rythme plus lent ou plus rapide, la détérioration, la croissance, la fluctuation...

"En un sens, "La Méditerranée..." c'est la lente avancée, la marche retardée de l'événement majeur: le retrait de la Méditerranée de la grande histoire. C'est à nouveau la fragilité des oeuvres humaines qui passe au premier plan et avec elle la dimension dramatique dont la longue durée était censée délivrer l'histoire." (Ricoeur (1983/85), 1<sup>o</sup> vol : 303/4)

Dans la longue durée, l'événement prit un nouveau sens, il ne fut pas abandonné car il est fondamentalement ce qui intéresse l'historien. Si ce n'était pas le cas, conclut Ricoeur, la longue durée serait la fin du temps historique et de l'histoire, mais le temps de la nature. Une analogie entre le temps des individus et des civilisations doit être préservée: croissance et déclin, création et mort, destin...

L'événement, dès lors, malgré le radicalisme de certaines formulations de refus de quelques membres des Annales, n'est pas étranger à la "nouvelle histoire". Dans l'histoire traditionnelle, l'événement était inclus dans la continuité des philosophies de l'histoire; le défi de la "nouvelle histoire" fut de penser l'événement sans retomber dans les philosophies de l'histoire. Elle créa le concept de "longue durée" qui intègre et n'exclut pas l'événement. Comme "dialectique de la durée", tel que Braudel définit l'histoire, l'événement est une durée omniprésente, qui s'intègre dans cette dialectique et dont l'"abolition" serait une mutilation de l'expérience vécue de la temporalité. Retourner à l'événement, me semble-t-il, c'est retourner à Braudel.

## BIBLIOGRAPHIE

- BRAUDEL (1969). *Ecrits sur l'Histoire*. Paris : Flammarion.
- BURKE (1990) *The French Historical Revolution - The Annales School 1929/1989*. Cambridge - UK, Polity Press.
- CHARTIER (1987) L'Histoire et le Récit veridique. In: *Philosophie et histoire*. Paris : Centre Georges pompidou.
- CHARTIER (1989) "Le Monde comme Representation" In: *Annales ESC*, n°6. Paris : A.Colin, Nov./Déc.
- FEBVRE (1965) *Combats Pour l'Histoire*. Paris : A. Colin.
- GIOVANNI,L (1989) "Les Usages de la Biographie" In. *Annales ESC*, n° 6. Paris : A. Colin, Nov.Déc.
- HOBSBAWM (1983) "Retour au Récit? Réponse a L.Stone" In: *Le Débat*, n° 23. Paris : Gallimard, janvier.
- LE GOFF (1988) *La Nouvelle Histoire*. Bruxelles : Complexe.
- LE ROY LADURIE (1972) "L'Evenement et Longue durée dans l'Histoire Sociale: l'Exemple Chouan. In. *Communications*, N° 18. Paris : EPHE.
- LES ANNALES (1989) Editorial. iN: *Annales ESC*, N°6. Paris : A.Colin, NOV.DEC.
- MORIN,E (1972) "Le Rétour de l'Événement"". In: *Communications*, n° 18. Paris : EPHE.
- NORA,P. (1974) Le Retour de l'Événement In: NORA ET LE GOFF. *Faire de l'histoire/Nouveaux Problemes*. Paris : Gallimard.

POMIAN (1984) *L'Ordre du Temps*. Paris : Gallimard.

RICOEUR (1983/85) *Temps et Récit*, 3 vols. Paris : Seuil.

RICOEUR (1990) *Soi-meme Comme un Autre*. Paris : Seuil.

STONE,L (1979) "Retour au Récit ou Reflections sur une Nouvelle Vieille Histoire". In. *Le Débat*, n° 4. Paris : Gallimard, sept.

WEBER(1965) *Essais sur la Théorie de la Science*. Paris : Plon.

ARTIGO

---

O LUGAR DA CIÊNCIA SEGUNDO MARX

José Luiz Furtado

Departamento de História - UFOP

I

A ciência, sob a forma de tecnologia aplicada aos processos de produção, é objeto de reflexão constante na obra da maturidade de Marx. Mas ao filósofo importa menos compreender as estruturas do pensamento científico do que avaliar o que a incorporação da ciência no processo de trabalho comporta para a vida do trabalhador e para a história do homem como um todo. A filosofia da ciência em Marx delinea-se, dessa forma, como uma "hermenêutica material" muito mais do que como epistemologia. Não é a possibilidade da ciência, mas o seu valor para a vida, que interessa a Marx.

Recusando-se a pensar a ciência a partir da condição de possibilidade do pensamento teórico, Marx opera, num domínio particular, a reviravolta ontológica implicada na afirmação da precedência da vida em relação à consciência que define sua filosofia como uma filosofia da "praxis"<sup>1</sup>. Ao determinar a consciência, a vida, que é essencialmente prática, se opõe ao que determina como o fundamento ao que ele funda. Assim, a consciência é a condição de possibilidade da ciência. Mas, à medida em que a objetividade da consciência implica uma outra condição de existência que se lhe opõe, é a essa última que a compreensão da possibilidade da ciência nos reenvia, ou seja, à vida, ou "praxis".

A ambição de não descansar sem encontrar um fundamento último obriga a filosofia a saber se uma questão pode ser posta imediatamente ou depende de outra mais primitiva à qual a reflexão será necessariamente reenviada. Assim se retiramos da consciência a autonomia ontológica a que ela aspira na filosofia idealista, então as teorias científicas, constituindo uma modalidade da consciência que é, em sua essência, determinada pela "praxis" vivida, não poderiam também reivindicar nenhuma autonomia. Se a vida determina a consciência, a questão da ciência deve ser colocada primeiramente em relação à vida dos indivíduos em cuja trama produtiva se insere como tecnologia, e não em relação à idéia de sujeito ou

---

<sup>1</sup> "Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência". MARX, K. & ENGELS, F. Ideologia Alemã. Porto: Editorial Presença, 2 Vols., 1977, p. 26.

consciência transcendental. Subvertendo a autonomia da consciência Marx nos ensina a pensar a ciência não como uma modalidade do pensamento - mesmo que seja racional por excelência - mas como forma vivida da ação efetiva dos homens.

Para poder, dessa forma, situar a questão da ciência num domínio ontológico último, a reflexão deve poder ser capaz de reduzir a própria consciência. Como escreve Michel Henry, na filosofia de Marx "*o horizonte da objetividade*", uma vez reduzido ao seu fundamento ontológico "*não contém nada mais, juntamente com os objetos que são produtos da 'praxis' e que encontram nela suas condições de existência, do que esta 'praxis' mesma*"<sup>2</sup>.

Assim, ao invés da consciência funcionar como uma instância autônoma e independente da realidade, segundo Marx, é a "atividade" da vida que constitui o fundamento da fenomenalidade do "mundo". "*O mundo sensível*, (escreve ele) *não é objeto... mas ... o resultado da atividade*"<sup>3</sup>. Opondo "mundo" e "coisa" sensíveis, o texto de Marx nos mostra claramente que a "atividade" designa o princípio de existência de um horizonte de presença e não da coisa. A atividade, ou "praxis", é a essência da objetividade, ou seja, da manifestação efetiva da consciência. Mas essa última "*designa a estrutura ontológica do ser que se apresenta na exterioridade da transcendência*"<sup>4</sup>, de modo que, se a praxis, ao mesmo tempo em que funda, se opõe ao campo fenomenológico da consciência, então deve se conformar num outro domínio de existência e realidade distinto da exterioridade e da transcendência que caracteriza o horizonte do mundo. A redução da objetividade na qual a ciência toma assento nos conduz à realidade original da vida, ou seja, à "praxis".

Se a vida é o fundamento irreduzível da esfera transcendental da existência objetiva, ou seja se ela é essência da realidade fenomenologicamente compreendida como "presença", então "ela não é identificável numa ontologia da objetividade"<sup>5</sup> senão com a condição de nos reenviar, para aquém da objetividade, a uma manifestação imanente. O movimento da reflexão que vai da consciência à determinação da sua existência, isto é, a "praxis", implica a passagem de um campo fenomenológico caracterizado pela distância na qual se forma toda presença visível de um objeto, a outro que se lhe opõe por originar uma fenomenalidade imanente na qual o ser se doa a nós imediatamente, sem nenhuma distância.

O que é, então, o ser real, ou seja, a prática, que Marx opõe à teoria ou visão objetiva? O ser que se opõe à teoria e à consciência que é seu fundamento, é a

---

<sup>2</sup> HENRY, M. Marx: Une philosophie de la réalité. Paris, Gallimard, 1976, p. 378. Citado M.

<sup>3</sup> A Ideologia Alemã, op. cit., p. 30. Citado IA.

<sup>4</sup> M, I, 378

<sup>5</sup> M, p. 27.

realidade sensível. *O real em sua realidade mesma* não é jamais o ser na condição objetiva, em sua relação ao ente. O ser do mundo sensível em sua essência não é qualquer objeto e, muito menos do que isto, o ser do objeto; ele não é a condição da manifestação do ente, mas da essência da manifestação ela mesma. A sensibilidade da atividade sensível designa uma determinação interna da essência da manifestação, mais precisamente, a determinação da sua realidade. É enquanto sensível que esta essência é, também, atividade e vida.

Entretanto a expressão "ser sensível" tem duas significações que se confundem, ainda que sejam, vendo-se mais de perto, bem distintas. Ser sensível significa, de um lado, o que é percebido com todas suas qualidades sensíveis, quer dizer, uma pedra, a lua, uma máquina, e, por fim, todo ente pertencente à natureza. A natureza é, ela mesma, nesse sentido, sensível.

Ser sensível, por outro lado, quer dizer ser suscetível de sentir, trazendo em si a capacidade de se abrir para o exterior de si mesmo. O ser sensível designa, dessa forma, *o poder ontológico da sensibilidade que se ordena originalmente à existência e à qual o ente se dá a sentir* antes de ser, propriamente falando, objeto de uma visada teórica. Enquanto designa a pedra, a lua, etc., ser sensível designa o ente, ou seja, o que existe como objeto de uma visão em geral. Enquanto designa o poder de abertura de um horizonte de presença no qual o ente aparece, a significação do "ser sensível" é puramente ontológica. **"A significação ôntica e a significação ontológica da sensibilidade não são somente diferentes mas incompatíveis. O ser sensível no sentido de ente, não sente"**<sup>6</sup>. Mas, o ser sensível no sentido da sensibilidade transcendental, sentiria, ao contrário, não só o ente que ele não é, mas também a si mesmo ? Em outras palavras, ele poderia se ver tal como é em si? Este sentimento de si, ou auto-afecção, não seria uma determinação interna necessária da essência da manifestação considerada como "praxis" ? Para que a vida pudesse "determinar a consciência" não haveria a necessidade dela poder, enquanto "praxis", assegurar-se nela mesma da sua realidade, independentemente da fenomenalidade própria ao horizonte exterior que ela funda ? De fato, se o que chamamos de "vida" é um objeto, então ela é, como tal, constituída pela consciência, não podendo, dessa forma, funda-la.

A essência afetiva da praxis funda a realidade da vida que lhe permite determinar a consciência, ao constituir a origem de uma forma de fenomenalidade que se opõe àquela que caracteriza todo objeto possível. O "objeto" é precisamente o que pode ser e é efetivamente separado da vida do indivíduo, ou seja, o que pode ser obtido por qualquer um desde que exerça a modalidade adequada da consciência,

---

<sup>6</sup> M, I, 288

ao passo que a afetividade, sem a qual nenhuma ação jamais haveria, não só não pode ser separada da vida como não é jamais efetivamente generalizável. Diante da verdade objetiva a singularidade da vida se esvanece. O "sujeito" do conhecimento não é o indivíduo. Mas é absurdo pretender que "se sente", "se age", ou "se vive". A ação é sempre o movimento vivo de um indivíduo cujo corpo se autoafeta enquanto age e que "sabe", dessa forma, que age e que pode agir, em oposição ao saber objetivo que a consciência tem do corpo, que não exerce nenhum papel na determinação da ação efetiva.

Assim a praxis considerada nela mesma nada tem a ver com o olhar da intuição, com "*a descoberta de um espetáculo*" ou com a "*aparição de um objeto*", e, no limite, com nada do que torna possível uma visão, a saber, o processo ontológico da representação e da objetivação, o qual, implicando a exteriorização em relação a si do ser, o seu ser-à-distância-de-si, impede que qualquer coisa como uma ação se efetue. "*A ação, (nos diz M. Henry) não é possível a não ser enquanto ela não é intuição, seja dela mesma ou de um objeto qualquer*". Na condição objetiva nem a ação nem o que a torna possível, podem determiná-la. "*Ao analisarmos, (continua M. Henry) a essência da ação não encontramos a intuição, ao analisarmos a aparição de um objeto não encontramos mais a ação*".<sup>7</sup> A ação não pode ser, dessa forma, explicada ou compreendida pela consciência.

Entretanto, incorporando-se no processo produtivo, a tecnologia moderna inverte a relação ontológica através da qual a vida e sua "praxis" determinam a consciência. Se consideramos o trabalho nas grandes indústrias desde um ponto de vista fenomenológico, vemos que não é mais a habilidade prática e subjetiva do trabalhador que comanda o exercício do seu trabalho. Ao contrário, sua atividade é a de qualquer um, e, por outro lado, totalmente determinada pela consciência científica do processo de transformação envolvido. A característica principal da grande indústria, nos diz Marx, é "*a incorporação das teorias científicas da natureza na organização dos meios materiais da produção*"<sup>8</sup>, que são, por sua vez, meios de efetuação do trabalho vivo. Dessa forma o saber que determina o exercício da "praxis" é um saber que lhe é duplamente exterior. Em primeiro lugar, ele é ontologicamente exterior, uma vez que é um saber da consciência, a qual é, sempre e necessariamente, consciência do que ela não é. Em segundo lugar, o saber científico não expressa nenhuma das determinações vividas da experiência do trabalho, levando em conta apenas as características objetivas do processo de produção ao qual o trabalhador terá que se adaptar.

---

<sup>7</sup> M.I, 323

<sup>8</sup> MARX, K. Manuscrito Econômico e Filosóficos, in: "Os pensadores", São Paulo, Abril Cultural, 1982, p. 14. Ver também, MARX, K. O Capital; crítica da economia política, Tradução Reginaldo Sant'Anna. Rio, Civilização Brasileira, 1980, Livro I, vol I, p. 87. Citado K.

Com o desenvolvimento tecnológico da ciência "o conhecimento ou saber geral" se converte em "força produtiva imediata", quer dizer, em "órgão do processo vital real", e as condições materiais da existência entram, assim, "sob o controle do intelecto geral remodeladas conforme o mesmo".<sup>9</sup>

No capitalismo o processo de produção é decomposto em fases cujo encadeamento obedece ao tipo de transformação material que a matéria prima deverá sofrer no decurso do processo, segundo a maior produtividade possível de valor de troca e não, por exemplo, segundo as habilidades particulares dos trabalhadores que irão efetuar o processo, ou seja, segundo as necessidades da vida. Processos que antes se faziam de acordo com a experiência prática particular dos indivíduos, passam a ser "remodelados" em conformidade com a inteligência científica que dará a forma social geral da organização do trabalho no modo capitalista de produção. "*Os métodos rotineiros e irracionais da agricultura*", por exemplo, "*são substituídos pela aplicação consciente, tecnológica da ciência*"<sup>10</sup>. E a produção artesanal e manufatureira, de indivíduos dotados de habilidades particulares, ou seja, de "mestres" do seu ofício, é substituída por um novo processo universal de produção baseado na decomposição, em "poucas formas fundamentais do movimento, em que se resolve necessariamente toda a ação produtiva do corpo humano, apesar da variedade dos instrumentos empregados". Enfim, continua Marx, "o trabalho se torna numa atividade universal como tal, numa atividade que qualquer um pode fazer **independentemente das suas características pessoais** e do tipo particular de produto que se está produzindo no processo"<sup>11</sup>. Assim a habilidade pessoal adquirida por um longo processo de formação que iria caracterizar todo o trabalho humano até então, é substituída pelo exercício de

---

<sup>9</sup> MARX, K. "Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse)". México, Siglo Veintiuno, 1986, vol. 2, p. 229/230. (Citado G seguido do número do tomo e da página).

<sup>10</sup> K, Livro I, vol. p. 577.

<sup>11</sup> K, I, I, p. 441. Marx cita, numa nota de pé de página do capital, o relato da experiência de um trabalhador nos Estados Unidos: "nunca acreditei que seria capaz de exercer todos os ofícios que desempenhei da Califórnia, nos diz ele. E, continua, "era minha convicção firme que nada sabia fazer além de tipografia. Colocado neste mundo de aventureiros que trocam de profissão mais facilmente que de camisas, tive de proceder como os demais. A mineração não era bastante remunerada, por isso abandonei-a e fui para a cidade onde sucessivamente trabalhei como tipógrafo, telhador, fundidor, etc. Depois de desempenhar toda espécie de trabalho, sinto-me menos molusco e mais homem" (cit. in: K, I, I, p. 559). Aqui vê-se claramente a ruptura com a estrutura medieval que confinava a atividade produtiva do indivíduo nos limites do seu ofício. Como tal, há, efetivamente, algo de positivo nisso. Mas na grande indústria a variedade de processos de produção e de produtos não implica na variação da atividade dos indivíduos. Pelo contrário, liberta da limitação do ofício, a atividade do indivíduo será reduzida a uma pequena quantidade de gestos simples que se repetirão na produção do que quer que seja.

atividades cuja forma se encontra determinada científica e objetivamente, como universal.

O trabalho tem que se tornar, dessa forma, necessariamente social ou coletivo, pois cada trabalhador não executa senão uma parcela do trabalho total, devido à divisão técnica a que o processo se encontra submetido, e, assim, o produto final só poderá ser obtido combinando-se as diversas atividades parceladas.

Ao lado desse processo situa-se o da degradação da atividade do trabalhador à condição de elemento de um sistema objetivo. Na manufatura moderna, escreve Marx, "*o próprio autômato é o sujeito e os trabalhadores apenas órgãos conscientes, coordenados com órgãos inconscientes e, juntamente com eles, subordinados à força motriz central*"<sup>12</sup>. Mas é muito importante notar que essa forma de organização do trabalho na produção não se encontra implicada na essência do seu desenvolvimento tecnológico. Ela caracteriza apenas "*seu emprego capitalista e, conseqüentemente, o moderno sistema fabril*"<sup>13</sup>.

Ao contrário, se consideramos o desenvolvimento tecnológico em si mesmo, isso implica, no limite, a desobjetivação de todo o processo de produção, ou seja, a separação entre trabalho e produção e a conseqüente expulsão do trabalhador da própria produção que se tornaria quase que totalmente automatizada. Mas, a mais-valia só pode ser extraída do uso da força de trabalho viva, de modo que o desenvolvimento tecnológico da maquinaria fica restringido por sua função econômica enquanto capital fixo.

Ao definir a ciência, enquanto tecnologia, como "órgão do cérebro humano criado pela mão humana"<sup>14</sup>, Marx situa na estrutura da atividade concreta, e não na consciência, a determinação da teoria. O processo de objetivação não designa mais a constituição da verdade do conhecimento mas sua força. A incorporação, no processo de produção, de uma força cuja origem se situa na consciência implica a superação da própria autonomia da consciência diante da vida e das suas necessidades, o que Marx exprime ao dizer que é "mão" humana que "cria" a ciência como um "órgão cerebral".

Com a ciência moderna, pela primeira vez na história humana, *de um lado "a natureza se converte ... em coisa puramente útil" e, de outro, "o reconhecimento teórico de suas leis autônomas aparece como artimanha apenas*

---

<sup>12</sup> K, Livro 1, vol I, p. 477/480.

<sup>13</sup> Idem, ibidem

<sup>14</sup> G, 2. p. 229/230.

*para submetê-la às necessidades humanas, seja como objeto de consumo, seja como meio de produção*"<sup>15</sup>. Mas nem todo objeto de consumo é uma mercadoria e nem todo meio de produção é necessariamente capital fixo.

No entanto essa "*força objetivada do conhecimento*"<sup>16</sup>, como Marx também denomina a ciência, só se incorpora na produção como capital fixo, de modo que seu desenvolvimento cessa de ser comandado pela necessidade da vida se libertar da dura obrigação de reproduzir diariamente suas condições de existência. Ao contrário, é o movimento econômico do capital que passa a comandar sua aplicação. "*O desenvolvimento do capital fixo, (escreve Marx) revela até que ponto o conhecimento ou saber geral se converteu em força produtiva imediata*"<sup>17</sup>.

Sob o capitalismo, escreve Marx ainda no mesmo sentido, "*o desenvolvimento ao máximo das ciências naturais, constitui uma condição da produção fundada no capital*"<sup>18</sup>. Assim, o resultado desse desenvolvimento fica preso à legalidade interna do sistema total de extração do valor, ou seja, ao seu papel na extração de mais valia e na acumulação do capital. Portanto, a ciência "se separa do trabalho", deixando de ser uma artimanha para submeter a natureza como meio para a emancipação da vida humana da dependência de condições fortuitas, e se transformando num meio de submeter mais eficazmente a vida toda do trabalhador à necessidade econômica de extração de trabalho excedente.

Nestas condições, quanto mais aumenta a produtividade do processo - no caso pelo desenvolvimento do conhecimento científico e da tecnologia resultante - menos tempo de trabalho gastará o trabalhador para produzir o valor equivalente ao seu salário. Em geral, o emprego da tecnologia "*diminui o tempo de trabalho na forma de trabalho necessário, para aumentá-lo na forma de trabalho excedente*"<sup>19</sup>, nos diz Marx, de modo que a tendência maior é a de manter o trabalhador atrelado a um processo que tende inexoravelmente, cada vez mais, a se automatizar totalmente.

Assim a ciência que organiza de modo prático universal o processo de produção despe, ao mesmo tempo, o processo de trabalho, tal como efetivamente

---

<sup>15</sup> G, I, p. 364. Grifado por mim.

<sup>16</sup> G, 2, p. 229

<sup>17</sup> G, 2, p. 229/230. No Capital encontramos a mesma idéia de contraposição entre a ciência enquanto artimanha técnica da vida para dominar a natureza e capital fixo. "A transformação do processo produtivo a partir do processo simples de trabalho em um processo científico, escreve Marx, põe a seu serviço as forças naturais e, desta maneira, as obriga a operar a serviço das necessidades humanas", mas, por outro lado, a ciência se apresenta "*como qualidade do capital fixo frente ao trabalho vivo*" (K, livro I, Vol. 1, p. 447).

<sup>18</sup> Idem, p. 361

<sup>19</sup> G, 2, p. 229

vivido pelo trabalhador, de qualquer conteúdo teórico, reflexivo, de qualquer cultivo espiritual, sem ser capaz de proporcionar a gradativa diminuição do tempo de trabalho necessária para que os indivíduos pudessem realizar de outra forma e em outro lugar, as potencialidades da vida que o trabalho mecanizado impede que se desenvolvam.

Mas se incorporação da ciência como força produtiva no processo de produção "*não se realiza à custa de maior dispêndio de trabalho*"<sup>20</sup>, o tempo total da jornada tende a permanecer constante. Se o trabalhador transfere aos produtos em um tempo menor da sua atividade o valor equivalente ao que recebe em salário, então o valor da própria força de trabalho diminui, dificultando sua substituição.

**"Uma vez que não paga o trabalho empregado, mas o valor da força de trabalho utilizada, a aplicação da maquinaria, para o capital, fica limitada pela diferença entre o valor da máquina e o valor da força de trabalho que ela substitui"**<sup>21</sup>.

Desse modo o capital funciona como uma limitação econômica ao próprio processo de desenvolvimento das forças produtivas que emprega, aparecendo a necessidade de superar esse constrangimento. De um lado o emprego da tecnologia torna o trabalho desnecessário, e, de outro, onde ele é ainda empregado, tende a se fazer, para o trabalhador que o experimenta e o vive, absolutamente maçante, quando não, angustiante.

A ciência não significa, para Marx, apropriação na representação da consciência da verdade objetiva do cosmos ou da natureza, e sim uma forma de emancipação da vida do meio objetivo onde se joga as suas condições materiais de existência. Através da ciência, o que se adquire não é mais uma representação exata e exaustiva das determinações da realidade num sistema teórico, mas a possibilidade efetiva libertação do "reino da necessidade".

Podemos, desse modo, entender porque "o critério da verdade é a "praxis". O movimento do pensamento filosófico que reduz de partida o campo temático no qual opera é apenas o movimento, no pensamento, do desenvolvimento concreto da "praxis", a representação metódica e sistemática, teórica, do movimento real da vida em vias de se apropriar, constantemente, pela tecnologia, da totalidade das condições materiais de existência. Quando cessa de ser um "poder para si", a natureza se transforma imediatamente em "coisa puramente útil", quer dizer, num objeto cujas condições transcendentais de possibilidade não são mais as categorias

---

<sup>20</sup> K, 1, I, p. 441.

<sup>21</sup> Idem, p. 447

de uma consciência pura mas as determinações subjetivas da necessidade. A ciência, desse modo, já não se apresenta como resultado de uma consciência pura, teórica, desligada de toda relação instrumental com a necessidade, mas como condição do desenvolvimento não econômico das forças produtivas, ou seja, como condição do desenvolvimento da vida mesma dos indivíduos. A riqueza toma comumente, na história humana, a forma de "*algo realizado em coisas*" ou "*em produtos materiais*"<sup>22</sup>. Mas a verdadeira riqueza é o tempo no qual os indivíduos podem dispor de si e das suas vidas sem nenhum outro objetivo, porque a vida dos indivíduos é a única realidade que vale por si mesma ainda que o capitalismo reduza o direito à vida ao dever de trabalhar, reduzindo, concomitantemente, todas as potencialidades da vida à sua determinação como força de trabalho.

A redução da vida, enquanto força de trabalho, ao seu estatuto econômico de capital variável, é, no entanto, possibilitada por sua diferença em relação a máquina da qual não se pode extrair nenhum acréscimo de valor. O trabalho se torna assim, enquanto força viva que se usa no processo de produção, um meio de valorização do capital e seu uso uma necessidade econômica ao contrário da sua determinação ontológica como necessidade da vida.

A unidade fenomenológica originária da ação teleológica, ou seja, a unidade da consciência e da motricidade operante, da teoria e da "praxis", da ciência e da vida, é rompida a partir da tensão, interna ao movimento do capital, que repousa sobre sua tendência a automatizar a produção e, ao mesmo tempo, sobre a impossibilidade de efetuar-la até o fim.

O capitalismo "*faz da ciência uma força produtiva independente de trabalho*" na medida em que a incorpora nas máquinas que emprega, mas, assim fazendo, "*recruta-a para servir ao capital*"<sup>23</sup> ao invés de servir a vida. Portanto, é preciso distinguir a utilidade imediata da ciência como força produtiva, ou seja, o caráter prático da potência intelectual da consciência determinada pela vida, da sua função no processo capitalista de produção. Do mesmo modo é preciso distinguir entre a eficácia imediata proporcionada pelo intercalamento da teoria, do trabalho e seus objetos, da eficácia que se obtém através do emprego da ciência como capital fixo na ampliação da extração de trabalho excedente.

Dessa forma a racionalidade da ciência não se funda na objetividade da consciência teórica nem na eficácia do seu uso como força produtiva. A ruptura da unidade entre a ciência e a vida não se efetua como uma necessidade interna

---

<sup>22</sup> K, Livro 1, vol. I, p. 447.

<sup>23</sup> K, I, 01, p. 414.

ao exercício da consciência teórica, mas na vida mesma, quer dizer, na experiência vivida do trabalho mecanizado, na ação que, para agir, se faz receptáculo de uma intencionalidade alheia e exterior, de um "interesse" precisamente, "*representado, concentrado, no capital*"<sup>24</sup>.

Quando isso ocorre é a própria ação - quando não o indivíduo mesmo - que se torna dividida perdendo o centro de referência que ela é em si mesma enquanto se origina na unidade e na totalidade de uma vida, como mostra o texto de Marx que citamos a seguir.

"Em sua combinação o trabalho se apresenta, escreve Marx, a serviço de uma vontade e de uma inteligência alheia, dirigido por ela. **Este trabalho tem sua unidade espiritual fora de si mesmo**, assim como em sua unidade material está subordinando à unidade objetiva da maquinaria, do capital fixo, que como monstro animado objetiva o pensamento científico e é de fato o coordenador; de nenhum modo se comporta como instrumento frente ao trabalhador individual, que existe como pontualidade individual animada, como acessório vivo e isolado, desta unidade objetiva. O trabalho combinado, pois, é uma combinação em si, e isto desde diferentes ângulos. Não uma combinação como relação recíproca dos indivíduos que colaboram (colaborar = trabalhar em comum, JLF), nem tão pouco sob seu controle, seja sobre sua fundação particular... seja sobre o instrumento do trabalho"<sup>25</sup>.

Para compreender esse texto de Marx em toda sua dimensão algumas considerações acerca dos pressupostos que orientam sua reflexão devem ser feitas. Em primeiro lugar, todo processo de divisão implica a existência prévia de uma totalidade que será, justamente, rompida por ele. Mas no caso do trabalho esse não seria naturalmente dividido, o plantio antecedendo, por exemplo, a colheita e, jamais, podendo lhe ser simultâneo?

O processo de trabalho é essencialmente constituído por uma combinação de atividades, implicando, portanto, uma divisão. Mas a sucessão das atividades implicadas no processo de trabalho considerado em si mesmo, não resulta, para o trabalhador, necessariamente, na exclusão das suas capacidades de efetuar outras atividades, como ocorre com a divisão entre trabalho manual e intelectual no capitalismo, que exclui do trabalhador que se encarrega do primeiro tipo de atividade, a capacidade de pensar, do mesmo modo como reduz o segundo a uma pura cabeça pensante e, a ambos, ao estatuto comum de duas formas unilaterais - ou, como quer Marcuse, "unidimensionais" - de vida.

---

<sup>24</sup> G, 2, p. 223

<sup>25</sup> Idem, p. 432

Ao contrário, a combinação das diferentes atividades dos indivíduos na fábrica moderna não advém da necessidade de dividir previamente as etapas do processo de produção, tal como ocorre no processo de trabalho onde o indivíduo não pode - mas uma máquina seria capaz - martelar e serrar ao mesmo tempo. Dessa forma a combinação das diversas etapas do processo produtivo segue as necessidades e limitações técnicas referentes à utilização do maquinário não sendo mais determinada pela estrutura da vida, mas pelo estágio do desenvolvimento tecnológico das forças materiais da produção.

Desse modo, o emprego da ciência como inteligência a serviço do aumento da produtividade do trabalho, acaba por se tornar não só, como vimos, num meio de aumentar a exploração do trabalho, mas também num modo de despir a atividade dos trabalhadores de qualquer sentido intelectual. Enquanto conhecimento, o meio originário da ciência é a consciência. Objetivada, ela imporá, sob a forma de máquina, ao trabalhador que a opere o caráter totalmente mecânico que sua atividade assumirá. Para ele a forma que lhe resta de viver sua existência é a de pura existência mecânica. Por outro lado, não menos "monstruoso" é o modo de existência dos "técnicos" e cientistas, que tem sua existência reduzida à mera faculdade de pensar. Num caso como no outro, a existência unilateral do indivíduo social implica na existência unilateral dos indivíduos reais: uns pensam sem agir, outros agem sem pensar. A unidade dos trabalhos dos indivíduos não existe para eles mesmos como uma experiência efetiva de ser-em-comum, assim como a capacidade produtiva das máquinas e o seu desenvolvimento não implica em nenhum desenvolvimento científico dos próprios trabalhadores, mas, ao contrário, supõe sua ignorância e a redução da suas vidas à capacidade puramente mecânica de agir.

O modo de existência do trabalhador corresponde a um modo abstrato de existência do indivíduo, uma vez que, no processo de produção, faz-se abstração de sua consciência, reduzindo-o como indivíduo à pura motricidade operativa do seu corpo. Mas não menos abstrato é o modo de existência do intelectual que, enquanto indivíduo, é reduzido à sua mera capacidade de pensar. No entanto, esses modos abstratos de existência se instauram numa relação hierárquica de fundante a fundado. A existência não é possível enquanto existência de um ser pensante senão fundada na co-existência de outro indivíduo que trabalha em função da satisfação das necessidades materiais do primeiro. A existência abstrata do indivíduo como trabalho produtivo, motriz e operante, torna-se uma condição prática da existência da atividade especulativa do intelectual, enquanto condição da sua vida material. A abstração se consuma na figura do capitalista que não pensa nem trabalha, mas que incorpora como sua subjetividade o capital e a atividade intelectual científica, juntamente com a força de trabalho, enquanto momentos da reprodução deste. Por

todo lado a unidade originária da vida que é necessidade, força de trabalho e conhecimento dos modos desta força, se encontra rompida. A existência dos indivíduos é sempre unilateral.

O trabalho, dissemos, é a origem de toda riqueza. Mas isto não significa que ele seja a riqueza efetiva. A riqueza real é o tempo do qual os indivíduos podem, em conjunto, dispor para si afora o tempo que consomem na produção material das suas vidas, e que depende do grau de desenvolvimento da ciência. O desenvolvimento da ciência como força produtiva, o aumento da produtividade do processo de trabalho, torna possível não só a satisfação das necessidades materiais numa forma nova, mas o que é mais importante, libera cada vez mais tempo para o desenvolvimento livre das individualidades, quer dizer, nas palavras de Marx, para a "*formação artística e científica dos indivíduos*"<sup>26</sup>.

Encontramos dessa forma, em Marx, pela primeira vez na história da filosofia, um conceito de liberdade que não é mais definido a partir da oposição entre a capacidade da vontade humana de autodeterminar seus objetos, e o domínio da necessidade cega.

Chamando a atenção para o fato de que a classe que representa o capital detém o "*monopólio*" das condições socialmente desenvolvidas de auto-desenvolvimento pessoal, Marx acrescenta que só ela tem "*reconhecida a sua liberdade*"<sup>27</sup>.

A liberdade não reside na capacidade de escolha entre possibilidades. Ela se define como característica da atividade que tem nela mesma seu próprio fim, ou seja, que já não mais concerne à satisfação das necessidades materiais. Como tal ela implica na racionalização das necessidades promovida pelo desenvolvimento científico que, sem aboli-las, desubjetiviza o processo da sua satisfação, ou seja, o processo material de produção, reduzindo o trabalho ao estatuto de um mero exercício de administração de coisas ou de gestão de uma produção automatizada.

Por isso, escreve Marx que "*a condição fundamental (do) desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho*"<sup>28</sup>, o que só é possível mediante o aumento da produtividade do trabalho. Esse aumento pode se efetuar seja por aceleração do ritmo do trabalho, seja pelo aperfeiçoamento tecnológico e científico do processo de produção. No primeiro caso, trata-se de uma forma irracional de

---

<sup>26</sup> Idem, p. 229

<sup>27</sup> K, III, 06, p. 941.

<sup>28</sup> K, III, 06, p. 941.

efetuar o aumento necessário da produtividade, pois tem como limite o esgotamento das forças físicas e intelectuais (quando se trata de trabalho intelectual) dos trabalhadores, de tal modo que o tempo livre se resumirá em tempo de descanso, de preparação para nova jornada de trabalho, a vida se resumindo em sobrevivência. Assim escreve Marx que

"a liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados regulam **racionalmente** o trabalho sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana"<sup>29</sup>.

Mas, além do trabalho necessário para satisfazer as necessidades dadas,

"os seguros contra acidentes, a expansão progressiva do processo de reprodução, necessária e correspondente ao desenvolvimento das necessidades e ao crescimento demográfico, exigem determinada quantidade de trabalho excedente"<sup>30</sup>.

Assim só o aumento, proporcionado pela ciência, da produtividade do trabalho, da quantidade de valores de uso produzidos em determinado tempo, permitirá reduzir como um todo a jornada de trabalho sem comprometer a tarefa histórica principal do homem, que é construir o reino da liberdade.

"Mas, (adverte Marx) este esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento é a redução da jornada de trabalho "<sup>31</sup>.

Assim o desenvolvimento das forças humanas como fim em si mesmo depende do desenvolvimento científico que propicia as condições para a redução da jornada de trabalho. Toda a significação da ciência se resumindo no que seu emprego permite, para a liberdade, de se realizar na existência humana desde que esta existência, tornando-se um fim em si mesma, se emancipe da produção o mais automatizada possível. O que limitará então, no comunismo, a automação da produção, será somente o grau de desenvolvimento científico alcançado, e já não mais as contingências econômicas do sistema dos valores de troca. É então que as ciências da natureza se tornarão finalmente humanas, isto é, que terão por objeto a realização do reino da liberdade.

---

<sup>29</sup> G, 2, p. 942

<sup>30</sup> Idem, p. 941

<sup>31</sup> K, III, O6, p. 942

Porque à medida em que essa "*necessidade natural e eterna... de manter a vida humana*"<sup>32</sup>, essa "*criação material incessante dos homens*"<sup>33</sup> tende a se separar da produção das condições materiais da existência, duas coisas que tinham estado unidas ao longo de toda a história do homem começam a se separar no interior da produção capitalista. O "*princípio subjetivo*"<sup>34</sup> do "*processo vital real*"<sup>35</sup>, quer dizer, o trabalho e sua força, abandonam este último à pura objetividade.

A idéia de reapropriação do sentido mesmo da vida através do desenvolvimento economicamente contraditório das forças produtivas no qual a ciência joga um papel fundamental, implica a determinação prévia do que falta ao homem para ser verdadeiramente homem e a delimitação dos meios que permitem cobrir essa lacuna. Ora a ciência é, precisamente, o mais precioso desses meios uma vez que somente seu desenvolvimento - e mais nada - pode propiciar as condições da construção do reino da liberdade, ou seja, do desenvolvimento ao máximo das forças produtivas.

*"Aquilo que os indivíduos são, depende, (escreveu Marx) das condições materiais da sua produção"*<sup>36</sup>.

Mas o que ocorrerá quando o desenvolvimento material inexorável, cientificamente organizado, das forças produtivas objetivas não mais arregimentar a vida, mas, ao contrário, protegê-la do trabalho? Podemos dizer da vida futura, tal como compreendida por Marx, tal qual escreve M. Henry, que "*será uma vida espiritual, ou não será*"<sup>37</sup>. Mas para isso seria preciso fazer notar mais uma vez que a elaboração do conceito de vida, em Marx, obedece às prescrições de uma ontologia da atividade radicalmente espiritualista<sup>38</sup>. A vida é essencialmente atividade. A primeira necessidade da vida é, dessa forma, a atividade que tem um fim em si mesma e que, dessa forma, se opõe ao trabalho. Desde que os indivíduos possam ser liberados da dura obrigação de sustentar a sobrevivência material das suas vidas, quer dizer, desde que possam dispor de tempo livre, não poderão fazer outra coisa que buscar a satisfação das necessidades espirituais da vida, compostas

---

<sup>32</sup> K, Livro 1, Vol. I, p. 50

<sup>33</sup> K, Vol. 1, Livro 1, p. 67.

<sup>34</sup> Idem, p. 433.

<sup>35</sup> G, 2, p. 219

<sup>36</sup> IA, 19.

<sup>37</sup> HENRY, M. Le concept de l'être comme production, Revue philosophique de Louvain, tome 73, février 1975, p. 104-105".

<sup>38</sup> A esse respeito ver o importante livro de G. HAARSCHER, L'Ontologie de Marx. Bruxelles: Université de Bruxelles, 1980.

pelo conjunto de todas as atividades que são para elas mesmas e que tem nelas mesmas, o seu próprio fim tais como a arte, o amor, o conhecimento e a festa.

---

## COMUNICAÇÃO

---

### BRASIL, UTOPIA DO DIÁLOGO <sup>1</sup>

#### Questões de História da Cultura à luz de uma Cosmologia Setecentista

**Plínio Freire Gomes**

Mestrando em História pela USP

*"Nào he possível que as scripturas se aprendam de repente e sem preparos (...) a saber: o ser açoutado, apedrejado, infirmado, incarcerated e o ser levado ao Paraíso; porque sem ver a este, e ouvir nelle os arcanos do Ceo, dos climas, das arvores, dos frutos (...) se não pode saber a Scriptura."*

Pedro de Rates Henequim (1680-1744), colono português nas Minas Gerais condenado pela inquisição como herege e apóstata.

Minha pesquisa nasceu das indicações contidas em três parágrafos do "Prefácio" à *Visão do Paraíso*. Trata-se da passagem onde Sérgio Buarque de Holanda faz um rápido comentário sobre o processo de declínio do imaginário geográfico cujos contornos são delineados no restante da obra. Esse organismo que resultou do entrelaçamento de lendas relacionadas aos tesouros do Oriente, às Ilhas afortunadas da Antiguidade clássica e ao Paraíso bíblico começaria a perder seu vigor durante os anos que se seguiram à conquista da América. Era como se o principal horizonte utópico dos peregrinos medievais e também dos descobridores renascentistas não resistisse à dura realidade da colonização<sup>2</sup>.

Mesmo assim, o sonho de localizar o cenário onde Adão e Eva viveram antes da Queda continuaria ativo na pena de vários cronistas. Sérgio Buarque lembra que, em meados do século XVII, o espanhol Antonio León Pinelo escreveu um longo tratado para provar a tese segundo a qual os Jardins do Éden estariam situados na região amazônica. O simples fato de o continente sul-americano possuir a forma aproximada de um dos principais símbolos do cristianismo - o coração - já servia, no entender de Pinelo, para cercá-lo em mistério e sacralidade. Seu

---

<sup>1</sup> Parte desta comunicação foi apresentada na abertura dos Seminários de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade de São Paulo, ocorrida no dia 25 de agosto de 1993. Muitas das sugestões dadas pelos colegas e também pelas professoras Mary Del Priore e Janice Theodoro da Silva foram incorporadas na presente versão; a todos, quero expressar meus agradecimentos.

<sup>2</sup> Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do Paraíso*. 4a ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985, pp. XXIII-XXIV.

contemporâneo Simão de Vasconcelos concluiu que, dada a dificuldade dos autores antigos em assinalar a posição do delicioso horto, este só poderia estar escondido nas ainda pouco conhecidas terras do Novo Mundo<sup>3</sup>.

Com o alvorecer do século XVIII, as pistas sobre as quimeras edênicas se tornaram cada vez mais escassas. Submetido às injunções da exploração mercantilista, o verdejante Paraíso que encantou os descobridores continuava a revelar sua face infernal. Nas violências do eito, no confronto de culturas antagônicas e nos desmandos da população branca, o europeu podia entrever a imagem caótica de um mundo virado de ponta-cabeça. Enquanto isso, as Luzes irradiadas a partir de autores franceses e ingleses começavam a exigir a substituição da fantasia pela objetividade cética do experimentalismo.

Em meio às rudezas desse solo tão impróprio ao surgimento do maravilhoso, Sérgio Buarque detecta a existência de um ex-colono português que não se deixou abater. Chamava-se Pedro de Rates Henequim e, preso por ordem do Santo Ofício no ano de 1741, declarou ter encontrado nas andanças que fez pelo Brasil inúmeras provas concernentes à localização do Éden. Assim, o fruto do Bem e do Mal que atiçou o apetite dos nossos primeiros pais seria uma iguaria muito comum naquelas paragens: a banana. Quanto aos rios assinalados pela Escritura, ele não teve dificuldade em identificá-los com o Amazonas, o São Francisco e outros. Já nas pisadas humanas que os jesuítas erroneamente atribuíam a São Tomé, Henequim enxergava os vestígios gravados pelos pés de Adão em sua fuga a Jerusalém depois de cometer o pecado original.

Sérgio Buarque informava ainda que o tal ex-colono teria se envolvido numa misteriosa trama contra a soberania de D.João V. Ao que parece, antecipando em meio século os episódios da Inconfidência Mineira, o objetivo da conjura seria aclamar o infante D.Manuel rei do Brasil. E, caso saísse vitoriosa, ele desencadearia já a ruptura dos nossos laços com a metrópole.

Quando li os três parágrafos nos quais as peripécias desse personagem fabuloso são resumidas, tive a sensação de esbarrar numa das preciosidades oferecidas pelo inesgotável manancial que é a *Visão do Paraíso*. Apesar de bastante vagos, todos os indícios apontavam na direção de alguém quase desconhecido, mas dotado da mais alta densidade histórica. Henequim poderia vir a ser um ponto de contato privilegiado - talvez o único - na tentativa de escuta o eco de certas vozes que não sobreviveram ao desgaste do tempo.

---

<sup>3</sup> idem. p.XXII.

Restava saber apenas se a documentação onde suas idéias foram transcritas se prestava a semelhante sondagem. Pois só há um meio de reconstituir o que ele dizia: consultar os registros do mesmo pleito que serviu para silenciá-lo. Embora seja desnecessário insistir aqui no papel ideológico do aparelho inquisitorial, é óbvio que as distorções inerentes ao seu funcionamento poderiam comprometer a credibilidade da minha fonte. De fato, eu estava me defrontando com um obstáculo que já atormentou muitos autores. Gustav Henningsen, por exemplo, destacaria a presença de filtros lingüísticos, culturais e burocráticos que se interpusessem entre a fala do depoente e o trabalho de compilação dos notários<sup>4</sup>. Carlo Ginzburg chegou inclusive a pensar na ritualística dos interrogatórios como uma permanente busca de soluções de compromisso, na medida em que o réu era implicitamente pressionado a zdequar-se às expectativas e crenças do próprio inquisidor<sup>5</sup>.

Preparado para o pior, eu me debrucei sobre os autos relativos ao caso Henequim - cujo microfilme, diga-se de passagem, só veio de Portugal a duras penas<sup>6</sup>. Qual não foi minha surpresa ao constatar que o documento colocava dificuldades de natureza inteiramente diversa. Sem dúvida, a sombra dos chamados "filtros" inquisitoriais também recobre parte do seu conteúdo. Existem lacunas sobre certos temas melindrosos e depoimentos estereotipados, como se as testemunhas fossem induzidas a fornecer a resposta mais conveniente. Contudo, na condição de réu, Henequim teve o inverso do comportamento esperado: longe de exprimir-se com a devida parcimônia, procurando acentuar os pontos de concordância que o aproximassem dos inquisidores, decidiu abrir o jogo.

Certo de haver sido iluminado pelo Espírito Santo, ele interpretou o interesse da justiça religiosa em investigá-lo como uma autêntica benção. Era a oportunidade que esperava para revelar à Igreja o perfeito entendimento das Escrituras. Afinal, os inquisidores não estavam lidando com qualquer um. Logo nos primeiros interrogatórios, Henequim apresentou-se como o maior de todos os profetas que vieram ao mundo desde Moisés. Por isso, mais do que uma defesa contra as acusações, seu discurso tinha o claro objetivo de desafiar os membros da Mesa ao debate. Em alto e bom som, declarou inúmeras vezes que desejava transformar aquele julgamento numa disputa pública. Exigia ainda que a mesma se

---

<sup>4</sup> G.Henningsen. "Porque estudar la Inquisicion." Ex.da palestra proferida pelo autor durante o I Congresso Luso-Brasileiro da Inquisição em São Paulo, maio de 1987, p. 10.

<sup>5</sup> C.Ginzburg. "Feitiçaria e Piedade Popular". *Mitos Emblemas Sinais*, trad., São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 15-39.

<sup>6</sup> O processo Henequim se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, arquivado sob o número 4.864. Mas, dada a impossibilidade de obter bolsa de viagem em nível de mestrado, tive que contar com o apoio inestimável dos colegas Tiago R. Miranda e Patrícia A. Maia para conseguir uma cópia do documento.

realizasse em Roma, pois só um concílio assistido pelo papa teria condições de deliberar acerca das gravíssimas matérias que Deus o incumbira de esclarecer.

É, portanto, a singularidade do perfil psicológico de Henequim que torna esse documento tão especial. Ele estava trazendo à tona elementos mentais que situavam-se muito além da ideologia abraçada pela Igreja. E os inquisidores inadvertidamente acabaram por anexar entre seus filtros e pressões incriminalizadoras um código clandestino pronto para ser resgatado. Começavam a surgir aqui as dificuldades a que me referi há pouco. Antes de mais nada, era preciso vencer minha ignorância em paleografia, já que o processo que se estende por quase mil páginas foi redigido com várias letras diferentes. Porém, acima de tudo, era necessário compreender o significado das excêntricas opiniões que Henequim havia sustentado.

A súpula do seu pensamento (que, para nossa sorte, seria incluída nos autos) totalizava 101 teses sobre os mais variados assuntos da fé. Como pude constatar, elas faziam parte de uma complexa cosmologia que ultrapassava em muito os fragmentos pincelados pelo mestre Sérgio Buarque. Além de evocar o Paraíso Terrestre, Henequim teceu detalhados comentários em torno da criação dos seres espirituais e do homem. Profetizou também as circunstâncias do fim dos tempos, dizendo que o Quinto Império aconteceria em território brasileiro. Para os condenados previu a remissão universal, pois seriam apagadas as chamas do Inferno e os próprios demônios retornariam de suas profundezas salvos pela graça de Deus.

Mas existem outros temas que mereceram a atenção do nosso herege. O seu ponto de partida parecia ser a idéia de que o mundo estava rigidamente dividido entre dois princípios fundamentais - o masculino e o feminino. Na Santíssima Trindade, por exemplo, Cristo era macho e o Espírito Santo fêmea. Em consequência disso, ao contrário dos ensinamentos da Igreja, Deus Pai não interviu na criação do gênero humano, nem seria correta a crença de que a primeira mulher nasceu da costela de um homem: Adão e Eva foram formados de modo autônomo, cada qual pelo seu equivalente divino.

Abrangendo todas as criaturas físicas, esta divisão igualmente deveria vigorar para as metafísicas. Discutir o sexo dos anjos era, com efeito, uma das preocupações centrais de Henequim. Segundo ele, os mensageiros de Deus também foram feitos de terra, possuíam carne (mesmo que espiritual) e precisavam alimentar-se como nós. Por fim, acrescentava que a corte celeste seria povoada de entidades perfeitamente corpóreas. Tanto os bem-aventurados, quanto as Pessoas Divinas tinham cabeça, braços, pernas e, é claro, atributos sexuais.

Contudo, o tema sobre o qual ele meditou de forma mais cuidadosa diz respeito à figura da Virgem Maria. Acreditava inclusive que chegaria a ser consagrado santo por louvá-la com toda correção. Na sua cosmologia, ao invés de limitar-se a gerar o Messias, aquela mulher era o próprio Espírito Santo encarnado. Ou, dito de outro modo, Henequim a considerava uma deusa em pleno gozo das suas prerrogativas, porque, representando a mais sublime união da humanidade e da divindade, até Deus Pai lhe devia respeito.

O ideário de Henequim ainda prossegue por muitas trilhas. Na verdade, as concepções que acabo de expor correspondem no máximo à décima parte das teses descobertas pelos inquisidores. De qualquer forma, talvez seja o momento de retomar aqui a pergunta que fiz logo no início da pesquisa: como e porque doutrinas tão exóticas foram parar na boca dele?

Embora gostasse de discorrer sobre heresias, Henequim tornava-se bastante lacônico quando se tratava de indicar sua fonte de inspiração. Como convinha a um grande profeta, ele dizia apenas ter sido iluminado pelo Espírito Santo. Já os inquisidores concluía que, por trás de tudo, havia fortes indícios de influência demoníaca. Evidentemente, nós não precisamos concordar com nenhuma das duas explicações, antes pelo contrário: na medida em que ampliamos nosso foco de análise, começamos a encontrar inúmeros pontos de contato entre Henequim e alguns dos seus contemporâneos. A substância com a qual sua cosmologia foi preenchida era formada pelo eco de crenças que ele certamente escutou ao longo da vida.

Para citar um exemplo, lembrava que a tendência de imaginar os espíritos como seres corporais não era nada incomum. Quando estudou o pensamento do hoje célebre moleiro friulano Menocchio, Ginzburg sugeriu que a visão materialista do Além seria uma das principais características da tradição oral difundida nas camadas camponesas<sup>7</sup>. E, de fato, o paralelo ou - na terminologia ginzburguiana - o "isomorfismo"<sup>8</sup> que desponta entre os dois personagens chega a ser surpreendente. Se Henequim concebia espíritos feitos de carne e dotados de cabeça, tronco e membros. Menocchio retrucava: "o que é esse Deus Todo-Poderoso além de água, terra e ar?"

---

<sup>7</sup> C.Ginzburg. *O Queijo e os Vermes*, trad., São Paulo: Companhia das Letras, 1987

<sup>8</sup> Sobre os aspectos teóricos da análise morfológica q. v. *História Noturna*. trad., São Paulo: Companhia das Letras, 1991, pp. 25-37.

Passando agora ao contexto do Brasil Colônia, poderemos encontrar manifestações ainda mais similares. Ao analisar o universo da religiosidade popular, Laura de Mello e Souza se deparou com o caso da cigana Apolônia Bustamante que, em dias de chuva, costumava dizer: "bendito sea el carajo de mi señor Jesu Christo que agora mija sobre mi"<sup>9</sup>. Em Portugal, quase cem anos antes de Henequim ser preso, uma visionária de nome Francisca Cotta declarou aos inquisidores que, para pedir clemência aos habitantes de certa vila, "a Virgem Nossa Senhora andava de joelhos com os peitos de fora"<sup>10</sup>.

Portanto, na base da representação fisiológica dos espíritos proposta por Henequim, é bem provável que haja um amplo substrato cultural. O pênis de Cristo, os peitos da Virgem e o sexo dos anjos não estão indicando relações meramente analógicas, mas sim concretas. Sob as coerções da ideologia dominante, devia existir um conjunto relativamente articulado de crenças que - através de canções, gravuras, simples conversas ou ricos acervos mitológicos - era capaz de romper várias fronteiras espaciais e temporais<sup>11</sup>.

Ocorre que a cultura popular não foi a única matriz a inspirar Henequim. Sua erudição surpreendeu até mesmo os agentes (ou "familiares") do Santo Ofício que o denunciaram, pois era capaz de citar de memória - e em latim - trechos inteiros da Bíblia. Fazia também questão de cotejá-la com o texto original em hebraico. Vale observar ainda que ele chegou a pedir à Mesa para responder aos interrogatórios por escrito: embora fosse muito loquaz, Henequim evidentemente não queria ser associado ao domínio da oralidade.

Por outro lado, essa indefinição entre o erudito e o popular ainda ganhava o colorido de uma intrincada série de influências díspares. Além da língua hebraica, ele sabia manipular conhecimentos que haviam sido gestados por certas correntes místicas do judaísmo. De fato, a cabala e as chamadas "visões da *Mercabá*" tiveram um peso importantíssimo no seu pensamento. Em menor grau de intensidade, ainda é possível perceber ali ressonâncias calvinistas (especialmente no que tange ao descrédito da eucaristia) e até mesmo algum conhecimento dos ritos indígenas na colônia (seus escritos heréticos associavam o *cauim* ao vinho do *Cântico dos Cânticos*).

---

<sup>9</sup> Laura de Mello e Souza. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p.108

<sup>10</sup> Idem. "Entre o êxtase e o combate: visionárias portuguesas do século XVII" In: NOVINSKY, Anita & CARNEIRO, M.L. Tucci (orgs.). *Inquisição: Ensaio Sobre Mentalidade, Heresias e Arte*. São Paulo: EDUSP, 1992, p.772

<sup>11</sup> Sem dúvida, é difícil sabermos hoje como estas tradições eram transmitidas. Mas, ao estudar as permanências da cultura popular, Peter Burke nos fornece algumas pistas. V. *Cultura Popular na Idade Moderna*, trad., São Paulo: Companhia das Letras, pp. 115-139.

Tais alusões de roupagem protestante que mesclavam o catolicismo e o judaísmo com elementos da fé gentílica nos conduzem para uma questão teórica muito bem delineada: o problema da "transculturização"<sup>12</sup>. As realidades que Henequim conheceu nas duas margens do Atlântico estavam fracionadas por diferenças quase intransponíveis. Não nos esqueçamos de que os inúmeros grupos humanos enredados pelo império colonial português possuíam expectativas políticas e posturas existenciais desconexas. Assim, enquanto a Coroa procurava se impor através de um aparato ideológico, seus súditos tendiam a reativar antigos costumes e a construir visões de mundo originais. É o esforço de solucionar os impasses deste permanente processo de atrito que constitui a essência do pensamento henequiniano.

Mas imbricado à questão teórica, havia um obstáculo conceitual. Como caracterizar aquela grande miscelânea? Qual termo poderia explicitar o fato de que as relações transculturais são definidas simultaneamente pelo primado da tensão e da troca? Roger Bastide já enfrentou dificuldades semelhantes ao estudar a profunda reformulação que os cultos africanos sofreram no Brasil<sup>13</sup>. A ruptura com os laços coletivos e, sobretudo, o impacto do cativo levou os escravos a camuflarem os orixás nos santos católicos, preservando suas tradições com base na mesma doutrina que tentava suprimi-las. Para descrever esse fenômeno de mão dupla, Bastide acabaria inspirando vários autores que se debruçaram sobre o tema da religiosidade na colônia ao utilizar a noção de "sincretismo cultural"<sup>14</sup>.

De certa forma, a experiência ultramarina do nosso herege não devia estar muito afastada daquela que obrigou os negros a redimensionarem as crenças trazidas da África. Submerso num exuberante festim de etnias, Henequim também se viu forçado a assimilar novos parâmetros de explicação para o natural e o sobrenatural. A noção de sincretismo, entretanto, tem a desvantagem de sugerir que os contatos culturais produzem uma mistura inarticulada. Ao expressar apenas a idéia de "fusão" entre elementos heterogêneos, ela exclui o conjunto de seleções e recusas que, de modo mais ou menos consciente, estaria guiando seus desdobramentos.

---

<sup>12</sup> Adoto aqui um neologismo criado pelo antropólogo cubano Fernando Ortiz para designar o contágio entre duas ou mais culturas. Rompendo com o termo "aculturação" - que pressupõe a supressão de uma cultura pela outra -, a palavra "transculturização" indica a existência de múltiplas transatividades entre as partes envolvidas. Cf. IZNAGA, Diana. *Transculturación en Fernando Ortiz*. Habana: Editorial de Ciências Sociales, 1989, pp. 43-65. (Devo esta indicação a Iris Kantor).

<sup>13</sup> BASTIDE, R. *As Religiões Africanas no Brasil*, trad., 3a. edição, São Paulo: Pioneira, 1989.

<sup>14</sup> Entre os seguidores de Bastide poderíamos incluir Laura de Mello e Souza, Ronaldo Vainfas e Luiz Mott, apenas para citar os nomes mais expressivos.

Bem mais adequado, me parece, seria emprestarmos uma categoria desenvolvida por Mikhail Bakhtin no domínio dos estudos literários. Refiro-me ao conceito de "dialogicidade", cunhado com o objetivo de designar qualquer tipo de narrativa onde o duelo de consciências não admite vencidos nem vencedores<sup>15</sup>. Em outras palavras, o que emerge da escrita dialógica são os rumores de um conflito irreduzível no qual todas as vozes se combinam ou se repelem, mas nunca enunciam às suas principais antinomias.

O mesmo pode ser dito para as manifestações transculturais que Henequim presenciou de maneira tão direta. Longe de estar apenas reproduzindo arbitrariamente as diversas influências que recebeu, ele procurava ordená-las segundo uma racionalidade muito própria. Munido com a certeza de possuir importantes verdades proféticas, queria polemizar contra tudo e contra todos: seus impertinentes desafios os juizes, além da sua pretensão de convocar um concílio, sugerem que estava bastante acostumado a encontrar interlocutores.

Se levarmos em conta o caráter ambíguo da sua formação, isto fica ainda mais evidente. Filho bastardo de pai protestante e mãe católica, o pequeno Pedro Rates passaria a infância oscilando entre os ensinamentos de ambas as fés. Recebeu, portanto, uma educação religiosa singularmente rica, embora sempre bifacetada. Quando atingiu a idade adulta, foi aconselhado pelo confessor a tentar a sorte no Brasil para bem de sua salvação. Contudo, ao safar-se da heresia reformista, acabou caindo num mundo repleto de impiedades. Henequim participaria da tumultuária corrida do ouro que ocupou as recém-descobertas Minas Gerais. De 1702 a 1722, ele teve oportunidade de testemunhar o cotidiano de uma população multirracial que vivia a vagar pelos aluviões e só conhecia a lei da força<sup>16</sup>. Em meio a esse babélico caldo de culturas é que germinou sua ansiedade mística. O confronto com o turbilhão de valores, crenças e línguas que afluíam às Gerais o obrigou a se servir de seu vasto (mas incerto) saber bíblico. E também a incorporar muito daquilo que os indivíduos com os quais teve de debater estavam dizendo.

É interessante observar, aliás, como sua visão de mundo já implicava uma autêntica ontologia da diferença. Ao classificar todos os seres em macho e fêmeas, Henequim estava abolindo qualquer idéia de neutralidade. Era como se nada pudesse existir sem tomar partido nas duas metades que recortavam o universo. Haveria inclusive, segundo ele, uma espécie de divisão sexual do trabalho para os

---

<sup>15</sup> BAKHTIN, M. *Problemas da Poética de Dostoiévski*, trad., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981; v. sobretudo p.13.

<sup>16</sup> V., por exemplo, VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1904.

espíritos. Anjos e demônios apenas agiriam sobre os humanos conforme o caráter de sua genitália. O mesmo raciocínio ainda valia para a salvação da alma, dado que o redentor dos homens é Cristo e das mulheres, a Virgem. Nem o próprio dogma do Deus trinitário escapava de ter Sua natureza una dissecada por Henequim: Pai, Filho e Espírito Santo passam a pertencer agora a gêneros distintos.

Difícil é entender por que ele escolheu a imagem harmônica do Paraíso Terreal para representar um território onde havia tantos contrastes. Afinal, naquele espaço abençoado deveriam vigorar a paz e o equilíbrio absoluto de uma primavera que nunca era perturbada por frio ou calor (*non ibi frigus non aestus*, segundo a fórmula adotada desde a antiguidade)<sup>17</sup>. E só o que os ares do Brasil podiam lembrar ao europeu era o tempestuoso clima das câmaras infernais, pois, quando não forçavam seu espírito a arder em intolerâncias, o mergulhavam no dilúvio do desgoverno e da miscigenação. Mas para Henequim, ao contrário, as alteridades estavam inscritas na própria essência divina e formavam a base de todas as coisas: nada mais natural quetambém estivessem presentes no Éden.

Talvez fossem elas os "arcãos do Ceo" que o nosso personagem alegou ter ouvido na colônia e que acabaram por transformá-lo num profeta. Após viver vários anos sob o signo do múltiplo, ele parecia convencido de que o debate com o outro ("o ser açoutado, apedrejado, infirmado") era fundamental para o entendimento da palavra de Deus. Não por acaso suas idéias heréticas postulavam que a Bíblia traria uma marca dialógica perfeitamente comparável à das obras teatrais: conforme dizia, "a Scriptura Sagrada lhe como hum livro de comédias, porque nella fala todo o visível e o invisível". E entre as vozes que tinham direito de participar com o Divino Verbo no enorme coro polifônico da Criação, constava uma indistinta seqüência de deuses, anjos, demônios, santos, condenados, homens, mulheres<sup>18</sup>.

Nesta requintada alegoria, nós podemos facilmente vislumbrar o tenso emaranhado de culturas que perpassava o Brasil. Henequim tornou-se um novo Moisés porque sempre esteve atento às diversidades. Porque soube perceber em meio àquelas paisagens paradisíacas não o caminho da perdição, mas sim a emergência de uma possível utopia do diálogo.

\* \* \*

---

<sup>17</sup> Cf. HOLANDA, Sérgio B. de. *Op. cit.*, pp. 144-178 e passim.

<sup>18</sup> Estou resumindo aqui o teor da proposição I: 44, que figurava no conjunto das 101 teses apreendidas pelo Santo Ofício.

Para finalizar, gostaria de especificar melhor as metas da minha pesquisa. Antes de mais nada, devo reconhecer que a ambígua biografia de Henequim tinha muito de particular. Seria equivocado supor que ele fosse representativo de qualquer um dos grupos com os quais esteve em contato. Porém, é precisamente por isso que seu caso guarda relevância histórica. O caráter excepcional da sua existência nos coloca diante de alguém que teve a oportunidade de lançar um olhar distanciado sobre os próprios contemporâneos. Nesse sentido, a cosmologia que ele elaborou permite fazer uma leitura a contrapelo do universo mental luso-brasileiro.

Ainda que surpreendam pela excentricidade, suas concepções revelam com grande nitidez os fragmentos de outras visões de mundo situadas muito além dos jardins conceituais da elite. E, portanto, nos ajudam a recuperar os sonhos e apreensões que subjaziam à sociedade da época.

Entretanto, o curioso para nós do século XX é perceber que, em pleno iluminismo e também em pleno vigor do regime colonial, apareceu um português disposto a identificar justamente o Brasil com as maravilhas do Éden. Mais curioso ainda é constatar que este caótico fim de mundo foi decisivo na montagem do seu pensamento. Aqui ele acabaria recebendo o influxo dos atritos entre negros, índios, mestiços, gentes de toda casta. E as incertezas que o cercavam desde menino seriam exacerbadas por uma verdadeira avalanche de padrões culturais antagônicos. Seu anseio em desvendar os mistérios do cosmo nasceu da angústia de oferecer alguma coerência orgânica às incontáveis vozes que dialogavam (e se digladiavam) em torno dele.

Certamente, não é mais nesse sentido de ordem que nós deveremos buscar seu maior legado. Do nosso ponto de vista, as doutrinas pelas quais ele morreu são tão fantasiosas quanto extravagantes. Mas seu fascínio ante a multifacetada realidade cultural do Brasil continua a ser sugestiva. Talvez tenha sido por viver dentro dela que Henequim ousou perverter boa parte dos pressupostos mentais propagados pela camada dominante. O que a experiência dele nos ensina tem muito a ver com o potencial corrosivo desta terra tão rica no fazer hereges. Ou, parafraseando Lévi-Strauss, poderíamos concluir que, assim como existem países bons para morar, outros são bons para pensar.

---

## COMUNICAÇÃO

---

### EL ESTUDIO DE LAS SOCIEDADES INDIGENAS EN LAS ESCUELAS ARGENTINAS

**Irina Podgorny & Cecilia Pérez de Micou**

Becaria CONICET - Univ. de La Plata / Investigadora CONICET - Univ. de Buenos Aires.

En este trabajo se presentan las conclusiones obtenidas en la Mesa Redonda "El pasado indígena en los lineamientos curriculares de educación básica de la República Argentina" que se realizó durante el *X Congreso Nacional de Arqueología*, en Catamarca entre el 12 y el 16 de agosto de 1991. En esta ocasión los arqueólogos profesionales argentinos se propusieron por primera vez analizar la presencia de la temática arqueológica en los programas de enseñanza primaria (seis a trece años de edad) y secundaria (14 a 18 años).

Los nueve Congresos Nacionales previos y diversas Jornadas de Arqueología que tuvieron lugar en los últimos veinte años son evidencia de la significativa producción de información por parte de los arqueólogos argentinos. Sus estudios abarcan tanto segmentos correspondientes al poblamiento más temprano del territorio como las sociedades indígenas del siglo pasado. Uno de los objetivos de la Mesa Redonda fue analizar de que manera la información producida desde la investigación arqueológica es recibida en los medios de educación.

#### INTRODUCCION

Mientras que la historia americana anterior a la conquista europea no puede describirse en términos uniformes dado que los desarrollos regionales fueron independientes en mayor o menor grado, la historia posterior muestra marcadas convergencias. Los procesos de conquista y colonización, las administraciones coloniales y los mismo movimientos independentistas se inscriben en la dinámica de la historia económica y social del mundo occidental.

La formación de los estados nacionales implicó en todos los casos la creación de organizaciones políticas, productivas y culturales que, a pesar de sus rasgos distintos tuvieron en común el establecimiento de estructuras dependientes de las economías europeas. Es dentro de este marco que creemos necesario analizar los problemas particulares de la historia intelectual de nuestros países ya que

seguramente ésta mostrará convergencias similares a las que conocemos en otras esferas.

Entre esos puntos en común podemos contar las teorías que algunos de los intelectuales latinoamericanos de fines del siglo pasado elaboraron promoviendo y sustentando las políticas inmigratorias de los nuevos estados (ver por ejemplo para el caso argentino Alberdi [1852] 1915). Esta política inmigratoria de "reemplazo poblacional" implicó: a) la desvalorización de los habitantes nativos (criollos, mulatos, indígenas, etc.); b) la ponderación de los nordeuropeos, c) el montaje de un aparato de propaganda en el exterior; d) la marginación o el exterminio sistemático de las poblaciones nativas; e) la construcción de una imagen "étnica" de nuestros países que negaba la presencia india y negra (Skidmore [1974] 1976). Los extensos territorios poblados por indígenas que el Estado no dominaba efectivamente (ver por ejemplo Powell 1968 para el caso mexicano) fueron calificados como "desiertos" y ofrecidos para su explotación a los colonos europeos.

Al menos en Argentina, la consolidación del Estado Nacional se basó entre otras cosas en la implementación de un proyecto de educación pública obligatoria, cuyos objetivos y contenidos manifestaban claramente las ideologías y valores dominantes.

Así por ejemplo en los manuales de doctrina cívica de 1910 se enseñaba :

"Maestro: ?Cuál es la población actual de la República argentina ?

Alumno: Mi patria, señor, ha llegado- en menos de un siglo de vida independiente - a tener una población de algo más de seis millones de habitantes.

Maestro: ? Cuántos 'indios salvajes' hay actualmente en nuestro país ?

Alumno: ! Ni uno solo ! La República Argentina es la única Nación Americana que no tiene indios salvajes dentro de sus fronteras." (de Vedia 1910: 17-18 ).

La pregunta acerca de *quiénes eran los argentinos* fue una constante en los programas y textos educativos nacionales, en cuya respuesta fueron excluidos diversos sectores sociales según los distintos momentos políticos.

## **LA ESTRUCTURA EDUCATIVA EN LA ARGENTINA ACTUAL**

La República Argentina está dividida administrativamente en 23 provincias y una Capital Federal, la ciudad de Buenos Aires. La población tiene un importante componente español e italiano procedente de las oleadas migratorias

que comenzaron a fines del siglo pasado y se prolongaron hasta los años posteriores a la segunda guerra mundial. La despoblación indígena fue gradual y sistemática. Se inició en el Siglo XVI con los conquistadores españoles que ingresaron en el actual territorio argentino y tuvo sus últimas expresiones como expediciones militares en las "conquistas del Desierto" y del Chaco de fines del siglo pasado. Hoy la indiferencia hacia las minorías indígenas continúa de manera más sutil las políticas heredadas.

Hasta el presente el gobierno nacional participa de diversos modos en la administración educativa provincial. Hasta 1976 esa participación en términos económicos era del 50%. A partir de 1978, el gobierno militar reduce ese porcentaje transfiriendo la escuelas primarias a las jurisdicciones educativas provinciales. (Podgorny 1990).

Teniendo en cuenta que, desde 1978, cada provincia maneja la educación primaria independientemente de las otras y, también, del Estado Nacional, se invitó a un arqueólogo por cada una de las 23 provincias, con miras a obtener un panorama completo de los lineamientos curriculares de las jurisdicciones educativas del país.

En este trabajo presentaremos el diagnóstico preliminar sobre la base de los datos recibidos de las provincias que concurrieron a la Mesa Redonda mencionada arriba.<sup>1</sup>

## ORGANIZACION DE LA INFORMACION

La información relevada se organizó de acuerdo con la siguiente guía :

- a) Características del sistema educativo de las provincias.
- b) Relevamiento de la presencia/ausencia del pasado indígena y de la arqueología en los programas de estudio escolares.

---

<sup>1</sup> Son autores de los informes que se presentaron a la Mesa Redonda: Jujuy: María Ester Albeck, Ana María González, Mirta Ana Seca; Buenos Aires: Nora Flegenheimer, C. Lionel Caruk; Santa Fe: Inés Maldonado; Santa Cruz: Flavia Carballo, Susana Martínez, Federico Muñoz; Mendoza: Víctor Durán, M. Bauzá, V. Cortegoso, C. Gómez; La Rioja: Adriana Calegari, Gabriela Raviña; La Pampa: Mónica Berón, María Inés Poduje, Silvia Crochetti; Tucumán: Ana B. Barraza de Fonts, Hilda Garrido de Biazzo; Chaco y Formosa: Nélide Carrió. Todos estos informes fueron publicados en *Shincal* 3, número especial en adhesión al X Congreso Nacional de Arqueología Argentina, Escuela de Arqueología. Universidad Nacional de Catamarca, 1991.

c) Presentación y organización de la enseñanza del pasado indígena.

Podemos sintetizar la información recibida del siguiente modo :

**a) Los sistemas educativos provinciales**

En nuestro país existe un Ministerio de Educación a nivel nacional. A su vez, cada gobierno provincial cuenta con un área de gobierno dedicada a Educación. En cada provincia la educación tiene un ramo diferente, en algunas aparece como Ministerio, mientras que en otras como Secretaria o Dirección.

El presupuesto nacional y provincial mantiene a las escuelas públicas y subvenciona a algunas privadas. Estas últimas, además, siguen los lineamientos generales de los programas vigentes en la educación estatal. Algunas Universidades Nacionales mantienen también escuelas primarias y secundarias.

Por lo tanto coexisten en cada provincia escuelas dependiente del Ministerio de Educación de la Nación, con escuelas universitarias, escuelas provinciales propiamente dichas y escuelas privadas (confesionales y laicas).

Otro punto a destacar es la diversificación funcional y jerárquica de las dependencias educativas gubernamentales. Tal el caso de la Provincia de Santa Cruz. "El sistema educativo provincial se subdivide en los siguientes entes" Secretaria de Educación; Unidad de Planeamiento Educativo; Consejo Provincial de Educación. Del primero de ellos dependen las Direcciones Provinciales de educación : inicial, Primaria, secundaria, especial, rural y adultos (...) el Consejo tiene facultades para aprobar los planes de estudio y contenidos mínimos, las reglamentaciones y la designación de docentes. La UPLADE tiene la función de elaborar los planes de estudio, contenidos mínimos, documentos de apoyo docente, etc." (Carballo et al. 1991 :246)

**b) Presencia / ausencia del pasado indígena y de la Arqueología**

La encuesta se realizó a partir de documentos oficiales: lineamientos curriculares, documentos de apoyo; en el caso de las provincias que no tuvieran programas desarrollados, se analizaron los contenidos mínimos.

En las provincias de Santa Cruz, Chaco y Formosa se analizaron currícula regionalizados del Area de Estudios Sociales,. Estos consisten en programas adaptados a la región o zona en la que se está dando clase.

De los distintos análisis se puede extraer una constante en el sentido de que todos señalan la presencia del estudio del pasado indígena, aunque seguramente también coincidirían en señalar que se trata de una presencia mutilada. La Arqueología, en cambio, no está presente en los programas de enseñanza primaria ni secundaria, salvo en la Provincia de Buenos Aires donde se la relaciona con una manera particular de recuperar el pasado a partir de los restos materiales. (Flegenheimer 1991 y Podgorny, e.p.)

### **c) Presentación y organización de la enseñanza del pasado indígena**

En todas las provincias consideradas el tema de la población aborígen se incluye en el Área de los Estudios o Ciencias Sociales de la Escuela Primaria, mientras que en la secundaria, en las Materias Historia y Educación Cívica. En el primer caso a partir de Cuarto Grado (nueve años de edad), cuando desde las disposiciones ministeriales se considera que el niño puede comprender las nociones de tiempo y espacio.

Sin embargo, los contenidos sobre los indígenas, se presentan sin una referencia temporal concreta. En general, se relatan a modo de inventario los rasgos "espirituales" (ritos, música, creencias) de los pueblos indígenas contemporáneos con la conquista (Siglo XVI) y con el avance de la frontera nacional (Siglo XIX), sin considerar las relaciones sincrónicas y diacrónicas posibles. Coronando esta confusión temporal, se termina con el estudio de los Mayas, Incas y Aztecas, ratificando el presupuesto que se asocia lo más complejo = lo más moderno.

En tres de las provincias estudiadas (Santa Fe, La Rioja y Jujuy) la evangelización es el capítulo final de la "historia indígena".

Otra constante es la falta de recursos didácticos. La ausencia de bibliografía específica y de centros de documentación accesibles, impide a los maestros interesados introducir de otra manera esta temática en la escuela. La bibliografía con la que se cuenta son los Manuales generales y los suplementos provinciales editados en la Ciudad de Buenos Aires y con trabajos de síntesis desactualizados. Las provincias que han editado materiales educativos lo han hecho tomando aspectos parciales como las artesanías, música, vocabulario.

Los canales no formales de educación arrastran también los mismo problemas: museos con criterios de exhibición perimidos y cuyas exhibiciones

contienen errores conceptuales (valoraciones negativas, información desactualizada); archivos desorganizados; cursos de actualización asistemáticos.

Si bien todas las provincias argentinas cuentan con sitios arqueológicos de distintos tipos, constituyendo para algunas una presencia casi ininterrumpida a lo largo de sus territorios, sólo una utiliza la visita a los sitios como recurso didáctico y otra lo hace fomentando la recolección de materiales indígenas.

En los institutos de formación docente el problema se presenta de la misma manera. Finalmente todo parece señalar que la responsabilidad de la enseñanza de este y de todos los temas, se va derivando de estamento en estamento, hasta quedar en manos del maestro la decisión final de considerarlos o no.

### CONSIDERACIONES FINALES

Podemos subrayar que todos los currícula mencionan el estudio de los pueblos aborígenes. Esta **mención** no debe confundirse con una inclusión desde el punto de vista de la definición de "pasado excluido" de Stone & Mackenzie (1990). Desde el momento en que los pueblos aborígenes se estudian como parte de un pasado remoto prehistórico en cuya configuración los indígenas contemporáneos no intervienen, ese pasado es una historia estereotipada. Las minorías indígenas de la República Argentina como resultado de años de marginación sistemática todavía no son consideradas por el resto de la población como parte integrante de la nacionalidad.

Las nuevas tendencias en historia y en políticas culturales han abierto estos campos a la voz de los grupos tradicionalmente excluidos no sólo del pasado sino de la participación en las decisiones del presente.

### BIBLIOGRAFIA

ALBERDI, J.B. (1852) *Bases de partida para la organización política de la República Argentina*. Buenos Aires: La Cultura Argentina, 1915

CARBALLO, F.; MARTÍNEZ, S y MUÑOZ, F. "La enseñanza de la arqueología. El problema santacruceño." *Shincal* 3: 244-250. Escuela de Arqueología. Universidad Nacional de Catamarca, 1991

de VEDIA, E. *Catecismo de la doctrina Cívica*. Buenos Aires, 1910.

FLEGENHEIMER, N. "La enseñanza de la arqueología en la educación oficial de la Provincia de Buenos Aires." *Shincal* 3: 229-232. Escuela de Arqueología. Universidad Nacional de Catamarca, 1991.

PODGORNY, I. "The excluded present." En: Stone & Mackenzie, 1990

\_\_\_\_\_. e.p. "Choosing ancestors. The Primary education syllabuses of Buenos Aires Province, Argentina entre 1975 y 1986." En: Stone, P. ed. *II World Archaeological Congress books*.

POWELL, T.G. "Mexican intellectual and the Indian question, 1876-1911." *Hispanic American Historical Review*, 48, 1: 19-36, 1968.

SKIDMORE, T.E. (1974) *Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

STONE, P. & MACKENZIE. *The excluded past: Archaeology in Education*. London. Unwin Hyman, 1990.

---

RESENHA

---

GUREVICH, Aron. *Medieval Popular Culture: problems of belief and perception*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992 - (Coleção "Cambridge Studies in Oral and Literate Culture", vol.14). XX + 271 pp.

**Pedro Paulo A. Funari**

Departamento de História - UNICAMP

Aron Iakovlevich Gurevich, catedrático do Instituto de História Geral da Academia de Ciências (Moscou), tem produzido uma série de livros e artigos sobre a cultura medieval, muitos deles publicados em traduções ocidentais. Este livro apresenta as principais contribuições de mais de quarenta anos de pesquisas sobre uma temática pouquíssimo conhecida: a cultura popular da Alta Idade Média. A obra compõe-se de oito partes: apresentação (XIII-XX), a cultura popular e a literatura latina de Cesário de Arles e de Cesário de Heisterbach (1-38), camponeses e santos (39-77), a cultura popular no espelho dos livros de penitência (78-103), a Divina Comédia antes de Dante (104-152), o *Elucidarium*, a teologia popular e a religiosidade popular na Idade Média (153-175), "alto" e "baixo" e o grotesco medieval (176-210) e conclusão (211-225). A bibliografia inclui mais de 300 títulos, em russo, polonês, inglês, francês e alemão.

O autor começa diferenciando a cultura da elite daquela dos homens comuns iletrados e denomina de "cultura medieval popular" a percepção do mundo que surge da interação complexa e contraditória entre o fundo tradicional do folclore e o Cristianismo. Sua abordagem aproxima-se da Antropologia Social, embora ressalte que os historiadores têm começado a considerar a sociedade medieval não apenas "do topo" mas, também, da posição dos *simplices* iletrados. Os estudiosos têm tentado abordar as fontes que permitem captar as vozes do povo comum e aproximar-se de suas concepções de mundo.

Na conclusão do livro, escrita para a tradução inglesa, o autor questiona o próprio termo "cultura popular", não no que se refere ao adjetivo, mas no substantivo: embora mais abstrato, talvez o termo "mentalidade" fosse o mais apropriado. No decorrer do texto, alternam-se termos como *Weltanschauung*,

percepção do mundo, mentalidade, cultura, indicando o campo semântico no qual se insere a *cultura* tratada.

Logo no início, o autor ressalta que não é necessário estudar *todas* as obras disponíveis, algo impossível, pois uma escolha significativa de obras permite abordar o tema da percepção popular. Na medida em que o acesso ao povo é mediado pelo discurso escrito pela elite, a escolha deve recair nas obras de *consumo* popular, como as hagiografias, as visões do além-tumba, as histórias de milagres, os livros de penitência. Estas obras voltavam-se para uma ampla audiência, principalmente composta de iletrados, procurando reduzir as distâncias entre o clero e o povo. Assim, é provável que os sermões em latim sejam reelaborações literárias de homilias em vernáculo (ou podiam servir de modelo para perorações vernaculares futuras).

Um dos pontos altos do livro consiste no uso das fontes latinas dos primeiros séculos da Idade Média. O domínio destas fontes permite ao autor questionar toda uma série de concepções, bastante difundidas, que querem ver no período final da Idade Média a invenção de certos conceitos como, por exemplo, a idéia de julgamento individual, logo após a morte, e o consequente surgimento da responsabilidade pessoal (Ariès data esta inovação nos séculos XV e XVI, embora Gurevich ateste este tipo de julgamento desde o início da Idade Média). Outra assertiva de Ariès e Chaunnu não encontra sustentação: a morte não era encarada como um sono até o julgamento final. A própria noção de *purgatorium*, embora só atestada tardiamente (como constata Jacques Le Goff), seus contornos podem ser claramente delineados já na documentação do início do período medieval (*contra* Le Goff). Estas imprecisões derivam tanto do descuido das fontes latinas da Antiguidade e da Alta Idade Média como da falta de atenção prestada à literatura voltada para as massas. Este é o caso de outro notável historiador francês, Michel Vovelle. O estudo do grotesco medieval, estruturado como um contraponto à concepção de Mikhail Bakhtin, procura demonstrar como o grotesco era um estilo de pensamento medieval que envolvia *toda* a cultura, desde os níveis populares, folclóricos até a hierarquia da Igreja.

Essas divergências com outros especialistas deriva, segundo o próprio Gurevich, do material analisado, voltado para o povo, pouco citado pelos estudiosos. Este o mérito primeiro da obra pois, ao resgatar do esquecimento um grande número de documentos dirigidos à massa, pode reavaliar-se as próprias concepções correntes sobre a sociedade medieval. A estratégia adotada pelo autor, utilizando-se de obras compostas por clérigos mas endereçadas aos *simplices*, demonstra como também a produção da elite voltada para o povo pode e deve ser

um vetor de informações sobre a mentalidade popular. A ênfase de Gurevich no estudo da linguagem desta documentação representa, por sua parte, uma advertência às generalizações derivadas antes de pressupostos axiomáticos do que da documentação (como nos exemplos dos julgamentos após a morte, da chamada "criação do indivíduo" na Baixa Idade Média e assim por diante). Gurevich lembra que apenas o aspecto didático-popular poderia explicar a reiteração generalizada dos temas e dos termos utilizados e é ao povo que se deve creditar o repetir-se das oposições *formositas-deformitas*, *libertas-captivitas*, por exemplo. Era ao gosto deste público que se dirigia tal prática de *homoeoteleuton* (assonância dos finais de palavras), provavelmente expressas, oralmente, em rimas vernaculares.

Um erro de citação deve ser reportado, na medida em que pode causar estranheza no leitor menos acostumado com o trato das fontes. Logo no início do livro, o autor, reportando-se a Grundmann, ressalta a importância dos *illiterati* e *idiotae*, o povo portanto, a partir de uma referência aos Atos dos Apóstolos 4:13: *Peter and Paul are described as "homines sine litteris et idiotae"* (p.227, nota 1). Ora, trata-se de Pedro e João, já que Paulo não poderia ser descrito como "sem letras e sem educação formal". Em termos gerais, no entanto, as múltiplas citações, no original, permitem ao leitor verificar o alcance das interpretações propostas pelo autor. Pode afirmar-se, portanto, que a publicação do livro de Gurevich constitui uma contribuição importante para o estudo da cultura popular anterior à época moderna. Seu aporte metodológico ao estudo da cultura popular pré-capitalista, para usar sua própria terminologia, pode ser considerado um contributo geral ao campo da *Volkerkunde*.

---

POESIA

---

ANÔNIMO

Traduzir para a língua de destino  
origem, horizonte  
sem a palavra caravela sobre o mar  
de mil quatrocentos e noventa e um.

Traduzir também: céu inútil; dias  
que não andam; previsíveis sol,  
lua, nuvens, vento que não arreba-  
ta (anterior à bandeira); ar anônimo  
que articula sem a terra da palavra  
a possibilidade de uma ária, ainda  
s/ áudio, para ensemble de montanhas  
e amanhã, etc., tudo sine die, em aberto.

Tradução livre, ao vivo, simultânea  
talvez com duas mãos de verniz  
para que a imagem não quebre  
antes do tempo da palavra terra.

**Armando Freitas Filho**